

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**NARRATIVAS E IMAGENS SOBRE AS ÁGUAS:**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO NA PESCA  
ARTESANAL - UM ENCONTRO COM CONTADORES DE HISTÓRIAS**

**CAROLINE TERRA DE OLIVEIRA**

**RIO GRANDE, RS**

**2013**

**CAROLINE TERRA DE OLIVEIRA**

**NARRATIVAS E IMAGENS SOBRE AS ÁGUAS:**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO NA PESCA  
ARTESANAL - UM ENCONTRO COM CONTADORES DE HISTÓRIAS**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação Ambiental, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

**Linha de Pesquisa:**

Educação Ambiental Não-Formal

**Orientador:**

Profº Dr. Victor Hugo Guimarães Rodrigues

**RIO GRANDE, RS**

**2013**

O48n Oliveira, Caroline Terra de  
Narrativas e imagens sobre as águas: Educação Ambiental, memória e imaginário na pesca artesanal - um encontro com contadores de histórias / Caroline Terra de Oliveira. - 2013.  
285 f.

Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande / RS, 2013.  
Orientador: Prof. Dr. Victor Hugo Guimarães Rodrigues

1. Educação Ambiental 2. Pesca artesanal 3. História oral 4. Economia solidária popular 5. Memória 6. Imaginário I. Rodrigues, Victor Hugo Guimarães II. Título.

CDU: 504:37

Catálogo na fonte: Bel. Me. Cibele Vasconcelos Dziekaniak CRB10/1385.

**CAROLINE TERRA DE OLIVEIRA**

**NARRATIVAS E IMAGENS SOBRE AS ÁGUAS:**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO NA PESCA  
ARTESANAL - UM ENCONTRO COM CONTADORES DE HISTÓRIAS**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação Ambiental, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

---

Dr. Victor Hugo Guimarães Rodrigues (Orientador – FURG)

---

Dr. Gomercindo Ghiggi (UFPEL)

---

Dr<sup>a</sup> Ana Lúcia Souza de Freitas (PUC – RS)

---

Dr<sup>a</sup> Vanise dos Santos Gomes (FURG)

---

Dr. Vilmar Alves Pereira (FURG)

---

Dr<sup>a</sup> Silvana Bellé Zasso (FURG)



*Dedico,*

*Este trabalho ao meu pai, Uyracaba Cury Terra  
(in memoriam), pescador artesanal e exímio  
contador de histórias.*

## **Agradecimentos**

Ao orientador, Victor Hugo Guimarães Rodrigues, pela escuta atenta e dedicação nas orientações ao longo de toda a trajetória de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

Aos professores da banca de qualificação e defesa da tese, obrigada pelas valiosas orientações e ensinamentos.

Aos trabalhadores da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel, obrigada pela acolhida, pela receptividade e preciosa colaboração na presente pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, bem como ao funcionário Gilmar Conceição, obrigada pela colaboração, pelas discussões e momentos de aprendizagem.

Aos colegas do curso de doutorado com quem convivi nestes anos de pesquisa, obrigada pela amizade, companheirismo e inúmeras trocas, especialmente, aos amigos Maria de Fátima Silva e André Laborde, colegas desde a graduação em História – Licenciatura.

Ao grupo de estudos intitulado “Roda dos Sentidos”, composto pelos professores Vanise Gomes, Paulo Saraçol, Luciana Dolci (Lú), Pâmela Fagundes, Suzana Kaizer (Suzi), Ana Paula Fioravante (Paulinha), Maria Cláudia Farias, Marco Souza, à professora Eliane (Nani), obrigada pelos momentos de estudo, de alegria e aprendizagens construídas sobre o tema do mundo do trabalho.

Aos colegas do curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade, bem como do curso de Mídias na Educação, obrigada pelos momentos de alegria e aprendizado nesta trajetória da pesquisa no doutorado.

À CAPES pelo incentivo a esta pesquisa através da concessão de bolsa de doutorado.

Aos meus irmãos Thiago, Diego e Stefanie, obrigada pelo incentivo e amizade, em especial, a Thiago Terra, pela realização das belas imagens que trazem a abertura de cada capítulo.

À minha mãe, Elair Terra, pessoa que admiro pela luta constante na vida, obrigada pelo carinho e pelo incentivo na busca permanente pela concretização dos sonhos possíveis e impossíveis.

Ao meu esposo Vagner Oliveira e ao meu filho, Renan Oliveira, obrigada pelo estímulo, amizade, respeito, compreensão e momentos de intensa alegria e escuta.

Aos meus sogros Antônio Carlos Oliveira (*in memoriam*) e Nílvia Oliveira, aos cunhados Cíntia Oliveira e Ricardo Melo, obrigada pelo constante apoio.

A todos os meus familiares, aos “Landgraf” e aos “Terra”, o meu obrigada.

Enfim, expresso meus agradecimentos a todos que, de alguma forma, contribuíram para que mais um sonho fosse concretizado.

*Retire os sonhos e você abaterá o operário. Negligencie as potências oníricas do trabalho, você diminuirá, aniquilará o trabalhador. Cada trabalho tem seu onirismo, cada matéria trabalhada suscita seus devaneios íntimos. (...) O onirismo do trabalho é a própria condição da integridade mental do trabalhador (BACHELARD, 2008, p. 75).*

## RESUMO

A presente investigação se insere na linha de pesquisa Educação Ambiental Não-Formal e tem como objetivo geral investigar a História Oral de pescadores artesanais da cidade do Rio Grande/RS, inseridos no contexto da economia solidária popular, no intuito de compreender a construção das imagens relacionadas ao seu processo de trabalho. Buscamos defender a tese que afirma, em síntese, que a história oral se constitui como campo de possibilidades para a compreensão das imagens do processo de trabalho dos pescadores artesanais, sendo entendida como premissa fundamental para a reflexão sobre os princípios da Educação Ambiental relacionados ao âmbito de estudos da pesca artesanal. Nesta perspectiva, a História Oral pode ser concebida como sendo um processo de aprendizagem em Educação Ambiental. A pesquisa justifica-se em virtude da relevância que o registro da história oral dos pescadores artesanais assume na construção de alternativas e projetos de Educação Ambiental que tenham como objetivo o manejo sustentável do meio ambiente costeiro. Ressaltamos a utilização da abordagem de cunho qualitativo, com foco na metodologia da História Oral, especificamente, no gênero História Oral Temática. Para a interpretação dos fenômenos investigados, optou-se pela análise textual discursiva. Os dados constituem-se de entrevistas realizadas com três pescadores artesanais da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel, localizada na cidade do Rio Grande, e observações registradas em Diário de Campo. O estudo fundamentou-se nas contribuições teóricas de autores como Gaston Bachelard, Antônio Diegues, Ricardo Antunes e Carlos Frederico Loureiro, entre outros. Destacamos que o debate integra a compreensão acerca das seguintes categorias de análise da pesquisa: a investigação sobre as imagens de infância, as imagens de esperança, bem como as imagens sobre o meio ambiente costeiro construído por pescadores artesanais cooperativados. Além disso, apresentamos como categorias emergentes o estudo em relação à contextualização histórica da pesca artesanal e industrial no contexto da cidade do Rio Grande enfocando-se, em especial, os benefícios disponibilizados pelos incentivos fiscais do Decreto-Lei número 221, de 1967, também se inclui o debate sobre o sentido da tecnologia em sua relação com o processo de exploração do trabalho na pesca artesanal. As constatações incorporam narrativas que expressam as imagens de denúncias em relação à expansão da degradação ambiental do ambiente costeiro e à intensificação dos processos de exploração do trabalho do profissional artesanal a partir da sua articulação com o setor pesqueiro empresarial-capitalista. Contudo, enfatizamos a construção de imagens que expressam o fortalecimento da esperança no seu sistema de trabalho, no qual situamos a economia solidária popular como elemento imperativo para a valorização profissional e melhoria da sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Pesca Artesanal. História Oral. Economia Solidária Popular. Memória. Imaginário.

## ABSTRACT

This research is in line research Environmental Education Non-Formal and aims at investigating the oral history of handmade fishermen of Rio Grande / RS, within the context of popular solidarity economy, in order to comprehend the images that integrate your work process. We seek to defend the thesis that states, in summary, that oral history is constituted as a field of possibilities for understanding the images of the working process of traditional fishermen, being understood as a fundamental premise for reflection on the fundamentals of environmental education related context study of handmade fisheries. In this perspective, the oral history can be understood as a learning process in Environmental Education. The research is justified because of the importance that the record of the oral history of handmade fishers assumes the construction of alternatives and environmental education projects that aim at sustainable management of the coastal environment. We emphasize the use of a qualitative approach, focusing on the methodology of oral history, specifically the gender thematic oral history. For the interpretation of the phenomena investigated, we chose to analyze textual discourse. The data are made up of interviews with three fishermen from the Association of Fishermen's Village São Miguel, located in Rio Grande, and observations recorded in Field Journal. The study was based on the theoretical contributions of authors such as Gaston Bachelard, Antonio Diegues, Ricardo Antunes and Carlos Frederico Loureiro, among others. We emphasize that the debate includes the understanding of the following categories of analysis of research: research into childhood pictures, images of hope, as well as the images on the coastal environment built by fishermen cooperatives. In addition, we present the study as emerging categories in relation to historical contextualization handmade and industrial fisheries in the context of Rio Grande focusing, in particular, the benefits of the tax incentives provided by Decree-Law number 221 of 1967, also includes discussion on the direction of technology in its relation to the process of exploitation of labor in handmade fisheries. The findings incorporate narratives that express the images of complaints in relation to the expansion of environmental degradation of the coastal environment and the intensification of the processes of labor exploitation of professional craftsmanship from its articulation with the fisheries sector corporate-capitalist. However, we emphasize the construction of images expressing the hope of strengthening work on your system, in which we place the popular social economy as an imperative for professional development and improving their quality of life.

**Keywords:** Environmental Education. Handmade Fisheries. Oral History. Popular Solidarity Economy. Memory. Imaginary.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>12</b>
<b>I. O PROCESSO DE PESQUISA COMO CONSTRUÇÃO SOLIDÁRIA DE CONHECIMENTOS E APRENDIZAGENS .....</b>	<b>21</b>
1.1. Tecendo histórias e memórias de esperança sob a perspectiva da metodologia da História Oral .....	28
1.2. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas aprendizagens .....	38
<b>II. A PEDAGOGIA ONÍRICA COMO UM DOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>45</b>
2.1. Compreensão histórica do conceito de esperança na educação .....	47
2.2. A Pedagogia Onírica como imperativo à formação de educadores ambientais: concepções a partir de Bloch, Bachelard e Paulo Freire .....	54
2.2.1. <i>Ernst Bloch: a Pedagogia Onírica como possibilidade de busca pelas utopias concretas</i> .....	55
2.2.2. <i>Gaston Bachelard: a Pedagogia Onírica que integra o potencial criativo e ontológico do trabalho</i> .....	62
2.2.3. <i>Paulo Freire: a Pedagogia Onírica como fundamento de uma Pedagogia da Esperança</i> .....	69
2.3. Pressupostos da Pedagogia Onírica como pedagogia da Educação Ambiental .....	75
<b>III. MUNDO DO TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA POPULAR .....</b>	<b>91</b>
3.1. Reinventar a esperança em tempos de desesperança: mundo do trabalho e globalização.....	93
3.2. Traços da classe trabalhadora na atualidade: processo desumanizador em períodos de esperança e desesperança .....	103
3.3. Perspectiva histórica da economia solidária: A organização dos operários com enfoque nos sindicatos e cooperativas .....	113
3.4. Interloquções teóricas para uma compreensão sobre o conceito de economia solidária .....	124
3.5. Um debate sobre os conflitos e os desafios do cooperativismo .....	135

<b>IV. HISTÓRIAS E IMAGENS SOBRE O VIVER E TRABALHAR NO MAR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO NA PESCA ARTESANAL</b> .....	<b>146</b>
4.1. Entendimentos acerca da pesca artesanal como pequena produção mercantil ....	153
4.2. Especificidades do processo histórico da pesca artesanal na cidade do Rio Grande .....	161
4.3. O sentido da tecnologia e sua relação com a exploração do trabalho na pesca artesanal .....	177
4.4. Imagens de esperança .....	191
4.5. A casa natal abriga uma casa onírica.....	207
4.5.1. <i>A casa como força de integração para os sonhos</i> .....	208
4.5.2. <i>Um reencontro com os devaneios de infância</i> .....	215
4.5.3. <i>Imagens de uma infância permanente e duradoura</i> .....	224
4.6. Imagens sobre o meio ambiente: o pescador como um sonhador das águas .....	241
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>265</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>276</b>







## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente investigação se insere no âmbito da linha de pesquisa intitulada “Educação Ambiental Não-Formal”. Como objetivo geral, propomos *investigar a História Oral de pescadores artesanais da cidade do Rio Grande/RS, inseridos no contexto da economia solidária popular, no intuito de compreender a construção das imagens relacionadas ao seu processo de trabalho.*

Para tanto, destacamos como objetivos específicos: realizar um convite ao resgate das imagens de infância de filhos de pescadores artesanais no sentido de compreender o processo de aprendizado do ofício da pesca; investigar as narrativas do processo histórico de construção da experiência de organização dos pescadores artesanais na economia solidária popular e da luta cotidiana destes trabalhadores; compreender as imagens de esperança para o trabalho da pesca, investigando as potencialidades do saber-fazer artesanal no contexto da economia solidária; a partir de uma perspectiva histórica, investigar a percepção ambiental dos pescadores artesanais, no intuito de compreender as mudanças que marcam a relação que estabelecem com o meio ambiente costeiro; investigar as transformações que atingem o mundo do trabalho em sua inter-relação com a pesca artesanal e a economia solidária, destacando-se as novas formas de organização, de sociabilidade e de exploração que vem atingindo a classe-que-vive-do-trabalho nos dias de hoje.

Buscamos defender a tese que afirma, em síntese, que a História Oral se constitui como campo de possibilidades para a compreensão das imagens do processo de trabalho dos pescadores artesanais, sendo entendida como premissa fundamental para a reflexão sobre os princípios da Educação Ambiental relacionados ao âmbito de estudos da pesca artesanal. Sendo assim, concebemos a História Oral como sendo um processo de aprendizagem em Educação Ambiental.

Apresentamos a abordagem da pesquisa qualitativa para esta investigação, baseando a coleta de dados na metodologia da História Oral, especificamente, no gênero *História Oral Temática*, de acordo com a classificação de Meihy e Holanda (2010) ou relato oral de vida, conforme afirma Ruscheinsky (2005), a qual está relacionada “(...) a uma forma menos ampla e livre, apesar da liberdade dada ao narrador para expor determinados aspectos, solicita-se, porém, que o mesmo dirija seu relato aos interesses do pesquisador” (RUSCHEINSKY, 2005,

p. 141). Os dados foram construídos tomando-se como base as narrativas orais de três pescadores artesanais que, atualmente, residem na cidade do Rio Grande e que participaram do processo de edificação da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel, desde o seu processo inicial. O critério de escolha foi definido levando-se em consideração o tempo mais amplo de experiência dos sujeitos da pesquisa na atividade da pesca, como também a tradição da pesca deveria estar vinculada às vivências e ao trabalho da família, desde a sua infância, além disso, os pescadores necessitariam estar organizados em uma cooperativa. Importante considerar, no processo de construção dos dados, os registros produzidos no Diário de Campo em momentos anteriores e posteriores das entrevistas realizadas com os participantes da investigação. Torna-se imperativo considerar a utilização da análise textual discursiva, com base nos teóricos Moraes e Galiuzzi, como a metodologia de análise de dados no qual se apoia a presente investigação e, nesse intuito, consideramos as aprendizagens construídas pelo pesquisador no processo de compreensão dos significados dos fenômenos investigados.

Na perspectiva da metodologia da História Oral, enfatizamos a importância de entender o pescador artesanal como um sujeito no qual a sua identidade de narrador é construída com base nas suas lembranças e experiências do passado. Sendo assim, as narrativas orais se constituem como sendo a expressão dos pensamentos e das vivências que conservam estes trabalhadores e das relações que constroem ao longo de sua vida.

Partimos do entendimento da concepção da *imagem* a partir de Gaston Bachelard, concebendo-a como sendo a elaboração de uma compreensão sobre o mundo, ou seja, constitui experiência e sentido, vivência e significado. Não está vinculada à ideia de representação, uma vez que se interliga a concepção da imagem como resultado de um processo social e histórico. Assim, as imagens são produto das condições históricas de um determinado espaço e tempo.

A imagem reprodutora limita-se a uma reprodução da realidade. As imagens criadoras, porém, constituem-se como uma fonte dinâmica do pensamento, capazes de construir outra realidade, sendo a origem da transformação. Nesta perspectiva, estão as *imagens oníricas*, que são concebidas como uma experiência social e construtora de sentido, sendo fontes de transformação e compreensão da realidade. As imagens oníricas na perspectiva bachelardiana, entretanto, resultam da experiência do ser humano com a materialidade, ultrapassando a reprodução da realidade, sendo imagens que elaboram um entendimento sobre o mundo e se tornam ideias.

O conceito de imaginação material de Bachelard resulta do confronto do ser humano com a materialidade do mundo. Nesse entendimento, a relação das forças humanas com as forças da natureza não se estabelece de forma harmônica, mas conflituosa, de modo hostil. O mistério e as contradições da matéria animam o enfrentamento entre as forças humanas e aquelas relacionadas à natureza: o materialismo em Bachelard, portanto, é a necessidade constante da busca pela descoberta, constitui-se como imperativo que procura ultrapassar a aparência dos fenômenos, sendo um processo relacionado à construção do conhecimento. A imaginação criadora está ligada aos sonhos, ao que pode *vir-a-ser*. Neste contexto, fazemos uma distinção entre a imagem percebida e a imagem criada conforme destaca o filósofo:

(...) para nós, a imagem percebida e a imagem criada são duas instâncias psíquicas muito diferentes e seria preciso uma palavra especial para designar a imagem imaginada. Tudo aquilo que é dito nos manuais sobre a imaginação reprodutora deve ser creditado à percepção e à memória. A imaginação criadora tem funções totalmente diferentes daquelas da imaginação reprodutora. Cabe a ela essa função do irreal que é psiquicamente tão útil como a função do real evocada com tanta frequência pelos psicólogos para caracterizar a adaptação de um espírito a uma realidade marcada pelos valores sociais. Esta função do irreal irá reconhecer, precisamente, valores de solidão. O devaneio comum é um de seus aspectos mais simples (BACHELARD, 2008, p. 3).

Destacamos que a presente pesquisa de Doutorado se constitui como uma continuidade e aprofundamento da investigação construída no Mestrado em Educação Ambiental, no qual objetivou compreender os sonhos que estavam sendo construídos e vivenciados em uma cooperativa de pescadores artesanais, a Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel, localizada na cidade do Rio Grande (OLIVEIRA, 2008). Dessa forma, a temática proposta para o doutoramento em Educação Ambiental se justifica tanto pelo vínculo que estabelece com a história de vida da pesquisadora, quanto pelas trajetórias de investigação construídas referente ao assunto abordado, qual seja a pesca artesanal em sua inter-relação com a economia solidária popular.

Importante salientar as aprendizagens construídas a partir da pesquisa desenvolvida no Mestrado, especialmente, em relação à possibilidade de compreender o espaço da pesca artesanal para além das minhas vivências como filha de pescador, mas a partir do olhar de pesquisadora. Salientamos a necessidade de retomarmos a hipótese que se confirmou na investigação citada, qual seja a de que os pescadores artesanais, ao se organizarem através de uma cooperativa, estão construindo esperanças e possibilidades de serem vivenciados sonhos de uma vida melhor através de sua atividade profissional. Neste contexto, o cooperativismo

pode ser entendido como uma possibilidade em Educação Ambiental, uma vez que está voltado à construção de esperanças.

Além de destacar o aprendizado construído em relação à compreensão do objetivo de pesquisa proposto no Mestrado, enfatizamos os ensinamentos a partir do processo de *vivência na pesquisa*, quando do contato da pesquisadora com um contexto de realidade que, em um momento do seu passado, fez parte do seu cotidiano. Portanto, a investigação proposta é compreendida como sendo um desafio ao papel que assumo enquanto pesquisadora, uma vez que significa a realização de uma releitura do contexto da pesca artesanal, a partir de um olhar investigativo.

Desse modo, ingressei na pesquisa de Doutorado consciente do desafio de dialogar com aqueles que fizeram parte da minha história de vida, com o intuito de encontrar o inesperado, a surpresa, o espanto e o encanto. Assim, a investigação está aliada à perspectiva do entendimento reflexivo de um modo de vida que está ancorado na minha subjetividade, enraizado nas minhas vivências particulares. Este reencontro com o espaço pesqueiro, através do contato com as imagens, com a rotina e papéis assumidos por cada companheiro de trabalho na pesca, permitiu que pudesse realizar uma releitura das práticas sociais construídas neste âmbito, além de possibilitar uma nova compreensão da minha própria história de vida. Nesta perspectiva, afirmo o sentido de encantamento com as pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

O entendimento acerca da categoria esperança expressa uma preocupação de fundamentar a pesquisa em Educação Ambiental como integrante de um processo de busca pela realização das *utopias concretas*, tal como denomina Ernst Bloch. Especialmente, o interesse pela investigação, em nível de Doutorado, com foco no convite ao resgate das histórias orais de pescadores artesanais, veio sendo construído ao longo de minha trajetória pessoal e profissional, em vista da necessidade de melhor compreender os anseios e as necessidades destes trabalhadores que fizeram parte da minha história de vida. Assim, o fato de ser filha de pescador artesanal possibilitou-me conhecer um universo marcado pela experiência de vida no mar, caracterizado pelas relações de companheirismo e solidariedade presentes entre os companheiros de pesca e pela arte de tecer as redes de forma artesanal, além de possibilitar compreender a situação de insegurança e instabilidade que vivencia uma família que tira o seu sustento da pesca.

Na escrita desta pesquisa, portanto, encontram-se registradas as experiências e os saberes de pescadores que se entrelaçam à compreensão de que “viver do mar significa conhecer os seus segredos, as suas manhas” (DIEGUES, 1983, p. 194). Ainda assim, no

emaranhado das lembranças sobre o cotidiano da profissão, incluem-se as memórias sobre a relação histórica de dependência destes trabalhadores aos ciclos naturais. Através dos inúmeros depoimentos coletados, podemos compreender as habilidades de *ser pescador* e o sentido concedido à liberdade, aspecto valorizado na lida artesanal, a qual está ligada ao *mundo da água*, e que distingue estes profissionais do processo de trabalho realizado nas atividades ligadas ao *mundo da terra*. Nestas narrativas emergem diferentes concepções sobre o meio ambiente, imprimindo a valorização de um conhecimento adquirido ao longo de anos de experiência de trabalho no mar, nisto se traduz o domínio das artes de pesca: “O domínio da arte, exige dele uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência, e que lhe permitem apropriar-se também dos segredos da profissão” (DIEGUES, 1983, p. 198).

Com base nos argumentos expostos, a presente investigação de Doutorado, aponta a perspectiva da denúncia e do anúncio, fundamentando-se na importância de assumir a pesquisa como instrumento de construção de conhecimento em Educação Ambiental e assunção de um compromisso que se insere na busca pela concretização do *inédito-viável* na pesca artesanal, conforme conceito de Paulo Freire, a partir do convite ao resgate das memórias de esperança destes trabalhadores. O diálogo com o *saber de experiência* feito destes sujeitos se orienta no sentido de valorizar a especificidade de seus saberes, com a finalidade de comunicar e anunciar suas histórias de vida e suas narrativas de esperança. Nesse processo, a pesquisa tem o intuito de resgatar o conhecimento destes sujeitos associado ao contexto de realidade vivido por eles, no sentido de valorizar a leitura de mundo que estão construindo na singularidade de suas relações de trabalho e na interação que estabelecem com o meio ambiente.

Cumprir destacar que a pesquisa de Doutorado propõe avançar no que tange à compreensão das *histórias de vida singulares* destes trabalhadores, no sentido de resgatar suas narrativas orais, com foco nas imagens de infância e nas memórias de esperança que integram o seu processo de trabalho, caracterizando os problemas que vivenciam e as escolhas que empreenderam. Logo, em suas narrativas históricas e biográficas se encontram as possibilidades de tematizar e anunciar uma concepção problematizadora da Educação Ambiental, em sua natureza política e epistemológica, na qual se revela fundamental na construção de projetos alternativos à perspectiva neoliberal da educação e das relações sociais. Sendo assim, amplia-se o debate em relação ao estudo das imagens de infância de filhos de pescadores, bem como no tocante ao resgate das imagens de felicidade que estão

enraizadas em sua história e que justificam suas atuais escolhas pela permanência e confiança no seu trabalho de pescador.

Enfatizamos que a pesquisa justifica-se pelo desejo de encontrar o inesperado, de poder dialogar com aqueles que estão enraizados nas minhas experiências de vida e reviver o processo de encantamento presente desde a investigação realizada no mestrado. Ainda assim, a pesquisa é movida pelo desejo inquietante de compreender o que motivou os filhos de pescadores a seguirem a trajetória profissional de seus pais, negando as minhas próprias opções e as escolhas que empreendi. Além disso, destacamos que a importância desta investigação também está relacionada ao fato de compreender que a cultura, os saberes e as relações sociais estabelecidas por estes sujeitos são fundamentais à construção de um projeto em Educação Ambiental, que seja comprometido com a valorização de suas utopias e modos de vida. Desse modo, a pesquisa se assume como compromisso político, uma vez que por meio da intencionalidade de dialogar e dar maior visibilidade às esperanças construídas por sujeitos desumanizados pela realidade objetiva de opressão pretende ampliar o debate em relação à característica criadora e solidária dos trabalhadores da pesca artesanal.

Compreendemos a Educação Ambiental como instrumento de resgate e/ou promoção do impulso da esperança em defesa dos sonhos possíveis. Para além da visão que entende o meio ambiente como algo suscetível de ser medido e quantificado, enfatizamos a Educação Ambiental como sendo a expressão de uma utopia pedagógica que se refere a um objetivo que se busca através da educação, tal como trabalhamos em nossa dissertação de Mestrado (OLIVEIRA, 2008). É neste sentido que compreendemos a Educação Ambiental como dimensão fundamental do processo pedagógico, na perspectiva crítica e, sobretudo, transformadora que “(...) parte da compreensão de que o quadro de crise em que vivemos não permite soluções compatibilistas entre ambientalismo e capitalismo ou alternativas moralistas que descolam o comportamental do histórico-cultural e do modo como a sociedade está estruturada” (LOUREIRO, 2004, p. 94).

Importante enfatizar a colaboração do engenheiro civil, pintor e desenhista Thiago Landgraf Terra ao contribuir com os desenhos realizados, especialmente para a abertura de cada capítulo desta pesquisa, os quais retratam imagens sobre o viver e o trabalhar na pesca artesanal. Destacamos a sua considerável contribuição, uma vez que se constitui como a representação que um filho de pescador artesanal possui sobre a atividade realizada na família. Assim, Thiago Terra também é filho de pescador e expressa, através de seus desenhos, as suas imagens de infância sobre a atividade pesqueira.

No primeiro ponto de discussão, intitulado “**O processo de pesquisa como construção solidária de conhecimento e aprendizagens**”, destaca-se o debate sobre o tema e os objetivos a que se propõe a pesquisa, além de discorrer sobre a metodologia da História Oral e da análise textual discursiva para a construção dos dados e interpretação do *corpus* documental, destacando-se a última como sendo um processo reconstrutivo de múltiplas aprendizagens.

O segundo ponto de discussão, sob o título “**A Pedagogia Onírica como um dos fundamentos da educação ambiental**”, inclui a defesa da argumentação em torno do conceito da pedagogia onírica como um dos fundamentos necessários à formação do educador ambiental. O capítulo incorpora, em um primeiro momento, a discussão sobre a historicidade do conceito de esperança na educação, elencando alguns teóricos que influenciaram e fundamentaram as visões das práticas educativas.

Articulado a este debate, ainda no capítulo citado, resgatamos o conceito de esperança utilizando-se do aporte teórico de Ernst Bloch, Gaston Bachelard e Paulo Freire. Neste sentido, propomos a discussão sobre a concepção da esperança como *afeto expectante positivo da utopia concreta*, de acordo com Bloch. Em Gaston Bachelard buscamos compreender a construção da esperança a partir do resgate das *potencialidades das imagens oníricas*, em especial, das imagens sobre a matéria, no sentido de resgatar o papel criativo do trabalho, explorando o seu significado ontológico como imperativo utópico a ser buscado nos dias de hoje. A problematização do termo a partir de Paulo Freire, por sua vez, insere-se na discussão acerca da *importância da Pedagogia da Esperança* como processo de aprendizagem política de exercício e comprometimento com uma utopia. No último eixo deste debate, salientamos a importância de se trabalhar a compreensão do significado da esperança na educação, em especial, na Educação Ambiental, visto o fortalecimento de concepções fatalistas sobre o ser humano na atualidade. Cumpre salientar as contribuições Adorno e Horkheimer, além de Mézáros (2002), Acselrad et al. (2009) e Loureiro (2004; 2012) nesta discussão.

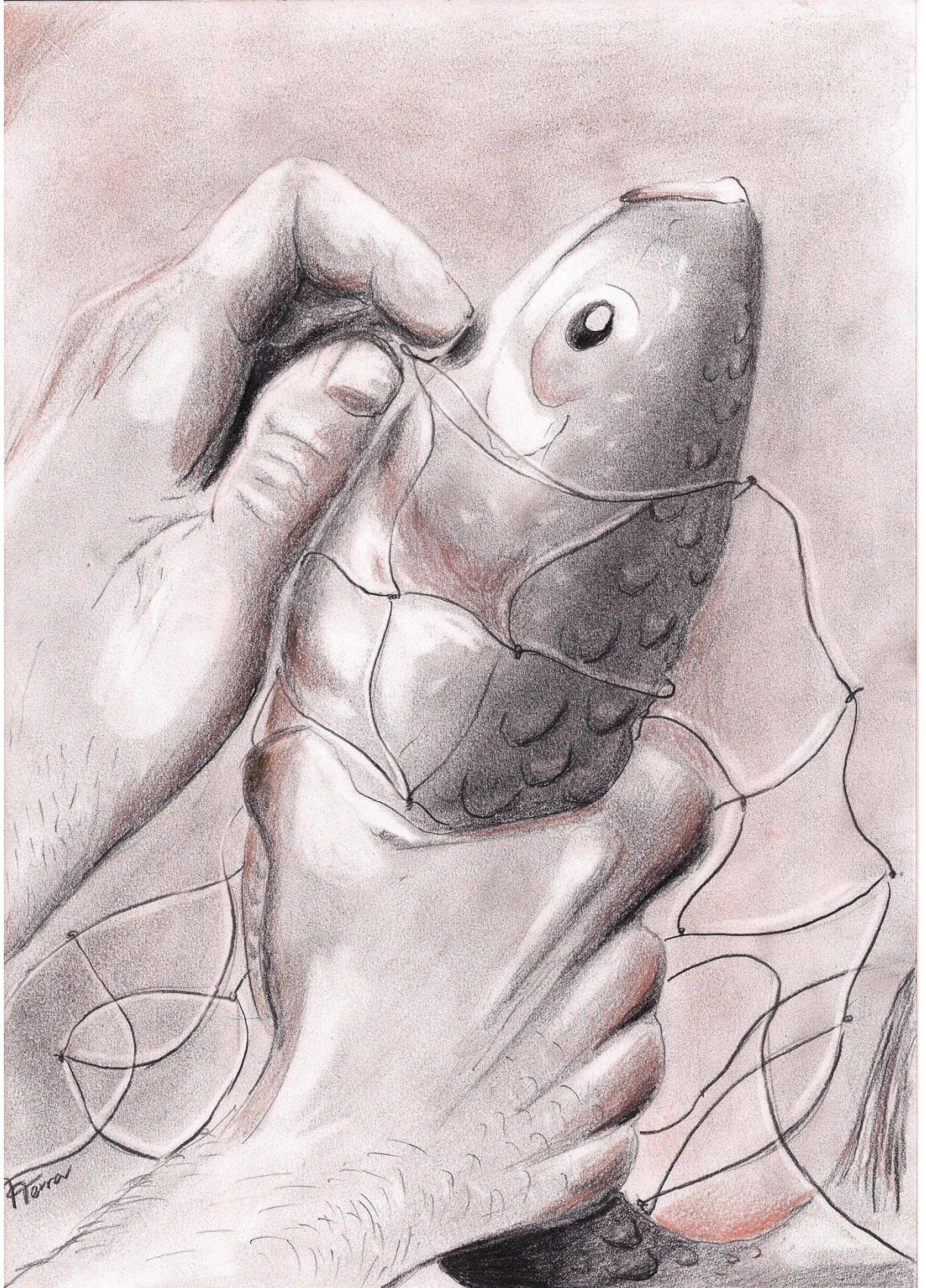
O capítulo intitulado “**Mundo do trabalho e economia solidária popular**”, aborda o debate sobre o mundo do trabalho em sua inter-relação com a economia solidária, sobressaindo-se os seguintes eixos de discussão: as características da classe trabalhadora na atualidade e a compreensão da inter-relação entre processo de trabalho e globalização, movimento necessário para o entendimento da experiência atual de construção da esperança no mundo do trabalho vivenciada pelas comunidades de pescadores que desenvolvem o cooperativismo, além disso, inclui-se o debate sobre a concepção de economia solidária, destacando-se os conflitos e os desafios dos empreendimentos cooperativos no contexto da



intensificação das formas de precarização dos processos de trabalho. Para fundamentar esta discussão, em especial, enfatizamos as contribuições de Antunes (1999; 2011), Mészáros (2002), Lia Tiriba (2008) e Singer (1998; 2002; 2003).

Sob o título **“Histórias e imagens sobre o viver e trabalhar no mar: Educação Ambiental, memória e imaginário na pesca artesanal”**, apresentamos o capítulo de análise dos dados, no qual discutimos as categorias da pesquisa, estabelecendo um diálogo entre as narrativas dos pescadores entrevistados e as teorias de autores como Gaston Bachelard e Antônio Diegues, em especial. Torna-se imperativo salientar que o debate, neste capítulo, inclui a compreensão, em um primeiro momento, do conceito da pesca artesanal como pequena produção mercantil. Apoiar-se esta caracterização em Diegues (1983). Em um segundo momento, apresentamos a discussão sobre a categoria emergente que integra o estudo acerca da contextualização histórica da pesca artesanal e industrial no contexto da cidade do Rio Grande enfocando, em especial, os benefícios disponibilizados pelos incentivos fiscais do Decreto-Lei número 221, de 1967. Outro ponto do debate realiza uma análise sobre o sentido da tecnologia em sua relação com o processo de exploração do trabalho na pesca artesanal, apontando as mudanças que o desenvolvimento tecnológico acarretou para este setor produtivo, constituindo-se como a segunda categoria emergente da pesquisa. Por fim, partimos para a compreensão sobre as imagens de infância, as imagens de esperança, bem como as imagens sobre o meio ambiente costeiro construído por pescadores artesanais cooperativados.







## **CAPÍTULO I:**

### **O PROCESSO DE PESQUISA COMO CONSTRUÇÃO SOLIDÁRIA DE CONHECIMENTOS E APRENDIZAGENS**

Os saberes de cada interlocutor – confidentes, leitores, autores convocados com suas obras, sujeitos de práticas sociais a quem ouvi, entrevistei, interpelei – e os meus saberes se fundem e se transformam, reformulam-se. De maneira muito especial, meus saberes anteriores se configuram agora outros. A isso chamamos de aprendizagem (MARQUES, 2001, p. 26).

Afirmamos, a partir do diálogo desenvolvido com a escrita de Mário Osório Marques, a pesquisa como processo de aprendizagem, instigada pela curiosidade epistemológica, conforme categoria freireana, que nasce de uma desacomodação e necessidade de ruptura com leituras de mundo já estabelecidas e naturalizadas. O processo inicial de uma pesquisa se assemelha a exploração de um viajante que chega a terras desconhecidas e se desafia e se aventura a investigar contextos históricos, sociais, simbólicos e culturais, no intuito da construção de novos conhecimentos. Aos saberes deste viajante, aventureiro da pesquisa, fundem-se, como destaca Marques (Ibidem, p. 33), os saberes e práticas sociais dos interlocutores que entrevistamos e dialogamos. Partindo desta perspectiva, podemos salientar a pesquisa como sendo uma construção solidária de aprendizagens. Pesquisar é assumir um compromisso político com a construção de novas aprendizagens e transformação no modo como compreendemos e questionamos a realidade, uma vez que toda investigação possui um objetivo e uma intencionalidade.

A pesquisa emerge de um desejo inquietante, de uma necessária busca pelo conhecimento em relação a um determinado tema, o qual para o pesquisador é imperativo que este esteja enraizado nas suas vivências, estando “ancorado na estrutura subjetiva, corporal do desejanter” (Ibidem, p. 92). A partir daí, tem-se o sentido da aprendizagem pela investigação, como coloca Marques (Ibidem, p. 39): “Como na criação a obra nunca é algo completo; é antes, o vazio, a incompletude, o oco à demanda de ser preenchido, o desejo sempre de novo desejanter, pois, satisfeito, deixaria de sê-lo”. No final deste processo, temos uma obra construída de modo coletivo e solidário, sendo resultado de um trabalho artesanal, tanto no

que se refere à escrita, quanto no diálogo estabelecido com os sujeitos da pesquisa e com os autores que compõem a fundamentação teórica da investigação.

Em relação à abordagem da pesquisa qualitativa, Chizzotti (2008, p. 28) destaca a noção a que o termo qualitativo se refere, afirmando o campo transdisciplinar em que está situada e que propõe a adoção de multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno, atentando para o contexto local em que este ocorre e o sentido que as pessoas concedem a este fenômeno. Desse modo, acrescenta o autor que “O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (Ibidem, p. 28). Quanto à postura assumida pelo pesquisador o autor coloca que este “(...) interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa” (Ibidem, p. 28).

Afirmamos a partir de Haguette (2007, p. 63) que a pesquisa qualitativa “fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais (...)”. Ao contrário dos métodos quantitativos, os quais pretendem uma observação baseada na comparação dos fenômenos investigados, a qualitativa, entretanto, orienta-se na necessidade de compreensão das especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser (Ibidem, p. 63).

Importante considerar que a pesquisa qualitativa expande-se enquanto prática social que questiona e desmistifica a neutralidade científica, constituindo-se como processo de ensino-aprendizagem. Neste âmbito, propõe reconhecer a pluralidade de saberes, questionando a posição do investigador enquanto única autoridade na produção do conhecimento, desse modo, considera as visões, saberes e discursos dos participantes como pontos de fundamental importância na construção das discussões científicas. Assim, o método qualitativo reconhece que o investigador está imerso em um contexto da realidade social e, dentro desta perspectiva, a pesquisa apresenta a influência da sua originalidade criadora e visão crítica.

Consideramos a afirmação de Chizzotti (2008, p. 57), ao destacar a onipresença do autor/investigador e a relevância do “outro” na pesquisa qualitativa nos dias de hoje. O autor mostra que a orientação atual reconhece a relevância dos questionamentos em relação aos fins sociais da pesquisa e a discussão em torno de questões como os seus fundamentos ético-políticos, a solidariedade e a participação na transformação da sociedade. As questões citadas, de acordo com o autor, são provocadoras do debate no que tange aos aspectos teórico-metodológicos nas pesquisas em ciências humanas e sociais:

Cresce, porém, a consciência e o compromisso de que a pesquisa é uma prática válida e necessária na construção solidária da vida social, e os pesquisadores que optaram pela pesquisa qualitativa, ao se decidirem pela descoberta de novas vias investigativas, não pretenderam nem pretendem furtar-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la (CHIZZOTTI, p. 58).

No âmbito desta discussão, a pesquisa qualitativa se apresenta como questionadora dos parâmetros teórico-metodológicos do discurso positivista, contestando a neutralidade científica e afirmando uma preocupação com as questões do campo ético-político e social. Na perspectiva crítica de construção do conhecimento científico, partilha do discurso de estabelecer um compromisso com a transformação social, estando seus estudos, empenhados em romper com as práticas de pesquisa como sendo apenas o resultado da análise de levantamentos estatísticos e descritivos da vida em sociedade e com os métodos comparativos, próprios das investigações nos moldes do positivismo.

Conforme a argumentação construída, a presente pesquisa parte de um desejo e de uma busca por compreender contextos que estão enraizados em nossa história de vida, justificando as razões de nossas atuais escolhas, bem como a relação que estabelecemos com nossos interlocutores e a leitura que realizamos sobre o trabalho da pesca artesanal. Cabe destacar, que o contexto a que propomos investigar se insere no entendimento da produção da vida social dos trabalhadores da pesca artesanal, focalizando a pesquisa na necessidade de compreendermos os fundamentos da esperança destes trabalhadores, a partir do convite ao resgate das imagens oníricas que são construídas em seu cotidiano.

Na pesquisa proposta apresentamos a abordagem qualitativa, com foco na metodologia da História Oral, especificamente, no gênero *História Oral Temática*, de acordo com a classificação de Meihy (1996) e Meihy e Holanda (2010). Em relação aos sujeitos de pesquisa, propomos realizar a investigação com três pescadores artesanais cooperativados, compreendendo-os como sujeitos de esperança, realizando um convite ao resgate de suas imagens de infância e felicidade. Com base neste entendimento, busco defender a seguinte tese que afirma, em síntese, que ***a História Oral se constitui como campo de possibilidades para a compreensão das imagens do processo de trabalho dos pescadores artesanais, sendo entendida como premissa fundamental para a reflexão sobre os princípios da Educação Ambiental relacionados ao âmbito de estudos da pesca artesanal. Nesta perspectiva,***

***concebemos a História Oral como sendo um processo de aprendizagem em Educação Ambiental.***

A tese em destaque inclui a afirmativa de que o registro da história oral dos pescadores artesanais é ponto importante na construção de alternativas e projetos de Educação Ambiental que tenham como objetivo o manejo sustentável do meio ambiente costeiro. Ratificamos a História Oral como premissa imperativa para a constituição dos princípios epistemológicos e metodológicos da Educação Ambiental relacionados aos estudos com foco na pesca artesanal. Neste debate, afirmamos que as imagens oníricas que incluem a história oral dos pescadores artesanais possuem um potencial educativo no processo de trabalho destes sujeitos, sendo um dos fundamentos necessários à construção da esperança na economia solidária popular.

Salientamos que a pesquisa proposta avança no que tange ao resgate das histórias de vida de pescadores artesanais, necessidade e exigência da pesquisa diante da temática abordada e da relação desta com a história de vida da pesquisadora, a qual foi destacada como possibilidade de estudo no Doutorado pelo parecer do professor Dr. Gomercindo Ghiggi em nossa defesa de Dissertação de Mestrado.

Ante o exposto, é imperativo salientar que, como objetivo geral, o presente trabalho propõe:

- ***Investigar a História Oral de pescadores artesanais da cidade do Rio Grande/RS, inseridos no contexto da economia solidária popular, no intuito de compreender a construção das imagens relacionadas ao seu processo de trabalho.***

Apresentamos como objetivos específicos:

- Realizar um convite ao resgate das imagens de infância de filhos de pescadores artesanais no sentido de compreender o processo de aprendizado do ofício da pesca;
- Investigar as narrativas do processo histórico de construção da experiência de organização dos pescadores artesanais na economia solidária popular e da luta cotidiana destes trabalhadores;
- Compreender as imagens de esperança para o trabalho da pesca, investigando as potencialidades do saber-fazer artesanal no contexto da economia solidária;

- A partir de uma perspectiva histórica, investigar a percepção ambiental dos pescadores artesanais, no intuito de compreender as mudanças que marcam a relação que estabelecem com o meio ambiente costeiro;
- Compreender as transformações que atingem o mundo do trabalho em sua inter-relação com a pesca artesanal e a economia solidária, destacando-se as novas formas de organização, de sociabilidade e de exploração que vem atingindo a classe-que-vive-do-trabalho nos dias de hoje.

Diante de tais questionamentos, propomos a seguinte questão de pesquisa:

- *Quais as possibilidades de compreensão das imagens em relação ao processo de trabalho do pescador artesanal da cidade do Rio Grande/RS, inserido no contexto da economia solidária popular, através do convite ao resgate de sua história oral de vida?*

A partir do objetivo geral, toma-se como base para a discussão, as seguintes *categorias a priori* de análise:

- As *imagens de infância*: com foco na investigação do processo de aprendizado do ofício de pescador artesanal.
- As *imagens sobre o meio ambiente costeiro*: no intuito de abordar a pesquisa sobre a percepção ambiental dos pescadores, numa perspectiva histórica, com foco nas mudanças que marcam a relação que estabelecem com o meio ambiente costeiro.
- As *imagens de esperança para o trabalho com a pesca*: com o objetivo de compreender as transformações no mundo do trabalho da pesca artesanal, salientando os anseios e as perspectivas destes trabalhadores em relação à economia solidária popular.

Como *categorias emergentes* da pesquisa, uma vez que se constituem como pressupostos que emergiram a partir da investigação das histórias orais, apresentam-se as seguintes abordagens discutidas nesta tese:

- O debate sobre a contextualização histórica da pesca artesanal e industrial no contexto da cidade do Rio Grande enfocando-se, em especial, as décadas de sessenta e setenta do século XX. Nesta abordagem são enfatizados os benefícios disponibilizados pelos

incentivos fiscais do Decreto-Lei número 221, de 1967, salientando as narrativas dos pescadores e sua percepção sobre o desenvolvimento da pesca nos anos em destaque;

- A discussão sobre o sentido da tecnologia em sua relação com o processo de exploração do trabalho na pesca artesanal. Neste aspecto, destaca-se a compreensão sobre as transformações que o desenvolvimento tecnológico acarretou na relação destes profissionais com o meio ambiente costeiro.

Ainda assim, destaca-se o debate sobre os desafios enfrentados, bem como os conflitos vivenciados no processo de construção da esperança em relação ao trabalho do pescador artesanal, tendo como foco os conflitos entre o saber-fazer artesanal em interação com as transformações ambientais no processo de trabalho no contexto de uma cooperativa. Essa discussão aborda a problemática das transformações que emergem na relação do pescador artesanal cooperativado com o ecossistema costeiro, bem como na relação estabelecida com os outros profissionais deste setor.

Enfatizamos que a construção da esperança na pesca artesanal inclui e necessidade de uma valorização do processo de trabalho do pescador artesanal e de suas narrativas orais, situando a economia solidária popular como um campo de possibilidades neste contexto. Numa perspectiva de viabilizar a sustentabilidade econômica desta profissão, portanto, a economia solidária popular se apresenta como uma alternativa de luta pela valorização do trabalho e da história de vida destes sujeitos. Desse modo, o debate ambiental, com foco na sustentabilidade dos ecossistemas costeiros, deve considerar a necessária preservação das narrativas orais dos pescadores artesanais da cidade do Rio Grande na luta pela superação da crise socioambiental decorrente do atual modo de produção capitalista.

A compreensão política do movimento cooperativo incorpora questões de ordem social, econômica e cultural, destacando-se a importância de ser preservado o processo histórico das práticas artesanais dos pescadores, visto que, no âmbito do núcleo familiar da pesca artesanal, a profissão se encontra ameaçada pela degradação ambiental, como também pelo fato de não estar mais sendo incentivada pelos familiares a continuidade desta atividade pelos filhos de pescadores.

A pedagogia onírica voltada à construção de esperanças na pesca artesanal, estando presente na economia solidária, contribui para a permanência destes trabalhadores na profissão, bem como para a organização de uma gestão voltada para a cooperação e para a solidariedade das quais dependem estes empreendimentos. Assim, a consciência da importância do convite ao resgate e do registro da história oral de vida dos pescadores está



relacionado a uma busca pela valorização do seu trabalho, bem como à necessidade de uma compreensão do processo histórico de luta destes profissionais frente à expansão da degradação ambiental dos ecossistemas.

Os questionamentos propostos para a discussão destacam os seguintes pontos para a compreensão do objetivo da pesquisa, entre eles, podemos salientar que os assuntos abordados nesta tese problematizam:

- A história oral como possibilidade de investigação das imagens oníricas;
- A *Pedagogia Onírica* como um dos fundamentos necessários à formação de educadores ambientais;
- A compreensão da inter-relação entre processo de trabalho e globalização como ponto imperativo para o entendimento da experiência atual de construção da esperança vivenciada pelas comunidades de pescadores que desenvolvem o cooperativismo;
- O entendimento histórico do processo de trabalho do pescador artesanal, com foco no convite ao resgate das imagens de infância, abordando-se o aprendizado do ofício de pescador e as mudanças advindas a partir da sua articulação com a pesca empresarial-capitalista;
- A análise do potencial educativo das histórias orais de vida dos pescadores, com enfoque no convite ao resgate das imagens de esperança em relação aos empreendimentos cooperativos;
- As imagens dos pescadores artesanais sobre as transformações ambientais do ecossistema costeiro e do seu processo de trabalho a partir de uma perspectiva histórica, tomando-se como base a investigação de suas narrativas orais de vida.

### **1.1. Tecendo histórias e memórias de esperança sob a perspectiva da metodologia da História Oral**

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão - no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o 'puro si' da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIM, 1994, p. 205).

O caminho metodológico proposto para esta investigação enfoca a pesquisa de cunho qualitativo a partir da metodologia da História Oral, especificamente, no gênero *História Oral Temática*, como possibilidade de resgatar a construção das imagens presentes nas experiências de vida dos pescadores artesanais, no que tange ao seu processo de trabalho, no intuito de acolher a contação de suas histórias de organização cooperativa e de luta cotidiana, além de investigar a história cultural da relação que estabelecem com o meio ambiente costeiro. Nestes relatos se encontram os percursos e escolhas que empreenderam, seus sentimentos, as angústias e percepções em relação aos conflitos vivenciados em sua profissão.

Sobre a memória, podemos concebê-la como a metáfora de uma caixa que guarda as lembranças de um passado, cuja perda de seu registro através da palavra escrita, torna-se fenômeno irreparável. A caixa de abrigo das cartas e dos diários de cenários passados pode ser considerada como uma metáfora da memória, sendo a expressão das experiências históricas de vida, que remontam ao constante reviver das lembranças de perdas, desafios, conquistas e esperanças. Como enfatizam Grossi e Ferreira (2001, p. 29): "Depositários de memória resplandecem itinerários de vida, subjungando a voz que narra nas malhas da letra que registra. Simbolizam cenários desencarnados que prescindem de seu poder sobre os corpos".

Existe uma tensão que se estabelece entre as paisagens e os lugares simbólicos de outras épocas e os acontecimentos do presente. Este conflito exige que o sujeito assuma um posicionamento em relação aos fatos e personagens das imagens passadas: ou assumimos uma recusa em relação às lembranças de nossa memória, ao procurarmos o esquecimento das experiências, ou adotamos uma atitude de resgate e desvelamento dos fragmentos de um mundo que já se perdeu de modo a assumirmos o que somos no momento presente. Assim, a descrição da experiência vivida deve ser um processo realizado com cautela, no qual a partir da ausência de um tempo que se foi, materializam-se vivências no momento presente através da linguagem.

De acordo com Grossi e Ferreira (Op. Cit., p. 30), a narrativa estabelece um ritual, no qual o narrador se ampara em lugares, escutas, momentos e significados, remetendo-se ao encantamento do outro, aprisionando o registro na teia das escutas, impressões e imagens de sua memória, caracterizando o acontecido na verdade vivida pelo contador de histórias. Desse modo, a narrativa seduz o outro, desviando a atenção do pesquisador para os cenários que o narrador considera importantes no emaranhado da lembrança dos acontecimentos. Remetemo-nos a esta verdade vivida pelo contador de histórias como um modo de perceber e frequentar o mundo:

A interpretação de um fato pelo narrador detentor da memória registra um modo de frequentar o mundo. Assim, a construção da identidade do narrador se imbrica com a memória em direção ao território da alteridade, em jogos de poder que entrelaçam grupos sociais estruturados. O narrador, ao contar experiências vividas com o outro, expressa a necessidade de um lugar para se amparar (GROSSI; FERREIRA, 2001, p. 31).

Os momentos vividos como sendo a expressão das recordações do passado, incorporam a construção permanente dos acontecimentos do presente, numa perspectiva de abranger a coletividade, uma vez que os cenários também são lembrados a partir da relação com lugares e do contato com outras pessoas. Assim, a identidade do narrador se constitui das lembranças significativas que são preenchidas a partir das referências que constrói em contato com o outro, ou seja, o sujeito é a expressão dos seus pensamentos e das vivências que conserva, das relações que estabelece ao longo de sua vida. Dessa forma, a identidade do narrador é construída com base nas lembranças, nos afetos, nas vivências singulares e nas experiências que compartilha.

Grossi e Ferreira (2001) comentam sobre o sentimento trágico existente na narrativa, o qual se inscreve nas características de um corpo já cansado, moldado pelos acontecimentos do cotidiano de um tempo que se foi: esta tendência está presente no processo de revisitar os eventos que esclarecem que o sujeito já cumpriu uma longa jornada. Percebe-se o aspecto trágico no sentido de reconhecer a finitude da vivência concreta do sujeito neste mundo, ao contrário da possibilidade da imortalidade do registro da memória, o que gera a angústia da possibilidade da partida: “Ao interrogar a história, o sujeito, em sua narrativa, aponta-nos caminhos que podem fazer-nos recordar a angústia de existir. A angústia de estar num mundo de escolhas trágicas universalmente toca a face do sujeito, levando-o a lugares de memória, já visitados, revisitados, construídos e reconstruídos” (Ibidem, p. 35).

Benjamim na sua obra *O Narrador*, destaca a experiência narrativa como conceito central de sua filosofia, afirmando a necessidade de resgatarmos a *arte de narrar histórias* como pressuposto para a preservação das tradições e da especificidade dos saberes e das vivências de diversas comunidades, no sentido de intercambiar conhecimentos. Além disso, aponta que a narrativa se desfaz nos dias de hoje, principalmente, porque predomina a dimensão da informação na explicação e narração dos fatos. O autor nos convida a refletir o significado que assume a narrativa na atualidade, diante do uso difundido dos meios eletrônicos como forma, em constante expansão, de materializarmos rostos, palavras e gestos, enfim, de modos presentes de se relacionar com o outro, o qual encontra eco ou saudade numa imagem de um passado que foi narrado. E, por mais distante que esta arte esteja de nós, está

presente em nosso imaginário, na figura do viajante, do contador de histórias, do educador. Assim, a partir das reflexões suscitadas por Benjamin, podemos compreender a relevância do conhecimento do sujeito-narrador que conhece a história e as especificidades culturais do seu país e dos lugares por onde passa: torna-se narrador, portanto, do extraordinário, do épico, de uma sabedoria peculiar.

O autor salienta a importância do papel que assume a narrativa que está em atribuir à experiência uma dimensão utilitária, no intuito de apontar algum ensinamento, suscitando uma reflexão, tanto do narrador, quanto do ouvinte. Através desta atitude de aconselhamento, ela exprime uma sabedoria que ultrapassa o imediatismo da informação, conferindo ao narrador a confiabilidade na explicação do acontecimento vivido:

Tudo isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se “dar conselhos” parece hoje algo antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. (BENJAMIM, 1994, p. 200).

Para Benjamin, a arte de narrar possibilita um compartilhar de percepções e perspectivas que perpassam o tempo do narrador. Assim, a partir da contação de histórias o narrador revela a sua leitura de mundo, exprimindo a produção de sentidos e significados expressos na experiência vivida. Mas, o relato é um *processo infinito* de teorização da própria experiência, de construção e reconstrução do processo histórico, permitindo ao narrador a compreensão de si mesmo à medida que, ao contar, descobre os significados atribuídos aos seus desejos, sonhos, projetos e esperanças. Nesta perspectiva, o pesquisador, na posição de ouvinte, compartilha esta inserção no passado, o qual se inter-relaciona com o presente. A partir do exercício da escuta, este se faz co-participante da história, uma vez que se insere na sua reconstrução e profusão de sentidos.

Devido a esse caráter atemporal, a narrativa expressa a característica da incompletude, própria do existir humano e de sua capacidade reconstrutiva. Desse modo, as narrativas se constituem como produtoras de conhecimento, sendo um processo coletivo construído a partir das interações sociais, pois possibilitam a compreensão e uma apreensão da significação da vivência do outro, ou seja, do modo como os sujeitos experimentam o mundo, atribuindo sentidos às suas experiências passadas a partir das vivências, valores e padrões de comportamento do tempo presente.

Ao contar a história, o narrador sabe o que tem a dizer, planeja e seleciona o que deseja contar, orientando e direcionando os questionamentos do pesquisador no decorrer da investigação. Dentro deste contexto, este assume um planejamento que não pode ter preponderância sobre o processo narrativo assumido pelo contador da história, como enfatiza Harrits e Sharnberg (2000, p. 27): “O caminho da igualdade, nesta situação particular e nos que nos diz respeito, passa pelo questionamento atento, o que não equivale a dizer que não devemos também ter um plano, mas sim que não devemos jamais permitir que nosso plano tenha um papel preponderante”. Assim, é o contador de histórias que dá forma a sua experiência e a sua narrativa, tendo como base as imagens que concedem sentido a sua história de vida.

O processo narrativo de resgate de suas memórias, quando relacionado a uma compreensão crítica do vivido, pode afirmar a ocorrência de uma interpretação da experiência em relação a contextos sociais do momento presente ou anteriores ao presente. Neste ínterim, de acordo com Harrits e Sharnberg (2000, p. 30), a narrativa afasta-se da perspectiva da história de vida, assumindo uma perspectiva social e de classe em que o entrevistado expande o foco da narrativa em tal ponto que ela não abarca somente a sua história singular, mas o contexto histórico de uma sociedade, a partir da sua visão crítica, de suas imagens, ideias e posicionamentos que assume, podendo denominá-lo como um *contador de histórias reflexivo*. Cabe salientar que o pesquisador, ao se deparar com o contador de histórias reflexivo, de acordo com as autoras, deve assumir o questionamento atento e a postura de aprendiz, ao reconhecer o narrador como sujeito que constrói conhecimento no momento em que expõe um trabalho analítico e uma compreensão crítica das práticas sociais.

O conceito de História Oral como metodologia de pesquisa é definido por Lozano (2006, p. 16) como possibilidade de construir um “(...) espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitiram, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais”. Neste sentido, utiliza-se de métodos e técnicas específicas, centrando sua análise nas visões e versões que expressam os sujeitos a partir das suas experiências sociais. Destacamos o papel do pesquisador na criação das fontes orais através dos registros das narrativas, como parte fundamental do processo de construção do conhecimento científico.

Conforme Meihy e Holanda (2010, p. 17) a História Oral é definida como “(...) um recurso moderno de elaboração de registros, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva”. Assim, baseamos a definição dos pressupostos que orientam

a prática de pesquisa em História Oral nos autores Meihy e Holanda (Ibidem, p. 18-9), os quais afirmam que esta metodologia pode ser entendida, em um primeiro momento, como possibilidade de resgate das narrativas, no intuito de recolher testemunhos que facilitem a compreensão do meio imediato. Neste aspecto, a entrevista é percebida como foco complementar ao entendimento de um processo social em curso. Em um segundo ponto, os autores enfatizam a proposta da História Oral no que se refere aos estudos da identidade e memória coletivas. Por sua vez, o terceiro ponto, refere-se a este processo como método de aquisição de entrevistas inscritas no “tempo presente”, incluindo um sentido de utilidade social e imediata. Entretanto, considera-se a possibilidade de uso do registro para além da sua forma imediata de apreensão (Ibidem, 2010, p. 18-9).

A presente pesquisa situa-se no campo da *História Oral Temática*, uma vez que sugere o uso das entrevistas a partir de um foco central, inserindo-se na investigação sobre as *imagens do processo de trabalho do pescador artesanal*, utilizando-se de recortes na abordagem e conduzindo a investigação por meio de entrevistas semiestruturadas que vão ao encontro das temáticas propostas para a pesquisa, quais sejam: as imagens de infância, as imagens sobre o meio ambiente costeiro e as imagens de esperança para o trabalho com a pesca. Ainda assim, o foco do estudo sugere o debate em relação a temas conflitantes como, por exemplo, os desafios e os conflitos do processo de trabalho do pescador artesanal inserido na economia solidária. Desse modo, conforme salientam Meihy e Holanda (Ibidem, p. 38), a História Oral Temática se constitui como abordagem de pesquisa que estabelece o diálogo com a diversidade de opiniões em torno de um assunto central definido:

Em geral, a história oral temática é usada como metodologia ou técnica e, dado o foco temático precisado no projeto, torna-se um meio de busca de esclarecimentos de situações conflitantes, polêmicas, contraditórias. A exteriorização do tema, sempre dado a priori, organiza a entrevista que deve se render ao alvo proposto. Então, o grau de atuação do entrevistador como o condutor dos trabalhos fica muito mais explícito e é orientado pelos recursos dados pela sequência de perguntas que devem levar ao esclarecimento do tema (Ibidem, p. 39).

Entretanto, cumpre salientar que a pesquisa também incorpora aspectos da História Oral de Vida, destacando-se, em especial, a compreensão em relação à construção da narrativa, uma vez que se parte da perspectiva de investigar uma história encadeada segundo a vontade do colaborador, sendo a expressão da experiência de vida do mesmo. Neste caso, o depoente tem maior liberdade para dissertar sobre sua experiência pessoal, considerando a sequência cronológica da trajetória do narrador.

Alguns procedimentos se apresentam fundamentais no estabelecimento da metodologia da História Oral em uma pesquisa, dentre eles, destacamos, conforme Meihy e Holanda (2010):

- Em um primeiro momento, há a necessidade de elaboração de um projeto: este ponto orientará o pesquisador na realização de um procedimento planejado;
- Em um segundo momento, tem-se o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas: neste processo, é imperativo justificar as razões da escolha dos sujeitos da pesquisa;
- O planejamento da condução das gravações com definição de locais e tempo de duração: neste procedimento, torna-se importante destacar que, anterior ao momento da gravação, deve-se apresentar a contextualização do projeto, explicando-se o porquê da escolha dos sujeitos que irão compor o conjunto de entrevistas e o destino do material coletado. Além disso, o local e o tempo de gravação devem ser estabelecidos a partir de um acordo mútuo, levando-se em consideração a disponibilidade do entrevistado;
- A transcrição e estabelecimento de textos;
- A conferência do produto escrito, com o retorno do texto (transcrição da entrevista) à comunidade que o produziu para a possível autorização de seu uso para a pesquisa;
- A autorização do colaborador da entrevista para o uso do documento coletado;
- Etapa de arquivamento: nesta etapa os dados coletados deverão compor um acervo de documentos sobre o assunto investigado. Este ponto também deverá ser explicado aos entrevistados, esclarecendo que os dados poderão estar para além do seu uso imediato, podendo ser utilizados para análise de outros pesquisadores;
- Etapa de devolução social, com a necessidade de publicação dos resultados: nesta fase é importante que o material textual, construído a partir dos documentos, retorne ao grupo que contribuiu com a investigação e construção do conhecimento.

A História Oral parte do questionamento de uma tradição historiográfica pautada nos personagens históricos que deixaram registros arquivados nos espaços oficiais e em documentos escritos e cartoriais. Assim, promove outra concepção de História, na medida em que cidadãos comuns e as questões relacionadas ao cotidiano passam a incluir a explicação dos fenômenos históricos. Desse modo, ela se constitui como uma “(...) história do tempo presente e também conhecida por história viva” (MEIHY, 1996, p. 13). O especialista em

História Oral é denominado de *oralista*, e o informante é definido como o *colaborador*. Importante enfatizar que a pesquisa em História Oral se distingue das investigações sobre a memória (normalmente conduzidos por psicólogos especializados), conquanto implica que a narrativa estabeleça uma relação contextual, buscando-se o registro da experiência pessoal atrelada à compreensão de uma realidade social mais ampla, estando “(...) atenta à inserção do indivíduo na sociedade e não na relação do depoente com suas lembranças” (Ibidem, p. 66). Nesta perspectiva, a História Oral alterou a concepção e os procedimentos de estudo da História, conforme destaca Meihy:

Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nesta medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de história, mas, mais do que isto, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem (Ibidem, p. 10).

A experiência da pesquisa na ótica da História Oral implica a necessidade de uma negociação entre o pesquisador e o depoente em relação à finalidade e ao uso do resultado conseguido, salientando a importância que o colaborador assume em todas as etapas do processo de investigação, desde a autorização para a publicação, até a sua participação nas etapas de transcrição e revisão do texto. Neste sentido, destacamos que o processo de investigação das narrativas possui etapas estabelecidas, a saber: pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. Na pré-entrevista, deve-se preparar o encontro em que será gravado o depoimento, informando o colaborador sobre os objetivos da pesquisa e a necessidade de gravação das informações coletadas com a sua prévia anuência. Na etapa da entrevista é importante considerar a criação de uma situação de solidariedade profissional e respeito por parte do oralista, a fim de incentivar os sentimentos de aconchego e confiança. Na pós-entrevista, considera-se imperativo a construção de um calendário de trabalho entre a transcrição e a conferência, evitando-se distâncias prolongadas entre uma etapa e a outra.

Salienta-se que, depois do término da gravação, se ocorrer o fato do depoente informar sobre algo que não foi gravado, deve-se solicitar uma autorização para incluí-lo no texto. Quando existe a impossibilidade de realizar outro encontro para a entrevista, pode-se utilizar o diário ou caderno de campo, conforme afirma Meihy (1996, p. 57). Em história oral, portanto, o diário de campo se constitui como um significativo instrumento no acompanhamento de cada etapa das entrevistas, em que são registradas as observações em



relação ao roteiro da pesquisa (o diário poderá conter as anotações sobre os contatos realizados, as observações em relação às entrevistas e a ocorrência de eventuais incidentes). Desse modo, Meihy (Ibidem, p. 61) salienta que no diário de campo “(...) devem também constar as impressões, bem como as ilações feitas a partir dos vínculos com entrevistas anteriores e hipóteses levantadas para enlaçar as futuras”.

Na etapa da transcrição, defendemos o posicionamento enfatizado por Meihy (1996) que afirma a necessidade de estabelecer um compromisso com o público, neste sentido: “O que deve vir a público é um texto trabalhado, onde a interferência do autor seja clara, dirigida à melhoria do texto” (Ibidem, p. 57). Assim, há um comprometimento com a história pública, rompendo-se com o mito de que a entrevista transcrita palavra por palavra, equivaleria à realidade do depoimento do colaborador. Com base no autor citado, portanto, defendemos que a transcrição deve se manter fiel ao acontecido, porém, é preciso que os erros de gramática e as palavras repetidas sejam corrigidos, sem alteração da mensagem e do conteúdo da narrativa.

Importante considerar que a entrevista em História Oral, como processo dialógico, pressupõe a realização do diálogo a partir de uma relação orientada, planejada para os propósitos do projeto de pesquisa. Sendo assim, constitui-se como contato humano premeditado. Em relação a este aspecto, reconhece-se em História Oral, a questão da percepção do entrevistado no momento da gravação, atentando também para os fatores emotivos na situação da entrevista, algo que não é registrado pelos dispositivos eletrônicos como, por exemplo, o tom de voz, a emoção na pronúncia de certas palavras ou no relato de temas relacionados a vivências particulares. Nesta perspectiva, com base em Vilanova (1994, p. 47) destacamos a fonte oral como sendo uma fonte viva e inacabada, no qual se salienta a construção do diálogo na entrevista como importante pressuposto de investigação da história e estabelecimento de um processo de aprendizagem na pesquisa: “A entrevista significa realmente duas pessoas que estão se olhando. E é nesse olhar-se um ao outro que a fonte oral se justifica porque constitui um processo de aprendizado. Não estamos estudando fontes; estamos conversando com pessoas que buscam diferentes conhecimentos” (VILANOVA, 1994, p. 47).

Salientamos que as pesquisas com base na História Oral discutem processos referentes à produção da memória e identidade de um grupo, estando estes aspectos relacionados à compreensão de um contexto social mais amplo. Neste contexto, o papel da história oral está relacionado ao significado que o resgate da memória da comunidade representa nos dias de hoje, frente à fragmentação da individualidade e superficialidade das relações sociais no

mundo globalizado, no sentido de articular a construção da identidade de um grupo, vinculando as experiências de vivências coletivas. Sendo assim, o sentido das práticas de narrar e contar histórias vai de encontro ao imediatismo presente nas atuais relações sociais que estabelecemos com o outro. Conforme salienta Meihy e Holanda (2010, p. 27-8), os sujeitos, na construção de suas identidades, no conjunto das suas individualidades, expressam os valores e as características que são comuns no grupo, no qual as experiências de cada um se inter-relacionam às demais através da construção de uma identidade comum. Dessa forma, são experiências autênticas por expressarem as vivências do passado através da existência de narradores no momento presente: “Neste sentido, a história oral é sempre social. Social, sobretudo porque o indivíduo só se explica na vida comunitária” (Ibidem, p. 28).

Em relação às entrevistas, cumpre salientar a importância da possibilidade de serem utilizados os *estímulos* na circunstância em que se realizam, estipulando-se os espaços em que serão obtidas e o tempo de sua duração, bem como o andamento das narrativas, de modo a advogar uma narrativa livre ou dirigida. Os espaços em que serão realizadas as entrevistas são fundamentais no processo de investigação da narrativa, pois os lugares evocam lembranças. Desse modo, os ambientes emanam sentimentos e vivências particulares, podendo intensificar aspectos registrados na memória, oportunizando a riqueza dos detalhes da narrativa. Esta é uma estratégia de pesquisa que poderá ser explorada pelo investigador, pois os espaços de realização das entrevistas poderão enfatizar ideias, sentimentos, contextos e ocasiões de mudanças, ou seja, poderão potencializar os cenários e as imagens registrados na memória. Sobre este aspecto, é importante destacar a análise de Paul Thompson quando comenta sobre as influências dos lugares em que serão realizadas as entrevistas:

Deve ser um lugar em que o informante se sinta à vontade. Em geral, o melhor lugar será sua casa. Isso é particularmente verdadeiro no caso de uma entrevista centrada na infância ou na família. Uma entrevista no local de trabalho, ou num bar, irá ativar mais fortemente outras áreas da memória, e também pode ter como resultado uma mudança para um modo de falar menos “respeitável”. Um passeio pelo bairro pode também mostrar-se compensador e estimular outras recordações. (THOMPSON, 1998, p. 265).

Porém, deve-se ter cautela neste processo, uma vez que “estímulo é incitação, não forma de colocar na boca do entrevistado as respostas que se quer obter” (MEIHY; HOLANDA, 2010, p. 56). Ainda assim, no caso do pesquisador, dependendo dos objetivos propostos pela investigação, ao utilizar-se de estímulos, considera-se necessária a apresentação desta intencionalidade ao sujeito da pesquisa antes de sua aplicação, pois alteram a naturalidade da

entrevista. Entretanto, é importante que, primeiramente, seja o entrevistado que escolha o local em que gostaria que a entrevista fosse realizada.

## **1.2. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas aprendizagens**

(...) percebe-se que a análise textual discursiva é acompanhada de uma forma intensa por um conjunto de sentimentos. O pesquisador precisa compreender que eles são inerentes ao processo (...) (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 121).

Ao percorrer os caminhos da análise emergem em pólos opostos prazer e dor, insegurança e convicção, solidão e solidariedade, todos propiciando espaço para a emergência do novo. Saber lidar com esses sentimentos é parte de um bom trabalho de análise. Sinalizar para esta aprendizagem é situar-se em um paradigma emergente de pesquisa (Ibidem, p. 122).

Inter-relacionada à metodologia da História Oral, apresentamos a *análise textual discursiva*, baseada nos autores Moraes e Galiuzzi, como a metodologia de análise de dados no qual se apoia a presente investigação. Neste contexto, é importante considerar as aprendizagens construídas pelo pesquisador, no processo de compreensão dos significados dos fenômenos investigados. Estas aprendizagens estão relacionadas a uma determinada forma de compreender a construção da pesquisa, conseqüentemente revela um modo de entender o papel da ciência.

Sendo assim, a partir de Moraes e Galiuzzi (2006) podemos salientar a pesquisa como um entrelaçamento de saberes entre as teorias basilares das leituras e compreensões dos fenômenos investigados e o conhecimento de mundo do sujeito-pesquisador, o qual se encontra imerso em conceitos e vivências singulares que irão interferir no movimento de análise e escrita. Esta perspectiva revela, como destacado anteriormente, uma concepção de ciência para além dos pressupostos que norteiam a premissa que afirma uma suposta neutralidade e descomprometimento do pesquisador com a transformação social.

Assim, a ciência é construída por sujeitos que incorporam um determinado modo de compreender as relações sociais. Neste sentido, constitui-se como a expressão dos valores, dos ideais e das esperanças que legitimam as concepções de mundo, de práticas sociais, de técnicas, enfim, de conhecimentos e produção da vida cotidiana, uma vez que “(...) os cientistas não começam a vida como cientistas, mas como seres sociais imersos numa família, num Estado, numa estrutura produtiva, e eles enxergam a natureza através de lentes que foram moldadas pelas suas experiências sociais” (LEWONTIM, 1998, p. 7). Por esse motivo, a ciência é uma construção histórica. Sobre este aspecto, cumpre destacar a concepção de ciência construída por Lewontin (Op. Cit., p. 7), quando afirma que: “A ciência é moldada pela sociedade porque trata-se de uma atividade produtiva humana que toma tempo e dinheiro, e portanto é orientada e guiada por forças num mundo que possui o controle do dinheiro e do tempo”. Portanto, o conhecimento científico não é construído estando apartado das forças sociais e econômicas predominantes na sociedade.

Desse modo, como parte da estrutura produtiva, a ciência no conjunto das argumentações e leituras realizadas pelos pesquisadores, produz o que é necessário à reprodução da estrutura social da qual faz parte. Neste âmbito, insere-se a concepção de ciência como ideologia, ou seja, como instituição social inter-relacionada à manutenção dos valores dominantes na sociedade em uma determinada época histórica. Assim, dentro desta perspectiva, enfatizamos que: “Os problemas que a ciência trata, as ideias que ela usa na investigação desses problemas, mesmo os chamados resultados científicos que surgem da investigação científica, são todos profundamente influenciados pelas predisposições que originam-se da sociedade na qual vivemos” (Ibidem, p. 7). A análise textual discursiva se insere nesta perspectiva, pois entende a construção do conhecimento científico como processo que implica a assunção de escolhas, a qual envolve modos de interpretar e comunicar as compreensões construídas sobre o fenômeno investigado, sendo resultado da própria subjetividade do autor-pesquisador.

A análise textual discursiva, portanto, baseia-se na concepção da natureza qualitativa da pesquisa, constituindo-se como a modalidade de interpretação dos documentos transformados em textos. Nesta perspectiva, o pesquisador é concebido como sujeito histórico, uma vez que é participante ativo na construção de novas compreensões sobre os fenômenos e discursos. O material textual denominado de *corpus* documental é entendido como uma produção linguística, sendo o resultado de discursos que refletem uma especificidade no modo como os sujeitos compreendem o mundo. Assim, o *corpus* é expressão dos discursos dos sujeitos da pesquisa sobre os fenômenos e contextos com o qual se investiga. Estes discursos anunciam

uma multiplicidade de sentidos, de significação do mundo, no qual sua análise é construída a partir da perspectiva teórica, dos conceitos e visões da realidade que possui o investigador ao realizar a leitura e interpretação do material de análise. Sobre a pesquisa qualitativa, afirma Moraes (2003, p. 191):

Seja partindo de textos já existentes, seja produzindo o material de análise a partir de entrevistas e observações, a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão.

A análise textual discursiva entende a pesquisa como desafio, movimento complexo, em que o sujeito-pesquisador transforma-se no processo de constituição de novas aprendizagens e compreensão do fenômeno investigado. O desafio de impregnar-se está relacionado ao movimento analítico, ou seja: a partir da desorganização e fragmentação do material textual de análise, emergem novos conhecimentos, os quais são expressos através da escrita comunicativa destas novas compreensões. Neste contexto, destacamos a compreensão de Moraes e Galiuzzi (2007, p. 12) em relação à metodologia da análise textual discursiva:

(...) a análise textual discursiva pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensões em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos do “corpus”, a unitarização; o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada.

Enfatizamos que a análise textual discursiva, inserida na pesquisa qualitativa, pretende a compreensão do material submetido à análise, trabalhando com dados que são apresentados em forma de textos. Estes dados podem ter sua origem a partir de gravações de reuniões ou de aulas, registro de discussões realizadas em grupo, depoimentos individuais ou coletivos, entrevistas semiestruturadas, debates em grupos, entre outros. Destaca-se que o pesquisador, neste contexto, interpreta a realidade a partir dos valores, das percepções e conceitos no qual está inserido, desvinculando-se, portanto, de uma postura neutra enquanto pesquisador e de uma leitura objetiva da realidade na qual investiga. Assim, a análise parte de sujeitos que constroem conhecimentos significativos tomando como base os seus referenciais teóricos. Sobre a análise textual discursiva, é importante considerar a afirmação de Moraes e Galiuzzi (2007, p. 112):

A análise textual discursiva pode ser entendida como o processo de desconstrução, seguido de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se a partir disso novos entendimentos sobre os fenômenos e discursos investigados. Envolve identificar e isolar enunciados dos materiais submetidos à análise, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes descrição e interpretação, utilizando como base de sua construção o sistema de categorias construído.

Assim, afirmamos que a pesquisa científica se constitui como movimento dinâmico e incerto, sendo uma especificidade do próprio processo investigativo, no qual é caracterizado pelo diálogo entre a leitura crítica, a problematização do fenômeno e a reescrita sucessiva. Neste sentido, como afirma Moraes (2005, p. 110), o pesquisador expressa suas próprias convicções e construções sobre os fenômenos investigados, nisto se insere as teses do pesquisador, assumindo-se como autor daquilo que produz, apto a intervir nas formas discursivas pelo qual está envolvido. Neste ponto, importante considerar a qualidade política da pesquisa: “A qualidade política, no entanto, depende dos pressupostos assumidos pelo pesquisador em seu trabalho, destacando o assumir-se como sujeito histórico, capaz de intervir no discurso no sentido de sua reconstrução” (Ibidem, p. 112). Portanto, a pesquisa, no âmbito da análise textual discursiva, insere-se no paradigma que entende a construção do conhecimento científico como processo, no qual as dúvidas, as incertezas e as indagações do pesquisador se constituem como pontos fundamentais para a construção e reconstrução do pensamento investigativo.

A análise textual discursiva utiliza-se de métodos que caracterizam os processos reconstrutivos de compreensões sobre o fenômeno investigado. Assim, a compreensão do material coletado parte, inicialmente, da possibilidade de fragmentar, desconstruir e identificar as unidades de análise do corpus da pesquisa. Esta desconstrução textual deve ir ao encontro dos objetivos propostos pela investigação. De acordo com Moraes e Galiuzzi (2006, p. 123), este movimento é denominado de unitarização, a qual tem como objetivo a realização de um recorte dos argumentos construídos pelas diversas vozes que dialogam com o pesquisador. Sendo assim, a unitarização possibilita, em meio à desordenada construção de unidades de significado, promover novas compreensões sobre o tema investigado. Porém, exige-se do pesquisador, uma leitura rigorosa do *corpus* documental, mas no esforço de considerar o exercício da leitura a partir da perspectiva do outro. Neste aspecto, conforme destaca Moraes (2003, p. 193), é importante adotar uma atitude fenomenológica na leitura dos discursos, no sentido de valorizar a perspectiva dos participantes.

Coloca Moraes (2003, p. 195) que a unitarização pode ser construída a partir de três momentos distintos, nesta etapa inicial de análise. Primeiramente, destaca-se a unitarização através da fragmentação e desconstrução textual atribuindo-se um código para cada unidade de análise. Outros fatores a serem considerados nesta etapa é a possibilidade de reescrita de cada unidade, atribuindo-lhes um significado e, por último, o autor coloca a necessidade de conceder um título para cada unidade construída que expresse a ideia central de cada uma.

Cumprido salientar que este processo não é algo estanque, mas dinâmico e implica a necessidade de leitura aprofundada e intensa impregnação com o material de análise, visando a reconstrução e reinvenção das compreensões do pesquisador sobre o fenômeno investigado. Este movimento de análise, com foco na unitarização, consiste em desmembrar um texto transformando-o em unidades de significado, “(...) transformando-o em unidades elementares, correspondendo a elementos discriminantes de sentidos, significados importantes para a finalidade da pesquisa, denominadas de unidades de sentido ou de significado” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 49). A partir desta abordagem qualitativa de análise, propõe-se a emergência de novos sentidos e significados com fins a uma produção criativa do processo analítico, considerando-se, portanto, a leitura cuidadosa e o imaginário do pesquisador como pontos fundamentais para a emergência de novas compreensões.

Diante do exposto, afirmamos a importância do processo de unitarização na análise textual do corpus. Esta etapa parte da fragmentação e desconstrução do *corpus* com o objetivo de produzir leituras significativas e aprofundadas das informações coletadas com o movimento de isolar e identificar as unidades significativas para, enfim, possibilitar o estabelecimento de relações entre cada unidade de análise construída. Sobre a unitarização destacamos que esta permite impregnação intensa e leitura minuciosa do *corpus*, destacando-se que a desordem estabelece novas ordens, nas quais novas compreensões são possibilitadas: “(...) criam-se as condições para a emergência de interpretações criativas e originais, produzidas a partir da capacidade do pesquisador de estabelecer e identificar relações entre as partes e o todo, tendo como base uma intensa impregnação no material de análise” (Ibidem, p. 22).

Em um segundo momento, é importante considerar a etapa de categorização como um movimento que segue a unitarização. Conforme destacam Moraes e Galiazzi (Ibidem, p. 29), a categorização “(...) constituem conceitos abrangentes que possibilitam compreender os fenômenos, que precisam ser construídos pelo pesquisador”. Neste contexto, é construída a partir de dois processos de análise, um deles denominando-se de categorias *a priori* e, o outro, intitulado-se como categorias *emergentes*.

Desse modo, quando o pesquisador assume *a priori* as teorias orientadoras que fundamentam a compreensão do fenômeno investigativo e as constrói com base nesta leitura específica, têm-se as categorias denominadas *a priori*. Assim, estas se referem à construção de categorias que se inter-relacionam a determinadas teorias e à intenção comprobatória de hipóteses, sendo estabelecidas anteriores ao momento da análise dos dados. Porém, este movimento também inclui os sentidos que ainda não são conhecidos e assumidos pelo pesquisador, no qual se insere a construção das *categorias emergentes* que partem da leitura rigorosa do material submetido à análise, resultando na emergência de novos sentidos e novas compreensões do fenômeno. Estas, por sua vez, referem-se à construção de categorias que emergem a partir das vozes dos sujeitos investigados. Em relação ao significado das categorias na pesquisa qualitativa:

(...) podemos afirmar que um conjunto de categorias necessita ser construído de modo a atender a algumas características, das quais depende sua qualidade. Isso tanto se aplica quando o processo é dedutivo, operando-se com categorias *a priori*, quanto na opção por categorias emergentes, construídas indutivamente. No conjunto das características imprescindíveis de um sistema de categorias destaca-se de modo especial sua validade (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 88).

Este processo tem como base o conjunto de teorias subjacentes à leitura e análise que o pesquisador realiza do fenômeno investigado, necessitando de uma explicitação clara destas categorias como eixos em torno do qual são construídos os seus argumentos. Conforme explicam Moraes e Galiazzi (Ibidem, p. 30), a construção das categorias expressa o conjunto de argumentos que partem da inter-relação entre as diferentes categorias, exigindo-se do pesquisador uma rigorosidade metódica e a crítica permanente no processo de leitura, compreensão e comunicação do que foi construído. Este movimento é recursivo, na medida em que implica uma orientação dialética na compreensão dos fenômenos, rompendo-se com a linearidade na construção dos sentidos na análise textual, fundamentando-se um entendimento mais complexo que valoriza a desordem, a retomada, a rigorosidade e a autoria na pesquisa.

Importante destacar a categorização como expressão de um processo de classificação das unidades de significado que possibilita, a partir da inter-relação entre as diferentes categorias, um movimento inicial de compreensão e teorização do fenômeno pesquisado, a partir da síntese, organização, comparação e diferenciação dos elementos unitários. Estes últimos, por sua vez, são encadeados de modo sequencial possibilitando a formação de um conjunto de elementos que são comuns e interessantes à construção de novos entendimentos



em relação ao tema que se investiga. Neste sentido, a categorização se constitui como “(...) uma sequencia de passos classificatórios que conduz a um conjunto de categorias reunindo elementos semelhantes” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 77).

No contexto da análise textual discursiva, toma importância a emergência de novas compreensões do fenômeno investigado, tendo como base, portanto, a valorização das categorias de natureza compreensivo-constitutiva. Destaca-se que a relevância do conjunto de categorias está relacionada à sua pertinência em relação ao tema e aos objetivos da pesquisa: “As categorias serão válidas se tiverem pontes com os contextos aos quais se referem, representando significados e vozes dos sujeitos envolvidos” (Ibidem, p. 82). Mas, a especificidade da pesquisa qualitativa está em, mesmo se encontrando delimitados a temática e o contexto investigativo no momento inicial da investigação, os objetivos se constituem como elementos que são construídos ao longo do processo da pesquisa.

A formação de um conjunto significativo de categorias de análise encaminha os sentidos e interpretações construídos pelo pesquisador. Estas novas compreensões sobre os fenômenos examinados necessitam ser comunicados a partir do exercício de construção de metatextos. Salienta-se que as categorias se constituem como a base para o desenvolvimento do metatexto descritivo e interpretativo, sendo um processo dinâmico e inacabado, resultando em compreensões cada vez mais aprofundadas, originais e criativas do contexto investigativo.

Neste aspecto, cumpre destacar o papel do exercício da escrita como movimento de construção da autoria por parte do investigador, resultando em “(...) construções e interpretações pessoais do pesquisador, tendo sempre como referência uma fidelidade e respeito às informações obtidas com os sujeitos da pesquisa”. (Ibidem, p. 94). Assim, através da expressão “escrever é preciso”, os autores citados, basilares da metodologia da análise textual discursiva, baseados em Mário Osório Marques, enfatizam o processo de escrita como desafio inerente à construção da autoria na pesquisa.







## **CAPÍTULO II:**

### **A PEDAGOGIA ONÍRICA COMO UM DOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Refletir o significado do conceito de esperança na educação como sendo um dos fundamentos da pedagogia onírica, a partir dos conflitos e problemas atuais, implica a necessidade de problematizar a compreensão das contradições e concepções do pensamento pedagógico moderno, elencando alguns teóricos que influenciaram e fundamentaram as visões das práticas educativas. Portanto, destacamos que o conceito de esperança na educação possui uma historicidade, devendo ser compreendido a partir das possibilidades e conflitos que caracterizam uma determinada época histórica. Relacionado a este debate, o presente capítulo enfatiza, em um primeiro momento, as discussões sobre a perspectiva histórica do conceito de esperança na educação, com base nos escritos de alguns teóricos que fundamentaram o pensamento pedagógico moderno, bem como de filósofos como Theodor Adorno e Max Horkheimer. Neste aspecto, cabe salientar que a análise privilegiará algumas de suas obras, visto a amplitude de suas produções.

Em um segundo momento, discute-se os pressupostos da Pedagogia Onírica como sendo um dos fundamentos de uma Educação Ambiental voltada à construção de esperanças, constituindo-se como proposta de enfrentamento a uma pedagogia baseada na razão instrumental e na perspectiva pragmática e funcional da educação. Neste debate, contamos com o aporte teórico de Ernst Bloch, Gaston Bachelard e Paulo Freire.

Por fim, o terceiro ponto de discussão do capítulo situa a Pedagogia Onírica como base para a construção de um trabalho pedagógico sob a perspectiva da compreensão crítica dos problemas sociais e ambientais, inserindo a Educação Ambiental como processo de aprendizagem permanente, campo de atuação política e transformação das relações sociais de dominação e exploração humana e destruição ambiental existente. Neste estudo, ratificamos a crítica à lógica do livre mercado como mecanismo de enfrentamento dos problemas ambientais, como também questionamos a desagregação dos fatores de produção da desigualdade ambiental aos mecanismos de construção da desigualdade social. Cumpre

salientar, em especial, as contribuições de Mészáros (2002), Acsehrad et al. (2009) e Loureiro (2004; 2012) nesta discussão.

Destaca-se a importância do debate em relação à compreensão do significado da esperança na educação, em especial, na Educação Ambiental, visto o fortalecimento de concepções fatalistas sobre o ser humano na atualidade. Assim, afirma-se o imperativo de se discutir as possibilidades do fortalecimento da esperança na educação em épocas de desesperança, como projeto empreendido pelo ser humano, na perspectiva da constituição de uma Pedagogia Onírica. Neste contexto, a compreensão da Educação Ambiental como utopia pedagógica, tal como trabalhamos em nossa Dissertação de Mestrado (OLIVEIRA, 2008) inclui a defesa da argumentação em torno do conceito da *pedagogia onírica como um dos fundamentos necessários à formação do educador ambiental*. Sob esta perspectiva, cumpre ratificar a importância do exercício da denúncia e do anúncio, a partir da necessidade de realizarmos a crítica da esperança fundamentada pelo projeto de expansão do capital no intuito de assumir o processo de formação do educador a partir da criticidade e da assunção de práticas engajadas com o sonho almejado no campo da Educação Ambiental.

## **2.1. Compreensão histórica do conceito de esperança na educação: uma breve discussão**

O pensamento pedagógico moderno desenvolveu uma concepção de educação centrada na formação da essência verdadeira do ser humano. De acordo com Suchodolski (1992, p. 28), esta premissa tem suas raízes e fundamentos na filosofia de Platão, a qual influenciou desde as bases do Cristianismo até as correntes filosóficas renascentistas, bem como a compreensão do papel do homem diante da realidade, fundamentando uma concepção metafísica, idealista da educação. Nesta perspectiva, a esperança na educação teria uma base essencialista, no sentido de busca do conhecimento da própria essência.

Esta visão influenciou a concepção da pedagogia: assim, o seu papel seria fazer animar no humano os potenciais da sua essência verdadeira, a qual emerge do mundo ideal. Neste sentido, o mundo imaterial, fundamenta-se numa concepção idealista da realidade, formando as bases de uma pedagogia essencialista, ou seja, as ideias existem independente do mundo

material, não se constituindo como reflexo da realidade social.

Esta forma de pensamento fundamentou a doutrina do Cristianismo, como também várias correntes filosóficas modernas. O dualismo entre o mundo eterno e o mundo temporal incidiu sobre os objetivos da educação: esta, por sua vez, teria o papel de fazer o ser humano ultrapassar o estado das aparências, enfim, o que o liga à sua existência material, terrestre. Assim, a educação ligaria o humano ao mundo espiritual, em que se encontram a verdade e o bem: “A tarefa da educação consiste em atuar da mesma maneira em todos. Não é a partir da matéria que convém avançar para a 'forma' do homem; pelo contrário, é preciso moldar a matéria com a energia do sentido contido na noção de forma humana. A orientação da ação educativa é assim idêntica à de PLATÃO (...)” (SUCHODOLSKI, 1992, p. 31).

Sendo assim, a educação idealista visa à formação moral, com o preceito de escolha de bons fins para a coletividade, uma premissa baseada na esperança de educar o cidadão de forma integral. A partir desta perspectiva filosófica, podemos destacar que a esperança também está centrada em um mundo idealista. Esta visão imperou até o século XVII, quando, a partir deste período, Rousseau constrói uma concepção de pedagogia centrada a partir das necessidades e pensamentos do próprio ser humano. A pedagogia da existência, defendida por Rousseau, destacava a crítica à cultura da aristocracia feudal, concebida pelo filósofo, como afirma Suchodolski (Ibidem, p. 62), como uma “(...) cultura a caminho de se petrificar, cultura superficial, cultura de *élite*, tinha por objetivo um ideal que prejudicava a vida de todos os outros homens (...)”.

No século XVIII, do qual se insere o projeto da Filosofia da Ilustração, vinculam-se filósofos como John Locke, Kant, Voltaire, Montesquieu e Rousseau, entre outros. As esperanças que emergem deste movimento estão relacionadas às possibilidades de ser construída uma racionalidade que compreenda uma educação voltada para o esclarecimento, que seja capaz de “iluminar”. Neste sentido, a razão esclarecedora engendra em si os potenciais de esperança que caracteriza o projeto de sociedade deste período histórico.

Enquanto que, em um período anterior, a Igreja ditava o papel e a finalidade do ser humano e, a partir da compreensão da natureza do pensamento humano, desenvolvia-se uma orientação dos comportamentos, a *filosofia da razão iluminista* afirmava que a confiança no uso da razão resultaria na liberdade de pensamento. Matos (1997), quando discute Espinosa, um dos expoentes do pensamento deste período, afirma que duas formas de conhecimento são trabalhadas por este filósofo: a imaginação e a razão. A primeira resulta em passividade e servidão e a segunda significa ação e liberdade. Da imaginação emergem os sentimentos de medo e angústia, os quais se constituem como alicerces das crenças religiosas, sendo

explorados pelo clero para consolidar seu domínio político. A razão, ao contrário, é expressão da busca de um conhecimento verdadeiro sobre o mundo.

A sabedoria estaria, portanto, relacionada ao uso da razão, baseada na premissa de que esta resulta da liberdade de obedecer a si mesmo. Sobre este aspecto Kant afirma que, para este esclarecimento se exige, senão, a liberdade, sendo concebida como a capacidade de fazer uso público de sua razão no que se refere a todas as questões. Assim, de acordo com o projeto do Iluminismo, o papel da razão seria estabelecer um controle racional das paixões, dos medos, dos desejos e da esperança: “Esperar é temer ser decepcionado. Temer é desejar ser tranquilizado. Não há medo sem esperança, nem esperança sem medo. Quer se trate do plano anímico ou político, o medo e a esperança são paixões primeiras. A razão procura: medi-las para alcançar a prudência (...)” (MATOS, 1997).

Afirma-se, portanto, que a esperança no uso da razão e a educação estariam fundamentadas nesta perspectiva. Ou seja, como especificidade humana, a educação teria uma função moral e libertadora dos preceitos e fórmulas dos tutores, contribuindo para a construção de um sujeito que tem a autonomia de pensar por si mesmo. Sobre isto, Kant enfatiza que o uso público da razão deve alcançar a plena liberdade e, somente nestas condições, pode realizar o esclarecimento. O esclarecimento se caracteriza como a esperança no estágio em que o indivíduo, além de adquirir conhecimento, adquire a autonomia de fazer uso de seu próprio conhecimento. Pereira traz importantes contribuições a esse respeito, destacando o ideal educativo de Kant:

Como tinha grande preocupação com o desenvolvimento moral e com a emancipação de sujeitos, era fundamental uma noção de pedagogia, que possibilitasse esse salto em direção à maioria. Kant também partilhava do ideal educativo de seu tempo: educar os homens e torna-los moralmente melhores a fim de que possa modificar a sociedade (PEREIRA, 2012, p. 75).

De acordo com Kant, a esperança na condição plena de liberdade é construída através do *uso público da razão*, constituindo-se como fator de desenvolvimento do esclarecimento, em que o sujeito age em conformidade com suas crenças pessoais. O *uso privado da razão*, ao contrário, impede a emancipação do humano em direção ao esclarecimento, uma vez que se tem a ordem e a obediência como fatores que impedem o indivíduo de agir em seu próprio nome, como afirma o filósofo. Deve-se destacar que existem tutores que trabalham no sentido de perpetuar a opressão, a resignação e a obediência ou, nas palavras de Kant, o *estado de menoridade*, pois o pensamento livre e autônomo ameaça uma

sociedade disciplinada.

Afirma Kant que, no estado de menoridade, o ser humano depende de preceitos e fórmulas estabelecidos por outros indivíduos para assumir um posicionamento, uma direção. Assim, Kant questiona as autoridades que, utilizando-se do medo e do temor, contribuem para manutenção do estado de permanente insegurança, fazendo-os procederem com falta de decisão. Importante salientar, nesta abordagem, a análise de Pereira (2012) sobre a filosofia kantiana:

Tanto o texto *Que é esclarecimento?* quanto *Sobre a Pedagogia*, denotam o fim último da abordagem kantiana. No primeiro, uma exigência para a autodeterminação e a maioridade. Somente o homem seguro de si chega ao esclarecimento (estágio de maioridade). É claro que Kant alerta que chegar a esse estágio não é fácil. Requer capacidade reflexiva, uso da razão, vontade de não ser determinado por outrem, superação da condição de menor. Aqui o menor (que não significa idade) não é bem visto. É um estágio de “sono dogmático” (PEREIRA, 2012, p. 80. Grifo do autor).

Assim, na acepção de Kant, a razão vincula-se à esperança no projeto de educação elaborado pela sociedade do Iluminismo, sendo colocada como uma vocação do ser humano, o qual conseguirá atingir o seu uso pleno, não de maneira individual, mas em comunidade. Desse modo, o indivíduo guiado pela razão é livre e o desenvolvimento desta autonomia somente é possível na vida em sociedade. Daí a necessidade do uso livre e público da razão para alcançar o processo do esclarecimento. Neste debate, Pereira problematiza a ideia de pedagogia em Kant, salientando as concepções de infância que fundamentam esta teoria:

(...) Kant deduz de sua filosofia o modo de educar, com vistas a estabelecer as bases de uma subjetividade autônoma. A infância em Kant, recebe contornos, regras, deveres e condicionamentos voltados exclusivamente para a afirmação dessa subjetividade metafísica que superando as dimensões espontâneas da vida assegura-se na racionalidade como aporte para as condições da maioridade (Ibidem, p. 81).

Portanto, destaca-se que o pensamento europeu do século XVIII, através do movimento Iluminista, caracterizou-se pelo rompimento com o conhecimento teológico, propondo-se discutir o sujeito social como portador de razão, com as potencialidades de, através do uso de seu conhecimento histórico, científico e tecnológico, promover o progresso da consciência. Esta premissa era necessária ao desenvolvimento de um projeto de sociedade que tinha como objetivo romper com o pensamento mítico, religioso, enfim, com o poder reservado ao clero e à nobreza, afirmando que o sujeito que se guia pela razão é um indivíduo livre e autônomo. Porém, esta liberdade está vinculada à construção de uma realidade social e

econômica relacionada ao projeto empreendido pela burguesia em ascensão deste período.

Como contestação ao ideal Iluminista, Adorno e Horkheimer realizaram a crítica da razão idealizada pelo projeto do esclarecimento, afirmando a necessidade de uma compreensão do sentido da ciência no contexto da civilização burguesa que, ao pretender combater os mitos, converteu-se ela mesma em mito, resultando na autodestruição do esclarecimento, como colocam os autores:

(...) o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. Do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa sua origem. Os reis não controlam a técnica mais diretamente do que os comerciantes: ela é tão democrática quanto o sistema econômico com o qual se desenvolve. A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 20).

Horkheimer e Adorno ao realizar a crítica da razão iluminista, não estavam negando o seu potencial emancipador. Enfim, a esperança na razão humana ainda se constituía como eixo norteador do processo de emancipação da humanidade. Assim, a crítica estava centrada à razão que está presa a uma dominação cega, submissa ao mercado capitalista e ao ideal de liberdade econômica. Portanto, os autores concordam com o princípio de que a razão esclarecedora engendra em si um potencial libertador, entretanto, torna-se necessário, diante da possibilidade concreta de uma regressão, o exercício permanente de autorreflexão das contradições inerentes ao seu desenvolvimento. Como afirmam Horkheimer e Adorno:

Se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse elemento regressivo, ele está selando seu próprio destino. Abandonando a seus inimigos a reflexão sobre o elemento destrutivo do progresso, o pensamento cegamente pragmatizado perde seu carácter superador e, por isso, também sua relação com a verdade. A disposição enigmática das massas educadas tecnologicamente a deixar dominar-se pelo fascínio de um despotismo qualquer, sua afinidade autodestrutiva com a paranóia racista, todo esse absurdo incompreendido manifesta a fraqueza do poder de compreensão do pensamento teórico atual (Ibidem, p. 13).

Assim, com o objetivo de romper com a imaginação mítica, o esclarecimento continha em si a esperança de livrar os seres humanos das crenças metafísicas, afirmando a superioridade do pensamento racional sobre a magia, da técnica industrial sobre as práticas



fundamentadas na fé e na superstição e, neste sentido, da ciência sobre a religião. Neste processo, o esclarecimento em si se converte em mito, uma vez que seus fundamentos, suas práticas e conceitos não são questionados: “(...) Do mesmo modo que os mitos já levam a cabo o esclarecimento, assim também o esclarecimento fica cada vez mais enredado, a cada passo que dá, na mitologia. Todo conteúdo, ele o recebe dos mitos, para destruí-los, e ao julgá-los, ele cai na órbita do mito” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 26). Dentro desta perspectiva, os autores realizaram a discussão do conceito de indústria cultural, a qual consiste no processo de regressão do esclarecimento à ideologia<sup>1</sup>.

Assim, o interesse do desenvolvimento da técnica e da ciência, como expressões do projeto Iluminista, seria extrair da natureza desencantada o aprendizado necessário para poder dominar tanto esta, quanto os próprios humanos. Nesta perspectiva, o esclarecimento concebe a construção do conhecimento a partir de critérios utilitaristas: “O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder” (Ibidem, p. 24).

A esperança dos teóricos da Escola de Frankfurt, especialmente, de Horkheimer e Adorno, está relacionada à possibilidade de extrairmos os ensinamentos a partir dos acontecimentos históricos do passado, especialmente, de barbáries como Auschwitz, para que experiências como estas não se repitam na atualidade. E este seria o imperativo papel da educação, pois existe a ameaça constante de que Auschwitz se repita. Portanto, na educação, a partir do que problematiza Adorno<sup>2</sup>, estariam imbricadas as esperanças no que se refere à necessidade de uma conscientização dos indivíduos, no sentido do entendimento de que o processo civilizatório origina e fortalece as condições concretas e ideológicas para que a regressão à barbárie retorne. Adorno define barbárie como uma regressão à violência física, neste sentido, as pessoas estariam “(...) tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda a civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza” (ADORNO, 1995, p. 155).

A sobrevivência da humanidade, na perspectiva de Adorno, está fundamentada na esperança de superar a barbárie através da educação orientada para a emancipação. Assim, a educação engendra os potenciais de esperança no processo de emancipação do ser humano.

---

1 O conceito de ideologia, no sentido empregado por Horkheimer e Adorno, está relacionado à sua raiz marxista, a qual a compreende como percepção errônea e distorcida da realidade.

2 Adorno discute esta temática com maior profundidade em sua obra: ADORNO, Theodor. **Educação Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

De acordo com o autor o conceito de emancipação está relacionado às possibilidades que a educação apresenta em relação ao processo de conscientização do sujeito, sendo assim, sustenta-se a partir do princípio da racionalidade.

O interesse no desenvolvimento técnico e na perspectiva do progresso econômico emerge como aporte de um processo de desencanto e desumanização na sociedade capitalista. As relações sociais construídas a partir desta lógica utilitarista fundamentam uma determinada compreensão de sujeito, de construção do conhecimento e de educação. Neste sentido, partindo de uma sociedade fundamentada no critério da racionalidade, a ideia de sujeito incorpora o interesse pela autopreservação: assim, reitera o princípio de ajustamento à realidade, do indivíduo subordinado aos interesses pessoais. Horkheimer (2002, p. 28) afirma que o princípio do interesse pessoal consiste no núcleo da ideologia oficial do liberalismo. Esta percepção dos princípios liberais fundados na razão objetiva, baseando-se nos ideais de igualdade, propriedade e democracia, denotam os fundamentos do aspecto instrumental da razão, com um importante papel no processo de domínio da natureza humana e não humana. Como resultado deste processo, tem-se a afirmação do aspecto funcional e pragmático das ideias, da linguagem e, enfim, da comunicação.

Sendo assim, ocorre uma subordinação do pensamento, da opinião pública à reprodução do mecanismo afirmado pela sociedade industrializada: as atividades intelectuais, a cultura de massas, a ideia de felicidade e o conceito de trabalho são cobertos pelo conteúdo ideológico de uma ordem social que tem como prioridade a produção de instrumentos de destruição. Importante destacar que a autodestruição do esclarecimento está fundamentada no processo de ausência de uma necessária compreensão crítica dos mecanismos de sua própria destruição, ou seja, há uma tendência de obscurecer as contradições relacionadas à reprodução desta realidade pragmática e opressora na sociedade atual:

Tal mecanização é na verdade essencial à expansão da indústria; mas se isso se torna a marca característica das mentalidades, se a própria razão é instrumentalizada, tudo isso conduz a uma espécie de materialidade e cegueira, torna-se um fetiche, uma entidade mágica que é aceita ao invés de ser intelectualmente apreendida (Ibidem, p. 31).

O ideal de felicidade afirmado pela sociedade capitalista deifica a atividade industrial e coloca o conceito de felicidade e o ideal de cultura nos valores do progresso tecnológico com a promessa de revolução das condições de existência da humanidade: “Os tecnocratas sustentam que a superabundância de bens, produzido em ampla escala, eliminarão

automaticamente toda miséria econômica” (HORKHEIMER, 2002, p. 152). Assim, o desenvolvimento tecnológico está apartado numa visão de neutralidade da ciência e de progresso econômico, fundamentando-se na esperança de melhoria da qualidade de vida dos seres humanos. Esta perspectiva credita aos avanços das possibilidades tecnológicas o papel de construção da felicidade humana, descartando o sentido político deste processo, como expressão de valores, escolhas e planejamentos construídos por um determinado contexto de sociedade.

## **2.2. A *Pedagogia Onírica* como imperativo à formação de educadores ambientais: concepções a partir de Bloch, Bachelard e Paulo Freire**

Neste texto, pretende-se construir o conceito de *Pedagogia Onírica* a partir da concepção de esperança com foco em três autores que, em um momento anterior à pesquisa de nossa Dissertação de Mestrado, incluíram as discussões sobre os sonhos de pescadores artesanais cooperativados: Ernst Bloch, Gaston Bachelard e Paulo Freire. Assim, buscamos aprofundar o debate no sentido de articular as discussões de investigações anteriores à nossa pesquisa de Doutorado. A importância desta discussão, a partir dos escritos destes teóricos, está relacionada ao aspecto de centralidade que assume a temática da esperança em suas obras.

A *Pedagogia Onírica*, portanto, é concebida como um dos fundamentos de uma Educação Ambiental voltada à construção de esperanças, sendo uma proposta de enfrentamento a uma pedagogia baseada na razão instrumental e na perspectiva pragmática e funcional da educação. Desse modo, encontra-se amparada nos pressupostos teóricos, políticos e epistemológicos dos autores citados, com foco nos seguintes conceitos:

- *A Pedagogia Onírica orienta-se com base em princípios que integram a filosofia da esperança de Ernst Bloch, o potencial criador das imagens oníricas de Gaston Bachelard e a Pedagogia da Esperança de Paulo Freire.*

Destaca-se que o texto está organizado em subdivisões que desenvolvem eixos de discussão a partir dos conceitos específicos trabalhados por cada autor. Desse modo, tomando

como base os escritos de Ernst Bloch exploramos a filosofia da esperança, como sendo a expressão de um afeto expectante positivo, a partir do imperativo de a compreendermos como ato relacionado a um compromisso político de busca pela constituição das *utopias concretas*. Em Gaston Bachelard buscamos compreender a construção da esperança a partir do resgate das *potencialidades das imagens oníricas* com o propósito de resgatar o papel criativo do trabalho, explorando o seu significado ontológico como imperativo utópico a ser buscado nos dias de hoje. Neste sentido, destacamos em Bachelard a noção da esperança a partir do conceito humanizador do papel do trabalho, como experiência onírica que desperta sentimentos que exprimem a densidade do pensamento do operário: contemplação e agressividade ao objeto; satisfação nas tarefas bem ordenadas; vontade de poder material. Podemos destacar a intencionalidade de aliar a concepção crítica do conceito de esperança e do papel ontológico do trabalho à teoria construída por este filósofo-sonhador. A problematização do termo a partir de Paulo Freire, por sua vez, insere a discussão acerca da importância da *Pedagogia da Esperança* como processo de aprendizagem política de exercício e comprometimento com uma utopia. Neste debate, resgatamos o conceito de esperança, inédito viável e inacabamento em Freire.

### ***2.2.1. Ernst Bloch: a Pedagogia Onírica como possibilidade de busca pelas utopias concretas***

Sua vontade objetiva algo mais, e tudo o que conquista tem o gosto desse algo mais. De modo que a vontade não apenas tenta viver além de suas próprias condições, mas além das circunstâncias precárias (BLOCH, 2006, v. 2, p. 9).

Bloch destaca a necessidade de educarmos a nossa esperança, no sentido de ultrapassar o aspecto da fuga e da resignação que coloca o ser em conformidade com a precariedade da sua situação existencial. Neste aspecto, educarmos a nossa esperança significa extrairmos do nosso sonho diurno a compreensão das nossas necessidades e anseios e o direcionamento das nossas ações. Assim, para além da tendência contemplativa, a esperança deve resultar em práxis: “Não no sentido do entendimento meramente contemplativo, que aceita as coisas como são e estão no momento, mas sim no da

participação, que as aceita em seu movimento, portanto, também como podem ir melhor”. (BLOCH, 2005, p. 14). Assim, a esperança configura-se enquanto opção metodológica, orientando o movimento de ação-reflexão no sentido da busca pela concretização da utopia possível. Desse modo, podemos destacar que o ato de esperar se constitui como compromisso político, uma vez que condiciona a ação dos sujeitos de modo a construir no âmbito do individual e do coletivo, as possibilidades históricas da luta pela concretização dos sonhos possíveis.

A esperança se contrapõe à agonia, a qual, de acordo com Bloch (2005), é tornada na sociedade atual, especialmente na Ocidental, como fundamento ontológico do ser humano. Nesse caso, a desesperança como aporte da agonia e do desespero, apresenta-se como indicativo insuportável para as necessidades humanas. Assim sendo, enfatizamos a necessidade de todas as nossas ações estarem mediadas pela “*esperança lisonjeira e perversamente estimulada*” (BLOCH, 2005), pois do contrário, o medo e o niilismo passam a sustentar uma existência desesperadora e um temor em relação ao vazio que compreende o futuro. Portanto, a agonia como contraponto da esperança, constitui-se como a negação das possibilidades daquilo que está sendo buscado e almejado, como se a estrada em que se está percorrendo fosse um caminho de fatalidades ou não existisse vitória a ser conquistada.

No campo das possibilidades do que *ainda-não-se-tornou* ou do que *pode-vir-a-ser*, a esperança manifesta a incompletude do ser humano, do novo possível: “Somente ao se abandonar o conceito fechado e imóvel do ser surge a real dimensão da esperança” (Ibidem, p. 28). Ela necessita da práxis para transpor o mero entusiasmo, a contemplação, assim, precisa estar mediada pelo movimento da materialidade objetiva. Desse modo, o saber como teoria-práxis se diferencia do saber contemplativo, pois está situado para além da ilusão de uma vida melhor, tornando-se ação intencional, projetada e planejada. O fenômeno do *ter esperança*, portanto, na concepção da teoria crítica, é compreendido não somente como fundamento ontológico, mas como categoria da possibilidade, a qual se desenvolve enquanto práxis, no movimento de conquista de algo para si.

A atividade de buscar deve estar direcionada para um alvo, sendo este definido por antecipação. Ou seja, as necessidades que emergem a partir de uma carência, são compreendidas de modo mais preciso quando se intensificam as imagens de algo melhor. O anseio por algo é exigente e impaciente, e almeja a sua satisfação por meio do querer-fazer: “(...) o querer será tanto mais intenso quanto mais vividamente o alvo, concebido em comum com o desejar, tiver assumido a forma de um ideal”. (Ibidem, p. 51).

A esperança é fundamentada pelo apetecer, pela amplitude do ato de desejar, mas que,

necessita da práxis ou, como denomina Bloch, do *querer-fazer*, para que se estabeleça enquanto utopia concreta. Porém, ansiamos por aquilo que, primeiramente, está ao nosso alcance, neste caso, a esperança é embasada pelo almejar determinado, onde se tem uma concepção mais definida do objeto, daquilo que pode ser saciado, conforme destaca Bloch (Ibidem, p. 51): “O mero apetite e sua pulsão se atêm primeiramente ao que está ao seu alcance, mas o desejar imaginativo contido neles ambiciona mais. Assim, ele se mantém insatisfeito, isto é, nada do que existe lhe basta de fato”.

Desse modo, como expressão de um apetite, a esperança se equivale a um impulso quando orienta e participa do sustento do corpo individual, buscando-se aquilo que o mantém. Consistem nas carências que tem sua origem desde o aspecto da satisfação ligada à sobrevivência do ser, até a criação de novas necessidades impulsionadas pela sociedade capitalista como, por exemplo, o luxo, a tecnologia, bem como aquelas relacionadas às invenções de novos divertimentos e à obsessão pelo lucro. Neste aspecto, os anseios possuem, além de um fundamento ontológico, relacionado ao instinto de preservação, uma dimensão histórica, criada e estimulada pelo contexto de realidade da sociedade em que o sujeito se insere. Portanto, podemos afirmar que a esperança também possui um fundamento histórico criado pela cultura, que orienta o conteúdo das nossas necessidades.

Sobre esta questão, do ponto de vista do capital, a criação de novas necessidades está relacionada ao impulso necessário à expansão quantitativa do consumo através da criação de novos valores de uso. Neste ponto, importante resgatar a análise de Mézáros (2002, p. 677, grifo do autor), quando afirma que o impulso capitalista para a expansão da produção, não está amparado na “(...) *necessidade humana* como tal, mas somente no imperativo abstrato da *'realização'* do capital”. Ainda assim, o autor continua a sua análise reportando-se a uma citação de Marx, quando destaca como parte integrante deste processo a exploração da natureza na descoberta de novas qualidades úteis e na criação de novas necessidades e prazeres. Dessa forma, o conteúdo da esperança é constantemente cambiante, alterando-se de acordo com a realidade cultural e histórica em que o indivíduo está inserido, construindo os sentidos e significados atribuídos à carência, à satisfação e à felicidade humana:

A exploração da Terra em todas as direções, para descobrir novas coisas úteis assim como novas qualidades úteis das antigas; como novas qualidades das mesmas coisas na condição de matéria-prima; o desenvolvimento, portanto, das *ciências naturais* ao seu *ponto máximo*; do mesmo modo, o descobrimento, a criação e a satisfação de *novas necessidades que surgem da própria sociedade*; o cultivo de todas as qualidades do ser social humano, a produção do mesmo numa forma tão rica em necessidades quanto possível,

porque rico em qualidades e relações – a *produção deste ser como produto social mais completo e universal*, pois, com vistas à sua *gratificação multifacetada*, tem de ser capaz de muitos prazeres, isto é, cultivado em elevado grau – tudo isso é do mesmo modo uma *condição de produção fundada no capital* (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p. 677, grifo do autor).

É importante destacar um conceito trabalhado por Ernst Bloch, baseado na psicologia de Alfred Adler, a saber, a *vontade de potência*. Esta, desse modo, seria a pulsão<sup>3</sup> do desejo de dominar e vencer os obstáculos, enfim, consiste no processo de enfrentamento ante a possibilidade da derrota. Entretanto, este conceito fora trabalhado por Adler quando se referia ao problema da sexualidade, mas em relação ao poder individual. Do ponto de vista de Bloch (2005), contudo, toma-se como referência o processo de subordinação da condição biológica aos objetivos do interesse do capitalismo. Sendo assim, coloca Bloch (2005, p. 62), que Adler equivale o conceito de vontade de potência ao impulso individual para o poder e à pretensão de domínio, ao conflito de interesses entre o masculino e o feminino com o objetivo final do “querer estar na frente”, destacando-se, além disso, como *vontade de potência não realizada* os afetos da vaidade ferida, da ambição fracassada e o complexo de inferioridade. Porém, enfatiza Bloch (2005) que, no sistema capitalista, a vontade de potência como domínio das preocupações sexuais é substituída pela dedicação entusiasmada do ser humano voltado para os negócios. Portanto, coloca o autor: “A luta da concorrência, que praticamente não deixa mais tempo para preocupações sexuais, privilegia a dedicação em lugar da lascívia: o dia acalorado do homem de negócios sobrepõe-se à noite ardente do homem da vida e sua libido”. (Ibidem, p. 62).

Desse modo, Bloch critica os autores da psicanálise, dentre eles Adler e Freud, pois colocam como ponto fundamental das necessidades e dos anseios humanos, enfim, da vontade de potência, a dimensão sexual e a preocupação com a libido e os complexos e neuroses resultantes dos problemas com a sexualidade. As críticas de Bloch voltam-se à parcialidade da análise e concepções destes autores, os quais centralizaram seus estudos somente com “sofredores privilegiados”, restringindo suas compreensões sobre o processo do esperar, do almejar e do ansiar à doutrina das “pulsões picantes”. Considera este autor que outros afetos e pulsões foram psicanaliticamente excluídos como, por exemplo, a *fome*, como a

---

3 Pulsão, de acordo com Mesquita e Duarte (1996), refere-se a um conceito psicanalítico introduzido por Freud (1905) para explicar a existência de fontes internas portadoras de excitação (estado de tensão) a que o organismo não pode escapar e que são fatores geradores de determinados comportamentos, atitudes e afetos. A pulsão tem como alvo suprimir a tensão proveniente da excitação corporal (cf. instinto), psyché (gr. Alma).

instância da necessidade do ser humano se manter vivo: “O estômago é a primeira lâmpada na qual deve ser derramado o óleo. Seu anseio é preciso, sua pulsão tão inevitável que nem mesmo pode ser recalcada por muito tempo” (Bloch, 2005, p. 68). Portanto, tanto Adler como Freud, excluíram da discussão as variáveis econômicas e sociais, as condições materiais, de classe e de época.

Bloch (2005), partindo da crítica a uma psicanálise que não se preocupa com os “sofrimentos menos nobres que não necessitam de tantos artifícios para serem reconhecidos”, coloca a *pulsão da autopreservação* como fundamental ao processo do ansiar e esperar. Assim como Bloch, Gaston Bachelard (2008) desenvolve esta crítica afirmando que a psicanálise negligenciou as realidades materiais pelo fato de estar relacionada às instâncias sociais do meio burguês, enfim, negou as imagens que põe o trabalhador no processo de combate contra as substâncias da matéria: “A psicanálise, nascida em meio burguês, negligencia muito amiúde o aspecto realista, o aspecto materialista da vontade humana. O trabalho sobre os objetos, contra a matéria, é uma espécie de psicanálise natural” (Ibidem, p. 24).

Nesse aspecto, Bachelard explora em sua obra “A terra e os devaneios da vontade” as potencialidades da imaginação que toma como base a concepção ontológica do trabalho, ou seja, os devaneios que resultam da imagem material que animam o trabalhador, constituindo-se como os *devaneios da vontade de trabalho*. Destacamos que uma concepção de trabalho como gênese e criação é desenvolvida por Bachelard:

O trabalho é – no próprio fundo das substâncias uma Gênese. Recria imaginativamente, mediante as imagens materiais que o animam, a própria matéria que se opõe a seus esforços. O *homo faber* em seu trabalho da matéria não se contenta com um pensamento geométrico de ajustamento; desfruta a *solidez* íntima dos materiais básicos; desfruta a *maleabilidade* de todas as matérias que deve vergar. E toda essa fruição já se encontra nas imagens prévias que encorajam ao trabalho (Ibidem, p. 26).

Portanto, salientamos que o fenômeno do *ter esperança* se relaciona ao processo histórico e cultural do interesse econômico, apesar deste não ser considerado somente o único. Na sociedade capitalista, diferentes formas e processos assumem o almejar ao longo da História. Dessa forma, as pulsões de modo algum, se constituem como instâncias imutáveis. Sobre este aspecto, coloca Bloch:

A autopreservação que nele (no interesse econômico) se manifesta é a mais



sólida dentre as várias pulsões fundamentais e, não obstante todas as modificações temporais e de classe a que ela também está sujeita, com certeza é a mais universal. Por isso, com toda a reserva e manifesta aversão contra absolutizações, pode-se afirmar o seguinte: a autopreservação – tendo a fome como expressão mais evidente – é a única pulsão fundamental que, dentre as várias, seguramente merece este nome. Ela é a instância última e mais concreta do seu portador (BLOCH, 2005, p. 69).

A autopreservação inclui os sentimentos pulsionais que podem ser traduzidos como afetos ou emoções. A esperança, como afeto expectante, possui um caráter antecipatório, na sua intencionalidade e em seu conteúdo. Dessa forma, destacamos que os afetos são definidos por Bloch em afetos plenificados e afetos expectantes:

Os afetos plenificados (como inveja, ganância e veneração) são os que possuem uma intenção pulsional de curto alcance, cujo objeto pulsional está disponível – se não na respectiva acessibilidade individual, então, no mundo já ao alcance da mão. Afetos expectantes (como angústia, medo, esperança e fé), em contrapartida, são os que possuem uma intenção pulsional de amplo alcance, cujo objeto pulsional não está disponível na respectiva acessibilidade individual e tampouco no mundo ao alcance da mão, tendo lugar, assim, ainda na dúvida de sua finalização ou de sua ocorrência (Ibidem, p. 77).

Salientamos que o caráter antecipatório da esperança está interligado ao horizonte da temporalidade, a qual inclui a expectativa do *ainda-não* como fator do que ainda não ocorreu ou se concretizou. Contudo, apesar de estar situado para além da realidade que está disponível de modo imediato, possui na sua intencionalidade a possibilidade de satisfação e concretização. A esperança tem na base de sua expectativa a autopreservação, o interesse de romper com a situação existencial de angústia, sofrimento e privação ou, como denomina Bloch, com o ruim existente. Entretanto, como alicerce da autopreservação do indivíduo, a esperança necessita do interesse revolucionário para se tornar auto-expansão.

Desse modo, quando limitada ao âmbito da autopreservação, a esperança trabalha com a satisfação do imediato. Entretanto, para ultrapassar este aspecto do imediatismo e se tornar auto-expansão, necessita ser empreendida à luz da desmitificação da realidade, como resultado do processo de esclarecimento das contradições que tornam o humano um ser oprimido. No sentido da auto-expansão, a esperança se constitui como *fome economicamente esclarecida* (BLOCH, 2005), da qual parte o imperativo de satisfação e realização para aquilo que o impulsiona para frente.

Nessa perspectiva, o processo do planejamento assume uma função principal: o de antecipar, em termos ideais, o direcionamento de nossas ações. O ato de planejar está no cerne

da esperança que parte de um propósito, que determina o modo de agir e submete a ação humana à vontade do sujeito que sonha. A vontade, por sua vez, é impulsionada pela esperança que existe como a idealização do objetivo e propósito planejados na imaginação criadora, sendo esta necessária à ousadia e direcionamento do olhar, antevendo a concretude do sonho diurno. De acordo com Bloch, os sonhos diurnos, aliados à imaginação criadora de um mundo melhor, reforçam as imagens e a ousadia de romper com a possibilidade de renunciar à esperança:

(...) sempre procedem de uma carência e querem se desfazer dela. Todos eles são sonhos de uma vida melhor. Sem dúvida há entre eles os sonhos escapistas, baixos, de todo, como se sabe. Essa fuga da realidade muitas vezes esteve vinculada ao consentimento e ao apoio à situação existente, como fica claro, com toda a intensidade, nas consolações com um além melhor. Mas quantos outros sonhos diurnos ideais conservaram a coragem e a esperança dos seres humanos, não desviando os olhos do real, mas, ao contrário, encarando a sua evolução e o seu horizonte. Quantos reforçaram, pela via da antecipação, do sobrepujamento e de suas imagens, a vontade de não renunciar (BLOCH, 2005, p. 79).

Referindo-se à antecipação das imagens utópicas, como processo aliado à construção da esperança crítica, propomos discutir a afirmação de que o conceito de *consciência antecipadora*, como se refere Ernst Bloch, se inter-relaciona ao conceito bachelardiano de *imaginação criadora*. A consciência antecipadora, na visão de Bloch, alia o princípio esperança com o processo de antever as imagens do desejo de um mundo melhor para si, na perspectiva de um sonhar-para-adiante. Como destaca Munster (1993), Bloch resgata a filosofia da práxis revolucionária, não sob o ponto de vista da crítica materialista da economia política, mas sobre a crítica de um conceito de ação que, a partir da 11ª Tese de Karl Marx sobre Feuerbach dita a necessidade de ir para além da interpretação filosófica do mundo, afirmando o imperativo de também realizar a sua transformação. Neste sentido, a consciência antecipadora vinculada ao afeto esperança impulsiona a concretização de um propósito, o aspecto desejante com um além melhor. Como destaca Bloch, o ser humano é movido pelo desejo de uma vida melhor, mesmo para aqueles que sofrem as maiores privações, a esperança existe como impulso para o desvio de uma condição estática em relação à situação existente. Assim, destacamos que “o desejo de ver as coisas melhorarem não adormece. Nunca nos livramos do desejo, ou não nos livramos apenas ilusoriamente” (Ibidem, p. 79).

### ***2.2.2. Gaston Bachelard: a Pedagogia Onírica que integra o papel criativo e ontológico do trabalho***

Toda criação deve superar uma ansiedade. Criar é desatar uma angústia. (BACHELARD, 2008, p. 114).

O trabalho onírico nega transformar o sonho numa mercadoria, visto que, subverte a lógica da produção e do consumo de bens, na medida em que privilegia o tempo da produção de sonhos (RODRIGUES, 1999, p. 435).

No presente texto, destaca-se um dos pressupostos da Pedagogia Onírica sob a perspectiva de Gaston Bachelard: a importância de resgatarmos o papel onírico e criativo do trabalho frente à lógica da produção societal que está voltada para a produção de valores de troca e não de valores de uso. Neste sentido, a construção da esperança em Educação Ambiental engendra as potencialidades do desenvolvimento do trabalho enquanto fundamento ontológico do ser humano, ou seja, como processo criativo e imaginário, baseado na ação de transformar a natureza nos bens necessários à sua sobrevivência. Ratificamos a importância de rompermos com o aspecto degradante e opressivo do trabalho sob a ótica do capitalismo, no qual a “(...) força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído” (ANTUNES, 2011, p. 145). Ante o exposto, importante salientar que a compreensão do papel criativo e ontológico do trabalho se insere nas discussões teóricas de Marx, bem como podemos ratificar a importância da leitura realizada por Gaston Bachelard ao desenvolver as potencialidades da imaginação criadora do ser humano no processo de transformação da matéria da natureza através das mãos que sonham. Sob esta perspectiva, portanto, destacamos a discussão sobre a relação potencial e imaginária, concreta e material, que o ser humano estabelece com o meio ambiente através do trabalho.

De acordo com Rodrigues (1999, p. 438): “Diante da sua materialidade, o trabalho onírico tem um papel decisivo na transformação do homem em sonhador. Através dessa ação o ser humano redescobre a sua dimensão onírica, identificando trabalho e sonho, situando-se além da dimensão puramente instrumental do trabalho”. Neste entendimento, a Pedagogia Onírica visa instaurar processos educativos que tenham como objetivo resgatar a possibilidade

da produção de sonhos através do trabalho. Sendo assim, a imaginação criadora é o sustentáculo da ação que está interligada aos sonhos:

Imaginar é agir entre o sonho da vontade que sonha, tornando-se vontade de imaginar. O sonho já é uma ação. Porém, devemos observar que é uma tendência do nosso pensar cotidiano dissociar as ações humanas dos sonhos. Bachelard, pelo contrário, através de sua filosofia onírica, resgata o vínculo inseparável entre a ação e o sonho (RODRIGUES, 1999, p. 452).

Enfatizamos que todo o processo de trabalho tem como consequência uma transformação da realidade, uma vez que uma nova situação histórica é construída, pois tanto a realidade exterior ao sujeito, quanto a interior, modificam-se: o mundo objetivo (externo ao sujeito) se modifica por meio da transformação da natureza através do trabalho; o mundo subjetivo se transforma, pois nesta relação com a natureza, o ser humano constrói conhecimento. Através do trabalho, o ser humano produz algo para além do seu resultado imediato e utilitário, pois ao mesmo tempo em que transforma a natureza material e objetiva, também transforma a natureza humana subjetiva, já que adquire novas habilidades e aptidões. Esta perspectiva é fundamentada pela teoria da imaginação material de Gaston Bachelard e pelo conceito de trabalho ontológico presente em Karl Marx, integrando um importante aspecto na escrita da filosofia bachelardiana.

Como salientado por Karl Marx, o processo de trabalho na sociedade capitalista adquire o significado de *trabalho alienado*, uma vez que se afasta do objetivo de satisfazer as necessidades do ser humano, mas tem como propósito a acumulação da riqueza da classe dominante através da exploração da força de trabalho do operário. O fruto do trabalho, na sociedade capitalista, não mais pertence ao trabalhador (quando predominava, por exemplo, o processo de produção artesanal e manufatureira), mas ao patrão capitalista. Nesse sentido, o trabalho se torna explorado, opressivo, degradado, com a finalidade de dar lucro ao dono dos meios de produção, atendendo às necessidades da reprodução ampliada do capital. Desse modo, o processo de trabalho no capitalismo tem o sentido de produzir valores de uso que tenham um valor de troca, ou seja, uma mercadoria.

O trabalho é processo que distingue o ser humano dos outros animais, sendo por meio dele que o humano ultrapassa o ser biológico, constituindo-se como ser social. De acordo com Engels:

(...) só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a

obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (ENGELS, In: ANTUNES, 2004, p. 23).

Através do trabalho, o ser humano se distancia da natureza, construindo uma especificidade: a produção de cultura. Assim, ao transformar a natureza de acordo com as suas necessidades, fator essencial à sobrevivência e adaptação a contextos diversos, o ser humano projeta conscientemente a sua ação sobre o meio em que vive. Logo, a cultura é resultado da ação planejada do ser humano sobre a natureza:

(...) a influência duradoura dos animais sobre a natureza que os rodeia é inteiramente involuntária e constitui, no que se refere aos animais, um fato acidental. Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão (ENGELS, In: ANTUNES, 2004, p. 22).

O trabalho, nesse sentido, caracteriza-se como ato produtor de valores de uso: ou seja, na inter-relação entre o ser humano e a natureza, a matéria-prima transformada se desenvolve como valor de uso (com uma determinada utilidade e finalidade social). Portanto, consiste em um processo direcionado por objetivos que se orientam pelas necessidades humana e social.

Nesse movimento de reprodução da existência humana, através do trabalho, os homens constroem a história:

O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios de que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida (MARX, 2008, p. 21).

Destaca-se que o trabalho, em seu sentido ontológico, tem um caráter humanizador, que transforma tanto a natureza como o próprio ser realizador da atividade laboral. Desse modo, o trabalho se constitui como ato essencialmente humano, do qual resulta o desenvolvimento dos complexos sociais como, por exemplo, a filosofia, a arte, a religião, a política etc.

Nesta perspectiva, exploramos as visões de esperança presentes na filosofia de Gaston Bachelard: afirmamos que a esperança constitui a experiência estética resultante de devaneios em que a construção de um mundo melhor para o ser humano está alicerçada nas imagens

percebidas e criadas, sendo que estas compõem o imaginário que construímos sobre a matéria do mundo e sobre o conhecimento dos valores do nosso ser. Neste sentido, o imaginário sobre a matéria, o qual integra a concepção simbólica que possuímos sobre os objetos, bem como inclui a dinâmica e o impulso de vida para o mundo, nos desperta sobre os símbolos que carregam as potências ambivalentes da ajuda e dos obstáculos: “De imediato, a matéria recebe de nossos sonhos todo um futuro de trabalho; queremos vencê-la trabalhando. Desfrutamos de antemão a eficácia de nossa vontade”. (BACHELARD, 2008, p. 19). Afirma Bachelard (2008) que as resistências humanas e o despertar para a esperança inclui, além das questões de ordem social, aquelas relacionadas ao mundo da matéria e o simbolismo que os objetos carregam, os quais são tomados como base da imaginação material e dinâmica. Desse modo, os objetos refletem aspectos da imagem capazes de desenvolver vontades dinâmicas, ou seja, a esperança é trabalhada no sujeito a partir de uma concepção da *positividade da imagem*.

A imaginação não se constitui como reflexo, como simples reação, mas como resposta a um componente vivido, experienciado intencionalmente. Nesse processo, o ser humano, a partir da imaginação e concepção sobre o objeto, tem como aspecto motivador e provocador o sonho de domínio das resistências da matéria através das ferramentas, do esforço incondicionado do trabalhador, através do projeto que se fixa na imagem sobre a sua transformação. Trata-se, portanto, das motivações que integram o domínio do humano sobre a natureza não humana, constituindo-se como devaneios da vontade. Bachelard destaca que a imaginação sobre a matéria encoraja o operário ao trabalho, fatores que caracterizam o processo do futuro materialmente prefigurado, resultando em fenômeno criativo, de descoberta de formas e cores, de riquezas desconhecidas, como se fossem estabelecidas trocas de intimidades entre o sujeito e o objeto: “Pelos imagens do trabalho da matéria, o operário aprecia tão sutilmente as qualidades materiais, participa tanto dos valores materiais, que se pode bem dizer que os conhece geneticamente, como se prestasse testemunho de sua fidelidade às matérias elementares”. (Ibidem, p. 26).

Portanto, podemos compreender, a partir da concepção sobre a imaginação material e dinâmica, aspectos que incluem o papel ontológico do trabalho, como sendo resultado da integração entre o projeto intelectual e o projeto material. Este último é concebido como sendo o ato de transformação dos objetos da natureza através do trabalho, mediado pelas imagens que temos sobre a matéria: estas imagens se apresentam como devaneios da vontade, uma vez que suscitam sentimentos de domínio das resistências e das forças do meio ambiente, constituindo-se como a dinâmica do ato de execução em si. O projeto intelectual, por sua vez, “(...) distingue-se demais da execução. É o projeto de um chefe que comanda executantes.

Repete frequentemente a dialética hegeliana do senhor e do escravo, sem se beneficiar da síntese que é o domínio do trabalho que se adquire no trabalho contra a matéria”. (BACHELARD, 2008, p. 19). Sob esta perspectiva, a esperança no resgate do papel ontológico do trabalho nos dias de hoje, resulta na assunção da importância de aliar o projeto intelectual ao projeto de execução. Assim, reivindicamos o imperativo de que os sonhos sobre as formas exteriores da matéria integrem ato de criação ao ato de transformação.

Consideramos que no ato criativo, relacionado à transformação da matéria, o ser humano adquire conhecimentos e habilidades. Neste processo, como destaca Bachelard, tanto o humano quanto o objeto se modificam, colocando-se em uma nova ordem, tornando-se existência dinamizada. A imaginação sobre a matéria é a vontade de ser mais, de modificar, de alterar a substância íntima dos objetos. Desse modo, salientamos que a energia de nossas mãos, sustentam as potências formadoras de todas as matérias:

De tanto manejar matérias muito diversas e bem individualizadas, podemos adquirir tipos individualizados de flexibilidade e de decisão. Não só nos tornamos destros na feitura das formas, mas também nos tornamos materialmente hábeis ao agir no ponto de equilíbrio de nossa força e da resistência da matéria. Matéria e mão devem estar unidas para formar o ponto essencial do dualismo energético, dualismo ativo que tem uma tonalidade bem diferente daquela do dualismo clássico do objeto e do sujeito, ambos enfraquecidos pela contemplação, um em sua inércia, outro em sua ociosidade (BACHELARD, 2008, p. 21).

A mão apetrechada através das ferramentas que transformam a matéria integra a densidade da agressão aos objetos da natureza não humana, constituindo-se como processo de vivência da dialética da resistência e da ação, a qual integra os devaneios da vontade que projetam o exercício de contemplação e ruptura com as resistências das matérias duras. Como afirma Bachelard (Ibidem, p. 115): “O ser do trabalhador é renovado por uma espécie de consciência da ferramenta, pela vontade do trabalho bem apetrechado”. Assim, as ferramentas conferem ao operário um despertar para as imagens materiais, para uma disposição provocadora que confere história à relação entre o trabalhador e o seu desejo de entalhe: “Uma ferramenta tem um coeficiente de valentia e um coeficiente de inteligência. É um valor para um operário valoroso. Os devaneios da vontade são então devaneios apetrechados, devaneios que projetam tarefas sucessivas, tarefas bem ordenadas”. (Ibidem, p. 30).

A matéria dura possui uma integridade que provoca e desperta o trabalhador ao ardor combativo no sentido de satisfazer uma vontade agressiva, bem como a alegria de manejar o instrumento imprimindo o seu projeto na matéria transformada. Este processo está presente

desde a infância como aprendizado: desde o momento em que tomamos contato com as matérias duras e moles da natureza nos aproximando da primitividade e singularidade das características do meio ambiente e, nesta ação, construímos as nossas imagens e concepções sobre a matéria. Desse modo, como destaca o filósofo: “O buraco feito na areia, depois na terra movediça, corresponde a uma necessidade psíquica da alma infantil. A criança precisa viver a idade da areia. Vivê-la é a melhor maneira de superá-la. Proibições a esse respeito podem ser nocivas”. (BACHELARD, 2008, p. 38).

Assim, as mãos que entalham, transformam o barro em cerâmica, a matéria prima em formas de quadrado, polígono, círculos e retângulos se revelam como educadoras da vontade humana, expressam o privilégio da força administrada e da destreza no domínio das matérias resistentes. Conforme Bachelard (Ibidem, p. 37): “Esses devaneios despertam na alma do trabalhador impressões demiúrgicas. Parece que o real é vencido no próprio âmago de suas substâncias, e finalmente essa grande vitória faz esquecer a sua facilidade e promove o trabalhador às regiões da vontade livre das fantasias dos impulsos primitivos”.

Na psicologia do trabalhador, Bachelard (2008) analisa o conhecimento das relações dinâmicas entre a ferramenta e a matéria. Nessa relação, a ferramenta implica uma dinamização do operário em que se tem uma riqueza na temporalidade, ou seja, uma compreensão da organização do tempo do trabalho. Afirma o filósofo que os instrumentos de trabalho fazem o *homo faber* vivenciar tempos instantâneos, ritmados, prolongados e pacientes, os quais modificam a psicologia do sujeito que labora. Desse modo, as ferramentas devem estar relacionadas ao despertar das imagens materiais, uma vez que: “É em função da matéria, de sua resistência, de sua dureza que se forma na alma do trabalhador, ao lado de uma consciência de destreza, uma consciência de poder. Destreza e poder não andam uma sem o outro, no onirismo do trabalho, nos devaneios da vontade”. (Ibidem, p. 42).

Afirmamos que o operário, em suas imagens sobre a matéria da natureza transformada, desenvolve um quadro material dinâmico, em que o olhar impressionado que contempla o resultado do seu trabalho, expressa uma experiência e uma compreensão da matéria para além da forma externa do desenho em seu processo final. Assim, somente a percepção do trabalhador, na intimidade de suas imagens sobre a transformação das formas internas do objeto, ou seja, no processo de personalização do mesmo, é capaz de entender o aspecto onírico do trabalho, a vontade muscular e o caráter ofensivo das ferramentas. O aspecto onírico do trabalho revela que a escultura concretizada fora uma escultura sonhada.

A imaginação material do trabalhador é construída pelo desejo de formas e de criação, constituindo as lembranças manuais que abarcam as confidências do ato criador, de modelar



as formas e dar significado àquilo que produz. Entre o sonhador que contempla e o sonhador que modela, este último, de acordo com o filósofo, é aquele que melhor segue os interesses do devaneio íntimo:

De fato, a imaginação material está, a bem dizer, sempre em ato. Não pode se satisfazer com a obra realizada. A imaginação das formas repousa em seu fim. Uma vez realizada, a forma se enriquece de valores tão objetivos, tão socialmente intercambiáveis, que o drama da valorização se distende. Pelo contrário, o sonho de modelagem é um sonho que conserva as suas possibilidades. Esse sonho serve de base para o trabalho do escultor (BACHELARD, 2008, p. 81).

Os devaneios do trabalho integram o imaginário sobre as potências criadoras da capacidade de transformação humana, de sua ação sobre a natureza. O imaginário sobre a ação do operário, destacando-se a *arte do ferreiro*, sob a ótica de Bachelard, remete-nos a experiências íntimas e conceitos sobre as potencialidades da violência e da maldade humana, elaborando-se significados sobre a arte de talhar, sobre a destreza e habilidades que expressam a vontade de domínio e destruição do humano: “O instante do ferreiro é um instante a um só tempo muito isolado e ampliado. Promove o trabalhador ao domínio do tempo, mediante a violência de um instante” (Ibidem, p. 113).

Destacamos que as imagens sobre as ferramentas destruidoras ocupam devaneios tão antigos que se constituem como marcados pela ingenuidade e pelo infantilismo representado pelos mitos dos ferreiros que forjam as armas de vingança. Bachelard destaca que a imaginação ingênua sobre a força do ferreiro encontra seus mitos, especialmente, na literatura, a qual os descrevem como trabalhadores hábeis e enganadores capazes de forjar armas de vingança e ameaçarem o poder dos dominadores: “(...) esse quadro da forja do mal aparece principalmente quando o ferreiro é colocado em rivalidade com outros seres poderosos: o ferreiro ludibria um rei” (Ibidem, p. 108). Além disso, o filósofo enfatiza que as imagens sobre as associações de forças presentes no mundo do trabalho em dois pólos, sendo um o ferreiro e o outro, o argileiro: “Um endurece a matéria mole, o outro torna flexível a matéria dura” (Ibidem, p. 139). Sendo que o ofício de ferreiro, na literatura, está relacionado às lutas entre os povos, à força e ao comando, integrando os devaneios dos quatro elementos relativos ao fogo, à água, à terra e ao ar.

### 2.2.3. Paulo Freire: a Pedagogia Onírica como fundamento de uma Pedagogia da Esperança

(...) não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se na tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua (FREIRE, 2006, p. 91-2).

Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança (Ibidem, p. 91).

Tomamos como referência as reflexões de Paulo Freire para pensarmos os pressupostos de uma Pedagogia Onírica que compreende o processo educativo como uma “(...) ação da prática transformadora, enraizada na esperança como energia para a manutenção de um projeto alternativo ao poder dominante, enfim, que requer a constituição de propostas educativas que consolidem a Pedagogia da Esperança a partir de práticas *ineditamente-viáveis*” (FREITAS, 2004, p. 79, grifo do autor). Destacamos que Freire assume a esperança como sendo um conceito central à condição humana de *ser mais*, afirmando-se como necessidade ontológica. Especialmente, referindo-se à prática dos educadores, o autor inter-relaciona a concepção de esperança aos conceitos de inédito-viável, utopia e sonho possível.

Em sua obra *Ação cultural para a liberdade*, o autor remonta à esperança como desafio à ação de todo educador que compreende a educação como campo de possibilidades de anúncio e concretização dos sonhos possíveis. Sobre este aspecto, Ghiggi coloca a esperança como componente importante na criação de “(...) *centros de referência e formação*: para reflexão, socialização de experiências, discussão e construção de alternativas de falas, teorizações provisórias em torno de práticas de vida e redes de solidariedade que possam dar suporte aos avanços em direção à utopia” (GHIGGI, 2001, p. 471, grifo do autor). Ainda assim, com base em Freire, Ghiggi afirma que a linguagem crítica e a esperança se constituem como condições necessárias à tarefa da autoridade docente, conquanto seja compreendido como “caminho que possibilita a conceituação sistemática do mundo *querido* pelos envolvidos; é o que possibilita analisar condições sociais e materiais onde sonhos, alegrias, esperanças e desejos são gerados” (Ibidem, p. 475, grifo do autor).

Na perspectiva de Paulo Freire, o educador que assume a esperança como ato

pedagógico, propõe uma prática orientada pelo compromisso e ousadia de contestar as propostas educativas que vão ao encontro dos ideais da estrutura dominante de distribuição do capital. Freitas (2004) afirma que a esperança é um tema recorrente nas últimas obras de Freire, constituindo-se “(...) enquanto pedagogia que orienta a construção do sonho coletivo a partir da vivência da dialeticidade da denúncia e do anúncio, viabilizando a construção do *inédito-viável* e desafiando o senso comum a orientar-se a partir de uma consciência democrática” (FREITAS, 2004, p. 82, grifo do autor).

A potencialidade transformadora da ação com esperança requer a assunção de uma pedagogia para além da espera vã, neste sentido, implica a necessidade de romper com as concepções fatalistas da realidade e superar o estado de acomodação, resignação e conformismo: “Na verdade, quem espera na pura espera vive um tempo de espera vã. A espera só tem sentido quando, cheios de esperança, lutamos para concretizar o futuro anunciado de que vai nascendo da denúncia militante” (FREIRE, 1981, p. 48). Freire concebe a esperança como processo que emerge da indissociabilidade entre denúncia e anúncio: “Não há anúncio sem denúncia, assim como toda denúncia gera anúncio. Sem este, a esperança é impossível” (Ibidem, p. 48).

Assim como Freire, Ernst Bloch associa a dimensão da esperança à esfera da criticidade, na compreensão da história como possibilidade, desafiando o senso comum e a concepção ingênua e fatalista da realidade. “A questão que se coloca é saber se em que medida o contragolpe antecipador não se confunde com um contragolpe que simplesmente embeleza o existente” (BLOCH, 2005, p. 148). Em Freire, a prática pedagógica voltada à esperança crítica é processo de construção de conhecimento acerca da realidade denunciada e nisto se insere a função utópica da educação. Nesta ótica, vivenciar a história como campo aberto de concretizações é considerar que a educação se constitui como contexto de possibilidades, o que engendra o significado do conceito de esperança crítica ou verdadeira como denomina Freire (1981, p. 48): “Não pode haver esperança verdadeira, também, naqueles que tentam fazer do futuro a pura repetição de seu presente, nem naqueles que veem o futuro como algo predeterminado. Têm ambos uma ‘noção’ domesticada da História”.

Salientamos a leitura de Ernst Bloch (2005) sobre a esperança, ressaltando que o conceito possui em si as potencialidades tanto para a construção de um existente abstrato e idealista, quanto para uma antecipação dialeticamente explosiva e real. Nesta perspectiva, o conceito de esperança, em Freire, assemelha-se aos sentidos construídos por Ernst Bloch, uma vez que relaciona o imperativo desta categoria ao interesse revolucionário de ultrapassar o ruim existente para a concretização dos sonhos com uma vida melhor. É neste sentido que

ambos os autores defendem a argumentação em torno do conceito de *esperança crítica*, a qual envolve uma incumbência revolucionária, compreendendo uma irreconciliação do sujeito com a sua situação existente.

E se o homem é capaz de perceber-se, enquanto percebe uma realidade que lhe parecia “em si” inexorável, é capaz de objetivá-la, descobrindo sua presença criadora e potencialmente transformadora desta mesma realidade. O fatalismo diante da realidade, característico da percepção distorcida, cede lugar à esperança. Uma esperança crítica que move os homens para a transformação (FREIRE, 1983, p. 51).

Em Freire, as possibilidades emergem da compreensão crítica das situações-limite, ou seja: na educação, em suas contradições, nas suas características e mazelas cotidianas, estão incluídas as condições para a vivência da esperança e concretização dos sonhos possíveis. Desse modo, o horizonte da possibilidade e a reconstrução de um contexto de realidade parte de um espaço de vivências sufocante e opressivo. Destaca-se que, de um contexto repressor e angustiante, enrijecido pela individualização das relações sociais, parte o imaginário sobre um mundo passível de transformação, compreendendo o horizonte da esperança que impulsiona a busca pela concretização com um além melhor. Portanto, a contradição se constitui na alavanca da práxis, desafia os educadores à vivência e construção cotidiana da esperança.

Freitas traz um importante debate em relação à dimensão política da categoria esperança no contexto de uma pedagogia problematizadora, como sendo uma possibilidade face ao processo neoliberal da educação que, na atualidade, assume a lógica empresarial como orientadora das ações na escola e das políticas educacionais. Logo, Freitas (2004, p. 87) propõe a reinvenção da escola com base na concepção problematizadora e libertadora da educação, salientando sua função conscientizadora, a qual se constitui no “(...) desenvolvimento da politicidade da educação, da compreensão da história como possibilidade, da utopia como sonho possível e da esperança como energia para a ação transformadora (...)” (Ibidem, p. 88). A autora considera a esperança uma categoria central nas obras de Freire, argumentando a necessidade de superar os condicionamentos históricos que geram a desesperança, destacando-se o imperativo de construir propostas educacionais que tenham como referência a Pedagogia da Esperança, a partir da defesa de práticas ineditamente-viáveis.

Importante destacar que o inédito-viável se constitui como conceito que expressa a nossa crença no sonho, na possibilidade da concretização das utopias e no engajamento e necessidade de estabelecermos uma pedagogia crítica. Ele se nutre da esperança que existe em

cada ser humano na busca por um mundo mais justo, solidário e humanizador, tendo em seu fundamento a inconclusão humana. O inédito-viável é o sonho socialmente pretendido, é a utopia historicamente possível que renasce permanentemente: “É sempre, pois devenir, pois alcançado o inédito-viável pelo qual sonhamos e lutamos, dele mesmo, já não mais um sonho que seria possível, mas o sonho possível realizando-se, a utopia alcançada, que faz brotar outros tantos inéditos viáveis (...)” (FREIRE, 2008, p. 233).

Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, cita Álvaro Vieira Pinto, reportando-se à construção do conceito das situações-limites como sendo as condições concretas e históricas de um determinado contexto de realidade que desafiam os homens à sua negação ou aceitação passiva. O sentimento e o enfrentamento em relação às situações-limites não dependem da dimensão do problema, mas da compreensão que os humanos possuem diante das possibilidades de reinventar novas condições de sua existência individual. As situações-limites, portanto, seria a nascente do qual parte o sentido da existência de um comportamento não contemplativo: “Esta é a razão pela qual não são as situações-limites, em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham delas num dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar” (FREIRE, 1987, p. 90).

Partindo desse entendimento, destaca-se que a contradição e a opressão, o enrijecimento das relações sociais, potencializam a busca pela concretização das utopias possíveis e impossíveis. Dentro deste contexto, ressaltamos a importância do aspecto educativo da indignação política, como sentimento necessário para a ousadia do mover-se na esperança frente a contextos opressivos, angustiantes e desesperadores. Neste aspecto, Freire destaca a diversidade de sentimentos que integram o cotidiano dos educadores e que fundamentam suas práticas pedagógicas, sendo presente a indignação e o medo como processos que podem contribuir para o imobilismo ou desafiar-los ao espanto, a suspeita e à ousadia, enfim, provocá-los ao exercício crítico de usar opções políticas, metodológicas e epistemológicas. Segundo Freire (1986, p. 70): “(...) o medo vem de seu sonho político, e negar o medo é negar o sonho”. O medo pode corresponder ao respectivo conteúdo que paralisa ou mobiliza o educador a contestar as obviedades teóricas e a romper com a vivência da desesperança: “(...) o que não posso permitir é que meu medo seja injustificado e que me imobilize. Se estou seguro do meu sonho político, então uma das condições para continuar a ter esse sonho é não me imobilizar enquanto caminho para a sua realização. E o medo pode ser paralisante.” (FREIRE, 1986, p. 70).

Outro aspecto fundante da concepção de educação libertadora em Freire diz respeito à

construção do diálogo entre educador e educando: este deve se assentar na esperança confiante, na fé e na capacidade humana de ser mais. O autor salienta este aspecto afirmando que “(...) o diálogo é o encontro dos homens para Ser Mais, não pode fazer-se na desesperança. Se os sujeitos do diálogo nada esperam do seu quefazer, já não pode haver diálogo. O seu encontro é vazio e estéril. É burocrático e fastidioso” (FREIRE, 1987, p. 82). O diálogo construído a partir da esperança confiante compreende que o conhecimento é realizado a partir da escuta do outro, ou seja, da leitura de mundo que fundamenta sua história e a especificidade de seus saberes.

Freire destaca que o sonho fundamentado na esperança possui uma natureza política, sendo um desafio ético e estético. Desafio ético, pois pressupõe a fé na capacidade dos humanos de reinventar coletivamente as condições para a construção de uma vida mais digna e solidária, alicerçada em pressupostos democráticos da educação. Essa premissa implica romper com a ética do mercado, da expansão desenfreada do capital e das desigualdades que o caracterizam, além de assumirmos a necessidade de uma ética ecológica que “(...) ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador” (FREIRE, 2000, p. 67). Ainda assim, o autor comenta sobre a assunção de uma ética ecológica que seja capaz de construir patamares civilizacionais sustentáveis alicerçados em um saber ambiental que, como afirma LEFF (2004, p. 366), “(...) funda outra racionalidade, questionando o conhecimento que construiu a realidade atual, contrariando as finalidades preestabelecidas e os julgamentos a priori da racionalidade econômica e instrumental. O discurso ambiental é a palavra viva que propõe um mundo novo (...)”. Neste sentido, Freire relaciona a ética ao imperativo de pensarmos as questões ambientais para além da ética do mercado e do lucro:

(...) urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre homens e mulheres, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo (...). (FREIRE, 2000, p. 67).

O desafio estético que se propõe à assunção de uma educação libertadora está relacionado às potencialidades do imaginário criador: assim como Gaston Bachelard e Ernst Bloch, Freire enfatiza que a esperança funda-se na possibilidade de projetarmos utopias, escolhas e desejos, reconhecendo a *educação libertadora* como espaço de intervenção crítica na realidade, pautada no exercício de ações que atuam em defesa dos sonhos possíveis. Em Freire, portanto, a imaginação criadora possui relevância na medida em que se mostra como

um desenho de um mundo sonhado, como destaca em *Pedagogia da Esperança*: “(...) o sonho é tão necessário aos sujeitos políticos, transformadores do mundo e não adaptáveis a ele, quanto, permita-se-me a repetição, fundamental é, para o trabalhador, que projete em seu cérebro o que vai executar antes mesmo da execução” (FREIRE, 2006, p. 92). À esperança, portanto, insere-se a concepção de inacabamento, sendo a compreensão da infinitude de cada sujeito: o outro em seu contexto é o inacabado, é abertura infinita, é aspiração, é energia criadora. A concepção estética, portanto, está inter-relacionada à dimensão do inacabamento do ser humano, como sujeito de história, inserido num contínuo processo de desenvolvimento afetivo, moral e intelectual, como destacam Trombetta e Trombetta (2008, p. 228):

Somos seres insatisfeitos com o que já conquistamos. Estamos sempre nos fazendo, refazendo, começando e recomeçando. O humano não é, ele se conquista, faz-se por meio de suas ações no mundo, na história. Em cada ponto de nossa vida, não somos ainda tudo o que poderíamos ser e o que ainda poderemos vir a ser. Para nós, seres humanos, o processo de conquista de nossa humanidade nunca está pronto. Nenhum humano é jamais tudo o que pode ser. Há sempre mais a saber, a amar e a fazer. O humano jamais acaba de tornar-se humano.

Freire coloca a esperança como aprendizagem política de exercício e comprometimento com uma utopia. Nesta perspectiva, em um contexto de desesperança e desespero, encontra-se o imperativo de educarmos a nossa esperança. Neste debate, destaca a necessidade da confiança e lealdade aos nossos sonhos, no sentido de estar situado para além da pura percepção de nossa inconclusão e limitações, mas significar a utopia a partir da luta política e concreta. O sonho também é colocado como objeto de reflexão filosófica, pois confere à consciência a possibilidade de entendimento sobre a realidade concreta, assim, o sonho porque lutamos também é ato de conhecimento do mundo e da nossa subjetividade, dos nossos anseios e da percepção da viabilidade e concretude dos nossos projetos.

### **2.3. Pressupostos da *Pedagogia Onírica* como pedagogia da Educação Ambiental**

A partir da discussão proposta neste capítulo, partimos, no momento anterior, da compreensão da perspectiva histórica do conceito de esperança na educação, no qual propomos discutir as bases em que foram construídas as finalidades e os sentidos da pedagogia. Primeiramente, problematizamos a concepção idealista da educação, em que a pedagogia ligaria o ser humano ao mundo espiritual, sendo a expressão da doutrina do Cristianismo. A visão idealista, denominada por Suchodolski (1992) como *pedagogia da essência* tinha como intencionalidade promover uma formação moral, com o preceito de escolha de bons fins para a coletividade, uma premissa baseada na esperança de educar o cidadão de forma integral. Outra premissa destaca a *pedagogia da existência*, defendida por Rousseau, que salienta a crítica à cultura da aristocracia feudal e a defesa em torno de uma pedagogia voltada para o esclarecimento, ou seja, na confiança no uso da razão. Outro expoente desta perspectiva é Kant, o qual afirma que uma pedagogia fundada na razão constitui a base para adquirir a autonomia de fazer uso de seu próprio conhecimento.

O último ponto de discussão sobre a perspectiva histórica do conceito de esperança na educação situa a crítica da Escola de Frankfurt aos pressupostos do ideal do Iluminismo, destacando-se as reflexões de Horkheimer e Adorno, no qual afirmam a necessidade de uma pedagogia que realiza o exercício permanente de autorreflexão das contradições e dos limites do projeto de desenvolvimento do esclarecimento, o qual gerou formas irracionais de vida em sociedade. Neste sentido, questiona-se o aspecto instrumental da razão, o caráter funcional e pragmático das ideias, da linguagem, da comunicação e da educação afirmado pela sociedade industrializada.

Como contraponto a ideia de uma pedagogia baseada na razão instrumental, concebida como sendo uma das faces da crise socioambiental, situamos a Pedagogia Onírica como proposta de enfrentamento a esta perspectiva. A Pedagogia Onírica é concebida como sendo um dos fundamentos da Educação Ambiental, destacando-se como seus pressupostos os *princípios que integram a filosofia da esperança de Ernst Bloch, o potencial criador das imagens oníricas de Gaston Bachelard e a Pedagogia da Esperança de Paulo Freire*. Assim, uma Educação Ambiental voltada à construção de esperanças se constitui a base para a assunção de uma Pedagogia Onírica.



Baseamos em Ernst Bloch para afirmar que a Pedagogia Onírica está amparada no entendimento da esperança como fundamento ontológico do ser humano e na compreensão do seu conteúdo antecipatório: neste sentido, a esperança possui um interesse revolucionário, pois possibilita a criação de imagens que se encontram para além da realidade que está disponível de modo imediato, sendo a expressão de uma consciência antecipadora. Neste entendimento, tanto o mundo exterior quanto o interior se apresentam como contextos modificáveis, que exprimem a natureza inconclusa do ser humano, a sua disponibilidade para sonhar:

Nenhum sonhar pode ficar parado; isso não faz bem. Porém, quando ele se torna um sonhar para adiante, a sua causa tem bem outro efeito desgastante. É excluído o aspecto esmaecido, debilitador, que pode ser próprio do mero anseio; este mostra, então, do que realmente é capaz. Desde o princípio exige-se das pessoas que se adaptem ao tamanho do cobertor e elas aprendem a fazer isso; só que os seus desejos e sonhos não obedecem. Nesse ponto, praticamente todas as pessoas estão insatisfeitas, consideram-se dignas de uma vida melhor (...) (BLOCH, 2006, v. 3, p. 451).

Sob a ótica de Bloch e Paulo Freire, a Pedagogia Onírica se constitui como um processo educativo construído com base na desmitificação da realidade, de modo que possibilite inter-relacionar a denúncia ao anúncio de possibilidades do que *pode-vir-a-ser*, conforme ressalta Bloch: “O que não é ainda pode vir a ser; o que é realizado pressupõe coisas possíveis na sua matéria. Há, no homem, esse elemento aberto, e ele é habitado por sonhos, planos” (BLOCH, 2005, p. 283-4). Destacamos a compreensão do aspecto cambiante da esperança, dado que o seu conteúdo e os significados atribuídos à carência e à felicidade humana possuem um caráter histórico. Portanto, baseamo-nos em Ernst Bloch para destacar a influência das condições históricas, econômicas e sociais no processo de construção da esperança. Com base neste autor, salientamos que a Pedagogia Onírica orienta-se a partir do compromisso político de busca pela materialização das *utopias concretas*.

Destacamos que a Pedagogia Onírica, com base em Gaston Bachelard, afirma a importância desenvolver as potencialidades da imaginação criadora do ser humano no processo de transformação da matéria da natureza através das mãos que sonham. Nesta perspectiva, salientamos a importância de resgatarmos o papel ontológico do trabalho nos dias de hoje, o seu aspecto criativo e o exercício de contemplação do ser humano em relação à ação de manejar os instrumentos de trabalho, imprimindo o seu projeto na natureza

transformada. Conforme Bachelard (2008, p. 75), o aspecto onírico do trabalho é condição para a integridade mental do trabalhador.

Logo, baseamo-nos em Bachelard, bem como na leitura de Rodrigues (1999) sobre o autor, para refletir as experiências de aprendizagem e suas funções criadoras a partir das potencialidades imaginárias do trabalho humano. Com base nesta teoria, tomamos como referência o conceito de trabalho humano a partir “(...) da mão sonhadora, como símbolo imaginário do homem em atividade criadora” (RODRIGUES, 1999, p. 423).

A *mão que sonha* está relacionada ao trabalho criador, ao passo que a *mão servil* é dominada e socializada, já que suas ações estão subjugadas a um trabalho opressivo, processo presente no sistema produtor de mercadorias que submete o potencial criativo da atividade humana à valorização do capital. Desse modo, a mão servil contrapõe-se à mão que sonha através do trabalho ontológico, processo pelo qual a atividade humana não está voltada para a lógica do mercado, mas para a produção de coisas socialmente úteis: “(...) a mão sonhadora que quer trabalhar oniricamente é feliz e livre, enquanto exerce de forma ampliada sua força potencial sobre as resistências materiais oferecidas à sua ação, na medida em que cria suas próprias imagens e ensina a imaginação a sonhar” (Ibidem, p. 431). Destacamos que as mãos que sonham renunciam à paralisia e à produção das necessidades de consumo materiais da sociedade capitalista, porquanto está em permanente busca para sentir o mundo em sua textura primordial, contrapondo-se à mão servil que observa o mundo como espectadora e contempladora das ações de outra mão que trabalha. Nesta perspectiva, as mãos que sonham são a expressão de um trabalho ontológico, o qual também pode ser denominado de trabalho onírico, pois resgata o papel criador da atividade humana, a admiração e o sentimento de novidade:

A mão sonhadora, além de acariciar, quer tocar o mundo, quer agarrar o mundo, quer ser dona do mundo; não aceita ser um mero instrumento do olhar, como uma ferramenta servil e útil. Ela busca no mundo a resistência ao seu trabalho; é uma mão aprendiz, que experimenta o mundo, que se espanta imaginariamente e se maravilha com sua força operante em confronto com os jogos de forças e resistências do mundo. A mão que sonha é rebelde, que não aceita o mundo como dado e acabado, porque quer e necessita aprender a vida imaginária do trabalho com a rebeldia e sedução da matéria do mundo (Ibidem, p. 425).

Para Bachelard a criança nos ensina a sonhar com as mãos, uma vez que questiona e se espanta diante da materialidade das substâncias orgânicas. Ela deseja ultrapassar a construção da percepção do mundo apenas pelo olhar, por meio da ação de descoberta pelo toque dos

objetos e das pessoas. Dessa maneira, as mãos que sonham exercitam a curiosidade e as experiências de aprendizagem através da transformação do objeto e das matérias trabalhadas, resultando em construção do conhecimento sobre a matéria imaginada e o potencial criador do trabalho: “A criança que ainda sonha com a mão ensina-nos que o mundo não foi feito somente para ser visto, mas para ser acariciado, tocado, agarrado e possuído pela mão imaginante, que devaneia em seus sonhos despertos e suas imaginações concretas” (RODRIGUES, 1999, p. 427). Portanto, reivindicamos a importância de resgatar o potencial onírico do trabalho nos dias de hoje, através de um reencontro com as lembranças de uma infância em que vivenciamos a transformação da matéria pela atividade criadora.

Outro pressuposto da Pedagogia Onírica situa a Pedagogia da Esperança de Paulo Freire como sendo um campo de possibilidades de anúncio e concretização dos sonhos possíveis. Neste processo, compreende a denúncia como exercício educativo que desafia o senso comum e a concepção ingênua e fatalista da realidade. Destaca-se a natureza política da esperança, com base na ação educativa que está voltada à crítica ao processo neoliberal da educação e à lógica empresarial como orientadora das ações na escola e das políticas educacionais. Com base em Paulo Freire, portanto, a Pedagogia Onírica desafia os educadores a constituírem espaços de luta pelas condições sociais que permitam o fortalecimento da perspectiva utópica da educação, fundamentada na vivência de práticas pedagógicas voltadas para a esperança.

Ante o exposto, o próximo ponto de discussão trabalha a concepção da Pedagogia Onírica inter-relacionando-a ao debate ambiental. Dentro dos pressupostos destacados, apresentamos uma visão de Educação Ambiental que parte da defesa de que as questões ambientais devem integrar a compreensão crítica das seguintes tendências em curso no desenvolvimento capitalista: o predomínio da forma dissociada entre as necessidades humanas e a produção de riqueza e o entendimento dos trabalhadores como produtores e consumidores em potencial. Desse modo, ressaltamos a concepção do capitalismo como o inimigo da durabilidade, explorando a discussão sobre a relação entre produção e consumo, no qual é problematizada a aproximação da taxa zero de uso como sendo o ideário capitalista. Neste contexto, o debate proposto procura associar o capitalismo ao processo de destruição ecológica. Portanto, na premissa da Pedagogia Onírica o trabalho pedagógico é construído sob a perspectiva da compreensão crítica dos problemas sociais e ambientais, inserindo a Educação Ambiental como processo de aprendizagem permanente, campo de atuação política e transformação das relações sociais de dominação e exploração humana e destruição ambiental existente.

O primeiro ponto de discussão no presente texto aborda alguns princípios que caracterizam o valor de troca e a produção de riqueza como uma das funções reguladoras predominantes no modo de produção capitalista, processo este que exerce influência significativa no intercâmbio entre os seres humanos e a natureza. O segundo ponto do debate, por sua vez, integra os pressupostos da Pedagogia Onírica que são balizadores de um processo pedagógico sob a perspectiva de uma Educação Ambiental crítica e transformadora, a saber: o entendimento crítico da concepção de produção e propriedade presentes no capitalismo que rompe com o seu sentido originário (no qual a finalidade é o *ser humano* e não a produção material e apropriação desigual da riqueza orientada para a expansão do capital); a compreensão do conceito de *sustentabilidade* como um campo em permanente disputa, no qual se encontram em embate visões divergentes sobre modelos de desenvolvimento, sobre o entendimento de consumo e produção de riqueza; realizamos uma crítica aos pressupostos da economia verde, com base no relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), problematizando conceito de desenvolvimento sustentável defendidos pelos organismos internacionais; desenvolvemos o debate sobre a necessária construção de uma *justiça ambiental* que visa constituir uma nova perspectiva integradora das lutas ambientais e sociais. Neste debate, utilizaremos as contribuições de Mészáros (2002), Loureiro (2004) e Ascelrad et al. (2009), especialmente.

Na acepção de Mészáros (2002) o desenvolvimento histórico do capital rompeu com a concepção do ser humano como sendo a finalidade da produção, legitimando-se, por meio da fragmentação e da degradação do trabalho, a compreensão dos sujeitos como consumidores manipulados de mercadorias. Neste sentido, os significados de produção e propriedade são distorcidos, reificados e associados a uma condição material produtiva que subordina o conceito de necessidade ao imperativo da expansão do valor de troca e da produção de mercadorias. Em tais circunstâncias, a *produção de riqueza* é considerada a finalidade da humanidade, bem como o conceito capitalista de *propriedade* não mais está vinculado às condições objetivas de reprodução da existência do sujeito que trabalha, do contrário, objetiva a sua desumanização.

Sendo assim, coloca-se que, na medida em que as condições naturais de produção e reprodução da existência do trabalhador pertencem a ele, constituindo-se como o resultado de um intercâmbio com a natureza, insere-se, neste pressuposto, o sentido original de propriedade, no qual o modo capitalista de reprodução social oblitera e distorce. Nestas condições, a determinação original de produção e propriedade (na qual o ser humano se constitui o centro, a finalidade e a condição da produção) é rompida pelos parâmetros do

sistema do capital. Destaca-se, portanto, que a reprodução das condições de existência dos trabalhadores está subordinada aos imperativos da concepção de produção e propriedade do capital, sendo reconhecidos como “(...) ‘sujeitos’ legitimamente existentes apenas como *consumidores manipulados* de mercadorias. Na verdade, eles se tornam tanto mais cinicamente manipulados – como fictícios ‘consumidores soberanos’ – quanto maior a pressão da taxa decrescente de utilização” (MÉSZÁROS, 2002, p. 611, grifo do autor). Neste ponto, encontra-se a crescente importância do trabalhador também assumir a posição de consumidor, porém, permanecendo excluído do domínio e controle da produção e distribuição.

A Pedagogia Onírica, portanto, evoca a importância de se desafiar a concepção de produção e propriedade presentes no capitalismo que rompe com o seu sentido originário, onde a finalidade é o *ser humano* e não a produção material e apropriação desigual da riqueza orientada para a expansão do capital. Neste ponto, a Pedagogia Onírica fundamenta-se na perspectiva utópica da necessária reorientação do padrão de desenvolvimento produtivo e redefinição do conceito de riqueza, defendendo como premissa a importância da realização das capacidades criativas humanas com base na *riqueza da produção*. Assim, advoga-se que:

(...) a diligência humana deve ser orientada para a *riqueza da produção* (isto é, ‘a universalidade das necessidades, capacidades, prazeres, forças produtivas etc. do *indivíduo*’) e em direção a uma cada vez mais rica – mas, claro, não em um sentido estreitamente material de riqueza – *auto-reprodução* dos *indivíduos* sociais como o fim-em-si-próprio conscientemente adotado (Ibidem, p. 613, grifo do autor).

Neste contexto, a Pedagogia Onírica entende a necessidade de articular projetos em Educação Ambiental que tenham como objetivo uma mudança no modo como é percebida a concepção de riqueza no capitalismo, que visa à expansão quantitativa e destrutível da riqueza material como sendo a finalidade da produção. De acordo com Mézáros a mudança desta perspectiva exige uma reorientação da “(...) *produção de riqueza* inevitavelmente limitadora e perdulária na direção de uma *riqueza de produção* humanamente enriquecedora, com sua *taxa de utilização ótima* antinômica àquela perigosamente *decrescente*” (Ibidem, p. 633, grifo do autor). A perspectiva da Educação Ambiental proposta neste debate, portanto, considera a importância de serem problematizadas as consequências negativas entre a necessária inter-relação do progresso do capitalismo e o amplo desperdício em âmbito universal. Neste contexto, salientamos a crítica em relação à tendência geral da produção atual, a qual se revela no desenvolvimento de produtos não orientados para a durabilidade, o

que se justifica em função da necessidade de competição e da utilização racional dos recursos de trabalho.

Em relação ao debate sobre a *taxa de utilização decrescente no capitalismo*, destacamos que, do ponto de vista da economia política do século XIX, desde este período, compreendia-se que a inserção de produtos com extensa durabilidade no mercado acarretaria a sua saturação, resultando-se em consequências negativas para os fabricantes. Estes teóricos, dentre eles podemos citar como exemplo Adam Smith, trabalham as problemáticas do sistema como processo temporário e com possibilidades de superação através da aplicação dos métodos científico-tecnológicos e adequação e gerenciamento da organização da produção. Além disso, destacam que os avanços na produtividade são desejáveis, entretanto, não se questionam os modos e as condições em que o progresso no desenvolvimento da produção é construído e nem suas consequências prejudiciais aos trabalhadores e ao meio ambiente. Assim, sob esta ótica, as dificuldades devem ser resolvidas a partir de soluções que sejam compatíveis com a estrutura dominante de produção e distribuição do capital.

Compreende-se que o modo como são construídas as relações sociais, bem como os instrumentos utilizados na produção e as necessidades de consumo como sendo um fator histórico. Nesta perspectiva, a produção direciona o consumo: este pressuposto altera a atividade produtiva e determina as funções assumidas pelos indivíduos no processo produtivo. O equilíbrio entre a produção e o consumo é um fator necessário ao processo de reprodução do capital e esta contínua reprodução da “sociedade dos descartáveis” está relacionada ao consumo em grande velocidade das imensas quantidades de mercadorias que, anteriormente, constituíam-se como bens de consumo duráveis. Desse modo, destaca-se a necessária manipulação do uso dos bens de consumo duráveis, no sentido de torná-los descartáveis muito antes do término da sua vida útil. Portanto, o debate ambiental deve considerar a crítica a esta perspectiva e a necessária construção de alternativas que visem romper com as implicações destrutivas da tendência da produção capitalista como sendo a inimiga da durabilidade.

Conforme aponta Mészáros (Ibidem, p. 640), a sociedade do descartável objetiva encontrar equilíbrio entre a produção e o consumo, pressuposto necessário à contínua reprodução do capital. Entretanto, para se tornar efetiva esta premissa, torna-se necessário a expansão do consumo artificial e em grande velocidade de amplas quantidades de mercadorias que estão relacionadas à categoria dos chamados bens de consumo duráveis. Neste processo, o avanço tecnológico assume um papel preponderante, uma vez que a obsolescência da maquinaria não está relacionada ao seu valor de uso (ao esgotamento da sua

utilidade), mas é decorrência do progresso científico e tecnológico.

Ao manipular a demanda efetiva de consumo das mercadorias, do ponto de vista da expansão do capital, importa a sua subutilização, fazendo-se presente a adoção do luxo (definido por Mészáros (2002, p. 656) como tudo aquilo que se encontra acima das necessidades físico-biológicas básicas importantes para a garantia da sobrevivência dos seres humanos) como princípio que impulsiona a expansão da quantidade e da variedade de mercadorias consumidas individualmente. Neste processo, importa a tendência de reduzir a taxa real de utilização de uma mercadoria, uma vez que a sua subutilização torna vendável outro produto. A taxa de utilização decrescente integra os seguintes processos no capitalismo, nos quais citamos: atinge o modo de funcionamento do trabalho vivo, a partir da expansão do desemprego; integra a já citada subutilização das mercadorias; abrange a característica perdulária da maquinaria produtiva.

Entendemos a característica perdulária do sistema capitalista com base nos seguintes aspectos e consequências danosas do seu potencial produtivo, conforme aponta Mészáros (Ibidem, p. 819):

- O potencial destrutivo do capitalismo inclui a demanda pelo uso intensivo de recursos naturais, desconsiderando-se as consequências danosas futuras ao meio ambiente e aos sujeitos prejudicados pelas estratégias de desenvolvimento adotadas;
- Abrange concentração e centralização intensiva de capital, ampliando o desemprego e contribuindo para a produção do subdesenvolvimento;
- A característica destrutiva inclui a crescente multiplicação do valor de troca como perspectiva oposta ao valor de uso;
- Ainda assim, destacamos que o potencial destrutivo do capital gera desperdício de gente, a produção em larga escala de “pessoas supérfluas”, conforme enfatiza Mészáros, pelo fato de que tais sujeitos “(...) não podem mais se ajustar aos esquemas estreitos da produção de lucro e da multiplicação perdulária do valor de troca” (Ibidem, p. 819). Associa-se a este processo, a tendência de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, como consequência do avanço tecnológico, gerando desemprego em massa.

Enfatizamos que o debate ecológico torna-se imperativo em relação à necessidade de reconhecermos os limites e as consequências destrutivas da expansão do capital, no qual os princípios adjacentes a esta expansão sem obstáculos encontram resistências nas manifestações que contestam a racionalidade e o planejamento social capitalista, e nisto se

insere a importância das ações em Educação Ambiental. Entretanto, a compreensão destes limites tem sido acompanhada, na atualidade, da possibilidade de extração de lucro resultante do incentivo às práticas de consumo ecologicamente corretas. Assim, o debate ambiental deve considerar a compreensão crítica sobre as contradições da forma de controle social predominante, uma vez que se torna evidente o seu potencial destrutivo em relação aos recursos naturais, porém, as ações em Educação Ambiental devem romper com a lógica lucrativa que assumem os inúmeros projetos que defendem a preservação ambiental.

Mészáros (2002, p. 988) coloca que a apropriação da natureza de forma destrutiva pelo desenvolvimento capitalista esteve presente nas formulações teóricas de Marx no início dos anos 40 do século XX, quando comparou a influência civilizadora do capital e o seu estágio de produção perdulária a formas anteriores de civilização, no qual o intercâmbio com o meio ambiente era construído de modo a satisfazer as necessidades vitais do ser humano. Nestas reflexões, salienta-se que o estágio atual de organização social converteu a natureza em objeto para a humanidade, subjugando suas potencialidades às necessidades humanas, sendo o meio ambiente percebido como objeto de consumo e meio de produção.

Afirmamos que a perspectiva da Pedagogia Onírica, fundamentada nos pressupostos teóricos citados, portanto, coloca como desafio à construção de uma sociedade pautada nos ideais de igualdade e justiça socioambiental, o rompimento com o sistema político e econômico fundamentado no princípio orientador e expansionista do capital, o qual possui como medida do progresso do capitalismo avançado a forma eficaz com que o “(...) desperdício pode ser gerado e dissipado em escala monumental” (Ibidem, p. 635).

A Pedagogia Onírica situa as ações educativas em Educação Ambiental sob a perspectiva da necessidade de uma transformação política e social para um rompimento do antagonismo entre capital e trabalho e a subordinação deste último ao primeiro, como também evoca o imperativo de serem rompidas as condições de produção destrutivas voltadas para a fabricação de valores de troca. Sobre este assunto, Antunes traz uma importante reflexão analítica em relação aos desafios que devem ser enfrentados na busca por uma *vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho*, uma vez que se observa o predomínio das formas intensificadas de precarização, estranhamento e opressão humana *dentro do trabalho*, bem como se percebe que a vida *fora do trabalho* também está atada à lógica destrutiva do consumo de mercadorias, sendo assim: “(...) a esfera da vida fora do trabalho, o chamado tempo livre é, em boa medida, um tempo também submetido aos valores do sistema produtor de mercadorias e das suas necessidades de consumo, tanto materiais como imateriais” (ANTUNES, 2011, p. 203). Na perspectiva de Antunes acrescentamos como uma alternativa



no campo de ação da Educação Ambiental a necessidade de alterar a lógica de produção e consumo no sentido de produzir valores de uso e não valores de troca: “Sabe-se que a humanidade teria condições de se reproduzir socialmente, em escala mundial, se a produção destrutiva fosse eliminada e a produção social fosse voltada não para a lógica do mercado, mas para a produção de coisas socialmente úteis” (Ibidem, p. 187).

Colocamos que o desafio de criar alternativas práticas que questionem esta forma perdulária de produção e consumo predominantes devem integrar ações educativas que tenham como intencionalidade o desenvolvimento de modos sustentáveis de organização, sendo importante assumirem a forma de um *processo social universal*. Sob o prisma de Mészáros (2002, p. 577), destaca-se que a construção de um processo social universal, pautado nos princípios de uma *organização sustentável da sociedade*, passa pela tarefa estratégica de superação do capital e não apenas do capitalismo, de transcendência do Estado em todas as suas formas e não apenas do Estado capitalista e, por fim, do rompimento com a divisão do trabalho e não apenas do trabalho assalariado.

Relacionado a este debate, torna-se importante considerar o conceito de *sustentabilidade* como um campo em permanente disputa, na qual se encontram em embate visões divergentes sobre modelos de desenvolvimento, sobre o entendimento de consumo e produção de riqueza, abarcando compreensões discrepantes em relação à problemática da degradação ambiental e da intencionalidade das alternativas e ações que devem ser empreendidas. Enfatizamos a crítica ao significado de sustentabilidade que desconsidera a inter-relação entre os problemas ambientais e a lógica industrial, financeira e globalizada da sociedade moderna e nisto se insere a compreensão de *desenvolvimento sustentável*, que concilia o crescimento econômico com a possibilidade de preservação do meio ambiente.

Salientamos a crítica à perspectiva do conceito de desenvolvimento sustentável, o qual compreende que “(...) as relações no interior do processo produtivo, na sua forma social de produção, não são discutidas, mas somente os seus efeitos, o que pode permitir de se pensar em soluções pela via tecnicista sem alterar a forma social de produção, posicionamento apropriado à conservação do modelo vigente” (GUIMARÃES, 2010, p. 93). Portanto, a Educação Ambiental deve estar situada no campo de ação crítica a esta concepção de desenvolvimento econômico sustentável, pautando-se numa pedagogia centrada para além da esfera da sensibilização e da compreensão da importância dos problemas ambientais, mas que inter-relaciona a noção de cuidado, de integração e pertencimento à natureza, à atuação e intervenção coletiva no processo de busca de uma sociedade que visa à sustentabilidade da vida. Neste processo, o sentido de doação e cuidado deve estar aliado a uma nova visão de

mundo em relação à questão ambiental, estimulando a mudança de atitude e a ação política.

Conforme o documento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) intitulado “Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza”, publicado em 2011, construído com base no *Relatório sobre Economia Verde*, o qual foi elaborado pela Organização Internacional do Trabalho e pela Organização Mundial de Turismo, o significado de desenvolvimento sustentável alia-se à compreensão do conceito de *economia verde* na atualidade, sendo esta definida como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica” (PNUMA, 2011, p. 2). Este documento constituiu-se como uma das contribuições da PNUMA à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Fundamentado na visão de sustentabilidade dos organismos internacionais citados, o relatório do PNUMA apresenta estratégias a serem adotadas por parte dos tomadores de decisão do mundo todo, para *tornar verdes* alguns setores-chave da economia visando o redirecionamento do desenvolvimento atual, com o propósito de desencadear uma baixa emissão de carbono, ser eficiente no uso dos recursos naturais e permitir a inclusão social. As propostas incluem as áreas da agricultura, pesca, indústria, turismo, transporte, silvicultura, energia, lixo e água, no qual se exige que sejam gastos 2% do PIB mundial para a implementação de medidas sob o prisma da economia verde. Destacamos que as propostas vinculam o conceito de desenvolvimento sustentável à finalidade de aliar a expansão econômica à preservação ambiental, adotando-se alternativas de cunho neoliberal, colocando os países do Terceiro Mundo à condição de subordinados aos investimentos e diretrizes dos organismos internacionais para tal intento. As orientações do citado documento, na realidade, revestem-se de um caráter funcional à atual fase do processo de expansão e acumulação do capital.

O documento fornece orientações para melhorar os investimentos públicos e privados rumo à consolidação de uma *economia verde*, citando a necessidade de aprimorar as regras e os regulamentos ambientais, o fluxo do comércio, a infraestrutura de mercado e a cooperação internacional. Dentre as alternativas apresentadas, citamos:

- O esverdeamento de normas rígidas de regulamentação;
- A priorização de investimentos e gastos públicos em áreas que estimulem o esverdeamento de setores econômicos;
- A limitação de gastos em áreas que esgotem o capital natural;
- O uso de impostos e instrumentos que se baseiam no mercado para mudar a

- preferência do consumidor e promover o investimento verde e a inovação;
- O investimento em capacitação e treinamento; e
- O fortalecimento da governança internacional (PNUMA, 2011, p. 27).

O referido relatório inclui a necessidade de treinamento da força de trabalho, no intuito de possibilitar a aquisição de novas habilidades que permitam aos trabalhadores migrarem para novos empregos, citando, em especial, o setor pesqueiro: “No setor pesqueiro, por exemplo, os pescadores podem ter que ser treinados para meios alternativos de subsistência, que poderiam incluir a participação na reconstrução das reservas de peixes” (PNUMA, 2011, p. 32). Em relação à pesca, o relatório destaca, ainda, o imperativo de redirecionar os gastos públicos no setor pesqueiro visando fortalecer o gerenciamento da indústria e reduzir os esforços de pesca para restabelecer as reservas naturais, adotando medidas como a desativação de navios e o reposicionamento de empregos para os pescadores.

Em relação aos países em desenvolvimento, o relatório acrescenta que as alternativas para a transição para uma economia verde devem ser elaboradas a partir das ideias e dos meios pleiteados pelas organizações internacionais: “As organizações intergovernamentais, instituições financeiras internacionais, organizações não governamentais, o setor privado e a comunidade internacional como um todo podem ter um papel crucial para prestar assistência técnica e financeira aos países em desenvolvimento” (Op. Cit., p. 32). Assim, como destacado anteriormente, a economia verde coloca os países em desenvolvimento numa posição de subordinação e dependência econômica em relação às organizações financeiras internacionais e aos países desenvolvidos.

Importante considerar que os argumentos apresentados fazem alusão ao propósito de aliar sustentabilidade ao conceito de *esverdeamento* dos setores econômicos, de modo que não altere a legitimidade da lógica do livre mercado como mecanismo de enfrentamento dos problemas ambientais, desconsiderando sua inter-relação com a questão da desigualdade social. Desse modo, na visão dos organismos internacionais citados, a economia verde se apresenta como alternativa eficiente à preservação ambiental na medida em que proporciona benefícios econômicos e ambientais significativos aos países que adotarem suas estratégias.

Relacionado à economia verde está o conceito de modernização ecológica, o qual combina a questão ambiental com estratégias neoliberais de desenvolvimento, com vistas à “(...) conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso” (ASCELRAD et al., 2009, p. 14). Portanto, a lógica contida nos

princípios do referente documento do PNUMA (2011) faz menção, principalmente, às questões de ordem econômica, propondo-se construir uma relação sustentável com o meio ambiente mencionando os fatores de investimento, lucro, competitividade e desenvolvimento econômico como imperativos necessários para se pensar a preservação ambiental na atualidade.

Afirmamos que uma alternativa a esta economia verde ditada pelos organismos internacionais, pode partir da construção de uma economia solidária popular que tenha como base os princípios de uma Educação Ambiental transformadora, a qual se fundamenta na esperança, no questionamento do modelo econômico vigente e na busca pela justiça socioambiental. Destacamos que as propostas em Educação Ambiental não podem ser elaboradas estando desvinculadas dos problemas, do diálogo, dos anseios e necessidades das populações que são afetadas pelas consequências da desigualdade e injustiça ambiental. Sob esta perspectiva, a proteção ao meio ambiente requer a luta por justiça social e combate às formas de apropriação desigual do meio ambiente e dos recursos naturais:

A desigualdade social e de poder está na raiz da degradação ambiental: quando os benefícios de uso do meio ambiente estão concentrados em poucas mãos, assim como a capacidade de transferir “custos ambientais” para os mais fracos, o nível geral de “pressão” sobre ele não se reduz. Donde, a proteção do meio ambiente depende do combate à desigualdade ambiental. Não se pode enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social. O desenvolvimento com justiça ambiental requer a combinação de atividades no espaço de modo a que a prosperidade de uns não provenha da expropriação dos demais (ACSELRAD et al., 2002, p. 76).

No prefácio do citado documento do PNUMA, o Subsecretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Achim Steiner, coloca que a proposta da economia verde “não favorece uma ou outra perspectiva política. Ela é relevante a todas as economias, sejam elas controladas pelo estado ou pelo mercado” (PNUMA, 2011). No contexto do debate proposto, contrariando a perspectiva de neutralidade afirmada por Steiner, destacamos como um dos pressupostos da Pedagogia Onírica a dimensão política da Educação Ambiental, a qual reitera o compromisso histórico de denúncia de um modelo de racionalidade econômica pautado na concepção dos sujeitos como consumidores manipulados de mercadorias e anúncio de possibilidades e alternativas que desafiem o projeto neoliberal e permitam construir outra referência de felicidade que confronte com o modelo de organização da sociedade vigente (OLIVEIRA, 2008, p. 100).

A Educação Ambiental, neste sentido, afirma-se como processo de formação que visa à assunção de práticas mobilizadoras que tenham como objetivo a construção de relações sociais pautadas para além da lógica capitalista. Neste ponto, tratamos de argumentar os fundamentos que apontam a necessária construção de uma *justiça ambiental* na qual visa constituir uma nova perspectiva integradora das lutas ambientais e sociais. Com base em Acselrad et al. (2009), salientamos que a noção de justiça ambiental afirma o princípio de que a nenhum grupo social devem ser destinados os riscos ambientais nocivos decorrentes de políticas e de legislação débil na gestão do uso dos recursos naturais. Neste aspecto, consideramos a importância das práticas de luta por justiça ambiental sendo esta entendida como:

(...) o direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o 'meio ambiente' é considerado em sua totalidade incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades (ACSELRAD et al., 2009, p. 16).

Baseado em Acselrad et al. (p. 26), afirmamos que a concepção de justiça ambiental inclui princípios e estratégias que orientam a luta pela constituição de um acesso justo e equitativo aos recursos ambientais, no qual destacamos: a importância do princípio da “poluição tóxica para ninguém”; o questionamento do modelo de desenvolvimento atual concebido como ambientalmente perverso para as populações que não possuem recursos financeiros ou políticos; a necessidade de se constituir uma luta mobilizada por parte dos trabalhadores, preconizando uma aliança estratégica com os sindicatos, de modo que a luta por justiça ambiental seja estruturada com base no combate aos impactos negativos que a precarização do processo de trabalho vem resultando na saúde ambiental do operariado; a democratização permanente das políticas ambientais, considerando a dimensão sociocultural, o conhecimento histórico, a participação pública e política de indivíduos e grupos na sua constituição e implementação; a necessidade de uma reivindicação e mobilização coletiva para uma aplicação universal da legislação ambiental e seu constante aperfeiçoamento, de modo que sejam questionadas e debatidas as estratégias de proteção ambiental desigual que caracterizam o processo atual de destinar os riscos ambientais, prejudiciais à saúde e ao bem-estar do ser humano, às populações pobres e etnicamente marginalizadas.

Integrado a este debate propomos esclarecer o entendimento acerca do conceito de injustiça ambiental, que integra os processos de proteção ambiental desigual e acesso desigual

aos recursos naturais, sendo compreendido como: “(...) o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos baixos operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”. (ACSELRAD et al., 2009, p. 41). Assim, a dimensão ética da Educação Ambiental envolve a luta política pelo rompimento dos condicionantes históricos do qual decorrem as desigualdades ambientais que são oriundas de processos sociais e políticos que, de forma desigual e por meio de mecanismos não democráticos de elaboração e aplicação de políticas públicas, produzem consequências desproporcionais de acesso aos recursos ambientais.

A proteção ambiental desigual é reflexo das formas não democráticas de elaboração e implantação das políticas ambientais, fatores que geram consequências desproporcionais de acesso aos recursos do meio ambiente, bem como está relacionada aos efeitos desiguais dos riscos ambientais sobre os grupos da sociedade. Sobre este aspecto, importante considerar a análise de Acsehrad et al. quando destaca que:

A proteção ambiental é desigual quando a implementação de políticas ambientais – ou a omissão de tais políticas ante a ação das forças de mercado – gera riscos ambientais desproporcionais, intencionais ou não intencionais, para os mais carentes de recursos financeiros e políticos: os mais pobres, os moradores de áreas desvalorizadas e etnias marginalizadas. Se há diferença nos graus de exposição das populações aos males ambientais, isso não decorre de nenhuma condição natural, determinação geográfica ou casualidade histórica, mas de processos sociais e políticos que distribuem de forma desigual a proteção ambiental (Ibidem, p. 73).

Entendemos por acesso desigual aos recursos ambientais os processos pelos quais as populações tradicionais são afetadas pelos impactos ambientais dos projetos de desenvolvimento que são implementados em zonas estratégicas de expansão do capitalismo, reconhecendo-se que os seus saberes e cultura histórica, além de suas práticas socioeconômicas são constantemente ameaçados pela degradação do meio ambiente natural, prejudicando suas formas de garantir a subsistência. Conforme afirma Acsehrad et al. (p. 74) as práticas de empresas que recorrem ao uso insustentável dos recursos naturais comprometem o meio ambiente comum, gerando a destruição de formas não capitalistas de apropriação da natureza, como é o caso da pesca artesanal, do extrativismo e da pequena produção agrícola, de forma que os efeitos nocivos a uma determinada atividade compromete

a subsistência de um contingente populacional, bem como afeta a possibilidade de manutenção de outras atividades.

O processo de acesso desigual aos recursos ambientais também integra a esfera do consumo, expressando-se na sua apropriação desigual quando alterados em bens manufaturados. Neste contexto, a problemática ambiental reflete os mecanismos de desigualdade social e concentração de renda e de bens em poucas mãos, gerando, de um lado, uma pequena parcela da população mundial que possui um alto padrão de consumo “(...) de produtos de perfil supérfluo inclusive – pressionam por uma apropriação ultra-intensiva e pouco previdente dos recursos naturais, enquanto, por outro, grande parte da população mundial permanece abaixo dos patamares de consumo necessários para a sua simples sobrevivência física” (ACSELRAD et al., 2009, p. 74).

Portanto, inter-relacionado aos pressupostos da Pedagogia Onírica, entendemos que a Educação Ambiental deve integrar o conceito de justiça ambiental ao debate sobre a exploração do trabalho das populações em situação de vulnerabilidade social e a concentração dos riscos e malefícios ambientais aos mais pobres, além de questionar a apropriação desigual dos recursos naturais. Sob esta perspectiva, compreende-se que a produção da desigualdade ambiental está inscrita na lógica de produção da desigualdade social, de modo que a luta por uma justiça ambiental pressupõe o entendimento de que “(...) o que está em jogo não é simplesmente a sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, ou as escolhas técnicas descoladas da dinâmica da sociedade, mas sim as formas sociais de apropriação, uso e mau uso desses recursos e desse ambiente” (Ibidem, p. 76).

O próximo capítulo intitulado “Mundo do trabalho e economia solidária popular” trata da temática dos processos de precarização que atingem a classe trabalhadora na atualidade, inter-relacionando o estudo ao tema da economia solidária popular.







## **CAPÍTULO III:**

### **MUNDO DO TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA POPULAR**

A abordagem do principal ponto de discussão proposto para este capítulo procura entender a perspectiva histórica das mudanças no mundo do trabalho indicando as novas formas de organização, de sociabilidade e de exploração que vem atingindo a classe-que-vive-do-trabalho nos dias de hoje, como denomina Antunes (1999; 2011). Dentro desta perspectiva, entende-se que o debate indicado parte da premissa da importância da compreensão destas mudanças para o entendimento das transformações no mundo do trabalho da pesca artesanal.

Nos dias de hoje, é de fundamental importância, para o entendimento do contexto de construção das ações no campo da Educação Ambiental, tanto no que se refere às políticas educacionais quanto à pesquisa, a compreensão da relação entre o mundo do trabalho e o processo de globalização ou mundialização, como denomina Carnoy (2003). Desse modo, no presente texto, partimos do debate sobre a compreensão da inter-relação entre processo de trabalho e globalização para entendermos a experiência atual de construção da esperança vivenciada pelas comunidades de pescadores que desenvolvem o cooperativismo, especialmente, as suas dificuldades e conflitos cotidianos. Portanto, torna-se necessário abordarmos o modo como a globalização opera sobre o mundo do trabalho, nos processos de enfraquecimento do papel do Estado frente às garantias e direitos do cidadão, além de serem considerados os mecanismos de desmantelamento das redes de integração social dos trabalhadores. Para fundamentar esta discussão, enfatizamos as contribuições de Antunes (1999; 2011), Mészáros (2002), Gentili (1999) e Rummert (2008; 2010).

O segundo tema em destaque, por sua vez propõe a problematização sobre as concepções em relação à economia solidária popular e como ela se insere nas transformações predominantes no mundo do trabalho. Relacionado a este assunto, como aporte teórico,

destacamos Menezes (2007), Antunes (1999; 2011), Germer (2006), Lia Tiriba (2008) e Singer (1998; 2002; 2003) neste estudo.

Enfatizamos que as discussões propostas se fazem necessárias para a compreensão das mudanças que atingem o âmbito da pesca artesanal, além do entendimento do lugar que ocupa a economia solidária na atualidade. Desse modo, a percepção das mudanças, dos conflitos e perspectivas dos pescadores artesanais não pode estar alheia à compreensão das transformações que atingem o mundo do trabalho. Destaca-se que a análise global proposta a partir do debate com os autores citados, em especial, perpassa o desafio de refletir as particularidades dos problemas que incidem sobre a pesca artesanal na cidade do Rio Grande.

Esta abordagem torna-se fundamental para a compreensão da importância que as redes de economia solidária assumem no que se refere ao fortalecimento dos laços de identidade e cooperação entre os profissionais de diversos ramos de produção, em especial, entre os trabalhadores da pesca artesanal. Assim, frente à globalização e aos processos de flexibilização na organização do trabalho, do desenvolvimento de competências particulares como exigência de um mercado de trabalho flexível e temporário, a economia solidária popular pode ser compreendida como uma possibilidade a estes trabalhadores que vivem em períodos de *incerteza individualizada*, como denomina Carnoy (2003). Desse modo, é imperativo refletir criticamente o contexto social em que se desenvolve o mundo do trabalho para compreendermos as dificuldades que estes sujeitos enfrentam cotidianamente no processo de fortalecimento e construção da esperança nos projetos que são empreendidos.

### **3.1. Reinventar a esperança em tempos de desesperança: mundo do trabalho e globalização**

De acordo com Libâneo (2007) não é possível precisar o surgimento da globalização, porém, o capitalismo, desde a sua consolidação no final do século XX, vivenciou períodos de internacionalização e mundialização do capital. Assim, podemos compreender a globalização a partir da argumentação construída por este autor:

O capitalismo lançou-se, no final do século XX, em um acelerado processo de reestruturação e integração econômica que compreende o progresso técnico-científico em áreas como telecomunicações e informática, a privatização de amplos setores de bens e serviços produzidos pelo Estado, a busca de eficiência e de competitividade e a desregulamentação do comércio entre países, com a destruição das fronteiras nacionais e a procura pela completa liberdade de trânsito para as pessoas, mercadorias e capitais, em uma espécie de mercado universal. Esse processo de aceleração, integração e reestruturação capitalista vem sendo chamado de globalização, ou melhor, de mundialização. Dito de outro modo, a globalização pode ser entendida como uma estratégia de enfrentamento da crise do capitalismo e de constituição de uma nova ordem econômica mundial. (LIBÂNEO et al., 2007, p. 74).

Torna-se imperativo enfatizar as tendências gerais da crise global do capitalismo, do qual permitiu a emergência e a necessidade de uma reorganização e reestruturação produtiva do capital como condição para a manutenção dos elementos constitutivos da sua reprodução. Nesta análise, utilizaremos Antunes (1999, p. 29), que destaca como período inicial da crise do capitalismo a década de 1970, que possui como expressão o fenômeno da redução das taxas de lucro. Dentre as causas desta crise destacam-se, principalmente, a partir de uma breve explicação, dada a complexidade do tema: a intensificação da queda na taxa de consumo causado pelo aumento do desemprego estrutural; o aumento do preço da força de trabalho; o excesso da capacidade da produção fabril. Estes fatores resultaram na queda das taxas de acumulação capitalista, especialmente, nos Estados Unidos, na Alemanha, no Japão e nos demais países do Primeiro Mundo.

Além destes aspectos, Mészáros (2002, p. 553) enfatiza a importância que o Estado nacional burguês assume no tocante ao papel de suprir as exigências das multinacionais. Ainda assim, acrescenta-se que a alternativa construída para o enfrentamento da crise no padrão de acumulação também considera o estabelecimento do Sistema Monetário Internacional e de instituições multinacionais como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional. Neste quadro foi estabelecido um sistema global de dominação que possibilita a manutenção de uma relação de dependência e submissão dos países do Terceiro Mundo em relação a estas instituições, no qual é possibilitado à burguesia “(...) não apenas vastos recursos e válvulas de escape para a expansão do capital, mas rendimentos suficientemente grandes para compensar em uma extensão significativa a queda tendencial da taxa de lucro (...)” (Ibidem, p. 553).

Os mecanismos adotados por estes países para a superação desta crise culminaram no advento do neoliberalismo, no qual é expressão o período de influência dos governos

Thatcher e Reagan. Neste sentido, deu-se início à era das mudanças necessárias para reestruturar o padrão de acumulação, no qual o processo de globalização é uma das expressões desta reorganização do capital. Dentre estas alterações citamos: a expansão no uso da tecnologia com a tendência crescente de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto; a privatização do Estado; a desregulamentação das relações e dos direitos trabalhistas; a intensificação da taxa decrescente do valor de uso das mercadorias.

Podemos afirmar que o processo da globalização se fortaleceu a partir da década de 80, impulsionado pela proposta do neoliberalismo. A partir desta perspectiva econômica, o Estado se torna *Estado Global*, sendo excluído do papel de regular o mercado, estando este, regulamentado por um sistema econômico global competitivo e auto regulável. Dentro desse contexto, percebemos o estabelecimento de um processo integrado na produção e na comercialização de mercadorias através das denominadas corporações transnacionais, em que há um sistema disperso da produção e do trabalho. Como característica deste processo, temos uma dispersão geográfica das corporações mundiais, onde a produção de mercadorias é realizada fora do país de origem. Como exemplo de transnacionais ou multinacionais, podemos citar a Ford, a General Motors, a Renault, a Nike, a Shell, entre outros.

De acordo com Libâneo et al. (2007, p. 75) a globalização é percebida em manifestações como:

- a) produtos, capitais e tecnologias sem identidade nacional;
- b) automação, informatização e terceirização da produção;
- c) implementação de programas de qualidade total e de produtividade (processos de reengenharia em vista de maior racionalidade econômica);
- d) demissões, desemprego, subemprego;
- e) recessão, desemprego estrutural, exclusão e crise social;
- f) diminuição dos salários, diminuição do poder sindical; eliminação de direitos trabalhistas e flexibilização dos contratos de trabalho;
- g) desqualificação do Estado (como produtor do desenvolvimento econômico e social) e minimização das políticas públicas.

Podemos afirmar que a globalização transforma os processos de produção e consumo de mercadorias, afetando, diante disso, também o *mercado de trabalho* e a escola. Diante desta conjuntura, citamos como exemplo a Educação de Jovens e Adultos, a qual possui um papel preponderante neste contexto, uma vez que ela se insere na “(...) imposição da permanente busca individual por qualificação para assegurar o ingresso num mercado de trabalho cada vez mais restritivo e marcado por diferentes condições de precarização revestidas por uma aparência de liberdade que valoriza o empreendedorismo, o auto-emprego

(...)” (RUMMERT, 2008, p. 190). Desse modo, a escola está articulada ao contexto de precarização do mundo do trabalho em que há uma tendência do mercado em exigir uma qualificação permanente do trabalhador, o qual deverá assumir múltiplas responsabilidades e tarefas, estando apto a exercer diversas habilidades. Ainda assim, percebemos um aumento da exploração dos trabalhadores, diante dos processos de flexibilização dos contratos de trabalho, além das tentativas de enfraquecer o poder dos sindicatos. A Educação de Jovens e Adultos, neste contexto, configura-se como política educacional que reforça as estratégias do modelo de desenvolvimento e de distribuição desigual do conhecimento, afastando-se da necessidade de superação do enfrentamento estrutural da pobreza.

A política neoliberal reestrutura a educação por meio do processo de privatização do ensino público. Este modo de gestão da educação, através de uma política privatizadora, apresenta-se como dinâmica que aumenta o abismo da desigualdade social, como afirma Gentili (1999, p. 105): “O neoliberalismo privatiza a escola pública, negando desta forma o direito à educação das maiorias e aprofundando os mecanismos históricos de exclusão social aos quais estão submetidos os setores populares”. Dentro dessa perspectiva, a Educação de Jovens e Adultos é ponto central no processo contínuo de exigência de novas competências e aptidões, colocando-se a educação na agenda das transformações necessárias para assegurar a adaptação dos trabalhadores a uma realidade de flexibilização e informalidade, em que se empreende ao contexto escolar um projeto educacional regulado pelas requisições do mercado. Assim, na educação da classe trabalhadora, em um período marcado pela flexibilização da organização do trabalho, valorizam-se as habilidades relacionadas ao empreendedorismo, à capacidade de comunicação e de trabalho em equipe, exigindo-se uma polivalência e multifuncionalidade dos trabalhadores.

Rummert e Alves (2010) destacam que a necessidade dos organismos internacionais elaborarem diretrizes e parâmetros educacionais que exigem o investimento dos países na formação qualificada dos trabalhadores é oriunda da concepção de que os problemas ligados à inserção e à permanência do jovem/trabalhador no mercado decorrem da inadequada formação dos mesmos. Esta lógica, estruturada a partir dos interesses das grandes corporações como, por exemplo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, sublinha diretrizes que vinculam a educação à concepção de competência profissional, destacando-se a necessidade de um perfil profissional competitivo e empreendedor. Os discursos destes organismos internacionais se articulam ao argumento de que a baixa escolaridade reproduz a desigualdade social e a pobreza sendo necessário, portanto, elevar o nível de escolaridade da população democratizando o acesso ao ensino,

separando-se da necessidade concreta de romper com a lógica estrutural do atual modelo de produção econômica. Dentro dessa perspectiva, com base em estratégias que negam os agentes estruturais que perpetuam a concentração de riqueza no país, “(...) a educação de jovens e adultos é concebida, nas atuais políticas de governo, como o elemento essencial na superação das condições de ‘exclusão’ e de pobreza, tal como recorrentemente anunciado pelos discursos hegemônicos” (RUMMERT, 2008, p. 116).

Nesta lógica, a educação está alicerçada em políticas de governo baseadas na distribuição desigual dos bens materiais e simbólicos e em processos de formação compensatórios dos jovens e adultos com baixa escolarização. Neste quadro, Rummert e Alves (2010) citam, dentre estas políticas educacionais, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), lançado pelo governo federal do Brasil, em 2005, que direcionou os objetivos da educação às exigências do mercado de trabalho. Enfatiza-se a necessidade dos programas educacionais estabelecerem uma preparação destes jovens e adultos para ocupações alternativas que possam gerar rendimentos, dentre eles, situa-se a economia solidária popular. Portanto, relaciona-se a solução para o desemprego com o imperativo de promover o empreendedorismo, valorizando a formação educacional de microempresários, situando a construção de alternativas para promover condições de vida mais dignas à capacidade de planejamento individual: “Ou seja, é necessário que se tornem indivíduos flexíveis, adaptáveis, capazes de resolver de forma criativa, com seus recursos pessoais, os problemas atuais e futuros que a precarização da existência lhes impõe cotidianamente na nova *sociedade do conhecimento*” (RUMMERT; ALVES, 2010, p. 525).

Gentili (1999) destaca que a reestruturação econômica, política, jurídica e cultural do capitalismo abrange o processo de privatização dos setores públicos, no sentido de um enfraquecimento progressivo do papel do Estado no desenvolvimento e garantia dos direitos do cidadão. Neste processo, diversos setores da vida produtiva sofrem uma progressiva redução da intervenção estatal. É neste sentido que a privatização da educação pode ser comparada à privatização de vários setores relacionados a outras atividades produtivas como, por exemplo, na área da segurança, de fornecimento de energia elétrica, da saúde etc.

Portanto, podemos perceber as consequências da globalização sobre o Estado Nacional, enfraquecendo o seu papel de regular e controlar as dinâmicas do mercado, fator que diminui consideravelmente a sua capacidade de garantir os melhores serviços e condições necessárias à melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, como afirma Richardson (1999, p. 150):

(...) temos um Estado que abandona o controle e regulação da economia passando a controlar e regular o homem; que passa de um ajuste da economia às necessidades do homem, a um ajuste dos homens às necessidades do mercado. Assim, o Estado começa a se livrar de suas responsabilidades públicas, diminuindo sua participação nas ações sociais destinadas a garantir o desenvolvimento da população.

Importante salientar que a globalização opera sobre o mundo do trabalho de modo a perpetuar a individualização. O espaço em que se constrói o processo de trabalho perde a sua identidade e função social através do acirramento das especializações e do caráter temporário dos postos de trabalho. De acordo com Carnoy (2003) a mundialização acarreta para a organização do trabalho uma dissolução da identidade entre os trabalhadores, os quais os haviam construído através das associações profissionais e dos sindicatos. Sendo assim, há uma redefinição na organização dos trabalhadores através da gestão descentralizada e da individualização das tarefas e da produção:

Os trabalhadores são individualizados, separados não só de sua identidade ‘tradicional’ na qual se apoiavam há mais de um século, mas também da rede social que lhes permitia encontrar uma segurança econômica. O ‘trabalho’ e tudo o que o envolve – o grupo de amigos no escritório, as discussões e as saídas depois do trabalho, a atividade sindical e, inclusive, o pátio de estacionamento – perdem sua função social; tudo isso se tornou tão ‘definitivamente temporário’ quanto o próprio trabalho (Ibidem, p. 49-50).

Assim, a identidade profissional, a qual constrói uma rede social entre os trabalhadores, e o próprio ambiente de desenvolvimento do trabalho é afetado por este caráter temporário, pela *individualização das redes sociais* no espaço em que operam os trabalhadores.

Neste debate, importante considerar que as transformações na década de 80 foram fundamentais para o processo de mudanças que vivenciou a classe trabalhadora, dentre estas, podemos destacar as alterações no padrão de vigência do fordismo e do toyotismo, os quais se adequaram a uma nova fase de organização e gestão da força de trabalho. Neste contexto, Antunes (2011, p. 23) enfatiza as experiências da Terceira Itália, na Suécia, do Vale do Sicília nos Estados Unidos e em diversos pontos da Alemanha, apresentando as dimensões destas mudanças a partir do que denomina de neofordismo, neotaylorismo e pós- fordismo.

As transformações no mundo do trabalho decorrem destas novas formas de perceber a dinâmica de acumulação do capital, substituindo-se o padrão fordista predominante pela flexibilidade do toyotismo oriundo da experiência japonesa: “O *toyotismo* penetra, mescla-se

ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado” (ANTUNES, 2011, p. 24). Esta perspectiva se dirige para desenvolver uma produção que se adequa às exigências do mercado consumidor, diferindo-se, portanto, da produção de mercadorias em série do âmbito fordista.

Neste ponto, primeiramente, salienta-se a experiência da Terceira Itália como sendo a base para o estabelecimento de um novo padrão de produção e comercialização de mercadorias, indicando que a grande empresa verticalizada não mais atendia ao desenvolvimento econômico local, destacando-se a importância da produção das pequenas e médias empresas e sua ação de cooperação e ação participativa da comunidade local, tanto pública quanto privada, na premissa da eficiência coletiva. Logo, temos o uso de processos cooperativos na produção e na comercialização das mercadorias, durante os anos de 1970 e 1980, propiciados pelas novas formas de gestão que se caracterizam pela maior flexibilidade e diminuição dos custos totais de produção ao mesmo tempo em que se percebe um aumento na produtividade. Conforme Farah Júnior (2001, p. 14) a Terceira Itália remonta à região nordeste da Itália que era economicamente atrasada no início dos anos 50, e que se desenvolveu por meio das redes de pequenas e médias empresas e de um entorno cooperativo, resultando-se na formação de vários distritos industriais, padrão que se diferenciava da grande empresa verticalizada, até então dominante.

Antunes (2011, p. 25) destaca a experiência da Terceira Itália como ponto fundamental para uma “*nova forma produtiva*” que inter-relaciona desenvolvimento tecnológico, desconcentração produtiva em unidades fabris de pequeno e médio porte, rompendo-se com a produção em massa que predomina na concepção de produção fordista. Sendo assim, a superação do modelo produtivo de base fordista gerou uma nova compreensão do processo de trabalho, adotando-se o princípio da desconcentração regional, da flexibilidade, da valorização da ação participativa do trabalhador fabril e importância da dimensão criativa na produção, caracterizado por “um processo ‘artesanal’, mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado mais localizado e regional, que extingue a produção *em série*, comportando experiências bem-sucedidas também em regiões nos EUA, na Alemanha e na França (...)” (Ibidem, p. 25). Importante destacar que esta descentralização produtiva acarretou mudanças nas formas de organização e coesão da classe trabalhadora, no sentido de que a fragmentação do trabalho articulada ao desenvolvimento tecnológico gerou uma maior dominação e controle do capital em relação ao processo produtivo, intensificando a exploração da força de trabalho e a desarticulação da classe trabalhadora. Entretanto, destaca-se que a tendência da acumulação



flexível se integrou à produção fordista, criando-se uma mescla ou uma combinação do mesmo com o aumento de práticas flexíveis nas relações e no mercado de trabalho.

Contudo, apesar da experiência da Terceira Itália, consideramos a partir de Antunes (2011) que o Toyotismo obteve impactos mais significativos no âmbito do processo mundial de reorganização da produção capitalista, dada a sua expressiva e definitiva influência na disseminação das técnicas de gestão e fabricação de mercadorias, sendo regularizado pelas exigências do mercado consumidor, o qual direciona a produção. Nas palavras de Octavio Ianni, a globalização modifica a composição e a dinâmica da classe operária:

No âmbito da fábrica global criada com a nova divisão internacional do trabalho e produção – ou seja, a transição do fordismo ao toyotismo e a dinamização do mercado mundial, amplamente favorecidas pelas tecnologias eletrônicas – colocam-se novas formas e novos significados do trabalho. São mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só os arranjos e a dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e a dinâmica da classe operária. A própria estrutura social, em escala nacional, regional e mundial, é atingida pelas mudanças. (IANNI, 1994, p. 2).

Neste contexto de mudanças há uma característica predominante de descentralização da produtividade, do qual o avanço tecnológico é elemento central. Destaca-se a afirmativa de que é preciso defender a produção artesanal no capitalismo, pois este se constitui como fator necessário a sua preservação (ANTUNES, 2011, p. 26). Esta produção artesanal entende-se como sendo expressão do trabalho vivo, o qual não poderá ser eliminado sob o capitalismo, uma vez que é fundamental ao seu processo de reprodução ampliada. Assim, a possibilidade do capital manter o seu ciclo reprodutivo se insere sobre a base da intensificação das formas de exploração do trabalho vivo, do que decorre a expansão do trabalho terceirizado, parcial, temporário, subcontratado em escala mundial, evidenciando uma “(...) intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização brutalizada do trabalho dos imigrantes, dos negros, além da expansão dos níveis de trabalho infantil, sob condições criminosas, em tantas partes do mundo, como Ásia, América Latina, entre outras” (ANTUNES, 1999, p. 233).

Importante considerar a análise de Harvey (2006) quando destaca que a construção do conhecimento deve integrar a análise e a compreensão dos fenômenos em seus aspectos particulares e universais, uma vez que, na atualidade, em relação à abordagem dos problemas locais da população, deve-se considerar a integração com as problemáticas globais. Sendo assim, pode-se afirmar que há uma estreita relação entre as especificidades das ações laborais

locais que se desenvolvem em períodos e lugares específicos, distintos daqueles em que vivenciamos, e o valor dos processos de trabalho inscritos nestes espaços, através dos sistemas de troca e interação global. Nesse sentido: “Uma concepção de trabalho é concreta e particular e a outra é abstrata e ‘universal’ (no sentido de se chegar a ela graças a processos específicos de generalização)” (HARVEY, 2006, p. 31).

Harvey (Ibidem, p. 31) ao colocar que recusa “(...) a idéia de que tenhamos opção entre particularidade e universalidade em nosso modo de pensar e em nossa argumentação. No âmbito de uma dialética relacional, as duas se acham sempre internalizadas e implicadas uma na outra”, refere-se às particularidades dos espaços de reprodução da vida, no âmbito local, as quais não podem ser compreendidas como fenômenos independentes dos processos que as constroem no âmbito global, ou seja, na especificidade da denominada globalização. Assim, o autor reitera que:

Os trabalhadores envolvidos em trabalhos concretos produtivos vêem-se de súbito dispensados, vêem o desaparecimento de suas funções, vêem-se tecnologicamente obsoletos, forçados a adaptar-se a novos processos e condições de trabalho, simplesmente devido à força da competição (ou, dito nos termos aqui propostos, o trabalho concreto ajusta-se a condições abstratas ao mesmo tempo que as qualidades do trabalho abstrato dependem de movimentos e transições dos processos do trabalho concreto em diferentes lugares e momentos) (Ibidem, p. 31).

O campo de pesquisa da Educação Ambiental atenta para as constantes transformações existentes na sociedade capitalista, no sentido da existência de uma necessidade permanente de alteração deste sistema em relação aos alicerces das relações de produção. Apesar de reconhecer as urgentes necessidades sociais, o processo de reorganização da produção capitalista, em períodos de superação de uma crise econômico-financeira, acaba por produzir maiores índices de desemprego e desigualdade como, por exemplo, em relação aos desenvolvimentos geográficos desiguais, como trabalha Harvey (2006).

Sobre isso, Mészáros (2002) traz importantes contribuições, pois afirma que o sistema de produção capitalista ao invés de ruir com as constantes crises econômicas, ao contrário, emerge de modo fortalecido deste processo. No capítulo intitulado “A astúcia da História” o autor desenvolve com propriedade esta tese, afirmando que a análise do processo histórico explicita que o capitalismo opera com os recursos que possui para superar as crises, não estabelecendo novos parâmetros e regras para o mercado nestas fases. Assim, a superação das

diversas crises<sup>4</sup> políticas e econômicas possui como parâmetros a reorganização do processo produtivo através da conquista de novos mercados e a intensificação da exploração da natureza humana e não humana, do qual é decorrente o aumento do trabalho precarizado e a degradação ambiental. Nesta perspectiva, podemos compreender a crise de 1929 (queda da bolsa de valores de New York) ou mesmo aquela de 2005 (crise imobiliária nos EUA) como processo de reestruturação global do sistema capitalista, baseado no aumento do consumo de mercadorias dentro do próprio círculo de consumo, no qual o complexo industrial-militar tem um papel preponderante. Neste processo de reajuste, o capital opera com os instrumentos que possui, a fim de não colocar em risco a sua dimensão de domínio local e global, superando as diversas crises de modo fortalecido.

Neste debate se insere o campo das relações produtivas construídas no contexto da economia solidária popular, a qual permite que as diversas lutas locais tenham um caráter unificador por meio das ações do capital, ou seja, os diversos focos de organização dos trabalhadores acabam sendo vinculados e sujeitos ao seu sistema de acumulação, concentrando-se e sendo centralizados em relação aos seus interesses, apesar de estarem desvinculados no que tange ao espaço geográfico. Nesta perspectiva, coloca-se que: “As ‘forças da natureza’ tornam-se sujeitas ao controle humano à medida que sistemas de transporte e de comunicação, divisões territoriais do trabalho e infra-estruturas urbanas são criados para servir de fundamento à acumulação de capital” (HARVEY, 2006, p. 42).

Porém, se a reprodução das relações de classe se expande geograficamente como projetos do capital, do qual é exemplo o processo de globalização, a ampliação geográfica da rede de relações cooperativas dos trabalhadores da pesca emerge das necessidades e esperanças que são comuns a estes trabalhadores. Assim, as comunidades tendem a romper o espaço geográfico das relações de trabalho da sua localidade no intuito de ampliar as possibilidades de negociação econômica, ou seja, as redes cooperativas formam uma *teia de relações econômicas* dependentes entre si, fator necessário para o sustento dos empreendimentos, mas que, contudo, ultrapassa este aspecto, impelindo o caráter solidário e cooperativo como condições imperativas ao campo de ação e expansão do projeto destes trabalhadores.

Portanto, o presente texto dedicou-se ao debate sobre as condições sócio históricas de mudanças que atingem o modo de produção atual através da compreensão da inter-relação entre processo de trabalho e globalização. A próxima discussão engloba a caracterização da

---

<sup>4</sup> Para aprofundar o conceito de crise como processo inerente ao capitalismo, ver MÉSZÁROS (2002).

classe-que-vive-do-trabalho na atualidade, com base em Antunes (1999; 2011), enfocando-se os seguintes temas: a concepção de trabalho no seu sentido originário e o significado que este assume ante as regras de expansão do capital; as repercussões das transformações que emergiram a partir da experiência da “Terceira Itália”, anteriormente citada, e do processo de globalização para a classe-que-vive-do-trabalho; as mudanças para os trabalhadores a partir da superação da concepção de produção da indústria fordista e da expansão das experiências com base na acumulação flexível, no desenvolvimento tecnológico e na concepção de trabalho com foco nos padrões estipulados pelo toyotismo.

### **3.2. Traços da classe trabalhadora na atualidade: processo desumanizador em períodos de esperança e desesperança**

A concepção de trabalho no seu sentido originário, enfim, como processo de interação entre o ser humano e a natureza, é enfatizado como processo humanizador. Nesta ótica, é entendida como forma originária da atividade humana, sendo uma ação consciente, que se distingue do ato instintivo da mera reprodução biológica. Esse sentido se difere do trabalho que está submetido ao contexto da expansão do capital: nesta perspectiva, o trabalho tem o papel de produzir valores de troca. Assim, o resultado do trabalho do operário na sociedade capitalista não será utilizado pelo próprio trabalhador que o produziu (no sentido de satisfazer as suas necessidades), mas será destinado à troca e à venda, convertendo-se em uma mercadoria. Neste debate, importante considerar a análise de Marx:

Destinado por quem os confecciona a satisfazer as necessidades ou as conveniências de outros indivíduos, um objeto é entregue pelo produtor àquela pessoa a quem é útil, a quem quer usá-lo, em troca de outro objeto, e por esse ato se converte em mercadoria. A proporção variável, em que umas mercadorias de espécie diferente se trocam entre si, constitui o seu valor de troca (MARX, 2008, p. 52).

Ainda assim, reitera o mesmo autor:

Uma coisa pode ser útil e ser produto do trabalho sem ser mercadoria. Todo aquele que, com o seu produto satisfaz as suas próprias necessidades, só cria um valor de uso por sua conta pessoal. Para produzir mercadorias, há que produzir valores de uso, com o fim de os entregar ao consumo geral por meio da troca (MARX, 2008, p. 54).

Portanto, sob o capitalismo o trabalho se torna precarizado, convertendo-se em meio de subsistência, produzindo formas de *estranhamento*. O estranhamento se efetiva no resultado do trabalho, pois é negada ao trabalhador a satisfação das possibilidades de consumo daquilo que ele produz, mas também integra o processo produtivo, o qual se constitui como atividade do qual ele repudia, degrada-se, não se reconhece, mas se nega enquanto ser humano, uma vez que o trabalho precarizado não atua na satisfação das suas necessidades, mas da necessidade do outro. Nisto se insere a concepção de trabalho abstrato, em que se processa a perda de sua natureza específica, pois o ser humano, ao invés de humanizar-se, desumaniza-se. Neste aspecto, salientamos as considerações de Antunes:

(...) as diversas manifestações de estranhamento atingiram, além do espaço da produção, ainda mais intensamente a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho, fazendo do tempo livre, em boa medida, um tempo também sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias. O ser social que trabalha deve somente ter o necessário para viver, mas deve ser constantemente induzido a querer viver para ter ou sonhar com novos produtos (ANTUNES, 2011, p. 94).

Desse modo, o caráter do trabalho na sociedade capitalista assume outro papel. Assim, diferente dos trabalhadores que antecedem o modo de produção atual, do qual o fruto do trabalho era destinado ao seu próprio consumo, ou seja, a produção era regulada pelas necessidades do artesão, na sociedade capitalista, porém, o trabalho é um processo que está submetido às regras da reprodução ampliada do capital. Neste contexto, resta ao trabalhador, para sobreviver, somente a possibilidade de venda da sua força de trabalho, além disso, também o produto por ele criado não é de sua posse, mas de propriedade do capitalista. Nas palavras de Marx: “O que o operário vende não é propriamente o seu 'trabalho', mas a sua 'força de trabalho', cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela” (MARX, In: ANTUNES, 2004, p. 69).

Mas, para reproduzir a sua força de trabalho no cotidiano, o trabalhador necessita consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência: desde o consumo de alimentos, até os valores para sustentar seus filhos (que também serão absorvidos pelo

mercado de trabalho). Além disso, deverão ser contabilizados os valores gastos na aquisição de conhecimentos e habilidades, ou seja, no aperfeiçoamento de sua força de trabalho.

Este debate inclui a problematização sobre o valor da força de trabalho, representado pelo salário, no capitalismo. Sendo assim, a medida do valor da força de trabalho é determinada pelo valor necessário à manutenção e reprodução da mesma no cotidiano, levando-se em consideração o valor dos meios de subsistência indispensáveis à vida do trabalhador. Como existem diferenças nos custos de produção da força de trabalho, dada às distintas qualidades existentes, há uma variedade nos seus valores, nos seus preços no mercado. Desse modo, considera-se o salário como sendo a expressão do valor da força de trabalho, sendo determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do trabalhador, pelos valores na aquisição de certas habilidades, considerando, além disso, os valores necessários para criar determinado número de filhos que o substituirão no mercado de trabalho. De acordo com Marx:

Como o de qualquer outra mercadoria, esse valor [o valor da força de trabalho] é determinado pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder se desenvolver e se manter, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência. Mas, o homem, como a máquina, desgasta-se e tem de ser substituído por outro homem (MARX, In: ANTUNES, 2004, p. 70).

Resgatamos o pensamento de Antunes (2011, p. 86), para afirmar que o debate sobre a perda da centralidade do trabalho na atualidade, decorre de uma fragilidade no entendimento conceitual desta categoria, sendo concebida somente como uma crise da sociedade do trabalho abstrato. Estas teses negam o trabalho como criador de valores de uso, o qual se entende ser indispensável à existência humana em qualquer modo de organização de sociedade. Nesta perspectiva, deve-se considerar o caráter duplo do processo de trabalho, tanto em sua dimensão concreta, como em seu caráter abstrato. Destacamos que o fim do trabalho abstrato somente é possível mediante a extinção da sociedade produtora de mercadorias, uma vez que se refere ao caráter alienado, que produz valores de troca. Com base na teoria em estudo, enfatizamos a impossibilidade de compreender a extinção do trabalho concreto, entendido como atividade vital da sociabilidade humana, produtor de valores de uso.

Sobre este assunto, Antunes (p. 86) relaciona suas críticas às teses do fim da sociedade do trabalho pelo fato de desconsiderarem sua dupla dimensão conceitual. Sendo assim, o equívoco está em apreender o entendimento do trabalho somente como sinônimo de emprego,

de atividade assalariada, de trabalho estranhado, desconsiderando seu âmbito concreto. Com base em Antunes (2011) consideramos que a especificidade humana, seu caráter social, é decorrência da necessidade vital de realização do intercâmbio material e simbólico com a natureza, configurando o trabalho como sendo uma experiência originária da práxis social, dada sua posição teleológica e criador de coisas úteis. Aos críticos da sociedade do trabalho, portanto, faz-se imperativo que considerem o caráter concreto da concepção deste conceito, concebido como base de sustentação da produção de valores socialmente úteis.

Mas, se a classe trabalhadora, anterior ao período de consolidação do capitalismo, caracterizava-se pela participação, desde o processo de produção e consumo do fruto do seu trabalho, nos dias de hoje, o conceito dessa grande parcela da sociedade deve ser compreendida com base no processo atual de expansão do capital. Neste debate, torna-se imperativo caracterizar a classe trabalhadora na atualidade. Desse modo, partindo da análise de Antunes (1999), a classe-que-vive-do-trabalho, nos dias atuais, inclui a totalidade dos trabalhadores que vendem a sua força de trabalho. Portanto, ela não se restringe ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado (ANTUNES, 1999, p. 102).

Assim, podemos afirmar que a classe trabalhadora abrange a *totalidade dos trabalhadores assalariados*. Dentro desta caracterização é incorporado o *trabalhador produtivo* como sendo o núcleo central da classe trabalhadora no processo de valorização do capital, como aquele que produz diretamente mais-valia, destacando-se o proletariado industrial como integrante do trabalho produtivo, incluindo os operários manuais diretos, bem como as formas de trabalho que não são diretamente manuais. Em relação ao conceito de mais-valia, o mesmo é destacado por Marx (In: ANTUNES, 2004) como um processo de sobretrabalho, ou seja, resulta do prolongamento da sua jornada de produção, além do tempo durante o qual o operário, com o seu trabalho, reproduz apenas o valor de sua força de trabalho:

Tomemos como exemplo o nosso tecelão. Para recompor diariamente a sua força de trabalho, esse operário precisa reproduzir um valor diário de três xelins, o que faz com um trabalho diário de seis horas. Isso, porém, não lhe tira a capacidade de trabalhar dez, doze ou mais horas diariamente. Mas, ao pagar o valor diário ou semanal da força de trabalho do tecelão, o capitalista adquire o direito de usar essa força de trabalho durante todo o dia ou toda a semana. Portanto, digamos que irá fazê-lo trabalhar doze horas diárias, ou seja, além das seis horas necessárias para recompor o seu salário, ou o valor de sua força de trabalho, terá de trabalhar outras seis horas, a que chamarei “horas de sobretrabalho”, e esse sobretrabalho se traduzirá em uma “mais-valia” e em um “sobre-produto” (MARX, In: ANTUNES, 2004, p. 73).

Portanto, considerando a partir de Antunes (1999, p. 102) que “(...) todo *trabalhador produtivo é assalariado*, mas nem todo *trabalhador assalariado é produtivo (...)*”, entendemos que uma definição de classe trabalhadora envolve a *totalidade dos trabalhadores assalariados* que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Ante a complexidade das formas produtivas contemporâneas vigentes, afirmamos a existência de uma dificuldade em distinguir o trabalho produtivo daquele que é caracterizado como improdutivo, visto sua estreita imbricação nos dias de hoje. Entretanto, como destacado anteriormente, enfatizamos o trabalhador produtivo como sendo o proletariado industrial. O trabalhador improdutivo, por sua vez, engloba os assalariados que estão incluídos no Terceiro Setor, no setor de serviços (aqueles que realizam trabalhos individuais por conta própria), na economia informal, no serviço público, no comércio etc, englobando, além disso, os trabalhadores sem carteira de trabalho, bem como os desempregados.

Assim, podemos destacar os denominados *trabalhadores improdutos* como integrantes da parcela da classe-que-vive-do-trabalho. De acordo com Antunes (1999), estas formas de trabalho são utilizadas como serviço, tanto para o uso público, como para o capitalista, onde o trabalho é consumido como valor de uso e não como valor de troca (Ibidem, p. 102). Essa noção de classe trabalhadora, baseada em Antunes, inclui também o proletariado rural, os trabalhadores terceirizados, os assalariados da economia informal e os desempregados. Sendo assim:

O *trabalho improdutivo* abrange um *amplo leque de assalariados*, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos etc., até aqueles que realizam atividades nas fábricas, mas não criam diretamente valor. Constituem-se em geral num segmento assalariado em expansão no capitalismo contemporâneo – os trabalhadores em serviços (Ibidem, p. 102).

Os pescadores artesanais que dependem dos comerciantes intermediários se inserem na categoria dos trabalhadores improdutos, uma vez que a sua forma de trabalho é utilizada como serviço, sendo que o resultado de sua produção gera lucro de forma indireta para estes atravessadores. Os pescadores organizados em forma de cooperativa, ao eliminarem os atravessadores, inserem-se no denominado Terceiro Setor da economia, continuando a integrar as formas de trabalho assalariadas que são improdutivas.

Com a denominada globalização e as transformações no mundo do trabalho com o advento das tecnologias de informação e comunicação e da máquina informatizada, através da



“telemática”, os trabalhadores se diversificaram, bem como se complexificaram as relações de trabalho. O proletariado estável se reduziu, sendo caracterizado pelo *trabalho precarizado*, sendo aqueles subcontratados, terceirizados. Ocorre que, com o crescimento do desemprego, esses trabalhadores são obrigados a buscarem alternativas de trabalho, contribuindo para o aumento do trabalho temporário, informalizado.

Atualmente, cabe salientar, uma significativa expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho (mas no trabalho precarizado, em sua maioria, temporário), porém, percebe-se como processo integrante do aumento dessa força de trabalho uma desigualdade no que tange aos salários, enfim, uma discrepância que compreendem também os seus direitos e suas condições de trabalho, quando comparados aos setores de trabalho masculino. Assim, percebemos que o trabalho de menor qualificação é reservado às mulheres, enquanto que, aos homens, as remunerações e condições de trabalho são melhores.

Antunes (1999) baseado em Helena Hirata, afirma que é nítida a desigualdade entre o trabalho feminino e o masculino, especialmente, em relação ao tipo de máquinas que manipulam, ao tipo de trabalho e à organização do mesmo. Assim, às mulheres são reservados os trabalhos manuais, com característica repetitiva e, aos homens, são destinadas as atividades que exigem um conhecimento técnico especializado. Ainda assim, no que concerne aos países subdesenvolvidos, como é exemplo o Brasil, a discriminação em relação às mulheres casadas é mais acentuada. A atividade dupla que tem que realizar, dentro e fora de sua casa, caracteriza o trabalho feminino como esfera duplamente explorada pelo capital: explorada como trabalho produtivo dentro da fábrica ou da empresa, como também no trabalho doméstico, sendo um fator fundamental para a reprodução da força de trabalho da família como um todo. Neste debate, importante considerar a exclusão dos trabalhadores mais velhos do mercado de trabalho, além da problemática relacionada aos jovens. Entende-se que, aqueles com mais de 40 anos, ao se encontrarem na condição de desempregados, dificilmente realizarão uma qualificação da qual o mercado exige para a sua integração no universo dos assalariados. Nesse sentido, encontrarão espaço nos setores do trabalho informal, ou como denominamos anteriormente, no trabalho precarizado.

Em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho, compreendemos que o debate sobre as finalidades das diretrizes governamentais formuladas para a educação dos jovens e adultos trabalhadores deve ser acompanhada de uma reflexão sobre os condicionantes socioeconômicos que regem as atuais mutações do mundo do trabalho. Configurada como uma modalidade de ensino voltada a atender as necessidades do mercado de trabalho, a EJA se insere em uma política educacional que corrobora com a hegemonia do

atual modo de produção capitalista, que tem como base a distribuição desigual do conhecimento, sendo concebida pelos discursos das corporações internacionais (FMI, BID, Banco Mundial) como um instrumento capaz de romper com a pobreza e a exclusão social daqueles que possuem baixo nível de escolaridade. Desse modo, a EJA está articulada “(...) às demandas de distintos níveis de qualificação da força de trabalho requeridos pelos diferentes padrões produtivos que coexistem no país, bem como às necessidades de controle social” (RUMMERT, 2008, p. 176). Assim, a partir dos argumentos expostos anteriormente, pode-se compreender que a escola não está alheia a este processo, sendo reservadas à classe trabalhadora iniciativas educacionais que impõem a permanente procura por qualificação profissional. Ante um mercado de trabalho caracterizado pela precarização, pela informalidade e pelas relações de trabalho flexíveis, há a exigência de que as ações pedagógicas valorizem o empreendedorismo, a criatividade e a capacidade de trabalho em equipe, com o objetivo da busca pela satisfação individual e econômica.

O chamado *terceiro setor* também encontra sua expansão no período de aumento do desemprego, em virtude do setor industrial diminuir a sua capacidade de absorver mão-de-obra no estágio atual do capitalismo. Podemos citar como exemplo, o trabalho realizado nas ONGs e as atividades que caracterizam a economia solidária. O terceiro setor, portanto, agrega trabalhadores que não encontraram espaço no mercado de trabalho capitalista, porém, não possui capacidade de absorver a totalidade dos desempregados. Por esse motivo, ainda se constitui como uma alternativa limitada ao mercado, mas que cumpre uma determinada função dentro da lógica do sistema do capital ao incorporar os desempregados.

O processo de expansão do capital na atualidade permite que o espaço e o tempo de produção sejam reconfigurados: dentro desse contexto, verifica-se o surgimento de setores mundializados da indústria como, por exemplo, é o caso da indústria automobilística, além das fábricas relacionadas à Nike, Adidas, etc. Antunes (1999) afirma que essa característica mundializada do processo de expansão do capital coloca como desafio à classe trabalhadora a necessidade de construir um processo internacionalizado de ação e luta por melhores condições de trabalho.

Compreende-se que estas transformações em expansão geraram um múltiplo e contraditório processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho. O fenômeno integra a questão da desproletarização do trabalho fabril, industrial, acarretando um índice reducional desta categoria. Este processo é gerado, principalmente, nos países de capitalismo avançado, no qual se verifica um expressivo aumento da automação, da robótica e da microeletrônica, fatores que contribuem para um

aumento no desemprego estrutural. Ainda assim, verifica-se um aumento do subproletariado, do setor de serviços, acarretando uma significativa expansão do trabalho precário, parcial, terceirizado, relacionados à economia informal.

Em relação à subproletarização do trabalho, destaca-se que a tendência predominante neste contingente de trabalhadores integra a flexibilização das relações trabalhistas, as condições precárias no ambiente de emprego e a intensificação do tempo de trabalho. Estas transformações foram impulsionadas pela revolução tecnológica, do qual se apreende a efetivação de uma redução quantitativa do trabalhador industrial e uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, processo decorrente da substituição do *trabalho vivo* pelo *trabalho morto*. Antunes ainda acrescenta que a característica predominante da contemporaneidade revela a existência da precariedade no emprego e na remuneração, “(...) a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial” (ANTUNES, 2011, p. 49).

Partimos para o entendimento das três tendências em curso que exprimem um processo contraditório na morfologia da classe-que-vive-do-trabalho. Como destacamos anteriormente, verifica-se uma heterogeneização, fragmentação e complexificação no universo do mundo do trabalho. A heterogeneização relaciona-se à variação das tipologias funcionais no processo de trabalho, ou seja, ocorre uma ampliação da diversidade de especializações, este fenômeno também expressa a significativa incorporação da presença feminina na estrutura produtiva e no mercado.

A característica contemporânea da fragmentação da classe operária refere-se ao processo de subproletarização do trabalho, no qual é percebida uma fragmentação das funções realizadas na indústria (intensificação da segmentação dos trabalhadores). Assim, este fenômeno incorpora a precariedade no emprego e na remuneração, presentes no trabalho informal, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado.

A tendência da complexificação integra o processo intelectualizado do trabalho manual, estando relacionado ao avanço tecnológico. Possui importante papel nesta mudança, a lógica de produção do modelo do toyotismo, que gerou uma desespecialização do trabalhador industrial da época do fordismo, introduzindo-se o caráter polivalente da atividade funcional. Conforme explica Antunes um fator importante no toyotismo se refere à “(...) efetiva flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor” (Ibidem, p. 34). Ocorre

uma preocupação em investir na capacitação e treinamento dos operários, de modo a estabelecer melhorias na qualidade e na produtividade da empresa.

Visualiza-se que o potencial universalizante das características do modelo japonês no mundo do trabalho está relacionado ao propósito do ideário neoliberal, que prevê a eliminação do desperdício na produção empresarial, a redução das conquistas sociais, o melhor aproveitamento do *tempo de trabalho* (associado à prática do *just in time*, das medidas de controle de qualidade e da existência do estoque mínimo), a desestruturação do sindicalismo combativo e a criação do sindicalismo de empresa ou sindicato-casa. Podemos afirmar que sua tendência à expansão no território ocidental, sustenta-se a partir da necessidade de incorporar uma política concorrencial e de competitividade fundamentada na colaboração entre as classes sociais. Neste sentido, possui elementos singulares que vão ao encontro da ordem mundializada e globalizada do capital:

Se na concretude japonesa, onde se gestou e se desenvolveu, esse modelo tem estes contornos básicos, sua expansão, em escala mundial e sob formas menos “puras” e mais híbridas, tem sido também avassaladora. À exceção do emprego vitalício, o modelo japonês, de um modo ou de outro, mais ou menos “adaptado”, mais ou menos (des) caracterizado, tem demonstrado enorme potencial universalizante, com consequências as mais negativas para o mundo do trabalho em escala ampliada, tanto em países da Europa Ocidental, quanto no continente americano (Norte e Sul), sem falar, naturalmente, dos recentes “tigres asiáticos” que se expandiram na esteira do modelo japonês (ANTUNES, 2011, p. 37).

A temática em relação ao tempo de trabalho assume um papel imperativo no que se refere às lutas históricas dos trabalhadores, sendo um dos alicerces das suas reivindicações, com base na exigência da redução da jornada de trabalho. Esta requisição se mostra importante na medida em que representa um mecanismo de oposição à extração da mais-valia pelo *sobretabalho*, bem como constitui um ponto fundamental, apesar de limitado, para a minimização do desemprego estrutural. Entretanto, o debate deve articular a concepção sobre a *jornada de trabalho* e o *tempo de trabalho*, sendo percebidos como conceitos distintos. Sendo assim, a diminuição do horário de trabalho não significa uma redução do tempo de trabalho, uma vez que o mesmo se refere à intensidade das atividades, ao grau de complexidade que assumem as operações que devem ser realizadas em um determinado intervalo de tempo. Portanto, a compreensão sobre a precarização no processo de trabalho, deve integrar o debate sobre as formas de intensificação do *tempo de trabalho*, disso decorre a luta pela redução do tempo opressivo e não apenas da jornada diária de produção.

Sobre isso, Antunes ratifica a necessidade de lutar pelo rompimento do controle opressivo do capital em relação à jornada e ao tempo de trabalho, como também no que tange à subordinação do tempo da vida fora do trabalho. Assim, de acordo com o autor, exige-se uma articulação nos processos reivindicatórios em relação ao tempo opressivo dentro e fora do trabalho, pois a lógica social atual “(...) converte o “tempo livre” em tempo de consumo *para o capital*, em que o indivíduo é impelido a “capacitar-se” para melhor “competir” no mercado de trabalho, ou ainda a exaurir-se num consumo *coisificado e fetichizado*, inteiramente desprovido de sentido” (ANTUNES, 2011, p. 114).

No que tange aos processos em transformação citados, caracterizados pela tendência de uma heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, afirmamos que atingem tanto a forma de ser do trabalho, como a subjetividade do operário, intensificando a diminuição da sua soberania sobre o processo produtivo. Desse modo, segue em curso o fato do produto do trabalho estar alheio àqueles que produzem as mercadorias. Ainda assim, estas mudanças acarretaram um aumento do desemprego estrutural e um retrocesso da ação sindical.

Portanto, a polivalência e a desespecialização dos trabalhadores está associada ao modelo produtivo da indústria japonesa, em que a produção está voltada às exigências individualizadas do mercado, fundamentando a característica multifuncional na aptidão do trabalhador em operar diversas máquinas. Neste contexto, valoriza-se a capacidade de trabalho em equipe e a flexibilização na organização do trabalho, exigindo-se habilidade, facilidade de adaptação a novos ambientes produtivos e a novos instrumentos de trabalho e capacidade de operar várias tarefas simples. Portanto, contrariando a rigidez do fordismo, o modelo japonês possui como elementos constitutivos a necessidade de conduzir a produção para a demanda do mercado consumidor: “A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo” (Ibidem, p. 33).

Ante o exposto, afirmamos que os trabalhadores enfrentam um enorme desafio na atualidade, no qual se insere a perspectiva de estabelecer os mecanismos capazes de impulsionar uma confluência de classe, apesar da intensificação da individualização nas relações de trabalho. Antunes (Ibidem, p. 92) acrescenta a esta tese a afirmativa de que a parcela mais intelectualizada e qualificada da classe operária estabelecerá um importante papel no desenvolvimento de ações políticas com potencial anticapitalista. Entretanto,

presencia-se uma tentativa integracionista destes trabalhadores ao toyotismo e à ordem do capital. Assim, a característica da heterogeneidade, da fragmentação e da complexificação dos trabalhadores representa um desafio à assunção de uma ação conjunta por parte destes sujeitos no que tange ao enfrentamento da tendência de precarização e flexibilização das relações de trabalho. E esta problemática, expressa pela dificuldade de construir um movimento político de unificação da classe trabalhadora no enfrentamento às mazelas do capital, é visualizada de maneira mais complexa na atualidade, quando comparada à característica da classe trabalhadora no período do fordismo, compreendida como menos heterogênea e fragmentada.

Uma das alternativas construídas pelos trabalhadores para o enfrentamento deste contexto de precarização no mundo do trabalho, diz respeito à adoção de empreendimentos com base na economia solidária popular. Destacamos que uma das possibilidades de esperança, compreendida como mecanismo de enfrentamento à lógica de flexibilização, individualização e precarização nas relações de trabalho, insere-se no estabelecimento das instituições cooperativas com fundamento na economia solidária. Nesta perspectiva, destacamos que os textos subsequentes discutem, em um primeiro momento, a perspectiva histórica dos sindicatos e das cooperativas, utilizando-se do aporte de Singer (2002), Thompson (1987) e Hobsbawm (1988). Outro ponto em destaque, debate sobre as concepções em relação ao conceito de economia solidária, a partir da fundamentação de autores como Menezes (2007), Antunes (1999; 2011), Germer (2006), Lia Tiriba (2008) e Singer (1998; 2002; 2003).

### **3.3. Perspectiva histórica da economia solidária: A organização dos operários com enfoque nos sindicatos e cooperativas**

Este texto trata do processo histórico de organização e mobilização dos operários no período de consolidação do modo de produção capitalista, enfocando a discussão, em especial, nos sindicatos e nas cooperativas. O cenário histórico é a Inglaterra do século XVIII, no período da Revolução Industrial. Destaca-se que o referido debate é fundamental para o entendimento das estratégias de luta que a classe operária vem construindo na atualidade e do

papel que esta tem a cumprir na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Assim, a compreensão das transformações no mundo do trabalho, nos dias de hoje, não pode estar desvinculada do debate histórico do processo de luta e organização da classe operária por melhores condições de vida e de trabalho. A compreensão sobre a perspectiva histórica da economia solidária permite o entendimento sobre as estratégias de sobrevivência e luta que vem sendo gestadas pelos trabalhadores cujos objetivos contrariam a lógica de exploração do sistema capitalista, constituindo-se como experiências educativas de produção de uma cultura do trabalho:

(...) ao longo da história, como estratégia de sobrevivência e/ou de produção de uma nova sociedade, uma parcela da classe trabalhadora tem vivido experiências associativas que se constituem como “escolas” de produção de uma cultura do trabalho e que, de alguma maneira, contrariam a lógica excludente do sistema capitalista (TIRIBA, 2008, p. 70).

Dessa forma, o debate sobre o processo histórico das formas de organização da classe trabalhadora em cooperativas assume aspecto central para a compreensão dos limites e dos desafios enfrentados nos dias de hoje pelos sujeitos que assumem a participação no trabalho associado. A reflexão histórica possibilita a discussão sobre as metodologias e as estratégias empreendidas até o momento, permitindo-se que as falhas, os erros e as potencialidades do movimento dos trabalhadores sejam revistas, incentivando a construção de novas formulações e diretrizes para o cooperativismo. Na concepção de Paul Singer, o cooperativismo se constituiu como uma das bases do movimento de reação dos trabalhadores ao empobrecimento causado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção nos primórdios da Revolução Industrial (SINGER, 2002, p. 24). O cooperativismo, sendo compreendido como um processo histórico, portanto, no entendimento do autor citado, forneceria as bases organizacionais para a Economia Solidária contemporânea, constituindo-se como um importante movimento trabalhista que objetiva a redistribuição solidária da renda. Sendo assim, no presente debate, consideram-se as contribuições teóricas de Singer (2002), Thompson (1987) e Hobsbawm (1988).

Em um primeiro momento, consideramos importante fundamentar a discussão sobre o processo de desenvolvimento da Revolução Industrial, a qual tem início na Inglaterra, em fins do século XVIII, com a transformação da estrutura política, econômica e social estimulada

pela Revolução Inglesa de 1640.<sup>5</sup> Esse período marca o processo de transição de uma sociedade voltada à subsistência do tipo feudal, para uma economia monetária, baseada na livre concorrência e no domínio do capital mercantil. As transformações que marcam tal período caracterizam-se pela progressiva substituição da produção artesanal e manufatureira, através da introdução da maquinofatura que expandiu a produção, pela polarização da sociedade em burguesia e proletariado, pelo trabalho assalariado em fábricas, pela concentração urbana e expulsão dos camponeses do campo, os quais forneciam a mão de obra barata para o sistema fabril.

O processo de industrialização afetou profundamente as relações de trabalho na Inglaterra do século XVIII, apesar de ainda persistirem, mesmo dentro das fábricas, as relações tradicionais, baseadas na indústria doméstica e na manufatura simples. A maioria dos operários ingleses do século XVIII e XIX eram trabalhadores agrícolas recém chegados à cidade, expulsos da terra. Nesse período, grandes cidades como Londres, Manchester, Birmingham e Lancashire passaram a receber um contingente imenso de pessoas em busca de trabalho.

As condições de moradia e de trabalho dos operários ingleses eram precárias, com cargas horárias extremamente excessivas, frequentes acidentes de trabalho, falta de higiene, baixa remuneração e situação instável no emprego. Ainda nesse período, a mecanização possibilitou o emprego de mulheres e crianças no trabalho das fábricas e o ambiente de moradia dos trabalhadores era um mundo separado e distinto das classes média e alta. Os operários ingleses, portanto, constituíam uma massa empobrecida, explorada e desmoralizada.

Em meio ao ambiente disciplinador e explorador das fábricas, com suas condições degradantes de trabalho, além das consequências desastrosas causadas pelas guerras européias, difundiram-se movimentos operários organizados, principalmente, o sindicalismo e o cooperativismo. Contudo, a classe operária possuía, nos primórdios da Revolução Industrial, um caráter heterogêneo, persistindo a diferença entre os trabalhadores qualificados, que possuíam maiores privilégios, e aqueles que não eram qualificados, que constituíam uma

---

<sup>5</sup> A Revolução Inglesa lançou as bases do poder político da burguesia, de acordo com José Arruda (1991, p. 33), destruindo o antigo aparelho de Estado, impondo limites ao poder do Parlamento e destruindo os poderes locais baseados nos Juízes de Paz. Eliminou a autonomia financeira do poder real, confiscando-lhes as propriedades, criando a noção de propriedade individual e absoluta. Além disso, abriu espaço para a emergência do liberalismo, a afirmação do individualismo e o desenvolvimento da teoria do contrato social. A Revolução Inglesa transformou o modo de distribuição do poder fundiário, manifestado pelos *cercamentos (enclosures)*, que durou do século XVI ao XVIII e se refere ao processo de exclusão dos trabalhadores das terras produtivas, mediante sua transformação em propriedade.



massa de operários miseráveis, sem direitos profissionais, excluídos pelos sindicatos, ficando, assim, à margem das lutas e reivindicações do movimento operário organizado.

Os sindicatos, portanto, nos primórdios da Revolução Industrial, eram compostos exclusivamente pelos trabalhadores qualificados, como os artesãos e os operadores de máquinas, que se organizavam através dos Clubes de Ofício. Tais organizações eram sociedades mutualistas que tinham como objetivo a proteção do ofício dos operários qualificados, preservando a unidade desses trabalhadores, mas, cabe frisar, que essas organizações excluía os trabalhadores não especializados, dentre eles, na maioria, estavam mulheres e crianças. O ofício somente poderia ser exercido se o trabalhador estivesse passado pela condição de aprendiz, a qual era feita pelo clube que se amparava no prestígio da tradição que os ofícios especializados tinham nesse período. Os ofícios especializados constituía os trabalhadores qualificados que possuíam maiores privilégios, como foi destacado anteriormente.

A preocupação de um trabalhador especializado era maior em relação à manutenção de seu status quanto em relação às suas reivindicações junto ao seu patrão. Esse fato se deve à questão da insegurança que os trabalhadores, de uma maneira geral, enfrentavam em uma época caracterizada pelas inovações técnicas, que desvalorizavam os ofícios tradicionais ao mesmo tempo em que valorizavam as novas especialidades, além da proteção debilitada do sindicato. Enquanto os salários dos trabalhadores sindicalizados eram estabelecidos pela influência dos sindicatos e pelo costume, a remuneração dos trabalhadores não associados eram regulados pela competição.

As inovações tecnológicas provocaram o aparecimento de novas especialidades, as quais exigiram a formação de sociedades ou sindicatos, como coloca Thompson:

A diferenciação entre as novas especialidades pode ser notada na formação das primeiras sociedades ou sindicatos, que os mecânicos só constituiriam mais tarde: os clubes de ofício bem organizados de artesãos industriais do final do século 18 deram lugar à Sociedade de Auxílio Mútuo dos Moldadores de Ferro (1809), à Sociedade de Beneficência e Auxílio Mútuo dos Torneiros Mecânicos (Londres, 1818), ao Instituto Sindical de Solidariedade dos Mecânicos (Bradford, 1822), à Sociedade dos Construtores de Máquinas a Vapor (Liverpool, 1824), e ao Sindicato de Solidariedade dos Mecânicos (Manchester, 1826) (THOMPSON, 1987, 2.v., p. 85-6).

O desenvolvimento tecnológico estabeleceu novas hierarquias, novas formas de associação e uma maior diferenciação e diversidade de ofícios. Formou-se, assim, uma elite

privilegiada de trabalhadores qualificados, que tinham os seus salários aumentados constantemente até as décadas de 1830 e 1840. Porém, ao longo do século XIX, os novos ofícios foram substituindo as velhas especialidades, as quais foram desaparecendo das indústrias têxteis. As inovações tecnológicas, apesar de incentivarem a ascensão de novos ofícios, não significaram uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores como afirma Thompson (1987, 2.v. p. 89): “O aparador ou o cardador sabiam muito bem que a nova maquinaria, embora pudesse proporcionar um emprego especializado a seu filho ou ao filho de qualquer outro trabalhador, nada tinha a lhe oferecer. As vantagens da ‘marcha do progresso’ pareciam sempre beneficiar a outra pessoa”.

A Revolução Industrial passou, assim, a atingir diretamente aqueles trabalhadores qualificados, reduzindo a sua posição privilegiada à medida que avançava o progresso tecnológico. Desse modo, esse período introduz uma nova condição ao operário especializado, que se depara com um contínuo processo de expropriação do conhecimento técnico do seu ofício, assumindo a mesma posição de um trabalhador não qualificado. A mecanização dos ofícios, portanto, resultou na crescente homogeneização da classe operária.

Em Londres, nas décadas de 1820, 1830 até 1840, a industrialização gerou uma situação de intranquilidade e insegurança para o trabalhador, pelo fato da crescente oferta de mão de obra, instabilidade no emprego, baixos salários e elevação do custo de vida. Paul Singer (1998, p. 68) afirma que a classe operária reage em níveis distintos ao avanço do modo de produção capitalista: através da oposição ao industrialismo em si; somando-se à luta pela democracia e desenvolvendo formas próprias de organização social de produção e distribuição anticapitalistas, como os sindicatos e as cooperativas.

As formas associativas de trabalhadores especializados representavam uma proteção ao status desse artesão e um modo eficiente de reivindicarem seus direitos, consolidando a posição dos membros associados e se constituindo como uma forma de proteger o ofício qualificado, uma vez que as oportunidades de emprego eram negadas à massa de mão de obra não qualificada, ou seja, àqueles trabalhadores sem aprendizado: “Eles conseguiram manter seu status somente graças à militância sindical; o seu meio de vida lhes permitiu instruir-se sobre os vícios da competição e as virtudes da ação coletiva”. (THOMPSON, 1987, 2.v., p. 107). Ainda assim, existiam restrições corporativas quanto ao ingresso de aprendizes, pois, nesse período, as habilidades do ofício eram transmitidas nas oficinas pelo oficial ao seu aprendiz, através de exemplos.

De acordo com Thompson (1987, 2.v.), os ofícios artesanais atravessaram dois períodos críticos de conflitos:

- O primeiro ocorreu entre 1812 e 1814, quando foi revogada a regulamentação sobre o aprendizado. Os artesãos especializados, como os sapateiros e alfaiates, por meio das associações e sindicatos, lutaram contra a revogação através de greves e formas de ação diretas pela defesa do direito de uso exclusivo de seus ofícios. As oficinas somente aceitavam trabalhadores associados, aumentando o número de trabalhadores marginalizados dos melhores setores do ofício.
- Entre 1833 e 1835, época de grande mobilização dos sindicatos, verificou-se o segundo período crítico, de conflito entre os artesãos e os grandes empregadores por melhores condições de trabalho e pela diminuição de sua jornada.

Essas tentativas provocaram uma deterioração temporária na situação dos trabalhadores sindicalizados: queda geral dos salários, aumento da jornada de trabalho e do trabalho aos domingos, bem como o aumento de trabalhadores desqualificados, entre eles, mulheres e crianças:

Podemos afirmar com segurança que o artesão sentia que seu status e seu padrão de vida estavam ameaçados ou se deteriorando, entre 1815 e 1840. As inovações técnicas e a superabundância de mão-de-obra barata debilitaram sua posição. Ele não possuía direitos políticos, e o Estado procurava destruir seus sindicatos, mesmo que por simples capricho (THOMPSON, 1987, 2.v. p, 106-7).

Os artesãos ansiavam por essa independência já que, na sua maioria, provinham da área rural e se deslocaram de sua zona para trabalhar nas oficinas urbanas:

Se os trabalhadores agrícolas ansiavam por terra, os artesãos aspiravam pela “independência”. Esta aspiração marcou profundamente a história do radicalismo da classe operária, na sua primeira fase. (...) as tradições radicais e o anseio pela independência fundiram-se na idéia do controle social sobre seus próprios meios de vida: uma independência coletiva (Ibidem, p. 107-8).

Em relação aos tecelões, já na década de 1750, mantinham organizados Sindicatos de Ofício e, assim como os artesãos, tentavam por meio dessa organização, manter o seu status e lutar contra a conquista de espaço pelo trabalhador sem aprendizado. A Revolução Industrial incrementou a produção mecanizada, gerando uma temporária prosperidade ao tecelão. Porém, de acordo com Thompson (1987, 2.v.), os mestres e magistrados temiam essa situação bem sucedida do tecelão, expondo-os a consecutivas reduções salariais. A intensa oferta dessa força de trabalho contribuía para o achatamento dos seus salários. O prestígio desse ofício

estava ameaçado diante da equiparação aos novos imigrantes, pois, por ser um ofício de aprendizado simples, a profissão de tecelão significava o último recurso dos desempregados, antes do trabalho não especializado. Diante dessa situação, os tecelões passaram a reivindicar, a partir de 1790, a *legalização do salário mínimo*.

Os confrontos entre trabalhadores especializados, tanto artesãos quanto tecelões, e seus empregadores eram uma situação constante na Inglaterra. Os baixos salários, as condições insalubres de trabalho, aliadas às longas jornadas, enfim, as condições degradantes de trabalho da classe operária desencadearam inúmeras greves, as quais possibilitaram a organização de inúmeros sindicatos e cooperativas. Os sindicatos passaram a operar na clandestinidade a partir da aprovação pelo parlamento, em 1799, dos *Combination Acts* que proibiam a organização de trabalhadores e condenava os sindicalistas. A sua revogação, em 1824, propiciou o ressurgimento dos sindicatos que, até então, atuavam na clandestinidade sob a fachada legal de *Friendly Societies* (sociedades de ajuda mútua ou mutualistas)<sup>6</sup>.

A formação de cooperativas no século XIX foi acompanhada pela luta organizada pelos sindicatos. Muitas greves da classe operária se convertiam em uma luta pelo reconhecimento das associações. Algumas cooperativas se originaram dessas greves ou de organizações sindicais que reivindicavam melhores condições de trabalho, como é o caso dos grupos sindicais dos tecelões e cortadores: “Entre os tecelões e os cortadores, formou-se um sindicato – a Comunidade dos Fabricantes de Tecidos ou ‘a Instituição’ – com o propósito declarado de se unir aos pequenos fabricantes de tecidos, na reivindicação de restrições às atividades das fábricas e para o cumprimento do período de aprendizagem” (THOMPSON, 1987, 2 v., p. 133).

Outra importante cooperativa que se originou através de uma greve foi a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, fundada em 1844, por 28 operários da cidade industrial de Rochdale, em Manchester, sendo a grande maioria tecelões. Influenciados pelas ideias owenistas e cartistas, o objetivo dos operários, através da fundação de um armazém cooperativo e construção de habitações para seus membros, era criar oportunidades e condições para que a comunidade pudesse se auto sustentar através do trabalho de seus sócios. Sobre a influência das ideias socialistas no movimento operário organizado, afirma G. Holoyake (2000, p. 21), um dos expoentes do socialismo utópico:

---

<sup>6</sup> SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 79.

Os socialistas tinham prestado um grande serviço de ensinar os operários a raciocinar sobre a sua situação. Tiveram o mérito de fazer compreender que tanto os patrões como os operários são escravos da organização comercial e industrial existente, de tal maneira que, se os operários de hoje chegassem a ser patrões amanhã, procederiam da mesma maneira que seus industriais, de quem hoje se queixam. Portanto, o que se deve reformar é o conjunto do ambiente social.

O Cartismo ou Movimento pela Carta do Povo<sup>7</sup> começou em 1836, em Londres, com a formação da “associação londrina de trabalhadores para beneficiar política, social e moralmente as classes úteis”, constituindo-se como um movimento antiburguês, de mobilização política da classe operária. Tal movimento possuía duas vertentes: uma moderada, representada pelos artesãos mais qualificados; e outra exaltada, representada pela população miserável, a qual propunha o uso da força e a insurreição na conquista do poder político.

A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale pretendia, por meio da criação de cooperativas de consumo e de produção, a transformação da sociedade, através da produção coletiva e compartilhada, marcando o ideal socialista do movimento. A importância dessa cooperativa, como modelo de outras que foram surgindo na Grã-Bretanha em épocas posteriores, está relacionada ao fato de ter possibilitado o funcionamento de um empreendimento econômico, adaptado à economia de mercado, mas baseado em princípios socialistas como a autogestão democrática, a educação dos sócios de acordo com o ideal cooperativista, a neutralidade política e religiosa e a abertura ao ingresso de novos membros. Eram constantes as reuniões no velho armazém, onde os operários costumavam trocar ideias sobre as operações da cooperativa e as possibilidades do movimento em relação à superação das condições de opressão a que eram submetidos os trabalhadores. Faz-se imperativo salientar que as cooperativas desse período, em especial, aquelas que eram organizadas pelos operários, mantinham fortes conexões com os sindicatos de trabalhadores de ofício.

As organizações sindicais e cooperativas tinham um importante papel de limitar a admissão de novos trabalhadores no ofício, garantindo o status do operário especializado, no caso dos tecelões, a sua qualificação artesanal foi conservada até a década de 1830, porém, muitas dessas organizações necessitavam ser mantidas na clandestinidade. Entre 1826 e 1835

---

<sup>7</sup> A Carta do Povo se constituiu a partir de uma petição feita ao parlamento e elaborada pela associação do movimento. Incluía 6 pontos: sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento. (SINGER, 1998, p. 82).

foram fundadas mais de 250 sociedades corporativas<sup>8</sup>. Através das reivindicações sindicais, os trabalhadores conseguiam aumentar os seus salários por meio da ação política, da forte e violenta oposição às inovações técnicas e da intimidação de empregadores e operários não especializados.

Hobsbawm (1988) afirma que a estrutura heterogênea da economia industrial em desenvolvimento dificultava a organização da classe operária. Na Inglaterra, nas indústrias de algodão, mineração, metalurgia, construção de máquinas e de navios desenvolveram-se organizações sindicais descentralizadas, baseadas nas ocupações e nos ofícios, com a habilidade de se transformarem em sindicalismo de massas, organizado e fortalecido, como afirma o autor:

Entre 1867 e 1875, os sindicatos adquiriram realmente status legal e privilégios de tal alcance que nem os mais militantes dos empregadores nem os governos conservadores nem os juízes conseguiram reduzi-los ou aboli-los até a década de 1980. A organização sindical não estava simplesmente presente e aceita; era poderosa, especialmente no local de trabalho. Esse excepcional e mesmo único poder operário criaria, no futuro, problemas crescentes para a economia industrial britânica; e na verdade, mesmo durante nosso período, criou grandes dificuldades para os industriais que desejavam mecanizá-lo ou administrá-lo (HOBSBAWM, 1988, p. 176).

Ainda, de acordo com Hobsbawm (1988), em outros países, como na Alemanha, Itália e França, a organização operária desenvolveu-se de modo diferente do observado na Inglaterra. Os sindicatos dos trabalhadores funcionavam à margem da indústria moderna, principalmente em oficinas e em pequenas e médias empresas, caracterizando-se como extremamente localizados e descentralizados. Nas grandes indústrias modernas desses países, o papel que os sindicatos exerciam não era importante. Nos Estados Unidos, também se verificou essa situação. Na década de 1890, o sindicalismo nas grandes indústrias foi eliminado até a década de 1930, permanecendo o sindicato local de pequenos grupos de trabalho nas pequenas indústrias, nos sindicatos de ofício e na construção civil, sendo a mobilização ocasional e localizada.

Entretanto, o movimento operário nos Estados Unidos e na França contou com a luta coletiva dos mineiros de carvão, os quais se diferenciavam dos demais trabalhadores assalariados exatamente por se engajarem na luta pela formação de poderosos sindicatos. A

---

<sup>8</sup> SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 93.

solidariedade entre a comunidade, ligada pelo trabalho insalubre, propiciou a formação de uma eficiente organização operária.

No século XX, os movimentos operários, especialmente aqueles localizados nas cidades portuárias, organizaram greves gerais que caracterizaram uma mobilização coletiva maciça e permanente de trabalhadores sindicalizados. Tanto os operários dos transportes marítimos quanto dos ferroviários tinham consciência da importância de sua função para a economia de seus países, que poderia não progredir, caso eles paralisassem suas atividades. Conforme crescia o movimento dos trabalhadores, os governos elaboravam medidas para inibir as mobilizações. Na França, por exemplo, a estratégia utilizada pelo governo foi colocar os ferroviários grevistas sob disciplina militar, convocando-os ao alistamento.

O fato das classes operárias não serem homogêneas dificultava a organização e mobilização dos movimentos sindicais, porém, apesar de predominar a heterogeneidade, os trabalhadores estavam se unificando através do ideal da classe operária, da ideologia proletária, através da luta coletiva, como afirma Hobsbawm (1988, p. 181):

Essa mensagem, a da unidade de todos os que trabalham e são pobres, foi levada até os mais remotos cantos dos países, por agitadores e propagandistas. E eles traziam igualmente a organização, a ação coletiva estruturada, sem a qual a classe operária não poderia existir como classe; e, por meio da organização, adquiriram aqueles quadros de porta-vozes que podiam articular os sentimentos e esperanças dos homens e mulheres que não os saberiam enunciar. Eles possuíam ou encontravam as palavras para as verdades que todos sentiam. Sem essa coletividade organizada, seriam apenas pobre gente do trabalho.

As cooperativas operárias constituíam um movimento de massa, participando diretamente da luta dos sindicatos. Contribuíam para a difusão do ideal cooperativista as sociedades owenistas de propaganda cooperativa, organizando armazéns cooperativos que distribuía a produção dos empreendimentos solidários. Ocorria que esses armazéns eram alugados por tais sociedades propagandistas e aceitavam as produções das cooperativas para serem vendidas ou trocadas por outras mercadorias de diferentes ofícios, constituindo-se, desse modo, em cooperativas de consumo.

O crescimento do setor terciário da economia, em alguns países, ampliou a divisão entre o mundo dos operários e o mundo dos privilegiados na sociedade europeia do início da primeira metade do século XX, direcionando o funcionamento dos sindicatos e das associações que passaram a operar não mais como unidades locais, pouco integradas, mas como organizações de âmbito nacional, procurando uma mobilização coletiva mais

abrangente. Isso porque estava se formando uma consciência de classe, uma unidade de todos os operários manuais. Portanto, os movimentos de massas da classe operária, tal era a sua proporção, incluíam o sindicato e, com muita frequência, as cooperativas como formas universais de organização e luta coletiva dos trabalhadores. Como afirma Hobsbawm, as cooperativas se caracterizavam como instituições centrais do movimento operário, formando uma ponte entre os ideais “utópicos” do socialismo pré-1848 e o novo socialismo.

Os partidos socialistas de massas fortaleciam os movimentos e incluíam todas as associações das quais participassem os operários. Desse modo, os movimentos organizados, de um modo geral, ou faziam parte ou estavam subordinados ao partido político, o qual geralmente era denominado “Socialista”, “dos Trabalhadores” ou “Trabalhista”. A ligação da cooperativa ou do sindicato a um partido político caracterizava o movimento como forte e organizado. Aqueles movimentos operários que não participavam de um partido político de classe, na sua maioria, eram fracos. A maior parte dos sindicatos e das cooperativas, ligados a partidos políticos, lutavam pelas transformações na sociedade, pelas mudanças sociais, em que predominasse a propriedade comum dos meios de produção. Significava o ideal da coletividade, o qual entendia que o projeto de uma sociedade melhor seria gerado a partir da ação, luta e organização do próprio movimento. Por isso, o intenso sentido desses movimentos fortaleceram a ligação, a solidariedade e o senso de pertencimento à comunidade.

Assim, nos primórdios da Revolução Industrial, estão as origens da formação dos sindicatos e das cooperativas, mostrando o engajamento dos trabalhadores na luta contra os efeitos do progresso industrial. Como alternativa ao capitalismo, desde a formação dos clubes de trocas, das associações, dos partidos políticos, dos sindicatos e das cooperativas, percebe-se que a classe operária nunca aceitou a exploração e opressão sentidos desde a consolidação do modo de produção capitalista. À medida que os operários foram se unificando e passaram a perceber que tinham interesses em comum, o movimento organizado dos trabalhadores ganhou forças incalculáveis, sendo amplamente reprimido pelo Estado. Através da formação de sindicatos e cooperativas, da organização de greves e insurreições, desenvolvia-se a luta por melhores condições de vida, por maior participação na esfera política, pela regulamentação legal das relações de trabalho, entretanto, essa luta também representava uma possibilidade de realização de um novo projeto de sociedade, em que seus interesses pudessem ser concretizados.

Compreender o processo histórico de formação do movimento operário organizado torna-se componente fundamental para o entendimento da trajetória que a luta coletiva dos movimentos de oposição ao capitalismo vem assumindo na atualidade. A crítica operária



volta-se à empresa capitalista e aos efeitos que o modo de produção atual gera na sociedade, em que o resultado do trabalho coletivo é propriedade do capitalista. As cooperativas, portanto, apresentam-se, nos dias de hoje, como formas alternativas de organização do trabalho que se contrapõem, em muitas questões, às empresas capitalistas, por serem geridas de uma forma mais democrática e participativa, com base na autogestão dos empreendimentos, fundamentando-se no diálogo e na solidariedade. Na verdade, esses valores que fazem parte das instituições de iniciativa solidária retomam os princípios presentes na cultura do movimento operário.

### **3.4. Interloquções teóricas para uma compreensão sobre o conceito de economia solidária**

Pretendeu-se, através das discussões do texto anterior, possibilitar a compreensão das transformações históricas que permearam a consolidação do modo de produção capitalista, enfocando-se seus principais efeitos para a classe trabalhadora e os mecanismos que foram construídos no que tange ao seu enfrentamento em relação à contínua expropriação do saber de ofício pelo progresso tecnológico. As mudanças nas relações sociais de produção a partir do progresso técnico, fator característico da industrialização, resultaram na contínua expropriação do conhecimento e segredos do ofício dos trabalhadores qualificados. Sendo assim, ocorreu uma substituição do ofício manual pela mecanização do processo produtivo: “Cada desenvolvimento das forças produtivas, conduzido pelo capital, transferia a máquinas automáticas operações até então executadas por trabalhadores qualificados. Os exemplos da fiação e da tecelagem são bastante expressivos” (SINGER, 1998, p. 68). A compreensão destas transformações históricas no processo produtivo, a partir da industrialização, é componente importante para o entendimento das bases em que foram constituídas as lutas dos trabalhadores através da organização de cooperativas e o papel que assumem estas instituições nos dias de hoje, em vista da crescente precarização no mundo do trabalho.

Nesta perspectiva, afirmamos que as associações mutualistas, os sindicatos e as cooperativas foram sendo geridas, ao longo da história, a partir de uma proposta de reação dos trabalhadores qualificados contra a crescente expropriação do conhecimento específico do

ofício pela introdução da maquinaria. Nesta perspectiva, salienta Tiriba (2008, p. 72) que desenvolvimento tecnológico, acompanhado do processo de divisão técnica do trabalho, possibilitou a intensificação do ritmo da produção, além de acarretar uma desapropriação do conhecimento da experiência profissional do trabalhador: “Embora o processo de trabalho seja em si educativo, no capitalismo, ao se configurar como trabalho alienado, tem contribuído para a desarticulação e desapropriação dos saberes da experiência e, por conseguinte, para a desqualificação do trabalhador” (TIRIBA, 2008, p. 72). Neste debate, importante considerar a análise de Singer quando destaca que as mudanças nas relações sociais de produção ocasionaram a destruição de qualificações profissionais e a criação de novas qualificações, sendo um processo percebido desde a primeira revolução industrial e que perdura até os dias de hoje:

(...) este efeito crucial da primeira revolução industrial continua se repetindo como resultado da segunda e, atualmente, da terceira revolução industrial. As qualificações que foram destruídas pela primeira revolução industrial eram artesanais e consistiam em habilidades no manejo de ferramentas manuais ou máquinas simples, adquiridas por aprendizado no próprio trabalho. As qualificações que foram destruídas pela segunda revolução industrial eram em sua maioria semi-artesanais e consistiam em habilidades no manejo de máquinas e na execução de tarefas complementares às realizadas pelas máquinas (SINGER, 1998, p. 108).

Atualmente, o contexto neoliberal contempla um programa de “(...) reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional (...)” (ANTUNES, 2011, p. 194). Logo, nos dias de hoje, ocorre uma substituição do padrão fordista de produção e a vigência do toyotismo nas formas de organização e gestão da força de trabalho, estando regulamentada pela flexibilização das relações trabalhistas, verificando-se uma redução quantitativa do operariado fabril a partir do desenvolvimento da automação, da robótica e da microeletrônica.

O modelo atual de produção capitalista, portanto, exige que a flexibilidade seja uma das bases organizacionais da empresa e das relações trabalhistas, inserindo as metas produtivas nos padrões exigidos pelo mercado consumidor. Neste contexto, ocorre uma heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho, ampliando a variedade de funções, de tipologias, de competências e de habilidades exigidas. De acordo com Antunes (2011, p. 198), criaram-se, de um lado, setores mais qualificados e intelectualizados do trabalho, caracterizado pelo trabalhador polivalente e multifuncional da

era informacional e, de outro, uma massa de trabalhadores desqualificados, relacionados ao mercado informal, subcontratado, temporário, parcial, *part-time*.

Sendo assim, baseado em Antunes (Op. Cit., p. 176) e Singer (1998), destacamos que a nova fase do capital integra elementos históricos característicos da primeira fase da Revolução Industrial, no qual o saber intelectual do trabalhador, a sua capacidade cognitiva, é transferida para as máquinas informatizadas. Como não se pode eliminar o trabalho humano no processo produtivo, necessita-se estabelecer uma intensificação do envolvimento interativo entre a subjetividade do trabalhador e a máquina que passa a desempenhar funções antes reservadas às habilidades humanas. Destacamos que os aspectos históricos em relação aos efeitos do incremento tecnológico para a classe trabalhadora, que integram as transformações presentes no mundo do trabalho da primeira Revolução Industrial, do qual tratou o texto anterior, são características ainda presentes no mundo contemporâneo: “A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, através dos computadores, acentua a transformação de *trabalho vivo* em *trabalho morto*. Mas não pode eliminá-lo” (ANTUNES, 2011, p. 176). Estas transformações no processo produtivo, intensificadas a partir do final da década de 1970, acabaram afetando a classe trabalhadora no que tange ao movimento sindical, bem como nas suas formas de organização por meio de associações e cooperativas, no qual se insere o foco do presente texto.

Articulado ao debate anterior, portanto, o presente texto engloba a compreensão sobre o conceito de economia solidária e o papel que desempenha nos dias de hoje, frente à precarização no mundo do trabalho. Nesta discussão, contamos com o aporte teórico de Singer e Lia Tiriba, especialmente. A proposta integra o debate sobre uma característica fundamental das cooperativas, situadas no âmbito da economia solidária, que diz respeito à sua estrutura organizacional com base na *autogestão*, sendo considerado um importante elemento de sustentação destes empreendimentos.

Conforme afirma Tiriba (2007, p. 87), pensamos que não somente o mercado capitalista subsiste como único modo de reprodução da vida, mas que no seu interior, transitam outras formas de relações econômicas e de práticas sociais fundamentadas em relações de cooperação, solidariedade e reciprocidade, no qual a economia solidária se constitui como uma destas formas de expressão. Neste contexto, concebemos a economia solidária como uma iniciativa de geração de trabalho e renda alternativa ao capitalismo, a qual, apesar de ser gestada a partir do mesmo, possui elementos singulares em seu processo de organização e gestão na produção de mercadorias que se diferencia, em alguns aspectos, à

racionalidade do capital. Estando inserida em um processo de luta dos trabalhadores contra o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção, a economia solidária fundamenta sua crítica às formas de gestão e distribuição da empresa capitalista que possui como princípio a heterogestão e a propriedade individual do resultado de um trabalho coletivo. O Decreto-Lei nº 7.358, de 2010, em seu artigo 1º, caracteriza os empreendimentos econômicos solidários como “(...) organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados”.

Singer (2002, p. 16) salienta que a heterogestão da empresa capitalista implica uma administração hierárquica, estando formada por níveis de autoridade, cujas ordens e decisões transitam de cima para baixo. Neste espaço, atuam de modo contraditório os elementos de competitividade e cooperação empresarial: a competição é percebida como elemento que estimula a produtividade e a eficiência dos trabalhadores, ao passo que a adoção de estratégias de cooperação empresarial atua como componente organizacional importante para o estabelecimento de parcerias entre as empresas. Nos dias de hoje, a perspectiva da cooperação entre as empresas capitalistas na fabricação das mercadorias está inter-relacionada, especialmente, à contratação dos serviços de suporte (subcontratação de serviços de empresas externas especializadas) com base nas parcerias industriais e de cooperação, com vistas a uma busca por competências e recursos complementares.

Assim, a denominada cooperação empresarial, evidenciada pela articulação de empresas no desenvolvimento de mercadorias, permite a combinação de competências e saberes especializados, como também apresenta a vantagem da possibilidade da partilha dos custos e dos riscos. Em relação aos custos, por exemplo, ela evita a necessidade de promover um investimento interno das empresas em novos equipamentos e estruturas de fabricação. A cooperação empresarial, com fundamento na heterogestão, também é concebida como um elemento educativo no processo de trabalho no intuito de estimular o compromisso e a corresponsabilidade dos trabalhadores para uma eficiência na produção e no potencial competitivo da empresa.

Através da contextualização sobre o mundo do trabalho, perspectiva abordada nos textos anteriores, especialmente, sob os fundamentos teóricos de Antunes (1999; 2011), compreendemos as repercussões que atingem a classe trabalhadora ante o preceito neoliberal de flexibilização das relações de trabalho, no qual se insere a expansão do trabalho precário, seja nos termos da subcontratação, nas formas de trabalho temporário ou em tempo parcial ou, ainda, nas ofertas de emprego com baixa remuneração. Assim, ante o contexto delongado de

desemprego e da perda de direitos sociais, a economia solidária se manifesta como uma alternativa de reprodução da vida dos setores populares, tendo como objetivo assegurar a sua subsistência e satisfazer as necessidades econômicas da classe trabalhadora que está inserida no âmbito do trabalho precário e no universo da economia informal. A expansão da economia solidária na atualidade, portanto, integra um movimento de resposta da classe trabalhadora à lógica societal que, de um lado, criou o trabalhador polivalente e multifuncional do período informacional e, de outro, desqualificou diversos ramos, ampliando o número de trabalhadores que vivencia as formas de emprego temporário e parcial, ou o desemprego. Neste quadro, integram-se à economia solidária, trabalhadores que se associam para desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços, possibilitando a eliminação dos comerciantes intermediários e a geração de trabalho e renda aos cooperativados:

No movimento da economia popular solidária, comunidades urbanas e rurais se organizaram coletivamente como grupos de produção, compras coletivas e fundos solidários e rotativos de crédito. Também é grande a participação de populações de catadores de lixo (nos lixões e nas cidades), os quais organizam associações e cooperativas de coleta e reciclagem. Por sua vez, para se contrapor à subordinação à agroindústria capitalista, assentados da reforma agrária e agricultores familiares organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços (TIRIBA, 2008, p. 78).

A existência e a viabilidade das cooperativas são asseguradas, em parte, pelo Estado tendo como aporte mediador as instituições que dão apoio e assessoria aos empreendimentos. Dentre elas, destacam-se as Incubadoras de Cooperativas Populares, as quais possuem como objetivo fortalecer as empresas que estão atuantes e fomentar a criação de novas cooperativas, oferecendo assistência técnica e espaços de qualificação para os trabalhadores associados e construção de conhecimento sobre o cooperativismo, concedendo apoio às ações governamentais, bem como aos movimentos sociais. As incubadoras estão vinculadas a instituições universitárias públicas ou privadas, também podem ser mantidas por organizações da sociedade civil ou estarem relacionadas às ações de cooperação e convênios com órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais). Em 2003, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, constituiu-se como um importante marco de incentivo e fomento à criação de cooperativas. Este movimento também esteve presente na Argentina e no Uruguai, onde foram construídas cooperativas a partir das Fábricas Ocupadas e Empresas Recuperadas.

Outro instrumento fundamental ao fortalecimento das ações no âmbito da economia solidária é a instituição do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, através do

Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, o qual se caracteriza como uma prática comercial diferenciada, baseada nos critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais dos Empreendimentos Econômicos Solidários, destacando-se como seus principais objetivos:

- I. Promover o desenvolvimento sustentável, a justiça social, a soberania, e a segurança alimentar e nutricional;
- II. Garantir os direitos dos produtores, comerciantes e consumidores nas relações comerciais;
- III. Promover a cooperação entre produtores, comerciantes e consumidores e suas respectivas organizações para aumentar a viabilidade destas, reduzindo riscos e dependência econômica;
- IV. Promover o exercício de práticas de autogestão nos processos de trabalho e nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, bem como a transparência e democracia nas instâncias, direção e coordenação das atividades produtivas e gerenciais;
- V. Estimular relações de solidariedade a partir do comprometimento permanente com a justa distribuição dos resultados e com a melhoria das condições de vida dos participantes;
- VI. Garantir a remuneração justa do trabalho; e
- VII. Valorizar as práticas de preservação e de recuperação do meio-ambiente, com ênfase na produção de produtos de base agro-ecológica e nas atividades de extrativismo sustentável  
(<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/scjs.asp>).

Os empreendimentos sob o prisma organizacional da economia solidária são administrados sob a prática da *autogestão*. Neste âmbito, as diretrizes e as decisões da empresa são tomadas em assembleias, sendo importante a construção do diálogo entre os sócios, uma vez que todos devem ser informados sobre o que ocorre na corporação. Desse modo, caracteriza-se por uma gestão democrática e participativa, no qual a coletividade participa da resolução dos problemas, dos processos de aprendizagem de novas técnicas, decide sobre os investimentos a serem feitos, sobre a substituição de atividades etc. Sendo assim, a prática autogestionária se constitui como um desafio e um processo de aprendizado permanente, visto que exige esforço adicional, cooperação, incentivo ao diálogo entre os cooperados e interesse dos trabalhadores pela administração do empreendimento.

Tiriba (2008, p. 82) inter-relaciona as práticas do cooperativismo ao conceito da *produção associada*, afirmando que sua lógica produtiva não está pautada na perspectiva de transformação do sistema capitalista, mas intenciona a construção de um sistema comunitário que possa potencializar a cooperação e a solidariedade na produção de bens e serviços. Destaca-se que a produção associada, construída no âmbito da economia solidária, pressupõe estratégias de geração de trabalho e renda pautados nos preceitos organizacionais da

autogestão, tendo como pressupostos a propriedade coletiva dos meios de produção e a participação dos trabalhadores-sócios nas decisões do empreendimento.

A eficiência da prática da autogestão necessita de uma formação permanente dos trabalhadores, o que demanda investimento em um processo educativo, no intuito de fortalecer a ideia da compreensão da construção do conhecimento, do diálogo e da solidariedade como sendo o resultado de um trabalho edificado sob as bases da cooperação. Sob o entendimento de Paul Singer, construímos o conceito de autogestão, destacando-se os seguintes princípios nas formas de organização do trabalho e das relações sociais: a existência da posse coletiva dos meios de produção; a gestão democrática da empresa, incluindo as formas de participação direta ou por representação; além da “(...) repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado sobras) também por critérios acertados entre todos os cooperadores” (SINGER, 2003, p. 13).

Na esfera do consumo, verifica-se uma especificidade na racionalidade econômica destas organizações, tendo como pressupostos: a diminuição do distanciamento entre a produção e o consumo, na medida em que são eliminados os intermediários; a valorização pelo consumo comunitário no intuito da satisfação e utilização comum de bens e serviços pela coletividade; a economia solidária explora o conceito de sustentabilidade ambiental e intenciona a valorização das culturas locais. Além disso, Razeto (2001, p. 44) coloca que este modo de fazer economia pretende a construção de um *processo de consumo integrado*, diferenciando-se da produção voltada para as necessidades individuais através da fabricação de mercadorias especializadas e direcionadas a uma determinada classe social. Desse modo, o objetivo das cooperativas seria o de gerar um *processo de satisfação combinada* no âmbito das necessidades fisiológicas, de proteção e de convivência dos grupos sociais. Com base nos pressupostos teóricos deste autor, compreendemos o cooperativismo, como sendo uma das expressões da economia popular de solidariedade, sendo esta entendida como:

(...) uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. -, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. Trata-se de um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no plano da organização da produção e das empresas, como nos sistemas de destinação de recursos e distribuição dos bens e serviços

produzidos, e nos procedimentos e mecanismos de consumo e acumulação (RAZETO, 2001, p. 40).

O discurso de Singer sobre a economia solidária aponta para a concepção de um processo que está em construção permanente, sendo resultado da criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo, acompanhando-o em toda a sua evolução (SINGER, 2003, p. 13). A leitura que o autor realiza situa a economia solidária como um movimento real dos trabalhadores com potencial revolucionário, capaz de fornecer as bases para a construção de uma sociedade socialista. Ainda assim, define estes empreendimentos como organizações pautadas sob os princípios da igualdade de direitos, em que os meios de produção são de posse coletiva dos trabalhadores, além de situar a *autogestão* como princípio importante para solidificar a sua organização democrática, em que cada sócio tem direito a um voto. Esta compreensão de cooperativa se insere nos parâmetros da economia solidária, ao passo que as denominadas *cooperfraudes* ou *coopergatos*, no entanto, resultam da terceirização da produção.

A problemática relacionada à expansão das *cooperfraudes* nos dias de hoje, evidencia o interesse de muitas empresas em se transformarem em falsas cooperativas, pelo fato de que a legislação brasileira desonera estes empreendimentos de cumprirem com a garantia de alguns direitos trabalhistas, uma vez que não possuem a responsabilidade em relação ao pagamento do salário mínimo, do 13º salário, das férias e nem do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Ante o exposto, Singer afirma que os “(...) empregadores pouco escrupulosos utilizam falsas cooperativas para deixar de pagar os encargos trabalhistas, aproveitando-se do fato de que esses encargos não são cobrados de quem contrata trabalho autônomo (a lei considera o cooperador trabalhador autônomo)” (SINGER, 2011, p. 410). Assim, distanciando-se do sentido histórico originário de instrumento de luta da classe operária contra o desemprego e as formas de opressão no trabalho, como debatido no texto anterior, as falsas cooperativas na atualidade, são utilizadas pelo capital como instrumentos eficazes nas formas de precarização dos direitos trabalhistas. Neste contexto, importante considerar a análise de Antunes (2011, p. 108) sobre a disseminação destes empreendimentos que ele denomina de *cooperativas patronais*, as quais possuem sentido contrário ao projeto original das cooperativas de trabalhadores, pois atuam para destruir direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadores desde o início da Revolução Industrial. Nesse caso, as cooperativas cumprem um papel de funcionalidade ao sistema econômico, pois



não alteram substancialmente a lógica do sistema produtor de mercadorias e o processo de valorização do capital, conforme explica Antunes:

Se dentro do “Terceiro Setor” as atividades que vêm caracterizando a economia solidária têm a positividade de frequentemente atue à margem da lógica mercantil, parece-me entretanto um equívoco grande concebê-la como uma real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado, como capaz de minar os mecanismos da unidade produtiva capitalista (ANTUNES, 1999, p. 113).

Portanto, como consequência das transformações no mercado de trabalho nos últimos anos (aumento do desemprego estrutural, flexibilização das relações trabalhistas, vigência do toyotismo nas formas de produção, expansão do trabalho precarizado, temporário, parcial), a economia solidária, na acepção de Singer, surge como uma resposta da classe trabalhadora às mudanças que se intensificaram a partir da década de 1970, como vimos em textos anteriores. Ante o contexto descrito, na maioria dos países, ocorreu um fortalecimento e uma reinvenção da economia solidária, com a criação de novas cooperativas e formas análogas de produção associada como coloca o autor: “O que distingue esse novo cooperativismo é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p. 111). Os citados princípios do cooperativismo se encontram enraizados na organização construída pela Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, no século XIX, na Inglaterra, na qual forneceu os fundamentos da autogestão da economia solidária dos dias atuais. Dentre os princípios que retomam os valores históricos do movimento operário, destacamos os seguintes:

- A importância do princípio do controle democrático para as cooperativas, em que cada sócio tem direito a um voto;
- O princípio de que as cooperativas estão abertas a todas as pessoas, sem discriminação social, política, religiosa ou racial, que aceitem as mesmas responsabilidades dos sócios já existentes;
- É estabelecido que devem ser destinadas ações e recursos para a educação contínua, treinamento e formação dos associados, capacitando-os para a prática cooperativista e para o uso de técnicas e equipamentos;
- As cooperativas devem atender ao princípio de cooperação mútua entre suas organizações, estabelecendo uma rede de integração das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;

- Os objetivos das cooperativas devem estar direcionados para o desenvolvimento sustentável da comunidade a qual está inserida, através de políticas definidas e aprovadas por seus sócios.

Importante salientar que Singer situa a economia solidária para além de um movimento organizado dos trabalhadores ou como apenas uma reação ao contexto de insegurança e aumento do desemprego estrutural, mas a compreende como outro modo de produção “(...) cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica” (SINGER, 2002, p. 10). Nesta compreensão, Singer aponta a economia solidária como um modo alternativo de produção, que se diferencia da perspectiva da produção capitalista, pois apresenta especificidades na sua forma de gestão e na repartição dos ganhos.

Conforme o exposto, apresentamos as peculiaridades da economia solidária que fundamentam a compreensão de Singer (2002) como sendo outro modo de produção. Primeiramente, salientamos que o aspecto diferencial está relacionado à repartição dos ganhos, no qual os sócios recebem a *retirada* ao invés de um salário, sendo que as decisões sobre o modo como serão geridas estas retiradas são tomadas em assembleias (adota-se o princípio da igualdade ou desigualdade das retiradas).

No que se refere ao modo de administrar a empresa, a cooperativa é baseada na *autogestão*, conceito que está vinculado à concepção de que todos os sócios tomam as decisões de forma coletiva, através de assembleias. Nisto se insere o princípio da solidariedade na economia, exigindo-se a postura de corresponsabilidade dos sócios perante os destinos da cooperativa:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico (Ibidem, p. 9).

As cooperativas também se diferenciam das empresas capitalistas no que tange à repartição do excedente anual, uma vez que as decisões sobre os investimentos que podem ser realizados com os lucros são tomadas na assembleia de sócios. Uma parcela destes lucros

pode ser depositada num fundo de educação, enquanto a outra é colocada em fundos de investimentos (divisíveis ou indivisíveis). O fundo divisível se refere ao patrimônio individual para cada sócio, enquanto que o indivisível pertence à cooperativa como um todo, sendo um legado que os mais antigos deixam a seus sócios como destaca Singer (2002, p. 15): “O fundo indivisível sinaliza que a empresa solidária não está a serviço de seus sócios atuais apenas, mas de toda a sociedade, no presente e no futuro. Por isso é preciso que ela persista no tempo e não deixe de ser solidária”. Na visão do autor citado, estes empreendimentos não visam à maximização do lucro, mas à promoção da economia solidária como um modo de organização que possui como intencionalidade gerar trabalho e renda a quem necessita, como também objetiva difundir no país (ou no mundo) uma forma democrática e igualitária de organizar atividades econômicas. Enfatizamos que as cooperativas rompem com a separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção, pois todos os que trabalham no empreendimento são proprietários, possuem o mesmo poder de decisão e participam igualmente das propriedades da empresa.

Portanto, exploramos a compreensão de Singer e Tiriba sobre o movimento de expansão da economia solidária nos dias de hoje, destacando-se as especificidades que a torna uma das organizações que, apesar de emergir no seio do modo de produção capitalista, possui diferenças em relação às formas de administração e repartição dos ganhos. Vimos que Singer relaciona a característica revolucionária das cooperativas à potencialidade transformadora da autogestão. Tiriba, por sua vez, entende a economia solidária como sendo uma das expressões da produção associada, entretanto, diferente de Singer, não reconhece um potencial revolucionário nestes empreendimentos, mas apreende-os como uma reação e resposta da classe trabalhadora às formas de expansão do trabalho precarizado.

Com o objetivo de fornecer uma compreensão crítica sobre os conflitos e os limites do cooperativismo, no âmbito da economia solidária, o texto seguinte realiza questionamentos sobre a concepção de Paul Singer no que se refere à capacidade das cooperativas de empreenderem a constituição de uma sociedade socialista. Neste debate contamos com o aporte teórico de Menezes (2007) e Germer (2006).

### 3.5. Um debate sobre os conflitos e os desafios do cooperativismo

O presente texto abrange o debate sobre aspectos limitantes e contraditórios da economia solidária popular, com base nos escritos de Maria Thereza Menezes (2007) e Claus Germer (2006). A crítica dos autores citados se detém ao conceito de economia solidária defendida por Paul Singer e, com maior ênfase, no questionamento destas instituições como sendo um movimento social com potencial revolucionário, inscrevendo-se numa lógica que difere dos objetivos e premissas capitalistas, sendo capaz de viabilizar a constituição de uma *sociedade socialista*. Primeiramente, partimos do entendimento de Menezes em relação às premissas defendidas por Paul Singer. Em um segundo momento, o debate se insere na crítica de Germer às compreensões de Singer sobre a perspectiva histórica do movimento operário. Ainda assim, Germer questiona a centralidade da economia solidária e o papel que desempenha em relação às lutas da classe trabalhadora contra o capitalismo. Salientamos que as discussões propostas se mostram importantes para fundamentar a compreensão crítica sobre o quadro atual em que estão imersas as cooperativas, caracterizando as contradições e os limites destes empreendimentos no capitalismo, premissa que se apresenta como fundamental para as reflexões sobre os desafios e as possibilidades que enfrentam no contexto de precarização do mundo do trabalho.

Enfatizamos que Menezes (2007) concebe a economia solidária como projeto político de cunho salvacionista, destacando que a superação capitalista, proposta pelos teóricos que fundamentam e defendem as práticas econômicas cooperativas como sendo uma alternativa ao modelo atual de produção, revestem-se de um caráter conservador. Entretanto, a autora concentra suas críticas ao suporte epistemológico construído por um grupo de intelectuais, os quais afirma serem aliados ao projeto societário neoliberal, apesar de estabelecerem proximidade com o pensamento marxiano. Assim, a crítica em relação à economia solidária está alicerçada na defesa destes teóricos, dentre eles, destaca-se Paul Singer, em atribuir a estas políticas alternativas a possibilidade de “(...) emancipação da classe trabalhadora sob o primado da auto-ajuda, da auto-gestão, da ajuda mútua, do cooperativismo e do associativismo, desembocando na ‘virtude’ da responsabilidade social, tão ao gosto da doutrina neoliberal” (Ibidem, p. 16). Portanto, a autora enfoca a inviabilidade de implementar a economia solidária como um projeto social alternativo rumo à construção de uma sociedade

socialista, visto sua lógica estar alicerçada nos preceitos ditados pela mundialização do capital.

Em relação às reflexões de Paul Singer, Menezes destaca que combinam conceitos e elementos de posições teóricas diversas. Contudo, a distinção entre Singer e os demais teóricos da economia solidária, vincula-se à concepção de que a mesma “(...) não se restringe apenas a combater o desemprego e a pobreza, mas na crença de que o sistema e a prática cooperativistas, na medida em que se expandem e se solidificam, viabilizam a constituição de uma sociedade socialista” (MENEZES, 2007, p. 149). Salienta que, ao defender esta premissa, Singer se distancia da teoria marxista, ao afirmar a possibilidade de constituir políticas sociais alternativas que pudessem suplantiar os condicionantes econômicos capitalistas, utilizando-se o caminho da economia solidária. Nesta perspectiva, de acordo com a autora citada, Singer advoga a importância da dimensão micro das unidades cooperativas, em suas organizações locais e familiares, afastando-se das concepções de Lênin sobre a cooperação, pois o mesmo afirma que o cooperativismo não estaria incluso no processo pré-revolucionário, mas integraria o projeto pós-revolucionário fundamentando vantagens de ordem material (incentivo à economia), além de se constituir como uma das bases do projeto educativo dos trabalhadores associados. Assim, Menezes explica que Lênin concebia o cooperativismo como uma prática social fundamentado em um projeto educativo que somente “(...) poderia ser exercida com êxito após a ultrapassagem do sistema capitalista como instrumento de incentivo econômico (com ênfase na agricultura diante do perfil econômico da Rússia naquele período) e, principalmente, educativo para a consolidação do socialismo” (Ibidem, p. 155).

Com base em Mészáros, afirmamos a necessidade de superação dos três principais elementos que exercem a função de sustentáculo do atual modo de produção no intuito de reestruturar radicalmente os modos de funcionamento do controle sociometabólico do capital. Sendo assim, no entendimento do autor citado, um dos principais obstáculos que deve ser superado no percurso para uma “nova forma histórica” diz respeito ao rompimento do tripé formado com base no capital, no Estado e no trabalho assalariado, concebidos como as dimensões fundamentais do sistema, estando inter-relacionados a tal ponto que “os três permanecem e ‘caem’ juntos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 546). Desse modo, de acordo com Mészáros:

Devido à inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articulado – capital, trabalho e Estado -, é inconcebível

emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado. Pois, paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 600).

A afirmação de Menezes (2007, p. 79) em relação aos “ideólogos da economia solidária” está dirigida ao sentido de humanização do capitalismo pretendido pelas cooperativas, através da instauração de doutrinas e formações sociais que precedem o modo capitalista de produção. Neste debate, cita Marcos Arruda (2000) e sua concepção para a economia solidária como a “economia que é gerida a partir do coração”, no qual anuncia a possibilidade de renovação do *capitalismo real* a partir da convivência paralela com o que denomina de *capitalismo alternativo*, sendo este baseado em princípios de solidariedade e corresponsabilidade. Além disso, a crítica da autora está centrada no entendimento do *conceito de trabalho* desenvolvido pelos chamados “ideólogos da socioeconomia solidária”, que afirmam estabelecer um rompimento com o objetivo exclusivo de ser uma atividade remunerada pelo mercado, mas fundamentando a concepção de trabalho como sendo uma resposta às necessidades dos sujeitos.

Desse modo, Arruda (2000) afirma que a economia solidária estabeleceria a necessidade de serem adotados valores, atitudes e comportamentos que se afastariam daqueles ditados pelo individualismo predominante do capitalismo contemporâneo, sendo conquistada uma “outra humanidade”, própria da “socioeconomia solidária”, tal como denomina o autor. Portanto, a crítica de Menezes em relação aos autores que fundamentam a economia solidária, recai sobre o conteúdo de apelo ético e à exaltação de princípios morais que, no caso do Terceiro Setor, suscitam “(...) a fé nas soluções individualizadas e, por isso, circunscritas, exclusivamente, ao terreno do universo cotidiano da vida privada, onde as culpas pelos desastros sociais recaem na responsabilidade de cada indivíduo isoladamente” (MENEZES, 2007, p. 81).

Questiona-se a autonomia das cooperativas diante da sua dependência em relação ao Estado, o qual formaliza o seu funcionamento por meio de diretrizes estabelecidas através de legislação específica. Considerando sua tendência de conciliação com a mundialização do capital, Menezes desconsidera a proposta da economia solidária nas três vertentes predominantes na atualidade: as redes de trocas, o cooperativismo e as organizações não governamentais, especificamente. Ainda assim, a crítica volta-se à afirmativa de que, como sendo uma alternativa ao desemprego, existiria a possibilidade de erradicar este fenômeno, no qual se insere num dos maiores problemas do mundo do trabalho nos dias de hoje. Porém,

como o desemprego, sob o entendimento da teoria marxista, é compreendido como um dos aportes da expansão ampliada do capital, ou seja, torna-se um dos mecanismos necessários à existência do modo de produção capitalista, por esse motivo, entende-se a viabilidade da crítica de Menezes ao discurso do pleno emprego.

Especialmente, Menezes enfoca a sua crítica às experiências de cooperativismo voltadas ao sistema público e privadas através do crédito, sendo as denominadas sociedades de microcrédito, constituindo-se como um dos processos agravantes da superacumulação do capital. A expansão das ações voltadas para o microcrédito à população de baixa renda passa a integrar as políticas públicas brasileiras a partir de 1990, com o objetivo de se constituírem como “(...) entidades civis sem fins lucrativos, voltadas especificamente para o apoio aos pequenos empreendimentos, definindo-se por uma perspectiva de trabalho, renda e cidadania” (MENEZES, 2007, p. 101). Porém, a autora questiona o sistema exploratório do microcrédito, no qual é construído com base no aprisionamento dos pequenos produtores rurais e empresários a altas taxas de lucros e a outros serviços compulsórios, dos quais são citados, como exemplo, o acesso facilitado a seguros, cartões de crédito internacionais e fundos de investimento.

As políticas públicas no Brasil, com foco nas ações de microcrédito, incluíram a elaboração do Programa de Crédito Produtivo Popular do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1996, a do Crédito Amigo pelo Banco do Nordeste, em 1998, sendo reconhecido por ser o primeiro país a sediar mundialmente uma experiência de crédito voltada para pequenos produtores, em 1970. Outro marco deste processo foi a criação, em 1980, do Centro de Apoio a Pequenos Empreendedores Populares (Ceape) no Estado do Rio Grande do Sul. Salienta-se a crítica de Menezes no que tange à articulação destes sistemas de microcrédito a programas e projetos do Terceiro Setor, os quais obrigam os trabalhadores das organizações cooperativas a assumirem coletivamente a responsabilidade sobre o pagamento das dívidas, pressupondo que a solidariedade fundamenta-se nos laços de confiança em relação à assunção de um compromisso financeiro. Sob esta perspectiva, destacamos o incentivo e a expansão do sistema de crédito como uma das formas integrantes à rede de valorização do capital, direcionado para os trabalhadores, tanto rurais, como urbanos, além de incluir os pequenos e microempresários de baixa renda, os quais, de um modo geral, estão incluídos no setor informal da economia no Brasil. Ante o exposto, enfatiza-se que “(...) a diversidade da rede de instituições diretamente envolvidas no sistema de microcrédito público, privado e de parcerias demonstra que a pobreza está incluída, pelo menos, como mais um fator que se inscreve no circuito da acumulação para

atender à diversidade de formas de lucro do setor parasitário-financeiro globalizado” (MENEZES, 2007, p. 104).

Afirmamos que a crítica de Menezes parte do entendimento das formulações teóricas sobre a economia solidária, não sendo resultado de vivências da autora no âmbito da pesquisa, sendo assim, não é elaborada no *locus* das organizações cooperativas, partindo dos conflitos, dos anseios e das problemáticas cotidianas vivenciadas pela classe trabalhadora. Dessa forma, a concepção de cooperativismo da autora emerge das compreensões construídas por pesquisadores da economia solidária sem, entretanto, estabelecer um estudo com maior profundidade das concepções formuladas pelos próprios trabalhadores que aderiram pela participação nestes empreendimentos.

Como foi pesquisado em nossa Dissertação de Mestrado (OLIVEIRA, 2008), enfatizamos que as organizações cooperativas partem das necessidades, dos interesses e dos sonhos individuais para, através da edificação de um projeto e de um objetivo em comum, resultar na constituição de um sonho coletivo. Por esse motivo, tão conflituosas se mostram as relações geridas na economia solidária, uma vez que exigem um rompimento com os princípios individualistas, próprios das instituições regidas pelos parâmetros exclusivos das leis do mercado. Desse modo, a crítica de Menezes se detém ao sentido que os teóricos que fundamentam a economia solidária compreenderem que todas as organizações cooperativas pretendem a construção de um projeto político alternativo ao capitalismo, neste sentido, “estes mecanismos que conformam o projeto político embutido na ‘economia solidária’ não impedem nem a truculência do ‘capitalismo selvagem’ e nem dispensa as clássicas e tradicionais forças extra-econômicas que prevalecem nas economias subordinadas” (MENEZES, 2007, 96).

Destacamos que a citada afirmação de Menezes, no que se refere ao propósito das cooperativas serem percebidas como possibilidades de fundamentar um *projeto político revolucionário*, é construída com base num generalismo descontextualizado da realidade social dos trabalhadores que aderiram à economia solidária, visto não ser resultado da compreensão das dificuldades cotidianas que enfrentam estes sujeitos na atualidade, enfim, constitui-se como uma visão crítica que está vinculada somente à percepção dos teóricos da economia solidária, mas não de uma pesquisa que parte do diálogo com os trabalhadores cooperativados e, nisto se insere o problema. Por esse motivo, o erro de Menezes está relacionado ao fato de desconsiderar a dimensão educativa destes empreendimentos que são gestados a partir das necessidades e de problemáticas que são comuns aos trabalhadores nos



dias de hoje, como a expansão do desemprego. Sobre a dimensão educativa do trabalho cooperativo, no âmbito da economia solidária, importante considerar a análise de Tiriba:

Embora não eliminem a alienação do trabalho que caracteriza a sociedade capitalista, a propriedade e a posse dos meios de produção trazem para os trabalhadores a possibilidade de articular os saberes que a organização capitalista do trabalho fragmentou. Assim, entendemos os processos educativos como mediação e, ao mesmo tempo, como elemento da cultura do trabalho que vai se plasmando no cotidiano da produção associada e no movimento maior de constituição de novas relações de convivência no âmbito da sociedade (TIRIBA, 2008, p. 74).

Assim, além de estar fundamentada nos pressupostos da teoria marxista, a crítica da autora também poderia sustentar-se no contexto de investigação das práticas sociais dos trabalhadores que aderiram ao cooperativismo. Portanto, em que medida os trabalhadores cooperativados discutem o propósito de consolidar um projeto político revolucionário de sociedade como sendo uma das finalidades da organização?

Citamos como exemplo o caso da economia solidária desenvolvida na pesca artesanal, no qual é o foco do estudo, em que os trabalhadores, em sua maioria, não problematizam no cotidiano da sua organização, enfim, nos diálogos e nas reuniões em assembleias, a proposta de revolucionar o sistema capitalista rumo ao socialismo, integrando-se a um projeto mais amplo de sociedade. A reflexão sobre os objetivos dos associados ou cooperativados, no caso desta pesquisa, vincula-se a um projeto político de sociedade que defende a necessidade do resultado do trabalho ser fruto dos afazeres de seus próprios proprietários e não da exploração de um homem sobre outro, como ocorre em uma empresa capitalista. Neste aspecto, destacamos a análise de Tiriba quando afirma que as cooperativas não possuem o objetivo de confrontar o mercado capitalista, mas aproveitam o aspecto funcional do sistema, constituindo-se como estratégias de sobrevivência dos trabalhadores diante da crise do trabalho assalariado: “Com a crise estrutural do emprego, não tendo intenções de revolucionar o mundo do trabalho e subverter as relações capitalistas de produção, os trabalhadores associam-se na produção tendo como objetivo a reprodução ampliada da vida (e não a reprodução ampliada do capital)” (TIRIBA, 2008, p. 76). Neste sentido, colocamos o depoimento de um pescador artesanal cooperativado, no qual expõe a sua reflexão sobre os princípios que integram a sua concepção de economia solidária, apresentando aspectos relevantes da dimensão educativa destes empreendimentos, tal como trabalhamos em nossa Dissertação de Mestrado (OLIVEIRA, 2008):

*“Com aquele pensamento de não visar o lucro, o capital e sim, visar à vida, o ser humano. Então, essa economia solidária é o nosso futuro, é nós tentarmos mudar um pouco desse capitalismo hoje, a mentalidade, a visão de sociedade (...), não é fácil mudar, mas já está sendo o início e só tende a crescer”.* (Depoimento de um pescador da APESMI, In: OLIVEIRA, 2008, p. 149).

Ademais, destacamos que o sentido educativo da organização cooperativa dos pescadores artesanais está relacionado à reinvenção das relações humanas e das formas de organização do trabalho, em que se procura eliminar um contexto de exploração do pescador artesanal pelos comerciantes intermediários, incentivando a participação e a cooperação no processo de trabalho. Através de depoimentos dos trabalhadores cooperativados da pesca artesanal, expressamos os fundamentos da economia solidária, no qual se mostram significativas a confiança, a transparência nas relações sociais, a solidariedade e o incentivo à construção do diálogo. Ratificamos nossos argumentos expondo alguns depoimentos de pescadores artesanais, tal como foram demonstrados em nossa investigação no Mestrado (OLIVEIRA, 2008):

*“A humildade, a confiança, a transparência e também a solidariedade, isso é fundamental, saber que não só tu tem que vender o teu peixe, tem que vender o teu produto, mas sim o teu companheiro (...), tu tem que saber fazer essa distribuição (...)”*(Depoimento de um pescador da APESMI, In: OLIVEIRA, 2008, p. 156).

*“(...) não só um ou dois se beneficiarem, se tu fizeres isso estás entrando na mesma linha do capitalismo, de explorar o teu companheiro que te ajudou a fundar, o trabalho está até hoje pelo fato de ele está ainda desde o início, e tu querer explorá-lo, isso não são os princípios, o princípio da associação é, principalmente, essa visão de solidariedade (...)”.* (Depoimento de um pescador da APESMI, Ibidem, p. 156).

*“(...) o trabalho [cooperativo] te ensina a respeitar, conversar e não mandar, te ensina que não se pode ser uma pessoa autoritária, tem que ser uma pessoa de diálogo aberto (...), sem querer tu já está passando aquela vontade que ele faça aquilo ali que nós acreditamos que é uma melhoria de vida para nós, uma possibilidade (...)”*(Depoimento de um pescador da APESMI, Ibidem, p. 156).

Porém, as cooperativas também incluem objetivos imediatistas de cunho econômico, qual seja a de representar uma oportunidade de gerar renda para trabalhadores relacionados à

pesca artesanal, sendo considerada uma alternativa para a melhoria das condições de vida destes sujeitos, eliminando-se os denominados intermediários na rede de comercialização do produto pesqueiro. Afirmamos que o erro de diversos teóricos recai na visão pragmática e economicista que sustentam sobre a economia solidária, estando desvinculada do diálogo com os trabalhadores que constroem as cooperativas, do entendimento de seus objetivos, sonhos e necessidades. Assim, como explicitado em nossa Dissertação de Mestrado (OLIVEIRA, 2008), o surgimento da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel partiu da existência destas relações solidárias entre as famílias de pescadores que já se conheciam durante longa data e tinham os mesmos objetivos e necessidades econômicas, relacionados à busca pelo sonho da possibilidade de melhorar sua qualidade de vida através do trabalho com a pesca artesanal ampliando sua margem de lucro por meio do rompimento com os laços de dependência que possuíam com os atravessadores na rede de comercialização do pescado, como coloca uma trabalhadora da cooperativa:

*“[o sonho] é querer proporcionar às pessoas uma qualidade melhor de vida, pagando um preço mais justo, porque nós sabemos que tem essa possibilidade, não é uma utopia, não é um sonho, é uma realidade, [porque] o pessoal que pega o peixe e vende, que pega do pescador e revende, ele é o que fica com o lucro todo e é o que tem menos trabalho, menos investimento, menos tudo, só tem mais lucro, e [no momento] que a gente começou, na época eu era esposa de pescador, então, eu também vivi essa realidade de ser mal remunerado o pescador, de ser explorado, na verdade, explorado”* (Depoimento de uma trabalhadora da APESMI, In: OLIVEIRA, 2008, p. 151).

Germer (2006) situa sua crítica a Paul Singer no que tange às suas concepções sobre a história do movimento de luta dos trabalhadores pela construção do socialismo como sendo a história do desenvolvimento da economia solidária, além de questionar a compreensão do teórico sobre a cooperativa de produção, que a entende como sendo a forma predominante do modo de produção solidário. Germer diverge de Singer ao conceber a economia solidária, não como proposta de luta com pretensões de instaurar o socialismo, mas como uma política emergencial, sendo uma iniciativa associativa espontânea que emergiu de movimentos sociais oriundos de propostas reformistas que eram fundamentadas na solidariedade mútua e no associativismo dos pobres.

Em relação ao crescimento das propostas com base na economia solidária, Germer afirma que sua expansão se deve ao crescimento dos partidos de centro-esquerda, os quais estabeleciam oposição aos governos neoliberais, mas ao assumirem a administração do

Estado, evidenciaram certa fragilidade pela ausência de propostas alternativas concretas. Ante este contexto, instituíram políticas emergenciais que pudessem minimizar o alto índice de desemprego, bem como desenvolver o atendimento a trabalhadores autônomos e informais.

Destaca-se a importância que a economia solidária assume nos dias de hoje, como política pública, ante o citado contexto de informalidade e expansão do desemprego. Igualmente, o autor citado salienta que a economia solidária integra um conjunto de medidas emergenciais, contudo, é concebida por diversos teóricos como sendo o embrião de uma forma de organização social alternativa ao capitalismo, concepção que, de acordo com Germer, afasta-se da crítica marxista:

No Brasil, as iniciativas no âmbito da chamada “economia solidária” têm se expandido significativamente, tanto na forma de iniciativas sociais espontâneas como de políticas oficiais. Entre os autores que se destacam como intérpretes desse heterogêneo campo, Paul Singer diferencia-se pela tentativa de teorizar a economia solidária com base em alguns elementos da teoria social marxista, concebendo-a como uma forma social alternativa ao capitalismo sob o título especificamente marxista de “novo modo de produção (GERMER, 2006, p. 196).

Singer, de acordo com Germer, compreende o processo histórico de luta da classe trabalhadora como um movimento que está centralizado na formação de cooperativas de produção. Germer, ao contrário, concebe que a organização de cooperativas não foi expressão de uma única forma de luta dos trabalhadores contra as mazelas do capitalismo. Divergindo das concepções de Singer sobre o conteúdo intencional das cooperativas que surgiram na primeira metade do século XIX, no qual situa as primeiras organizações como sendo expressões de um movimento com caráter revolucionário, Germer afirma que estas instituições foram fundadas estando desvinculadas das propostas teóricas dos autores que, neste período, estavam preocupados com o agravamento das questões de ordem social, como Marx e Engels. Portanto, constituíram-se como iniciativas práticas de trabalhadores com fundamento, antes utópico, do que revolucionário, como expressam as produções de Charles Fourier, Robert Owen e Saint-Simon.

Com base nestes argumentos, destacamos que a fase inicial do capitalismo e das primeiras formações de cooperativas (primeira metade do século XIX), constituiu-se em reações defensivas dos trabalhadores em relação a contextos críticos e opressivos no ambiente de trabalho, contrariando a tese de Paul Singer sobre o caráter revolucionário destas iniciais formas de luta. Sendo assim, coloca-se que, nessa primeira fase de luta contra o capitalismo,

as iniciativas práticas ainda estavam separadas das formulações teóricas de intelectuais, com fundamento utópico, possuindo, neste sentido, características de uma luta travada apenas no âmbito econômico. Porém, Germer (2006, p. 199) destaca que, a partir de 1848, os processos de luta do proletariado se caracterizaram pela superação das limitações iniciais, uma vez que passaram a vincular a luta prática com a luta teórica de intelectuais socialistas.

Logo, a crítica de Germer aos postulados teóricos de Paul Singer se detém na afirmação de que o cooperativismo é expressão da emergência de uma nova sociedade, desde a fase inicial do movimento de luta dos trabalhadores. No entanto, concebe a economia solidária como uma ação situada apenas na “(...) arena da luta econômica, em que os trabalhadores seriam, em primeiro lugar, pulverizados em pequenos grupos, nas cooperativas, tanto regionalmente quanto em termos de segmentos de mercados, e em segundo lugar, seriam lançados a um terreno – o da concorrência econômica (...)” (Ibidem, p. 203). Apesar de criticar a economia solidária em relação às limitações que apresenta quando subjugada às necessidades do mercado, Germer, fundamentado em Marx, destaca a importância das fábricas-cooperativas como sendo a expressão da possibilidade dos próprios trabalhadores assumirem o controle da produção:

O que Marx considerou a característica mais relevante das fábricas-cooperativas foi o fato de que elas demonstraram, pela primeira vez, que os próprios trabalhadores podiam assumir o controle da produção, e isto não com base nas formas de produção em pequena escala e tecnicamente ultrapassadas, mas nos padrões mais avançados de escala e técnica (...) (GERMER, 2006, p. 207).

O foco de Germer às construções teóricas de Paul Singer, portanto, diz respeito à concepção da cooperativa como sendo uma *nova forma* de organização social do qual existe a possibilidade de concretizar o projeto socialista. Porém, destaca a sua potencialidade enquanto movimento que apresenta componentes que evidenciam novas formas de apropriação. Nesta perspectiva, Germer também percebe a economia solidária como forma híbrida e contraditória de movimento, no qual apresenta um rompimento com aspectos característicos do modo dominante da empresa capitalista. Mas, apesar das cooperativas serem identificadas como sendo o sintoma de uma realidade contraditória em relação ao capitalismo, ainda assim, permanecem atadas à lógica do capital. Neste processo, o principal obstáculo que as cooperativas enfrentam, bem como as novas formas de organização social e de apropriação que emergem no interior do sistema capitalista, está relacionado ao domínio da propriedade privada como forma jurídica predominante. Então, a materialização de novas relações de

produção necessita da extinção da *forma jurídica predominante* em relação à propriedade privada, entretanto, “(...) como ela é assegurada pelos instrumentos de força social concentrados no Estado, é a natureza do poder de Estado que é decisivo e necessita ser alterado como condição da instituição do novo modo de produção” (GERMER, 2006, p. 212).

Salientamos que o próximo capítulo debate as categorias de análise da pesquisa, estabelecendo uma interlocução entre as histórias orais dos pescadores artesanais e as contribuições teóricas, principalmente, citamos o diálogo com Gaston Bachelard e Antônio Diegues.







## CAPÍTULO IV:

### HISTÓRIAS E IMAGENS SOBRE O VIVER E TRABALHAR NO MAR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO NA PESCA ARTESANAL

A pesquisa de Doutorado levou-me a um reencontro com a comunidade de pescadores da Vila São Miguel, mais precisamente, os caminhos da investigação me conduziram ao diálogo com Laudeci, Rubinei e Loredi. Suas histórias de vida se aproximavam em relação aos seus significados. As trajetórias percorridas por estes trabalhadores se entrecruzam quando remetem aos aprendizados de infância relacionados à arte de *ser pescador* artesanal.

As dificuldades que um historiador oral enfrenta ao adentrar em uma comunidade ou à casa de um colaborador, no que tange à construção de uma relação de confiança para efetivar os procedimentos da investigação, estiveram ausentes no momento da etapa da coleta dos dados, visto o estabelecimento de contatos em momentos anteriores, desde a pesquisa do Mestrado em Educação Ambiental. Portanto, a distância e a neutralidade se mostraram como posicionamentos impossíveis de serem assumidos nesta investigação. Este fator contribuiu significativamente para fortalecer as relações de confiança entre mim e os pescadores, dando margem para que os colaboradores pudessem expor imagens que, em outras circunstâncias, não seriam reveladas. Desse modo, desde a pesquisa realizada no Mestrado, a imagem da “pesquisadora da FURG e filha de pescador” se fez presente na comunidade, permitindo-se que a minha presença não fosse algo estranho e alheio à realidade destes sujeitos. Nesta perspectiva, salientamos as primeiras impressões presentes em nosso Diário de Campo, referente ao retorno da pesquisadora no *locus* investigativo:

É difícil adentrar em uma comunidade de pescadores, pois remetem às inúmeras recordações de infância, possibilitam o despertar de um tempo inolvidável. Desde as características das residências, a disposição dos barcos nos pátios das casas, o cheiro e a brisa da Lagoa dos Patos, entre outros cenários, proporcionam reencontros com aspectos de nossa história. Principalmente, as marcas do tempo presente nos rostos dos pescadores artesanais possibilitam a emergência das imagens da sua rotina de trabalho e da relação que estabelecem com a natureza, resultando em experiências que imprimem marcas em suas mãos e na pele de sua face. Começamos, então, a



estudar o mundo dos pescadores artesanais através da leitura e do registro de nossa própria história. (Diário de Campo, 20/04/2010).

Nas situações de pesquisa, portanto, a acolhida se fez presente: desde o primeiro reencontro, na casa do senhor Laudeci, o sentimento de cumplicidade se expressava nos convites feitos para compartilhar o café e o almoço junto à sua família. O acolhimento foi expressão do sentimento de confiança construído a partir de uma identidade que era comum entre ambas as partes, qual seja, a identificação com o território da pesca artesanal. Território que expressa características e imagens que são comuns e singulares nas histórias de vida de filhos de pescadores: as imagens do trabalho com as redes de pesca, as casas dispostas nas margens da lagoa, as dificuldades nos períodos da entressafra etc.

Um dos momentos da investigação que possibilitou rememorar as imagens de infância da pesquisadora foi registrado no Diário de Campo: numa tentativa de marcar a entrevista com o pescador Laudeci, tentei alcançá-lo no trapiche de sua casa, localizado nas margens da Lagoa dos Patos, mas ele já havia partido para o trabalho no mar. Assim, impossibilitada para tal intento, passei a admirar o cenário de afastamento do pescador da costa, reconstituindo a imagem da filha que via seu pai distanciando-se de sua casa para a empreitada pesqueira:

Cheguei tarde demais para conversar com o pescador Laudeci. Ele já tinha saído para pescar na Lagoa dos Patos. Fui ver se conseguia alcançá-lo, saí apressada para os fundos de sua casa no trapiche, mas ele já estava no caíco, afastando-se da costa. Estava um dia lindo de sol, o mar calmo, sem ondas, e eu, vendo o senhor Laudeci se afastar da costa lentamente no seu barco a remo naquela lagoa que parecia um espelho, pois refletia o céu na sua superfície. Lembro-me de debruçar-me sobre o muro de minha casa para ver o meu pai se afastar da costa para mais um dia de trabalho no mar. A saída diária ao mar significava uma forma de despedida de meu pai (Diário de Campo, 12/04/2012).

Para além da forma verbal de procurar expressar o que é, Laudeci quis me mostrar fragmentos da sua história de vida através de seus instrumentos de trabalho, por isso, conduziu-me a dois pequenos cômodos que abrigavam suas redes, os liquinhos e as luminárias antigas, mostrando-me as tecnologias utilizadas na pesca nas décadas de setenta e oitenta. Muitos daqueles instrumentos me reportaram àquele cômodo em que meu pai mantinha, com extrema organização e cuidado, seus equipamentos de pesca. A conversa se espraiava em meio às lembranças de minha infância, suscitando imagens que o gravador não poderia captar. Ao findar o encontro, agradei a oportunidade de compreender o pescador Laudeci a partir da sua própria apresentação, fazendo surpreender-me quanto aos belos

momentos de recordações que a pesquisa pôde proporcionar. Estas impressões de *encanto pela pesquisa* foram destacadas no registro do nosso Diário de Campo, no dia 27 de abril de 2012, no momento desta visita à residência do pescador Laudeci:

Depois da entrevista, o senhor Laudeci me convidou a conhecer os dois cômodos em que guarda os seus apetrechos de pesca. Lastimo por não ter trazido uma máquina fotográfica para registrar este momento. A visita ao cômodo em que este pescador guarda os seus instrumentos de trabalho, permitiu reviver as lembranças daquele pequeno cômodo de madeira do meu pai, o qual ele mantinha extremamente organizadas as suas redes, os seus liquinhos e as suas ferramentas. Nesta visita, o pescador Laudeci fez uma retrospectiva histórica das tecnologias de pesca utilizadas pelos pescadores desde a década de 80, afirmando que, nos dias atuais, os equipamentos são mais leves, de fácil manuseio e com preços mais acessíveis aos trabalhadores. Nesta pesquisa, portanto, existe a possibilidade de rememorar as experiências do passado, transportando-nos às lembranças de infância em que se presenciava a organização da empreitada pesqueira entre os companheiros de trabalho do meu pai (Diário de Campo, 27/04/2012).

Laudeci expressou-se como sendo “*uma pessoa tímida que fala pouco*”, mostrando-se nervoso e inquieto com a possibilidade de contribuir com uma pesquisa sobre pescador artesanal, visto seu jeito pacato de ser, revelado na sua afirmação de que “*apesar de ser o coordenador da associação, eu falo pouco*”. Seu pedido de desculpas por existir a possibilidade de não conseguir lembrar-se de todas as histórias, pois havia um extenso tempo decorrido de sua infância, revelava que os cinquenta longos anos de experiência na pesca artesanal abrigavam uma rica história que deveria ser contada e registrada. Entretanto, percebeu-se que, ao longo das conversas, Laudeci superou a característica tímida e pouco falante diante de temas que expressavam a alegria e o orgulho de ser pescador artesanal.

O pescador Rubinei, contudo, manifestou-se uma pessoa entusiasmada com a oportunidade de narrar os seus quarenta anos de experiência na pesca, revelando histórias marcadas por alegrias, dificuldades e limitações que um neto e filho de pescador artesanal vivenciou nas décadas de setenta e oitenta. Surpreendeu-me a sua resposta no momento ao qual me mostrei agradecida com a bela entrevista que havia me concedido, afirmando que este seria “*o seu compromisso social com a defesa de sua categoria profissional e com a universidade*”. A afirmação em destaque manifesta a consciência do pescador Rubinei com o importante papel que assume a pesquisa universitária, no que tange à preservação de suas histórias orais de vida. Afirmou que a sua contribuição para a presente investigação seria uma forma de agradecimento “*por todas as coisas boas que a FURG trouxe para os pescadores*”, visto o auxílio da Universidade Federal do Rio Grande na construção da Associação de

Pescadores Artesanais da Vila São Miguel, viabilizando a participação da cooperativa nos editais do governo federal.

Loredi se mostrou “*acostumado a dar entrevistas*”, revelando uma fala articulada e muito enfática quanto à conquista e defesa dos direitos dos pescadores artesanais, bem como quanto às possibilidades que o cooperativismo oferece para a sua categoria destacando que “*a economia solidária é o nosso futuro*”. Quanto ao dia da entrevista, recebemos a visita de sua mãe que descreveu uma imagem da pesca em que as mulheres possuem um papel fundamental na rentabilidade econômica da família, afirmando que “*trabalhava muitas e muitas horas em pé*”. Além disso, relatou sobre o ambiente insalubre das fábricas de pescados, que utilizam uma grande parcela da mão de obra feminina no processo de beneficiamento do mesmo, destacando os longos anos de trabalho “*em um ambiente úmido e frio*”. Loredi comentou sobre as consequências da expansão portuária para a vida dos pescadores, ressaltando que inúmeros trabalhadores de sua categoria estão abandonando a profissão diante das diversas oportunidades de emprego com carteira assinada. Porém, seriam os pescadores mais jovens e que “*não possuem a tradição da pesca na família*”, além de “*não pescarem o ano inteiro*”. Este registro se fez presente em nosso Diário de Campo, no dia 14 de junho de 2012:

Interessante a reflexão do pescador Loredi, em meio às inúmeras conversas que tive com ele. Destacou que, diante da expansão portuária, o pescador artesanal tem a oportunidade de largar a sua profissão. Contou-me que lhe ofereceram trezentos reais por semana para trabalhar no porto, indo na porta de sua casa. Afirmou que ficou tentado com a oferta, ainda mais no período de defeso, mas disse que não aceitou, pois o que mais apreciava era exercer a profissão da pesca artesanal, por esse motivo, negou a oferta de emprego. Colocou-me que: “*antigamente, existia a escravidão, hoje, te pagam para escravizá-lo. Hoje, tu trabalha com aquilo que não gosta pelo dinheiro. Isso é uma forma de escravidão, pois o pescador tem que largar a profissão e trabalhar com o que não gosta pelo dinheiro*”. De acordo com Loredi, o verdadeiro pescador artesanal é aquele que pesca o ano inteiro (Diário de Campo, 14/06/2012).

Enfatizamos que as discussões propostas neste capítulo, apresentam o debate sobre as categorias de análise da pesquisa, no qual citamos: o entendimento da perspectiva histórica da pesca artesanal, compreendendo o período referente às décadas de setenta e oitenta do século XX; a compreensão sobre o sentido da tecnologia e sua relação com o processo de trabalho na pesca artesanal; o debate sobre as imagens de esperança, no qual se articulam as discussões sobre as possibilidades que emergem a partir da economia solidária popular; as imagens de infância de filhos de pescadores; a percepção ambiental destes trabalhadores sobre o meio

ambiente costeiro. Estas abordagens no estudo são construídas a partir do estabelecimento de um diálogo entre as narrativas orais dos pescadores entrevistados e os teóricos basilares da investigação, no qual citamos, em especial, as contribuições de Antônio Carlos Diegues e Gaston Bachelard.

Importante destacar que os três profissionais entrevistados atuam na pesca artesanal realizada na Lagoa dos Patos, na cidade do Rio Grande. Rubinei destaca o diferencial dos pescadores que trabalham nos denominados estuários: “...*na Lagoa dos Patos aqui, nós temos um diferencial em toda a área da lagoa, o município de Rio Grande tem uma forma própria de trabalhar dos pescadores artesanais, qualquer apetrecho de pesca é diferente, aqui nós trabalhamos, por exemplo, na Lagoa dos Patos, com redes baixas, se tu vai a São José do Norte, Pelotas e São Lourenço, eles já trabalham com redes altas, porque eles trabalham em águas mais fundas*” (Rubinei, entrevista 1).

Portanto, este capítulo apresenta, em um primeiro momento, a discussão sobre a pesca artesanal e o lugar que ocupa no novo padrão de acumulação econômica, problematizando as principais formas de organização da produção pesqueira, com foco nas implicações que o processo de articulação com a pesca empresarial-capitalista resultou para a produção artesanal e para as relações estabelecidas entre estes trabalhadores e o meio ambiente costeiro. Este debate se faz presente no texto intitulado “**Entendimentos acerca da pesca artesanal como pequena produção mercantil**”. Destacamos a importância do aporte teórico de Antônio Carlos Diegues neste estudo (1983; 2001; 2002; 2004).

Sob o título “**Especificidades do processo histórico da pesca artesanal na cidade do Rio Grande**”, apresentamos a primeira categoria emergente de análise da pesquisa, a qual integra o debate sobre a perspectiva histórica do mundo do trabalho na pesca, compreendendo aspectos de sua organização nas décadas de 1960 e 1970, com foco na cidade do Rio Grande/RS, visto a importância deste período em relação à concessão de benefícios disponibilizados pelos incentivos fiscais a partir do Decreto-Lei número 221, de 1967. Entendemos *os modos de organização da pesca como sendo uma construção histórica*, neste sentido, destaca-se a importância desta abordagem na produção de outros conhecimentos sobre a atividade pesqueira.

A segunda categoria emergente, “**O sentido da tecnologia e sua relação com a exploração do trabalho na pesca artesanal**”, inclui o debate sobre a inter-relação entre a produção pesqueira e o sentido da tecnologia no mundo do trabalho, no qual partimos da premissa de que *o desenvolvimento tecnológico alterou o modo como os sujeitos se*

*relacionam com a natureza humana e não humana.* Neste estudo, enfatizamos o aporte teórico de Pinto (2005), Novaes (2007), Romero (2005) e Diegues (1983; 2001; 2004).

Em relação à terceira categoria, sob o título **“Imagens de esperança”**, apresentamos o debate sobre a construção das imagens de esperança no processo de trabalho da pesca, partindo das narrativas orais dos pescadores, incluindo-se as denúncias sobre os desafios e os conflitos vivenciados na economia solidária. Porém, a ênfase recai nas possibilidades de anúncio que emergem das organizações cooperativas no âmbito do *locus* de investigação.

A quarta categoria apresentada, **“A casa natal abriga uma casa onírica”**, propõe a análise a partir de três eixos de discussão. Na primeira etapa, intitulada **“A casa como força de integração para os sonhos”**, o debate integra o entendimento acerca da filosofia do habitar sob o prisma de Gaston Bachelard. Na segunda etapa, **“Um reencontro com os devaneios de infância”**, apresentamos a discussão sobre as lembranças da casa natal da pesquisadora, com foco nas imagens de infância e felicidade. O terceiro eixo de discussão desta categoria, intitulando-se **“Imagens de uma infância permanente e duradoura”**, propõe o debate acerca das imagens de infância de pescadores artesanais, estabelecendo-se um diálogo entre os escritos de Gaston Bachelard e as narrativas orais destes trabalhadores.

Sob o título **“Imagens sobre o meio ambiente: o pescador como um sonhador das águas”**, apresentamos a quinta categoria de análise, no qual propomos discutir a percepção que os pescadores artesanais constroem sobre o meio ambiente costeiro, englobando as imagens sobre as águas. Nisto se insere a importância de serem evidenciados seus saberes e os modos como se relacionam com o ecossistema costeiro, no intuito de melhor compreender os contextos históricos e culturais de sua organização social.

#### 4.1. ENTENDIMENTOS ACERCA DA PESCA ARTESANAL COMO PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL

*“A pesca industrial vai terminar e o artesanal vai continuar... isso eu digo e não tenho medo..., que o pescador artesanal ele vive com uma caixa de peixe..., claro que vai viver..., e o industrial não vive ... não vive com dez toneladas... eu falo isso com toda tranquilidade. O pescador artesanal vai alí, mata uma caixa de peixe e faz trinta real, vai e come..., o industrial vai matar dez toneladas, vai fazer trinta mil e não vai conseguir se manter... e isso eu acho que já tá quase a esse ponto. Eu acho que já tá quase a esse ponto de o industrial desistir e o artesanal ..., que foi o que iniciou tudo continuar,... por isso que eu digo... o artesanal é que é o guardião das águas.” (Loredi).*

Pretende-se neste texto, apresentar as principais formas de organização da produção pesqueira, focando-se, em especial, a pesca artesanal como inserida no modelo de pequena produção mercantil, tal como trabalhada por Diegues (1983, 2002, 2004). Desse modo, destacam-se as principais características da pesca artesanal dentro da classificação apontada pelo autor citado. Este debate se justifica diante da importância de compreender as formas de organização predominantes na pequena pesca na atualidade, dentro do processo de reprodução social das famílias destes trabalhadores. Além disso, discute-se a articulação da pesca artesanal com a empresarial-capitalista, abordando-se as mudanças ocorridas na relação estabelecida com o ecossistema costeiro.

Ao longo do litoral brasileiro, encontram-se diversos modelos de pesca, os quais, de acordo com Diegues (1983, p. 105), caracterizam distintas formas de organização da produção pesqueira, além de representarem tempos históricos diferentes e integrarem o uso de uma diversidade de instrumentos de trabalho e de relações sociais de produção. Assim, destacam-se a utilização da traineira tradicional, da baleeira motorizada (especialmente, no litoral da região sudeste), bem como da forma de companhia, a qual é salientada como aquela que explora o tresmalho de espera da tainha nos períodos de frio.

Determinados modos de organização da produção estão de acordo com as especificidades de cada ambiente marinho, neste sentido, cada espaço geográfico possui particularidades em relação as suas condições biológicas, físicas e naturais. A configuração dos ecossistemas costeiros sofre a influência da ação humana que, a partir de determinadas maneiras de produzir a vida material e social, interferem na produção das condições

biológicas do ambiente marinho, caracterizando cada região, bem como as distintas formas de organização da pesca como uma *construção histórica*.

A presente pesquisa focaliza a investigação no pescador artesanal que realiza suas atividades no denominado estuário da Lagoa dos Patos, em especial, refere-se àqueles que atuam na pesca no litoral da cidade do Rio Grande, Pelotas e São Lourenço do Sul. Os estuários se caracterizam por serem sistemas costeiros que se encontram permanentemente ligados ao mar e estão, em determinados períodos, recobertos de água salobra ou salgada, uma vez que se encontram sob a influência das marés. A sua produtividade é elevada devido a esta mistura de águas ricas em nutrientes. Destaca-se que as condições do ambiente marinho da região Sul, favorecem a criação de grandes concentrações de determinadas espécies de pescado, os quais se citam, em especial, o camarão, a sardinha, a pescada, a merluza, a enchova etc. Dada as características da região natural do litoral sul do Brasil, as técnicas de pesca mais exploradas compõem o denominado *arrasto de fundo*. As atividades de pesquisa com foco na pesca artesanal, do qual a investigação debruça a sua análise, ainda assim, abrangem trabalhadores que também atuam na Lagoa Manguieira.

De acordo com Diegues (2002, p. 17) lagunas são corpos de água ligados ao mar que podem apresentar variações sazonais de salinidade provenientes do índice das chuvas. Constituem importantes fontes para as atividades turísticas e, especialmente, para a pesca artesanal. Esta modalidade de organização pesqueira está limitada às condições técnicas e de conhecimento que possuem estes trabalhadores, sendo estes, condicionantes sociais e econômicos que permitem a exploração, em especial, dos sistemas lagunares. A pesca oceânica, ao contrário, é caracterizada pelas formas de organização da produção que implicam no uso de embarcações com maior potência e de conhecimentos específicos de navegação e de desenvolvimento de determinadas espécies, fatores históricos que inviabilizaram a exploração do ecossistema oceânico pela pequena produção mercantil. Desse modo, a mobilidade dos recursos do espaço aquático define as formas de organização social da produção pesqueira, a qual, assim como os fenômenos naturais, também se mostra historicamente dinâmica e mutável.

Baseado em Diegues (1983, p. 114), podemos distinguir três espaços pesqueiros existentes na região Sudeste do Brasil, mas que também podem se aplicar ao litoral sul brasileiro:

- O espaço litorâneo: este é explorado pelo pequeno pescador que utiliza canoas a remo, pequenas embarcações motorizadas ou explora a pesca com armadilhas fixas. Caracteriza-se pela riqueza biológica da grande produção primária, constituindo-se nas

lagunas, nos estuários, na foz de rios, baías fechadas, enseadas, recifes e corais, os quais servem de viveiros naturais para inúmeras espécies de pescado (crustáceos, moluscos e peixes). Esta riqueza biológica é proveniente da comunicação que o oceano estabelece com a água doce, também se origina a partir dos sedimentos transportados pelos rios e dos detritos originários de mangues.

- O espaço costeiro: área que compreende o espaço situado entre a costa e o talude continental. É explorado pelas traineiras, botes motorizados e a vela, entre outros.
- O espaço oceânico: constituído pela área que se inicia na plataforma continental, em que são utilizadas na exploração pesqueira as grandes embarcações. Para o trabalho no denominado espaço oceânico os pescadores necessitam permanecerem longos períodos no mar.

Como pescadores artesanais entende-se aqueles trabalhadores que exercem a pequena pesca, em que parcelas de sua produção são reservadas ao consumo da família, e outras partes são destinadas à comercialização. Sua atividade é baseada em laços de cooperação e solidariedade, encontrando no núcleo familiar a base da sua unidade produtiva:

A unidade de produção costuma ser a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes longínquos. Apesar de um grande número deles viver em comunidades litorâneas não-urbanas, alguns moram em bairros urbanos e periurbanos, construindo dessa forma uma solidariedade baseada na atividade pesqueira (DIEGUES, 2002, p. 46).

A concepção do sistema organizacional da pesca artesanal pode ser compreendida a partir do depoimento do pescador Rubinei que explica a importância da unidade familiar neste sistema de trabalho: *“Eu aprendi a ser um pescador artesanal resgatando a minha família, porque todos eles eram, desde pais a tios e primos, a gente sempre trabalhou assim, depois que tu começou a trabalhar com parentes, é difícil tu sair, a não ser que tu consiga pra ti, [nesse caso] ao invés de tu ser um proeiro do teu próprio pai ou um proeiro do teu tio, tu passa a ser o patrão da tua parrelha, tu já comprou o teu caiquinho e a tua rede, tu já vai pescar sozinho, quer dizer, é por isso que não é importante tu sair da tua família pra ir pescar com outra família”* (Rubinei, entrevista 1).

Considerando a diversidade de formas de produção da pesca no Brasil partimos da compreensão das suas tipologias a partir das categorias definidas por Diegues (1983, p. 148). Assim, o autor identifica a possibilidade da existência de três formas e subformas da produção



pesqueira: a produção pesqueira de autossustentação ou primitiva; a atividade pesqueira caracterizada pela pequena produção mercantil; a produção pesqueira capitalista.

Relacionada à produção de autossustentação ou primitiva, destaca-se a característica da propriedade comunitária dos meios de produção, associada à subsistência, em que predomina a satisfação das necessidades da comunidade, tribo ou unidade familiar. Esta forma de produção primitiva, ainda pode ser percebida em algumas regiões do Amazonas, sendo praticada por tribos indígenas ou comunidades ribeirinhas. Dentro da pequena produção mercantil simples, integra-se a pequena produção familiar dos pescadores-lavradores e a atividade dos pescadores artesanais. Na forma da produção capitalista, vincula-se a atividade dos armadores de pesca e embarcados, bem como a produção das empresas de pesca.

Interessa-nos, em especial, as formas que integram a pequena produção mercantil na pesca, a qual se subdivide em:

- Produção mercantil simples: Está relacionada à atividade realizada pelo pequeno produtor litorâneo, denominados de pescadores-lavradores. Os instrumentos de produção pertencem ao grupo familiar.
- Produção mercantil dos pescadores artesanais: Possui características que se relaciona a uma produção mercantil ampliada, com maior produção de excedente. Neste contexto, a pesca é a base da fonte de renda da família, sendo uma profissão exercida de forma exclusiva ou aliando-se a outras atividades com menor importância na sobrevivência destes trabalhadores.

A pequena produção mercantil dos *pescadores-lavradores* associa a atividade da agricultura com a pesca, especialmente, em períodos de safra (camarão, por exemplo). Desta forma, a pesca é uma atividade complementar, conquanto que a agricultura se insere como base da produção da renda familiar e da organização social destes sujeitos. Em relação aos instrumentos de trabalho, destaca-se o uso de barcos não motorizados e de redes confeccionadas pelo grupo familiar, salientando-se o baixo custo dos equipamentos utilizados. Atua no ambiente limitado ao uso de instrumentos de pesca fixos na captura do pescado como, por exemplo, o cerco e o curral, trabalhando em baías fechadas, em lagunas ou recifes. Portanto, apesar de realizar a pesca, há o predomínio da agricultura como atividade fundamental, caracterizando-se como uma unidade camponesa de produção: “Na medida em que as atividades de produção e consumo se realizam dentro da unidade familiar, que também detém os meios de produção, e na medida em que inexistente uma acumulação de capital contínua, podemos dizer que estamos em presença de uma unidade camponesa de produção” (DIEGUES, 1983, p. 153).

As características da pesca realizada dentro das formas da pequena produção mercantil, na qual inclui a produção dos *pescadores artesanais*, tem como base a atividade pesqueira como fonte de renda fundamental, rompendo-se com a utilização da unidade familiar como principal mão de obra e utilizando-se novos parâmetros no sistema de partilha da produção. Neste contexto, ocorre a produção de excedentes, os quais são destinados para a compra de embarcações motorizadas. Surge, então, a figura do dono da embarcação, reduzindo-se significativamente as formas igualitárias de produção e partilha do produto final, ocorrendo uma individualização das relações de trabalho. Desse modo, os instrumentos de produção são de propriedade individual. Nesta forma de organizar a produção, verifica-se que predomina “(...) o excedente reduzido e irregular, a baixa capacidade de acumulação, a dependência total *vis-à-vis* ao intermediário, a propriedade dos meios de produção, o domínio de um saber pescar baseado na experiência (e que constitui a sua profissão) (...)” (DIEGUES, 1983, p. 155).

Em vista da especificidade de extrapolar o uso da mão de obra familiar na produção, exigindo-se uma distribuição mais ampliada das funções entre os pescadores (dono da embarcação, motorista, gelador), esta atividade demanda um conhecimento mais aprofundado dos ambientes marinhos e costeiros. Além disso, é marcante na organização produtiva a propriedade individual dos instrumentos de trabalho. Assim, relaciona-se à pesquisa em questão o grupo pertencente à *pequena produção mercantil*, a qual possui como expressão, a atividade desenvolvida pelos pescadores artesanais na cidade do Rio Grande/RS.

Conforme aponta Diegues (1983, p. 155), o pescador artesanal constitui o trabalhador que vive exclusivamente ou quase exclusivamente de sua profissão. Destaca-se que o avanço tecnológico, com a entrada dos barcos movidos a motor, com o uso de meios de transporte e de novos processos de conservação, afastou a figura do trabalhador que era lavrador e exercia a pesca como uma atividade ocasional. Sendo assim, no surgimento da figura do pescador artesanal, considera-se a relevância do avanço tecnológico e do fato de operar, nesta atividade, com o objetivo de integrar a sua produção às exigências e aceitação do mercado consumidor. Desse modo, enfatiza-se como um fator importante o grande valor que a comercialização do pescado passa a ter na sobrevivência das famílias destes trabalhadores, ao passo de assumirem exclusivamente esta atividade, como enfatizado anteriormente.

O pescador artesanal passa a viver e a reproduzir suas condições de existência na pesca, voltada fundamentalmente para o comércio. O mercado é o objetivo de sua atividade, ainda que o balaio ou cesto de peixe,

religiosamente separado antes da partilha, constitua uma das bases de sua sobrevivência e de sua família (DIEGUES, 1983, p. 155).

Portanto, considera-se a pesca artesanal como inserida no denominado modelo da pequena produção mercantil, estando subordinada e articulada ao modo de produção capitalista, colocando-se o *sistema de tradição* como ponto fundamental da continuidade e da reprodução social desta forma de produção artesanal nos dias de hoje. Neste sentido, a tradição se constitui como o conhecimento do ofício de pescador, estando ancorada nas experiências históricas do processo de aprendizado do domínio da técnica e da arte da pesca.

O pescador Rubinei corrobora a importância do sistema de tradição, evidenciando o aprendizado sobre o ofício de pescador, citando, em especial, a habilidade de confeccionar as suas próprias redes de pesca. Traz um relato, portanto, sobre o processo aquisição de conhecimentos e valores que são repassados de pai para filho: *“Quando o pai, por exemplo, começou a pesca junto com os tios, com o irmão dele, que eram só dois irmãos, o meu pai é falecido, aí a gente sempre via a forma da pescaria, que era a rede de camarão dele que ele fazia, a rede de camarão própria dele, rede de peixe-rei, ele que comprava um fardo, botava a tralha, ele que fazia, toda a mão de obra, os apetrechos de pesca era o meu pai que sempre fez, como eu, eu nunca paguei pra ninguém fazer nada nas minhas redes, eu faço a minha rede do meu jeito”* (Rubinei, entrevista 1).

O saber de experiência é o que permite a reprodução social do pescador artesanal, incluindo-se o conhecimento específico sobre os ciclos sazonais das espécies e sobre as características de um determinado ecossistema em que se tem a tradição da pesca como alicerce do meio de subsistência de gerações de famílias de pescadores, neste contexto, tem-se o aprendizado do respeito em relação às leis que regem o ambiente marinho. Este processo de trabalho artesanal caracteriza a relação de dependência do pescador com o meio ambiente, como expressa o depoimento de Loreði: *“Me tirar do contato com a água é mesma coisa que tira um peixe de dentro d’água, eu acho..., em pouco tempo mata... mata o cara..., por que a relação natureza e pescador... isso aí tu não tira..., tu não arranca dele..., tu vai ter pra vida toda...”* (Loreði).

Neste conhecimento sobre a dinâmica do ecossistema marinho, destaca-se a figura do mestre de embarcação, o qual é reconhecido como uma referência de sabedoria sobre as técnicas de pesca. Em uma determinada época histórica de desenvolvimento das tecnologias de navegação, os denominados mestres viam seus conhecimentos específicos sendo ameaçados pela entrada de equipamentos na arte da navegação, fator que se traduziu na “(...)

resistência à introdução de equipamentos como o piloto automático, sonar e radar que poderiam por em cheque o ‘monopólio’ dos conhecimentos de mar por parte dos mestres” (DIEGUES, 2004, p. 88).

Destacam-se algumas características do modo mercantil de produção na pesca artesanal que são importantes para a compreensão das condições de pobreza em que se encontram inúmeras famílias que sobrevivem desta atividade. Assim, de acordo com Diegues (2004, p. 88), este setor se encontra limitado pela abundância de recursos que o ambiente marinho pode oferecer, pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas e pela relação de dependência que possuem com os centros urbanos e com a pesca empresarial. Percebe-se que as condições limitadas para a melhoria da qualidade de vida do pescador artesanal, forçam-no a sua integração e subordinação com a pesca empresarial-capitalista, seja como integrando a tripulação das grandes embarcações, ou vendendo o seu produto para os empresários do setor em postos de compra localizados próximos ao desembarque do pescado fresco. Esta inter-relação da pesca artesanal com as formas empresariais de produção pesqueira acarreta um aumento da exploração dos recursos em ecossistemas altamente produtivos, como é o caso dos lagunares, especialmente, sobre espécies com alto valor no mercado:

Dessa forma, pode surgir uma complementaridade entre as duas formas de produção com a subordinação da produção artesanal à capitalista. Essa articulação parece ser transitória pois leva a um aumento do esforço de pesca normalmente sobre uma espécie de alto valor de mercado (como camarão, piramutaba) e a desorganização da cadeia alimentar, o empobrecimento ecológico e uma pobreza ainda maior dos pescadores artesanais, quando a pesca não se torna mais rentável, segundo os padrões capitalistas (Ibidem, p. 89).

A crise socioambiental agrega fatores de desorganização da pesca artesanal, no qual citamos, dentre eles, a poluição das águas, o avanço da urbanização e industrialização nas zonas costeiras e lagunares, a expansão turística e a articulação com a pesca empresarial-capitalista. Neste último caso, o pescador artesanal fornece a mão de obra barata para as empresas de pesca, passando a atuar nas grandes embarcações e desonerando os denominados intermediários ou atravessadores de custear o processo produtivo destes pequenos produtores.

Os pescadores enfatizam a degradação ambiental na Lagoa dos Patos como um dos fatores para a crise no setor da pesca. Rubinei, em seu depoimento, destaca o desaparecimento de algumas espécies de pescado. Sua longa experiência de quarenta anos na pesca permite que sejam lembrados os períodos de fartura de peixe no passado. Porém, comenta sobre um

possível desaparecimento de algumas espécies, no qual cita, em especial, a corvina, a miragaia e o burriquete: *“O que eu vejo da pesca de trinta, trinta e cinco anos pra trás quando eu pescava com os meus pais, com os meus tios, a gente andava por essa Lagoa dos Patos e não era só propriamente no município de Rio Grande, naquela época até na questão do peixe, ele tinha em mais quantidade. A gente sempre diz que, antigamente, a gente tinha mais peixe, como algumas espécies que desapareceram da lagoa como a corvina, como a miragaia, o burriquete, tem pesca que já foram proibidas até na costa do oceano como é o caso da viola que, para se reproduzir, teve um período de dez anos proibida. Então, naquela época, todas as espécies, tu tinha mais opção de pesca. Hoje, o peixe-rei ele dá uma certa quantidade e, em dois ou três anos, passa sem dar peixe-rei”* (Rubinei, entrevista 2).

A terceira classificação da organização pesqueira, com base em Diegues (1983), integra a pesca enquanto inserida na forma capitalista da produção, estando relacionada à produção dos armadores e a empresarial, no qual o produto do trabalho é totalmente convertido em mercadoria. Relacionado aos armadores, encontra-se a figura do proprietário de uma ou mais embarcações que não participa da captura, mas, como dono dos instrumentos de produção, define o sistema de partilha do resultado da atividade. Ocorre uma divisão de trabalho mais complexa, havendo distintas funções na realização das tarefas da pesca (mestres, motoristas, cozinheiros e embarcados). A produção empresarial, entretanto, centraliza o processo de captura, beneficiamento e comercialização nas mãos de uma empresa, sendo o mercado o fator central para a definição dos objetivos e das metas da produção. Neste espaço, há uma grande especialização das funções, sendo que a remuneração é definida de acordo com a atividade exercida, através do assalariamento.

No texto a seguir será abordada uma contextualização histórica da pesca na cidade do Rio Grande, discutindo-se a articulação da pesca empresarial-capitalista com a forma artesanal de produção. Em um primeiro momento, parte-se da compreensão do processo de diminuição da predominância do sistema de companhia tradicional para o estabelecimento de formas mais sofisticadas de exploração do ambiente marinho com a introdução das embarcações denominadas traineiras e as inovações tecnológicas que a acompanham. Em um segundo momento, destaca-se, neste processo de análise, a atuação do Estado no intuito de promover o desenvolvimento do setor pesqueiro a partir da concessão de incentivos fiscais às empresas de pesca, direcionando a acumulação capitalista para este setor. Neste contexto, o debate integrará a análise do Decreto-Lei nº 221, de 1967, destacando-se a política de benefícios fiscais e a articulação do setor empresarial com a produção artesanal.

## 4.2. ESPECIFICIDADES DO PROCESSO HISTÓRICO DA PESCA ARTESANAL NA CIDADE DO RIO GRANDE

Neste texto será abordada a contextualização histórica da pesca artesanal e industrial no contexto da região sul do Rio Grande do Sul e da cidade do Rio Grande, a fim de compreender a percepção do desenvolvimento da pesca artesanal a partir dos discursos dos pescadores entrevistados, realizando-se um diálogo com as fontes documentais. Dentre estas fontes, destacam-se autores como Diegues (1983) e Oliveira (2004).

Esta discussão se justifica como sendo uma categoria emergente dentro da pesquisa, ou seja, os pescadores destacaram em suas narrativas orais o período de expansão da pesca industrial e sua articulação com a pesca artesanal na cidade do Rio Grande, compreendendo, em especial, as décadas de 60 e 70 do século XX. Portanto, é importante que a presente investigação aborde a análise deste período enfatizando os benefícios disponibilizados pelos incentivos fiscais do Decreto-Lei número 221, de 1967, salientando as narrativas dos pescadores e sua percepção sobre o desenvolvimento da pesca nos anos em destaque.

Em relação ao entendimento dos processos de produção artesanal, importante considerar, no estudo em questão, o desenvolvimento da abordagem histórica, especialmente, a intenção de aprofundar o debate no que tange à articulação da pesca industrial com a artesanal no país. Partimos do entendimento de que *a pesca artesanal possui uma existência histórica*, neste sentido, ratificamos a importância desta discussão na produção de outros conhecimentos sobre a atividade pesqueira.

Assim, nesta perspectiva histórica, destaca-se que, no Rio Grande do Sul, a atividade pesqueira é desenvolvida em fins do século XIX, quando imigrantes portugueses da região da Póvoa do Varzim, Portugal, organizam as primeiras parselhas de pesca e desenvolvem as primeiras indústrias de salga de pescado no Estado, em geral, familiares. Desenvolvem a atividade artesanal, uma vez que não disponibilizavam de muitos recursos para estabelecerem um grande empreendimento. Portanto, aproveitando a matéria-prima existente no litoral sul, desenvolvem pequenas indústrias pesqueiras no Estado, especializadas em uma técnica de conservação do peixe conhecida como salga. Serão estas indústrias de salgadas de peixe as responsáveis pela parte da captura, beneficiamento e comercialização do mesmo.

Partindo-se de uma análise histórica do desenvolvimento da pesca no Brasil, destaca-se que a ocorrência de uma diminuição da predominância da escala de captura nos moldes da pequena pesca de porte artesanal (também denominada de sistema de companhia), de acordo com Diegues (1983, p. 120), foi estabelecido a partir da década de 1930, período em que surgiram as embarcações denominadas traineiras, fato que marcou o início da pesca embarcada no Brasil. Estes barcos com capacidade de exploração dos mares mais distantes, visto a utilização de equipamentos de pesca mais sofisticados, pertencem a um armador e integram a chamada frota de barcos grandes. A partir da década de 30, portanto, destaca-se a pesca da sardinha pelas traineiras no litoral brasileiro, principalmente, na região sudeste, onde se observou a introdução, pelos pescadores espanhóis, de técnicas relacionadas à utilização das redes de cerco que eram muito empregadas na Costa Norte da Espanha e na França. O aparecimento da traineira marca a emergência de uma nova divisão de trabalho na pesca, surgindo as especialidades nas funções, demarcando a falta de solidariedade e de união nas relações de trabalho neste modelo de captura que traz as marcas da “modernidade”, com a introdução de inovações tecnológicas:

As traineiras, apesar de permitirem a continuidade de certas características da pesca da sardinha em canoas, representam o símbolo da mudança pois estabelecem um marco inicial de diferenciação que é o da “modernidade”. Nela sobressai a presença do “armador”, um proprietário não-trabalhador, bem como a do “mestre” e de outras posições especializadas (motorista, cozinheiro, etc) (DIEGUES, 2004, p. 97).

Conforme aponta a narrativa do pescador Loredi, o surgimento das traineiras intensificaram os processos de degradação dos estoques pesqueiros: *“Quando veio a pesca do arrasto e a traineira ..., aí foi sem... sem cuidado nenhum com o meio ambiente..., ia produzir, produzir enquanto tivesse..., e aí chegou no ponto de ter essas políticas públicas que temos hoje... que algumas funcionam e outras não funcionam. Mas, mal ou bem, vem acontecendo algumas coisas que vem dando resultado... isso a gente não pode deixar de enxergar”* (Loredi).

Sobre este processo histórico de transformação da organização pesqueira, afirma Diegues (1983, p. 121): “Até 1930, a pesca da sardinha era realizada pelas companhias tradicionais; mas, a partir de então, com a introdução do motor, a pesca da sardinha passou a ser feita pelos barcos traineiras, com duas tripulações: a tripulação do barco e a tripulação da rede”. Considera-se importante a compreensão destas questões, visto sua influência decisiva na desestruturação do sistema de companhia (pequena produção artesanal) que predominou na

organização pesqueira do litoral brasileiro na primeira metade do século XX, em especial, no que tange à pesca da sardinha. O sistema de companhia se caracteriza pelo modo tradicional de partilha e remuneração pelo sistema de partes (partilha do produto final capturado), em que o dono do barco e dos instrumentos de pesca participava do processo produtivo com vizinhos e familiares, de forma igualitária. O nome companhia é originário de Portugal, significando companhia, e define um sistema produtivo de baixo custo, em que existe uma facilidade no acesso aos instrumentos de produção pelos pequenos pescadores locais.

Apontamos como principais causas da dissolução da companhia na pesca (pequena produção mercantil simples que alia a atividade pesqueira à prática da pequena agricultura, sendo a pesca uma atividade ocasional), principalmente, no litoral da região Sudeste, entre outros fatores: a acentuação dos conflitos em pontos do litoral onde o pescado começou a ficar escasso; o aumento do contingente de pescadores que migraram para esta atividade nas décadas de 1940-1950, devido à crise na agricultura ocasionada pelo esgotamento dos solos e pelas pragas; o aparecimento de um mercado para a pesca do camarão que facilitou a mudança dos antigos proprietários do sistema de companhia para proprietários de embarcações motorizadas. Neste aspecto, estas transformações do sistema de companhia para consolidar a figura do pequeno proprietário local de redes e embarcações no litoral brasileiro, marca o surgimento da pesca artesanal, conforme explica Diegues (1983, p. 125).

Nas primeiras décadas do século XX, percebe-se que a desorganização de uma forma de produção da pesca (sistema de companhia) permitiu o surgimento de outro modo de exploração do ecossistema aquático através da utilização das traineiras. Constatamos que as primeiras traineiras surgiram em Santos e no Rio de Janeiro. Estas grandes embarcações absorviam a mão de obra barata que migrava de modo sazonal para as praias de outros Estados em busca de melhoria nas condições de vida, sendo denominados de pescadores-andorinhas. Entretanto, o deslocamento desta mão de obra excedente da região sudeste para o litoral do Rio Grande do Sul permitiu que os donos locais de embarcações e equipamentos de pesca explorassem estes trabalhadores, representando um processo inicial de concentração dos meios de produção e acumulação capitalista neste setor. O acúmulo de capital permitiu aos donos de traineiras a compra de outras embarcações, acarretando a mudança da característica de trabalhadores diretos do processo produtivo para administradores da produção.

Esta ideia é expressa no depoimento de Loreði, o qual destaca a necessidade da pesca industrial se articular com a atividade artesanal com vistas a aumentar o seu percentual lucrativo na produção de pescados. Loreði cita, principalmente, a produção das grandes traineiras como um dos fatores causadores do desequilíbrio ecológico no ecossistema costeiro:



*“por que eles [os empresários da pesca industrial] sugam o artesanal da produção. Pra indústria ele [o pescador artesanal] foi o espelho pro industrial se montar e se armar pra pescaria. Iniciou tudo com a pesca artesanal... é isso que eu te digo... é o uso do bem do... do... é o uso do bem dos pescadores artesanais, isso a indústria se aproveitou disso... o quê que ela viu? O quê que ela enxergou? Que o pescador artesanal tava produzindo muito e que, se ele se preparasse, eles iam produzir muito mais... e realmente. Primeiro foram os barcos armadores, né? Iniciaram e depois a tecnologia terminou com o resto... né... que veio essas grandes traineiras né... o grande barco de arrasto... que veio pra liquidar mesmo... liquidar com o estoque... liquidar com o peixe” (Loredi).*

Diegues (1983, p. 126) aponta que os primeiros grandes comerciantes de pescado surgiram a partir do capital comercial, estabelecendo empresas de pesca que passaram a atuar no setor de captura, beneficiamento e comercialização em articulação com o pequeno produtor da pesca artesanal. O autor destaca que as primeiras empresas possuíam um modo de produção familiar, estando vinculados ao trabalho do pequeno pescador, onde estes atuavam como trabalhadores autônomos e estabeleciam uma relação de dependência com estes empreendimentos, já que os mesmos forneciam redes e equipamentos a eles.

Desse modo, o processo de acumulação empresarial-capitalista na pesca foi incentivado pela desarticulação do sistema de companhia e pela exploração de uma mão de obra excedente (os pescadores-andorinhas), mas também pelo processo de exploração dos pescadores artesanais locais, além da atuação do Estado, o qual através da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) em 11 de outubro de 1962, permitiu a concessão de incentivos fiscais pelo Decreto-Lei número 221, de 1967. Destaca-se que, até a década de 60, as empresas de pesca se dedicavam à produção do pescado para o consumo fresco ou enlatado.

Além destes fatores, salienta-se que a fundação de cooperativas se constituiu como um importante caminho para a formação das primeiras empresas de pescado. Dentre elas, destacam-se a Cooperativa Nipo-Brasileira, originada em 1953 e a Cooperativa de Pesca Atlântica de Santos, construída em 1967. Estes empreendimentos realizavam a compra de pequenos armadores de pesca e de pescadores artesanais locais, perpetuando, desse modo, os laços de dependência dos pequenos produtores a empresas capitalistas do ramo.

Relacionada a esta discussão, Diegues (1983, p. 130) comenta sobre a importância da compreensão das formas de intervenção do Estado no processo de acumulação empresarial-capitalista no setor pesqueiro, especialmente, a partir do Decreto-Lei nº 221, de 1967:

Um desenvolvimento mais recente foi o surgimento de modernas empresas de pesca, criadas e incentivadas a partir do Decreto-Lei nº 221 da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, em 1967. Por esse decreto, pessoas jurídicas ou firmas de outros setores poderiam aplicar até 25% do Imposto de Renda na criação ou incentivo a empresas de pesca, com a finalidade de criar uma indústria de base no setor pesqueiro (DIEGUES, 1983, p. 130).

Com a criação da SUDEPE, em 1962, a atividade pesqueira industrial se desenvolve rapidamente com base no interesse em aumentar o nível de captura de espécies no litoral brasileiro. Para alcançar este objetivo, o Estado favoreceu a aquisição maciça de barcos, equipamentos e infraestrutura de terra (fábricas de gelo, câmaras frigoríficas etc) através dos benefícios fiscais.

Salienta-se o período que se estende de 1968 a 1973 como de relevante desenvolvimento da indústria do Rio Grande do Sul e expansão da economia, resultado que coube, entre outras causas, ao crescimento das exportações e dos setores mais dinâmicos da indústria, como o de bens de consumo duráveis e o de bens de capital. No que se refere à pesca, na década de 60, especificamente em 1961, é criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE) que concedia isenções fiscais tanto para a criação de novas indústrias e construção de novos barcos pesqueiros, como para o desenvolvimento dos empreendimentos que já atuavam no mercado da produção deste setor.

Loredi relembra este período de expansão da pesca empresarial na cidade do Rio Grande, destacando que o setor empregava muitas famílias de pescadores, além de se beneficiar da produção advinda da pesca artesanal. O pescador cita que o seu primeiro emprego foi na empresa Furtado na cidade do Rio Grande: *“Eu tenho uma lembrança que o falecido pai vinha trabalhar dentro das indústrias [de pesca]. Depois da safra de camarão, em 77, nós viemos embora [pra Rio Grande], porque ele veio trabalhar na fábrica de peixe e a mãe também. Vieram os dois trabalhar na fábrica de peixe porque era muito peixe né... era merluza, miragaia, era... fartura de peixe mesmo né... e eles vinham [porque] tinha serviço, era o pico do emprego em Rio Grande na década de 70, que era aí 70, 80. Eu peguei, ainda trabalhei dentro das indústrias ainda... tu vê que eu peguei com 14 anos... foi meu primeiro [emprego], foi quando eu coloquei o PIS na minha carteira pra trabalhar nos Furtado” (Loredi).*

Assim, ocorre um incentivo do Estado à industrialização a partir da década de 60, com a Lei de incentivos fiscais, através do Decreto-Lei número 221, de 28 de fevereiro de

1967 e criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962. Estabelecia este decreto, em seu artigo 80 que:

Na forma da legislação fiscal aplicável, a pessoa jurídica que exerça atividade pesqueira, gozará até o exercício financeiro de 1989, de isenção do Imposto de Renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos, cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE.

Neste contexto, os principais benefícios fiscais que estabelecia o Decreto-Lei 221, de 1967 foram:

- Concessão de isenção de imposto sobre produtos industrializados, do imposto de importação e de taxas aduaneiras para as embarcações de pesca e qualquer aparelho, ferramenta ou instrumento ligado à pesca;
- Isenção de quaisquer impostos, até 1972, para o pescado industrializado ou não no país e destinado ao consumo interno ou à exportação;
- Isenção do Imposto sobre produtos industrializados, até 1977, às redes destinadas exclusivamente à pesca comercial ou científica;
- Isenção de imposto de renda e adicionais às pessoas jurídicas com projetos aprovados pela SUDEPE.

Neste período, portanto, percebe-se um incremento de políticas públicas para o setor pesqueiro industrial. Diante disso, os trabalhadores da atividade da pesca artesanal se perceberam marginalizados da política de incentivos fiscais. Desde este período, as famílias de pescadores artesanais se encontram com dificuldades de sobrevivência e acesso às tecnologias de pesca nas décadas de 70 e 80, conforme explicita o pescador Rubinei: *“Muitas pessoas que são pescadores, hoje em dia, tem bote bom, tem televisão, tem o seu fogãozinho, e que bom que a gente tem nessa época, mas naquela época [nas décadas de 1970 e 1980] não existia essa facilidade, porque nós, muitas vezes, aqui na Lagoa [dos Patos], na comunidade, não tinha pescaria, então, o que nós fazíamos, por exemplo, tinha pescaria de peixe-rei lá no Pesqueiro, nós íamos num caíco a remo para o Pesqueiro, nós levávamos oito horas a remo pra chegar lá, dá dois lances no peixe-rei e voltar oito horas depois pra vender o peixe no mercado, agora tu imagina, ficava quase 24 horas no mar pra tirar a sustentabilidade, levava todo esse tempo, coisa que hoje, se a gente for pegar uma embarcação, em duas horas estamos ali, e com toda, digamos hoje, mordomia” (Rubinei, entrevista 1).*

Após a política de benefícios fiscais concedidos às empresas de pesca, ocorre uma quebra da predominância do setor artesanal no abastecimento de pescado aos mercados locais. A partir da lei de incentivos fiscais de 1967, percebe-se um incremento das políticas de desenvolvimento do setor pesqueiro, com o direcionamento de recursos para a pesca industrial. Neste período, o desembarque de pescados providos da pesca industrial passa a superar o da pesca artesanal.

O pescador Laudeci relembra os anos de incentivos fiscais ao desenvolvimento da pesca industrial e a inter-relação que esta expansão realizava com a pesca artesanal: *“Naquela época [nas décadas de 70 e 80] que a gente começou a pescar era mais fácil de comercializar o peixe também, tinha fábrica a reveria, agora não tem mais aquelas fábricas, foram falindo, falindo e a maioria delas foram minando”* (Laudeci, entrevista 2). Ainda assim, relembra que, em relação a este período, a comercialização intensiva de pescado por parte das grandes indústrias se constituía como um aporte ao comércio da produção artesanal: *“É isso aí, [o comércio na pesca era forte] no final da década de 70. Quando dá uma fartura de peixe, é por isso que a pesca ficou ruim também, quando aparecem uns peixes bons para o cara pescar, não tem um forte comércio agora, porque não tem fabricante e tudo isso prejudicou, então, por esse motivo tudo isso fez com que nós nos reuníssemos e quisesse fundar uma associação e todo mundo com aquela baita esperança no princípio, aquela alegria danada...”* (Laudeci, entrevista 2).

A partir da década de 60, portanto, projetos são direcionados para o segmento de investimentos para a indústria pesqueira e captura do pescado. Os benefícios disponibilizados por este decreto fizeram com que os empresários de outras áreas e da indústria começassem a explorar a atividade pesqueira. Os benefícios fiscais concedidos a este setor, a partir de 1967, proporcionaram o desenvolvimento da indústria pesqueira, a qual alcançou seu auge na década de 70, perdurando esta expansão ao longo da década subsequente. Através do Decreto-lei 221, parcelas do imposto de renda passaram a serem invertidas em projetos de atividades pesqueiras, inclusive as pesquisas científicas nesta área também receberam incentivos.

O pescador Lore di critica a política de incentivos fiscais que beneficiava os trabalhadores do setor empresarial, colocando os profissionais da área artesanal numa posição de subordinação e dependência com aqueles que podiam acessar os empréstimos para a compra de apetrechos de pesca: *“Em 85 saiu um empréstimo pra pesca artesanal né? E por isso que eu digo as políticas são fundamentais pra nossa vida. Então, quem podia acessar [a compra de] motores, de embarcações? Só quem tinha dinheiro... grandes parselhas e aí nós ficava de proeiro daqueles alí..., [nós] que sabemos de pesca e de repente [os pescadores*

*artesanais] estavam mantendo muitas parelhas, porque nós que pescava não podia ter uma embarcaçõzinha... não podia pagar” (Loredi).*

As regiões Sul e Sudeste se constituíram como importantes setores de produção do pescado, em que os benefícios fiscais favoreceram a aquisição e construção de barcos pesqueiros, concentrando os meios de produção deste setor nas regiões citadas. De acordo com Diegues (1983, p. 132), o Estado procurou beneficiar as empresas de pesca com a lei de incentivos fiscais, onde se verificou um aumento do capital empregado nos meios de produção, ocorrendo um crescimento do número dos barcos médios (aqueles que se situam entre 11 e 20 metros, de acordo com o Instituto de Pesca). Aceleraram-se os investimentos privados na pesca, que possibilitou às empresas investirem na construção e importação de barcos, equipamentos e infraestrutura de terra. Diante deste contexto, em 1977, 74% das empresas de pesca já possuíam uma frota própria, abrangendo os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, situando-se nas mãos destas instituições privadas as embarcações grandes e modernas (acima de 90 toneladas brutas). Como consequência do aumento do esforço de pesca, ocorreu a predação de algumas espécies que não abasteciam o mercado interno, mas eram destinadas à exportação, visto seu alto valor no mercado, conforme explica Diegues (1983, p. 135): “Se analisarmos as artes de pesca desses grandes barcos, notaremos um outro tipo de concentração: aquela exercida sobre determinadas espécies de recursos marinhos (camarões, lagostas, piramutabas, etc.). Trata-se de espécies vendidas no mercado externo”.

Diante deste contexto, a pesca artesanal se prejudicou, visto os benefícios do Estado se concentrarem na produção da pesca industrial. Somado ao fator econômico, tem-se a depredação das espécies valorizadas no mercado externo, ocasionando um desequilíbrio dos ecossistemas costeiros e lagunares. O pescador Rubinei rememora a grande produção de viola na década de setenta na praia do Cassino, destacando o potencial destrutivo da pesca predatória que prejudicou o desenvolvimento desta espécie de pescado: “(...) eu trabalhei em 78, numa época ruim de pescaria no inverno, nós descarregávamos caminhões e caminhões de viola ali [na praia do Cassino]. Hoje não tem [mais viola], mas porque que não tem, porque os barcos industriais pescam na costa do oceano dentro das três milhas. Então, eles não só matam o peixe grande, eles matam os pequeninos, é que nem eu pegar o meu bote e puxar de plancha, eu vou matar o linguado grande, mas eu vou matar o filhote de linguado também, eu vou matar o camarão graúdo, mas a larva que está ali enterrada pra se criar, eu vou matar também, porque é com corrente. Então, a gente vai passar ali e vai destruir com ele [com a larva do camarão]” (Rubinei, entrevista 2).

A necessidade das empresas de pesca explorarem a produção do pescador artesanal é um ponto importante a considerar, pois, ante a devastação ecológica do ambiente marinho, a articulação com a produção artesanal auferia lucro às grandes empresas de pesca:

Explorando de forma predatória os recursos limitados da laguna numa resposta a uma demanda das empresas, os pequenos pescadores destruíram os seus próprios meios de subsistência, provindo daí uma pauperização social ainda maior. À medida que o camarão foi escasseando, os postos de compra das empresas foram desaparecendo para se instalar em outras áreas onde o processo recomeçava (DIEGUES, 1983, p. 138).

Em seu relato, Rubinei caracteriza a pesca realizada nas décadas de setenta e oitenta no setor artesanal, questionando a ausência de projetos governamentais que beneficiassem este campo de atividade, apesar da existência de um elevado número de famílias que sobreviviam da pesca artesanal: *“Pelos estruturas de embarcação que a gente tinha [nas décadas de 70 e 80], não tinha como botar duas ou três caixas [de pescado] em um caíco. Quer dizer, já era suficiente [o peso] de duas ou três pessoas, mais a rede, mais as ‘parlamentas’, que são as redes, os panos que a gente usava. Então, naquela época tinha mais quantidade [de pescado], mas tinha, por exemplo, em Rio Grande, aqui tinha 200, 300 famílias de pescadores, hoje, tem um cadastro de entidades que fazem a documentação e dizem que tem 3, 4 mil [famílias de pescadores] espalhados por toda a volta das ilhas, no Saco da Mangueira, que é na base de 3 mil seguros-desemprego que dizem que pagam. Então, isso aí dá um grande fluxo de pescadores e os governos, há uns anos atrás, não faziam nunca um projeto eu beneficiasse o pescador em apetrecho de pesca e embarcações”* (Rubinei, entrevista 2).

A partir da década de 60, percebe-se que as indústrias diversificam as suas atividades, produzindo congelados, enlatados, resfriados, gelo e subprodutos, como o óleo e a farinha. Dentre as principais espécies capturadas, pode-se destacar, em termos quantitativos, a corvina, a merluza, a pescadinha, a enchova, o bagre, a pescada olhuda, crustáceos e moluscos. Neste período, a cidade do Rio Grande conta com dezessete indústrias de pesca, conforme cita Barcellos (2002, p. 6-7): Ind. Bras. De Peixe S/A; Eduardo Ballester e Filhos LTDA; Ind. Reunidas Leal Santos S/A; Torquato Pontes S/A Com. E Ind.; Furtado e Cia; Cunha Amaral e Cia LTDA; Ind. e Com. Figueiredo S/A; J. G. Sequeira e Filhos LTDA; Rio Grande Produtos Alimentícios; Albano de Oliveira e Irmão LTDA; F. R. Amaral e Cia LTDA; Napesca LTDA; Dourado e Cia; Paulo Faria e Cia LTDA.

Entre as empresas que se destacaram no processo de beneficiamento e comercialização de pescados na cidade do Rio Grande, especialmente, na década de 60, está a Indústria Brasileira de Peixe S/A – PESCAL, uma das maiores do período. Em 1966, por exemplo, os investimentos foram centralizados na aquisição de instrumentos de pesca mais sofisticados. Dentre estes, salienta-se a realização de um contrato com o Chile, onde foram adquiridos barcos equipados com modernas tecnologias de pesca. É neste momento, que este empreendimento atrai a atenção de mais de 3000 investidores, fato propiciado pela concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento da pesca. A grande estrutura da indústria PESCAL, através do aumento no setor de exportações para diversos países, pode ser percebida através deste fragmento publicado no Jornal Agora, de 1987:

Em 1968, os produtos da empresa já eram exportados, como acontece até hoje, para os Estados Unidos, Japão e principais países da Europa, devido a sua qualidade e a tecnologia empregada na sua industrialização. Atualmente, encontra-se integrada ao seu sistema de distribuição a NUTRIGEL S/A. Esta estrutura aliada ao trabalho de três filiais de venda, em Porto Alegre, em Recife e Salvador, e uma rede nacional de agentes e revendedores, garante a comercialização de toda a produção da Pescal (JORNAL AGORA, 1987, p. 13).

O setor pesqueiro alcança o seu auge de desenvolvimento no final da década de 1970 e início da década de 80, chegando a possuir 27 indústrias e empregando 20.000 trabalhadores no setor. A década de 1970 caracterizou-se como sendo o ponto máximo de crescimento da pesca artesanal e industrial, perdurando esta expansão até a década de 80, conforme exposto na tabela abaixo:

Tabela 1: Desembarque de pescados no Rio Grande do Sul em toneladas

<b>Ano</b>	<b>Artesanal</b>	<b>Industrial</b>	<b>Total</b>
1976	20.026	48.416	68.442
1977	25.233	57.187	82.420
1978	26.778	50.166	76.944
1979	30.028	36.893	66.921
1980	26.531	32.029	58.560
1981	17.058	34.756	51.814
1982	19.977	28.386	48.363
1983	20.096	34.568	54.664

1984	19.078	45.066	64.144
1985	26.825	45.900	72.725

Fonte: IBAMA/CEPERG – Estatística Pesqueira – Sistema de Controle de Desembarque

O município do Rio Grande teve um valor incontestável no setor industrial pesqueiro do Rio Grande do Sul. A cidade, considerada o centro da economia pesqueira gaúcha, concentrava quase a totalidade das indústrias de pesca do Estado. Laudeci relembra este período enfatizando a garantia da venda da produção do pescador artesanal para as indústrias de pesca: *“Significou que poderia dar o camarão que desse que estava tudo vendido, era garantida [a venda], agora se der muito camarão eles vem a um preço que não vale a pena nem pescar, e o peixe é a mesma coisa, se der muita tainha no inverno, se for um inverno que der muito peixe, tainha ou peixe-rei, não tem pra quem vender, por causa da falta de fábrica, nesse ano mesmo, teve uma época que, se não é o catarina que compra camarão e que comprou muito, se não é esse catarina e se ele dissesse que não queria, a maioria dos pescadores iria ficar parado...”* (Laudeci, entrevista 2).

Em relação ao desembarque de pescado, conforme salienta Oliveira (2004, p. 23) Rio Grande superava as outras cidades gaúchas, com 90% das entradas de pescado no Estado, enquanto que a cidade de Pelotas, por exemplo, era responsável por 5% e São José do Norte, apenas 4%. A tabela abaixo demonstra, através do índice de desembarque de pescado em toneladas na década de 1970, a relação existente entre as cidades citadas, incluindo nesta análise, o município de São Lourenço do Sul:

Tabela 2: Desembarques de pescados em toneladas

<b>Cidade</b>	<b>1970</b>	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>
Rio Grande	68.890	88.462	88.968	107.734	90.856
Pelotas	2.281	4.547	8.582	8.080	5.617
S. J. do Norte	1.839	2.793	3.863	2.572	4.003
S. Lourenço	658	1.466	1.046	1.529	1.954

Fonte: SUDEPE 1970/1974

Considera-se o importante papel que cumpre a pesca artesanal na cidade do Rio Grande, apesar das grandes proporções do parque industrial na década de 1970, destaca-se que a produção artesanal contribuiu de maneira significativa para o abastecimento do setor,



por vezes, sendo o sustentáculo único das empresas de pesca. Laudeci expressa a importância do setor artesanal no fornecimento da mão de obra para as fábricas de pescados, principalmente, comenta sobre o trabalho das mulheres de pescadores: “...porque a fábrica além de comprar o nosso peixe ela dava emprego pra muita gente, quanta mulher que se aposentou, mulheres de pescadores e até quem não era mulher de pescador que trabalhavam na fábrica e se aposentaram trabalhando na fábrica, quer dizer que isso aí..., prejudicou muita gente essa falta de fábrica e na cidade, que é a cidade do peixe, era pra ter bastante fábrica ainda” (Laudeci, entrevista 2).

Sendo assim, ratifica-se a relevância da organização artesanal no processo de acumulação capitalista das grandes empresas de pesca que se instalaram na região a partir do período citado. Citamos como exemplo, a pesca do camarão que, conforme afirma Oliveira (2004, p. 24), era exclusivamente oriunda da pesca artesanal, sendo praticada em águas inferiores na Lagoa dos Patos e enseadas próximas. A espécie predominante era o denominado camarão-rosa, sendo abundante em virtude do grau de salinidade desta lagoa.

A preocupação do Estado brasileiro com a intenção de expandir o desenvolvimento da pesca, incidiu no processo de captura, processamento e comercialização do pescado. Ocorre que a elevada produtividade empresarial foi gerada com base na rápida destruição dos ecossistemas costeiros e litorâneos, como é o caso dos lagunares, além de estar alicerçada na exploração da mão de obra dos pescadores artesanais. Diegues (1983, p. 136) coloca que a devastação dos estoques de camarão e espécies similares, pelos barcos pesqueiros no litoral sul do Brasil, foi extremamente alta, principalmente, no período compreendido entre 1967 e 1972, ao ponto destes empreendimentos deslocarem suas atividades para o Norte do país, em especial, na foz do Amazonas e no Pará, onde ainda haveria grandes estoques do produto. Ainda assim, outra alternativa construída se revela na necessidade de estabelecer um elo comercial com os pescadores artesanais da região constituindo pontos de compra deste produto. Alia-se a estas práticas de devastação o processo de desnacionalização dos recursos pesqueiros, por meio da permissão do Estado brasileiro de ceder áreas de pesca na região da foz do Amazonas e áreas adjacentes a barcos norte-americanos, através do estabelecimento de um tratado bilateral: “A partir de 1972, cerca de 200 camaroeiros americanos obtiveram a permissão de explorar essa região, pagando a taxa irrisória de 3.200 dólares por embarcação para toda a temporada. Isso significou uma evasão de divisas na ordem de 40 milhões de dólares por ano” (Ibidem, p. 138).

O pescador Laudeci expressa uma compreensão sobre a degradação ambiental em sua narrativa, demonstrando uma percepção histórica da devastação dos estoques pesqueiros,

citando a problemática da atuação precária na fiscalização da pesca predatória e da poluição ambiental na zona urbana como fatores agravantes para a destruição dos ecossistemas costeiros: “... a pescaria e o pescador são demais, as evoluções na pesca fez com que terminassem [os antigos estoques de peixe], na fábrica Leal Santos os pescadores já não estão pegando mais aquela quantidade de pescado que pegavam antes, não dá mais igual, e outra coisa que nos atinge muito aqui na Lagoa dos Patos também são essas granjas que acabam muito com a pescaria, as granjas que utilizam veneno e colocam veneno na água, isso vai tudo pro mar, isso é uma das coisas que prejudica muito a pescaria também..., quando bota pra chover demais essas águas com veneno vai tudo pro mar, esse venenos acabam com muito peixe, nós encontramos muito peixe morto da água da granja aqui da costa da Lagoa dos Patos” (Laudeci, entrevista 2).

Após a extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que regulamentou o setor pesqueiro entre 1962 e 1989, a atividade pesqueira no Brasil ficou dividida entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e o Ministério da Agricultura. O IBAMA prioriza o incentivo à pesquisa, o controle e a fiscalização aos recursos naturais renováveis do Brasil. É um órgão que atua no sentido de combater a pesca predatória, fazendo o controle através da presença permanente de agentes de defesa ambiental, nos locais de captura, desembarque e comercialização do pescado. Neste período, a função do Ministério da Agricultura em relação à pesca está relacionada à fiscalização dos produtos industriais e à autorização do funcionamento de embarcações. Atualmente, a regulamentação do setor pesqueiro fica a cargo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

A partir do final dos anos 1980 e início da década de 90, percebe-se uma diminuição significativa do número de empresas de pesca na cidade do Rio Grande, período em que o setor começa a apresentar sinais de decadência. Entretanto, o ponto culminante da crise se apresenta no final dos anos 90, restando apenas quatro indústrias do setor, desempregando cerca de 16.000 trabalhadores. Assim, após um período de incentivos, que possibilitou a expansão da pesca a partir do final da década de 60, o setor entrou em crise a partir do final dos anos 1980, diminuindo a quantidade de pescado desembarcado no Rio Grande do Sul e perdurando esta crise ao longo da década de 90.

O pescador Laudeci cita uma época de fartura “de peixe e de pessoas” no comércio da cidade do Rio Grande, lembrando os períodos áureos para o setor pesqueiro, devido à existência da grande quantidade de fábricas de pescados. Interessante observar que o pescador comenta sobre as grandes festas de carnaval que eram realizadas neste período. Em sua ótica,

os momentos de festividade na cidade também eram beneficiados com o período lucrativo no comércio de pescados: *“Naquela época o carnaval era muito melhor, tinha mais fatura, os caras falam que aquele mercado, naquela época, [décadas de 60 e 70], na hora do almoço enchia de gente pra almoçar ali, agora é meia dúzia de pessoas, o pessoal que vinha com dinheiro da campanha almoçava tudo ali [no mercado] e se pescava bastante, até o mercado sentiu muito com a diminuição da pesca e a falta de fábrica, porque quando não tem pesca, não tem comércio”* (Laudeci, entrevista 2).

Entre os principais fatores que colaboraram para gerar uma crise no setor pesqueiro industrial estão o alto custo do óleo diesel marítimo que representava entre 40% e 60% do custo da produção e a tributação das artes de pesca (equipamentos em geral). Estas questões contribuíram para a abertura de uma concorrência desigual com os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), principalmente, com o Uruguai e a Argentina. Destaca-se que, neste período, no Brasil a tributação dos instrumentos de pesca é de 70%, enquanto que a Argentina e o Uruguai isentam estes produtos de impostos e taxas. Assim, a ausência de uma política governamental de estímulo ao setor pesqueiro e o uso de tecnologias defasadas torna difícil a competição da pesca nacional com os países do MERCOSUL. Aliado aos fatores econômicos está o processo de redução da matéria-prima pela pesca predatória, pela poluição das águas e pela ocupação desordenada das margens da Lagoa dos Patos.

Acrescenta-se a estas informações, a colocação de Diegues (1983, p. 140) em relação ao processo de falência da maioria dos empreendimentos de pesca que se beneficiaram dos incentivos fiscais de 1967, no qual se afirma que, nos dez anos dessa política, das 131 empresas que receberam estes benefícios, em torno de 40% faliram. Entre os fatores, está o já citado aumento do óleo combustível e a rápida predação dos recursos naturais. Soma-se a isso, o fechamento das águas uruguaias e argentinas à pesca das embarcações do Brasil, fator que gerou uma carência da matéria-prima: *“Efetivamente, cerca de 20% dos incentivos fiscais foram aplicados nas indústrias do Rio Grande do Sul, que esperavam contar com o pescado (especialmente a merluza) capturado em águas argentinas e uruguaias”* (Ibidem, p. 141). Conforme explica Diegues (Ibidem, p. 146), a política de incentivos contribuiu para o enriquecimento do âmbito empresarial da pesca, entretanto, o setor era responsável por apenas 11% da produção total do país em 1977. Desse modo, considera-se a importância da pesca artesanal na produção dos estoques pesqueiros, focando-se nas espécies capturadas com alto valor no mercado. Neste contexto, apesar da reconhecida importância, a ajuda financeira da SUDEPE ao setor artesanal foi ínfima, se comparada aos investimentos na pesca empresarial:

Largando a pequena pesca à própria sorte, o objetivo do Decreto-lei nº 221 de 1967 era claro: atribuir à pequena pesca a função de um bolsão de força de trabalho barata para a frota empresarial-capitalista que ao mesmo tempo se apropriara do pescado do setor mais dinâmico da pequena pesca (a produção dos pescadores artesanais motorizados), através do domínio da comercialização (DIEGUES, 1983, p. 147).

Percebe-se que o suporte de benefícios não auxiliou na melhoria da qualidade de vida dos pescadores artesanais, sendo dirigida aos empresários capitalistas, dentre os quais, muitos não estavam ligados ao setor da pesca. Esta falta de incentivos à pesca artesanal delineou as características do cotidiano do processo de trabalho dos pescadores, os quais recordam a precária infraestrutura dos equipamentos utilizados e as dificuldades diárias enfrentadas, como podemos compreender no depoimento do pescador Rubinei: *“Hoje, se tu for a São Lourenço tu vai demorar dois dias e duas noites pra chegar a remo e na época era o que se fazia, na época [décadas de 70 e 80], a gente saía de casa, armava uma barraquinha de lona na beira da macega ou onde tinha pescado e a gente fazia a captura naquele local. Quando tinha comercialização no centro ou fora da cidade já se vendia lá, porque não valia a pena trazer [o pescado], o peixe não aguenta muito tempo fora do gelo, sem nada, como era naquela época. A gente não se utilizava de refrigeração, a gente vivia com uma produção em que se matava o peixe em um lance rápido, só que o tempo que a gente levava pra ir e retornar pra casa [sem barco motorizado] era muito longo”* (Rubinei, entrevista 2). As questões trazidas na fala do pescador evidenciam alguns dos processos que facilitaram a exploração da mão de obra artesanal pelo setor industrial no período citado. Dentre estes fatores, mencionamos como exemplo, a utilização de embarcações de pequeno porte pelos pescadores artesanais, as dificuldades enfrentadas no deslocamento do profissional artesanal para os locais de pesca, como também para os pontos de comercialização do produto e a falta de instrumentos adequados para realizar a refrigeração do pescado.

A inter-relação das empresas de pesca com o pescador artesanal, explorando a sua produção e mão de obra para as grandes embarcações, foi um importante componente para o abastecimento dos estoques destas empresas: *“Sabe-se que muitos mestres de barcos de empresa ancoravam sua embarcação numa área de pesca artesanal, compravam a produção local e desembarcavam no cais da empresa o pescado como sendo capturado por seu barco”* (Ibidem, p. 141). O Estado, portanto, beneficiou o potencial de captura destas indústrias sem dimensionar as consequências da rápida destruição das riquezas naturais do nosso litoral. A pequena pesca foi profundamente afetada por este modelo produtivo, evidenciando a

transferência de grande parte de pescadores artesanais para a pesca embarcada ou para o abandono da profissão, em virtude da impossibilidade de garantir os meios de subsistência.

Inter-relacionado a este tema, o próximo texto discute o conceito de tecnologia e sua relação com o processo de exploração da força de trabalho, especialmente, cumpre destacar, as mudanças ocorridas no âmbito da pesca artesanal. Dentre estas alterações, destacam-se a ampliação das formas de exploração dos recursos pesqueiros, o aumento da divisão do trabalho na pesca embarcada, a migração de trabalhadores do setor artesanal para a pesca oceânica e a desapropriação do saber-fazer do pescador pela introdução da maquinaria. Como aporte teórico, utilizam-se as contribuições de Pinto (2005), Romero (2005), Novaes (2007) e Diegues (1983; 2001; 2004). Parte-se da perspectiva de que o desenvolvimento tecnológico alterou o modo como os sujeitos se relacionam com a natureza humana e não humana.

### 4.3. O SENTIDO DA TECNOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA PESCA ARTESANAL

(...) a produção capitalista não somente se baseia na produção desenfreada da força de trabalho, como também na exploração destrutiva das forças produtivas da natureza, rompendo, frequentemente, os complexos sociais pelos quais essa indústria natural produz e reproduz a própria vida (DIEGUES, 1983, p. 97).

Neste texto a proposta é discutir sobre o conceito de tecnologia e sua relação com o processo de exploração do trabalho na pesca artesanal. Considera-se o debate importante na compreensão das transformações que emergem da relação entre o ser humano e o meio ambiente a partir do desenvolvimento tecnológico, incluindo-se a problemática vivenciada pelas populações que sobrevivem da pesca artesanal. A análise utiliza as contribuições de Álvaro Viera Pinto, Henrique Novaes, Daniel Romero e Antônio Carlos Diegues, realizando-se uma interlocução com os depoimentos de trabalhadores da pesca artesanal. Nossos estudos partem da premissa de que *o desenvolvimento tecnológico alterou o modo como os sujeitos se relacionam com a natureza humana e não humana*.

Este debate se mostra importante à medida que contribui para a compreensão das mudanças que o pescador artesanal vivenciou e vivencia na sua relação com o meio ambiente costeiro. Incluem-se as imagens que estes profissionais possuem em relação ao espaço construído historicamente e as suas percepções sobre o futuro da pesca artesanal. Considera-se que as imagens destes trabalhadores são fundamentadas por modos de perceber a dinâmica de produção do ecossistema costeiro, imprimindo ao seu saber-fazer artesanal um conhecimento técnico que é repassado através da oralidade.

Destaca-se que, em um primeiro momento, o texto discute a compreensão sobre o conceito de tecnologia utilizando o aporte de Pinto (2005), Novaes (2007) e Romero (2005). Em um segundo momento, valendo-se das contribuições da produção teórica de Diegues (1983; 2001; 2004), parte-se para o debate sobre a relação da tecnologia com a exploração do trabalho na pesca artesanal e as mudanças ocorridas a partir da sua inserção na forma de produção empresarial-capitalista.

De acordo com Álvaro Vieira Pinto (2005, p. 219), o termo tecnologia pode ser compreendido a partir dos seguintes significados: etimologicamente, significa o estudo da

técnica e, portanto, refere-se à ciência, à teoria; também é compreendida como sendo sinônimo da técnica, especialmente, no significado coloquial do termo; ainda assim, entende-se como o conjunto de técnicas que uma sociedade dispõe; por fim, o autor coloca a tecnologia como sendo a ideologia da técnica.

No sentido radical do termo, tecnologia, refere-se à ciência da técnica. Esta, por sua vez, abrange a problemática existente de aliar a compreensão filosófica à prática daqueles que se dedicam ao trabalho profissional da técnica. Assim, Vieira Pinto destaca a precariedade e o desinteresse em relação à reflexão filosófica crítica daqueles que são conhecedores da atividade tecnológica, do domínio do saber-fazer técnico: “(...) no sentido primordial da epistemologia da técnica, esta fica entregue aos técnicos, que certamente, na maioria dos casos, não chegam a ter consciência do caráter dos julgamentos que proferem” (PINTO, 2005, p. 222). Assim, ocorre a necessidade de serem adotadas posições críticas no que tange aos significados que assume o uso da técnica na sociedade por parte destes profissionais. Considera-se que, ao desvincular o saber-fazer técnico da interpretação sobre a natureza e a função social do seu trabalho, reduz-se a representação da tecnologia como uma prática social que está apartada de determinados interesses sociais. Sendo assim, ocorre a necessidade de se constituir uma *ciência da técnica* que vincule a atitude cognoscitiva do técnico à compreensão crítica das condições determinadas pelo progresso científico e pelo modo de organização das relações sociais de produção. Com base no autor citado, compreende-se a técnica como “(...) um dado da realidade objetiva, um produto da percepção humana que retorna ao mundo em forma de ação, materializado em instrumentos e máquinas, e entregue à transmissão cultural (...)” (Ibidem, p. 222).

Em relação à identificação verbal entre técnica e tecnologia, sendo esta qualificada também como *know how*, vincula-se a visão de instrumento capaz de sanar as deficiências de um país e elevar o seu potencial de exploração dos recursos naturais. A presente concepção expressa o entendimento da tecnologia como sendo o uso da técnica e a necessidade constante da sua busca e conquista pelo ser humano, compreendendo-a como um meio eficaz de crescimento e desenvolvimento de um país, sendo percebida como fator positivo à superação das dificuldades de uma sociedade. Esta concepção, Vieira Pinto (2005, p. 257) coloca que delineou o processo histórico de perda da soberania dos países subdesenvolvidos, justificando-se a inserção de mecanismos instauradores do desenvolvimento tecnológico a partir da imposição das potências hegemônicas, resultando na perda dos bens naturais do país receptor. Contudo, não se pode afirmar que os países subdesenvolvidos são escassos no que se refere à tecnologia, mas que ainda não a possuem na sua fase mais adiantada, quando

comparamos o potencial da tecnologia das áreas mais economicamente desenvolvidas em uma determinada época. Nesta perspectiva, coloca-se que a tecnologia de origem externa beneficia o desenvolvimento produtivo da potência doadora:

O resultado dessa substituição com que a mentalidade alienada se regozija revela-se no defraudamento da consciência do país nativo, que se vê espoliado e, ainda mais, retirado em suas potencialidades expansivas, submetido a um crescimento por permissão, sabiamente calculado a fim de parecer tão grande que deixe aos aborígenes a impressão e a alegria de se estarem “desenvolvendo”, mas realmente tão pequeno que não prejudique os interesses da nação investidora, nem ameace romper a relação de domínio e espoliação (PINTO, 2005, p. 258).

Vieira Pinto se refere ao sentido ideológico da acepção do termo tecnologia, no qual, através do conceito de “era tecnológica”, encobre-se de valor moral toda obra técnica, afirmando-se a superioridade do estágio atual de desenvolvimento. A técnica como ideologia é concebida como um processo cumulativo, no qual a atual “civilização tecnológica” reveste-se de uma imagem idílica: “Com esta cobertura moral, a chamada civilização técnica recebe um acréscimo de valor, respeitabilidade e admiração, que, naturalmente, reverte em benefício das camadas superiores, credoras de todos esses serviços prestados à humanidade, dá-lhes a santificação moral afanosamente buscada (...)” (Ibidem, p. 41). De acordo com Vieira Pinto (2005, p. 43), a denominada era tecnológica se fortalece com base na crença de um valor ético positivo, além de ser utilizada como instrumento para obscurecer os propósitos de domínio e espoliação econômica pelas nações poderosas e para romper com a pretensão de uma autonomia política e econômica das nações do Terceiro Mundo, constituindo-se tal intento como uma ameaça à segurança tecnológica que beneficia a todos.

Utilizaremos o aporte teórico de Michael Löwy (1998, p. 13) para fundamentar o conceito de ideologia. Sendo assim, a compreensão, a partir deste autor, abarca o sentido designado pelo filósofo Karl Mannheim (com base no livro intitulado “Ideologia e Utopia”) de que a ideologia é entendida como o conjunto de ideias, concepções e representações que tem como objetivo a manutenção de uma ordem estabelecida, possuindo, neste sentido, um viés conservador. Contrapondo-se ao sentido da ideologia, o autor concebe o *fenômeno utópico* como sendo uma representação de caráter crítico, de ruptura com uma ordem social existente: “Desse modo, as utopias têm uma função subversiva, uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária” (Ibidem, p. 13). Löwy utiliza o conceito de *visão social de mundo* para expressar os significados que abarcam os termos ideologia e utopia. Assim, define a *visão social ideológica*, como sendo a legitimação, a defesa ou a manutenção



de uma ordem social de mundo, ao passo que a *visão social utópica* seria a construção de uma concepção crítica e subversiva, a qual aponta para uma realidade inexistente ou que ainda não se estabeleceu.

Porém, Vieira Pinto (2005) quando se refere à tecnologia como ideologia, utiliza o sentido do termo retomado por Karl Marx, ou seja, reporta-se ao significado da ideologia como sendo a consciência deformada da realidade, vinculando-se à ilusão, à concepção idealista da vida social. Neste sentido, Vieira Pinto (2005) faz referência à imagem idílica construída pela era tecnológica, que se traduz na concepção de que a presente fase histórica é melhor que qualquer outra que a precede pelo fato de se beneficiar pela tecnologia existente e jamais conhecida pela sociedade que a antecede. Esta visão, de acordo com o autor, traduz-se no sentimento de maior segurança, revestindo-se de um valor moral, de um significado ético, mas que obscurece o verdadeiro papel de instrumento de domínio e espoliação econômica dos países do Terceiro Mundo.

Assim, o conceito de “civilização tecnológica” está vinculado à impressão do mecanismo natural e inevitável do progresso tecnológico, revestindo-se do caráter universal da igualdade de condições no uso e acesso aos benefícios das criações da ciência e da técnica. Neste contexto, aos países subdesenvolvidos estão reservadas as condições de se incorporarem à era tecnológica “(...) na qualidade de séquito passivo em marcha lenta, consumidores das produções que lhes vêm do alto, imitadores, e no máximo fabricantes, do já sabido, com o emprego de técnicas que não descobriram, necessariamente sempre as envelhecidas (...)” (Ibidem, p. 44). Desse modo, as exaltações em relação ao progresso tecnológico elevam ao plano da ideologia a situação real de que desfrutam as camadas mais altas dos povos senhoriais, tal como se refere o autor:

O conceito de “era tecnológica” encobre, ao lado de um sentido razoável e sério, outro, tipicamente ideológico, graças ao qual os interessados procuram embriagar a consciência das massas, fazendo-as crer que têm felicidade de viver nos melhores tempos mais desfrutados pela humanidade. (...) Logo, esta época é superior a todas as outras, a qualquer indivíduo hoje existente dever dar graças aos céus pela sorte de ter chegado à presente fase da história, onde tudo é melhor que nos tempos antigos (Ibidem, p. 41).

Afirmamos que a concepção em relação à tecnologia abarca diversas matrizes teóricas relacionadas, dentre elas, a uma visão evolucionista, a qual entende o desenvolvimento tecnológico como processo semelhante à evolução biológica da teoria darwiniana. Nesse contexto, assim como existe uma evolução e seleção natural dos seres

vivos historicamente mais adaptados, nesta acepção, a tecnologia, em sua fase atual, também demonstra um processo evolutivo das melhores e mais adaptadas técnicas desenvolvidas pelos seres humanos. Segundo Novaes (2007, p. 60), uma percepção crítica dessa temática parte do seu entendimento como uma construção histórica, interpelada por processos políticos e econômicos.

Destacamos que a técnica deve ser compreendida como uma das dimensões do capital, possuindo uma determinada funcionalidade no sistema, no sentido de manter a exploração e o controle do trabalho. Neste aspecto, o entendimento da tecnologia deve estar para além da compreensão do termo em si, abarcando, dessa forma, a reflexão no âmbito das relações sociais de produção na qual está inserida. Sendo assim, destaca-se que as máquinas constituem uma força produtiva<sup>9</sup>, perspectiva que rompe com a concepção de neutralidade da tecnologia ou das forças produtivas em relação às relações de produção. Dessa forma, as inovações tecnológicas são percebidas como aportes do processo de expansão do capitalismo, como viabilizadoras do quadro de deterioração do trabalho.

Nesse sentido, o entendimento do progresso técnico, a partir de uma perspectiva histórica, não pode levar em consideração, na sua análise, somente a compreensão do que caracterizam as revoluções tecnológicas ou, como são denominadas, revoluções industriais. Tal postura de concepção evolucionista engendra a compreensão da organização da produção e da força de trabalho somente a partir de uma perspectiva que leva em conta a necessidade implacável da tecnologia na formação da sociedade atual, afirmando uma visão naturalista da evolução tecnológica. Porém, não se trata também de negar as contribuições dessas descobertas, mas de construir uma visão crítica sobre o papel que estabelece na sua relação com as formas de precarização e intensificação do trabalho na atualidade. Cumpre destacar que a crítica à visão evolucionista está relacionada à problemática de conferir às forças produtivas o papel de transformação da crise estrutural do capital na nossa sociedade, ou seja, as mudanças necessárias à edificação de uma organização social e ambientalmente mais justa serão construídas a partir das potencialidades das forças produtivas, especialmente, a partir da tecnologia. De acordo com Romero (2005, p. 23), essa percepção fortalece a visão de neutralidade das forças produtivas.

A degradação ambiental, por exemplo, e as possibilidades de romper com o estágio atual de interferência poluidora no meio ambiente são tratadas a partir das alternativas que

---

<sup>9</sup>As forças produtivas compreendem as ferramentas, as técnicas, as habilidades e os instrumentos utilizados pelo ser humano para transformar a natureza, incluindo, além disso, a sua força de trabalho.

engendram as tecnologias. Sendo assim, percebe-se uma dupla função das tecnologias nessa questão, uma vez que estas contribuem tanto para a destruição, quanto para a conservação ambiental (a exemplo da denominada tecnologia sustentável). Sem dúvida, outros interesses permeiam esse assunto, principalmente, quando se trata de uma sociedade que privilegia o lucro, ao invés da sustentabilidade. Nesse sentido, percebe-se que a tecnologia somente se torna interessante às empresas quando esta não prejudica seu percentual lucrativo. Assim, o desenvolvimento de uma tecnologia sustentável se constitui como um grande desafio no processo de preservação ambiental.

Quando se percebe o fenômeno do trabalho em sua relação com o desenvolvimento tecnológico, este pode ser compreendido a partir de um processo histórico que, ao mesmo tempo em que decreta o término de algumas profissões, possibilita o surgimento de outras especialidades. Este processo é percebido desde o início da Revolução Industrial e perdura até os dias de hoje. Dentro dessa perspectiva, Romero (2005) destaca, a partir dos escritos de Engels, que no processo histórico: “Na medida em que se introduz a máquina, a antiga classe dos tecelões vai sendo liquidada, sem deixar rastros, pelos novos trabalhadores têxteis” (Ibidem, p. 38).

De acordo com o referido autor (Ibidem, p. 81), a etapa de formação do modo de produção capitalista transformou o processo de trabalho sem, no entanto, realizar uma revolução tecnológica nos meios de produção<sup>10</sup>. Assim, o processo de trabalho em si não passou por alterações, na medida em que a transformação se relaciona à exploração do trabalho alheio, o qual caracteriza essa etapa de consolidação do capitalismo. Desse modo, nesse momento histórico, o trabalhador, na condição de expropriado dos meios de produção, obriga-se a vender sua força de trabalho. Conforme aponta Romero: “(...) o valor de uso cede lugar ao valor de troca e não é mais medida do que e quanto deve ser produzido; a produção se auto justifica e se estabelece como fim em si mesma. A produção pela valorização-acumulação torna-se o único sentido que organiza o trabalho e o define enquanto social” (Ibidem, p. 81).

Salienta-se que objetivo da tecnologia, sendo esta uma expressão da maquinaria utilizada na indústria, seria a desvalorização da força de trabalho através da “(...) diminuição da quantidade de trabalho necessário para a produção de mercadorias – principalmente da mercadoria mais importante do capitalista: a força de trabalho – como 'todo desenvolvimento

---

<sup>10</sup> Os meios de produção se constituem como os instrumentos de produção e os objetos de trabalho. Portanto, inclui os recursos naturais e as matérias-primas, bem como a parte infraestrutural no processo produtivo (máquinas, equipamentos, ferramentas, transporte etc).

da força produtiva sobre uma base capitalista', e não a redução da jornada de trabalho em geral" (ROMERO, 2005, p. 122).

Desse modo, no que tange ao papel da tecnologia em sua relação com o trabalho não ocorre uma liberação do mesmo, mas há um aumento absoluto da jornada de trabalho. Sendo assim, enfatiza-se que a tecnologia deve ser percebida para além de um simples instrumento no processo de trabalho, mas como um elemento vital na relação de exploração do trabalhador, enfim, como integrante do processo de valorização do capital. Por esse motivo, o seu papel não está relacionado à intencionalidade de diminuir o tempo de trabalho, visto que, em geral, ocorre um aumento dessa jornada até o limite do que determina a legislação. Assim, a tecnologia não pode ser compreendida como elemento neutro no atual modelo de produção, mas como participante da relação de exploração dos capitalistas em relação aos trabalhadores. Essa ideia é desenvolvida por Novaes (2007), o qual explicita que o desenvolvimento tecnológico não resulta de uma seleção automática e natural das melhores tecnologias, mas se mostra como um processo político, uma vez que envolve escolhas e planejamento, enfim, constitui-se como projeto da sociedade.

Novaes (2007, p. 60), afirma a existência de uma visão de tecnologia fundada no senso comum que se baseia em uma concepção darwiniana de evolução tecnológica, a qual considera que existiria um progresso que se assemelha ao desenvolvimento biológico dos seres vivos através da denominada seleção natural. Assim, da mesma forma que existe um processo de seleção automática daqueles seres que se mostram mais adaptados, há uma espécie de escolha das possibilidades tecnológicas e, nesses termos, o avanço seria expressão da eleição dos melhores engenhos. O autor afirma a existência de dois fatores que embasam essa ideia: o fator da técnica e a questão econômica. A primeira seleção está relacionada aos critérios definidos pelos engenheiros e cientistas, os quais constroem as propostas tecnológicas baseadas na especificidade de cada problemática, de cada contexto social. A segunda seleção diz respeito à viabilidade das tecnologias em termos de custos para os capitalistas que procuram, especialmente, as mais econômicas. A terceira seleção é própria da operação do mercado e do processo de concorrência entre os capitalistas que adotam as melhores tecnologias.

A compreensão da tecnologia, com base nessa premissa, permite enfatizar que, em cada projeto tecnológico desenvolvido, há a interferência de ideologias que determinam uma concepção de tecnologia, de modelo de sociedade e de relações de trabalho: "Neste sentido, poderíamos especular que o senso comum não percebe a natureza sociopolítica da construção da tecnologia" (NOVAES, 2007, p. 66). Nesse caso, o trabalho dos cientistas, os quais

integram parte de uma determinada sociedade, com seus valores e a relação que estabelecem com o mercado, com o capital e o Estado, ultrapassa o âmbito técnico, não sendo reflexo de um trabalho neutro, mas se constitui enquanto ação alicerçada em valores aceitos pela sociedade.

Em se tratando da pesca artesanal, as inovações tecnológicas, percebidas com a inserção do radar, do sonar, das embarcações motorizadas, entre outros, não acarretaram alterações profundas na forma da pequena produção mercantil. Ainda nos dias de hoje, as mudanças das características do processo de trabalho no sistema artesanal são percebidas, de forma gradual, com a introdução dos barcos movidos a motor e a utilização de novos modelos de redes de pesca, como destaca o pescador Rubinei: *“Então, essa era a grande diferença de [quarenta] anos atrás [no trabalho da pesca], porque anos atrás [nas décadas de 60, 70 e 80], era pescaria de cair na água mesmo, podia estar o frio que tivesse, tu tinha que te atirar na água pra cercar o peixe. Hoje não, hoje tem uma rede, um bote com motor e tu não molha nem os pés se tu trabalhar de bota”* (Rubinei, entrevista 2). Afirmamos que a tecnologia beneficiou, especialmente, a produção da pesca empresarial. Sendo assim, de acordo com Diegues (2004, p. 85), não ocorreram modificações no sistema de produção e dominação existentes no setor artesanal. As alterações percebidas se inserem na relação com o ecossistema marinho, visto a ampliação das formas de exploração dos recursos pesqueiros, bem como na relação entre a pesca artesanal e a pesca embarcada.

O pescador Rubinei, em seu depoimento, explica a existência deste conflito entre o desenvolvimento econômico e a exploração do meio ambiente, no qual cita a problemática da atual expansão portuária da cidade do Rio Grande. Conforme relata o pescador, os interesses vinculados ao crescimento econômico prejudicam as condições da produção pesqueira artesanal e, conseqüentemente, a situação financeira das famílias de pescadores: *“Nós estamos na boca da Barra, do oceano, eu concordo que tenha que ter um fluxo de navio, a gente sabe do crescimento da cidade [do Rio Grande], mas tem que achar o tempo que não prejudique [o desenvolvimento das espécies de pescado], porque essa vida de pescador, nós estamos nessas condições financeiras, com pouca produção e um pouco é devido a isso aí [ao período inadequado que se realiza a dragagem no porto do Rio Grande]”* (Rubinei, entrevista 2).

Destaca-se que as modificações tecnológicas alteraram o modo de permanência do pescador artesanal no mar, exigindo-se um tempo menor de deslocamento ao local destinado à realização da pescaria. Este argumento é expresso na narrativa do pescador Rubinei: *“Porque nós, muitas vezes, aqui na Lagoa [dos Patos], na comunidade, não tinha pescaria, então, o*

*que nós fazíamos, por exemplo, tinha pescaria de peixe-rei lá no Pesqueiro, nós íamos num caíco a remo para o Pesqueiro, nós levávamos oito horas a remo pra chegar lá, dá dois laces no peixe-rei e voltar oito horas depois pra vender o peixe no mercado, agora tu imagina, ficava quase 24 horas no mar pra tirar a sustentabilidade, levava todo esse tempo, coisa que hoje, se a gente for pegar uma embarcação [motorizada], em duas horas estamos ali, e com toda, digamos hoje, mordomia.” (Rubinei, entrevista 1).*

Ainda assim, os pescadores salientam que a introdução do barco motorizado na forma artesanal de produção, diminuiu o risco de ocorrências de morte no mar, uma vez que permite o ligeiro deslocamento aos locais seguros, em caso de uma tempestade inesperada ou em vista da ocasião de algum acidente. Os pescadores entrevistados trazem um relato a esse respeito: *“Hoje, como tem facilidade, com botes grandes, com motores grandes, tu produz mais, mais rápido, tu vai ali e volta, naquela época não, nós saíamos, por exemplo, segunda-feira de manhã e nós chegávamos quarta-feira em casa, e até terça nós não tínhamos matado peixe, e porque que nós não voltamos pra casa, porque a situação financeira que a gente deixou em casa não deixava que nós voltássemos pra casa sem nada” (Rubinei, entrevista 1).*

Também encontramos na fala de Laudeci aspectos que caracterizam os instrumentos de trabalho utilizados na pesca realizada nas décadas de 1970 e 1980: *“[A Lagoa dos Patos] é uma paisagem bonita quando está calminho e tem dias que a gente enfrenta vento pra caramba, mas agora nós já estamos bem aperfeiçoados na pesca, temos boas embarcações, bons motores, naquela época [décadas de 60, 70 e 80] não tinha motor, não tinha nada, era tudo braçal, saíamos pro mar no inverno e era remando, agora não, é tudo na base do motor, quando ameaça um mau tempo a gente liga o motor e vai pra praia, na praia não tem perigo, encosta o bote em um lugar bem baixinho, água rasiha que não tem perigo nenhum e naquela época a gente via perigo em qualquer lugar com o caíco pequeno” (Laudeci, entrevista 1).*

A modernização, percebida através da introdução das inovações tecnológicas na pesca, beneficiou, sobretudo a pesca empresarial-capitalista, canalizando recursos financeiros, através dos benefícios fiscais, para o incremento de aparelhos de pesca capazes de diminuir os custos da produção, uma vez que substitui o trabalho vivo pelo trabalho morto, além de aumentar a capacidade de captura. Sendo assim, a atuação do Estado no intuito de beneficiar os interesses privados na pesca, acarretou uma sobre exploração dos estoques pesqueiros, fato que levou os grandes comerciantes a se articularem com a pesca artesanal para garantir a continuidade dos seus rendimentos lucrativos. As inovações tecnológicas foram incentivadas pelo Estado, através do já citado Decreto-Lei nº 221, de 1967, bem como pela

Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1973, com a criação do Plano de Desenvolvimento da Pesca Artesanal. O modelo de modernização da pesca adotado pelas políticas públicas do Estado, não foi capaz de romper com o sistema de exploração do pescador artesanal pelas grandes empresas de pesca e pelos atravessadores ou intermediários. De acordo com Diegues (2004, p. 99), estes programas apresentavam inúmeras falhas:

Essas inovações tecnológicas tinham falhas principais: nem sempre eram necessárias, pois o problema não era o aumento da produção e produtividade, mas os baixos preços pagos ao pescador pelo sistema injusto da “intermediação”; os equipamentos propostos frequentemente fugiam às possibilidades financeiras de adoção pelos pequenos pescadores, sendo controlados pelos comerciantes e donos de empresas; não levaram em conta o contexto sociocultural e o sistema de poder reinante nas comunidades pesqueiras (Ibidem, p. 99).

Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas no setor pesqueiro acarretou, dentre outros fatores, os destacados a seguir:

- A destruição gradativa das forças produtivas da natureza;
- A desapropriação do saber-fazer do pescador pela introdução da maquinaria;
- A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto na pesca embarcada;
- A apropriação da produção pesqueira do setor artesanal pelas empresas de pesca;
- A utilização da mão-de-obra de pescadores artesanais como pescadores tripulantes em barcos pertencentes às grandes empresas de pesca.

A tecnologia na pesca incorporada, especialmente, pela pesca industrial, significou um rompimento com o domínio do *savoir-faire* do pescador artesanal, constituindo-se como uma expressão dos condicionantes econômicos capitalistas na pequena produção mercantil artesanal, no qual se percebe que “a introdução das relações sociais de produção capitalista na pesca se dá com a separação efetiva do pescador e os meios de produção e pela introdução da máquina a bordo” (DIEGUES, 1983, p. 73). Partindo de uma análise histórica, percebe-se que o contexto de empobrecimento do setor artesanal e o incentivo do Estado ao desenvolvimento das empresas de pesca, a partir da década de 1960, gerou o fenômeno de migração de muitos trabalhadores artesanais para a pesca embarcada, visto as condições de garantias de assalariamento.

Neste processo, ao migrarem para a pesca oceânica, os trabalhadores artesanais viram seus conhecimentos específicos sobre o ecossistema marinho serem incorporados pela capacidade de equipamentos como, por exemplo, a ecossonda e o sonar, de localizarem os cardumes de peixes. Este fenômeno migratório foi destacado no texto anterior, quando se

discutiu o caso dos denominados pescadores-andorinhas. Esta ideia fica explícita no depoimento do pescador Rubinei: “[A nossa tecnologia na pesca artesanal] não é tão moderna como em outros Estados que, por exemplo, como em Santa Catarina que é bem mais avançado. Hoje, em Santa Catarina, qualquer bote traz duas ou três toneladas e se utiliza de guincho pra puxar a rede, eles tem sonda, tem radar, tem toda essa tecnologia pra trabalhar na costa do oceano que é vinte, trinta metros de água. A gente aqui [na pesca artesanal da cidade do Rio Grande] não usa nada disso. Aqui, o máximo que o pescador tem é um rádio amador pra se comunicar com o outro que está lá no município de São José do Norte, no município de Pelotas” (Rubinei, entrevista 2).

Considera-se, portanto, que a tecnologia possibilitou um rompimento com o domínio do processo do saber-fazer do pescador a partir da expansão da pesca oceânica, conforme destaca Diegues:

A introdução do maquinismo não somente propiciou a expropriação do *savoir-faire* tradicional dos pescadores, como também alterou a percepção que eles tinham do ecossistema marinho. De um lado, os potentes barcos de pesca industrial depredaram os cardumes de tal forma que alteraram a própria capacidade de reprodução dos cardumes. De outro lado, a poluição urbano-industrial causou mudanças físico-químicas nas águas com resultados imediatos sobre o comportamento das espécies (DIEGUES, 1983, p. 100-1).

Na modalidade da pesca oceânica, ocorre uma divisão mais complexa do trabalho, através da adoção de operários assalariados especializados (mestre de embarcação, técnico de refrigeração, maquinista-chefe, etc), onde o ritmo das atividades se aproxima ao de uma unidade industrial. Neste sentido, ante o avanço tecnológico na pesca, percebe-se que “O recolher da rede não é mais ditado pela cadência do braço humano, e, sim, pelo número de rotações do guincho... O ritmo da filetagem a bordo não é mais imposto pela habilidade do pescador em manejar a faca, mas pela máquina filetadora” (Ibidem, p. 73).

O desenvolvimento tecnológico alterou o modo de exploração dos recursos naturais renováveis do ambiente aquático, resultando na sobrepesca. Percebe-se que a introdução do maquinismo e de técnicas mais predatórias utilizadas, especialmente, nos mares dos países centrais, levou a um esgotamento dos ecossistemas marinhos, ocorrendo um deslocamento das grandes empresas marítimas e de suas frotas para as águas dos países subdesenvolvidos, conforme destaca Diegues (1983, p. 83). Neste contexto predatório, os trabalhadores mais prejudicados são aqueles que sobrevivem dos ecossistemas lagunares e estuarinos que, em



geral, são os que utilizam técnicas mais rudimentares de exploração, como as pequenas embarcações. O desequilíbrio ecológico destes ecossistemas aquáticos altamente produtivos, os quais garantem os meios de subsistência dos pescadores artesanais, acarreta uma instabilidade na produtividade global do oceano. Como consequência, para o pescador artesanal, o desequilíbrio na reprodução dos organismos naturais e o desaparecimento de inúmeras espécies nos sistemas lagunares em que atuam, tem causado a sua pauperização.

Entretanto, salienta-se que são as inovações tecnológicas aliadas a sistemas sociais e a interesses econômicos específicos, sendo a expressão de determinadas formas de organização social, que acarretam a destruição dos recursos naturais renováveis. Assim, destaca-se que são as formas específicas de produção que determinam o modo de exploração da natureza, de acordo com as regras sociais e os objetivos societários, elaborando “(...) as normas boas ou más de utilização da natureza. Cada forma de produção social apresenta, portanto, uma racionalidade própria, indicada pelos objetivos mais gerais de sua reprodução social ao longo da história” (DIEGUES, 1983, p. 84).

Sendo assim, formas diferenciadas de produção acarretam distintos modos de percepção e de exploração do meio ambiente. Em relação à atividade pesqueira, cada forma de organização social estipula os objetivos da produção e utiliza tecnologias específicas de captura. Na pesca artesanal, por exemplo, o objetivo da captura é a produção dos meios de subsistência para o trabalhador e para a sua família, processo que se diferencia dos objetivos de produção da pesca empresarial-capitalista, cujo foco se insere na reprodução do capital. Neste último, portanto, o limite da produção está condicionado ao percentual lucrativo que a exploração dos recursos pesqueiros pode oferecer. Nesse caso, a diminuição do lucro médio destas empresas “(...) significa frequentemente a destruição completa ou parcial dos estoques” (Ibidem, p. 85).

As formas de ocupação do litoral brasileiro aliado ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial adotado, voltado para o crescimento das atividades portuárias, revelam a importância e as vantagens que os ecossistemas costeiros e litorâneos apresentam para os interesses econômicos. Este modelo de industrialização, adotado a partir do final da década de 1960, incentivou o incremento ao uso, especialmente, pela pesca industrial, de tecnologias altamente destrutivas da biodiversidade destes ecossistemas, desconsiderando os impactos ambientais para a qualidade de vida das populações que tradicionalmente sobrevivem da utilização dos recursos costeiros. Portanto, enfatiza-se que o processo de planejamento e gerenciamento costeiro adotado teve como consequência um agravamento na exploração dos recursos dos ecossistemas litorâneos, principalmente, quando nos referimos aos lagunares e

estuarinos, não sendo avaliadas as consequências ambientais do projeto industrial adotado com vistas à expansão econômica e tecnológica na pesca empresarial-capitalista. Neste contexto, os investimentos do Estado se localizaram na “(...) ampliação de portos e terminais para o escoamento de produtos agrícolas e minérios, e para integrar-se aos grandes complexos mínero-siderúrgicos, químicos e petroquímicos, caracterizados por indústrias pesadas, utilizadoras de tecnologias ‘duras’” (DIEGUES, 2001, p. 108).

Toma-se como base a fundamentação teórica de Diegues (2001, p. 101) para construir um conceito de desenvolvimento sustentável na pesca artesanal, o qual tem como intencionalidade o uso sustentado dos recursos naturais renováveis tendo em vista as limitações de exploração de cada ecossistema, enfim, a sua capacidade de carga, mas também a sua conservação para o interesse de utilização das gerações futuras. Nesta perspectiva, a tecnologia pode ser concebida como um importante instrumento para o uso sustentado dos recursos naturais, bem como para a solução dos conflitos e problemas ambientais existentes. Sendo assim, conforme explica o autor, o estilo de desenvolvimento sustentado...

(...) leva em conta as especificidades dos vários ecossistemas (costeiros, de florestas tropicais, de áreas semi-áridas, etc.), ajustando-se também às necessidades das produções locais. Considera ainda as formas tradicionais de manejo dos diversos recursos naturais dos ecossistemas pelas populações locais, podendo basear-se numa vasta gama de tecnologias, das mais simples às mais complexas, desde que sejam adequadas ecológica e economicamente e apropriadas socialmente, isto é, controladas pelas populações locais (Ibidem, p. 101).

Destacam-se algumas premissas para se pensar um sistema de produção que esteja adaptado às necessidades das culturas locais, tomando-se como base um desenvolvimento que utilize tecnologias adequadas à melhoria das condições de vida das populações que sobrevivem da pesca artesanal, de modo que viabilize a utilização sustentável dos recursos naturais. Com foco nesta perspectiva, salientam-se as seguintes exigências para a construção de sistemas produtivos que possam conceder maiores benefícios para a utilização sustentada, para a manutenção e preservação do ambiente natural, conforme explicita Diegues (2001, p. 111): primeiramente, torna-se necessária uma gestão autossustentável dos recursos naturais da água e do solo, incentivando-se a sua preservação e conservação, exigindo-se a reciclagem dos resíduos; os esforços devem estar orientados para a satisfação das necessidades básicas das populações locais, rompendo-se com o padrão de consumo das sociedades industrializadas; torna-se imperativo que os processos produtivos sejam possíveis poupadores de capital e combustível fóssil, além de ser inofensivo no uso da mão de obra; é importante

que as pesquisas científicas estejam adequadas às aspirações, às necessidades e aos contextos culturais das populações locais; por fim, afirma-se a necessária participação das populações locais no planejamento, na execução e nas tomadas de decisões na elaboração de políticas públicas que venham a solucionar os conflitos na utilização dos recursos naturais.

O próximo texto irá focar a categoria referente às *imagens de esperança* vinculadas ao processo de trabalho dos pescadores artesanais, apresentando, neste contexto, suas narrativas orais de denúncia e anúncio. Sendo assim, consideramos expor, através dos diversos depoimentos, as alternativas construídas por estes profissionais para o enfrentamento do contexto histórico de exploração que vivenciam.

#### 4.4. IMAGENS DE ESPERANÇA

*“Olha eu sonho..., e não é a toa que a gente tá até hoje nessa luta, né? Eu sonho que os pescadores pelo menos cheguem na praia assim e digam ‘oh, hoje eu vendi o meu produto, eu fiz parte disso e tô lutando e tô conseguindo com os meus braços...’, não só a questão da venda ... da compra... mas da questão da luta mesmo... políticas públicas... de discutir... dele consegui discutir junto...” (Pescador Loredi).*

Neste texto propomos discutir a categoria referente às *imagens que fundamentam a esperança no processo de trabalho da pesca artesanal*. Neste contexto, enfatizamos a importância da mobilização dos pescadores artesanais frente ao processo de degradação ambiental do ecossistema costeiro e à intensificação das formas de precarização no mundo do trabalho. Assim, apesar dos problemas vivenciados, estes profissionais se destacam na busca pela melhoria da sua qualidade de vida, desenvolvendo organizações comunitárias, com foco na economia solidária popular, que permitam a sua permanência na atividade da pesca artesanal. Frente aos pressupostos em destaque, salientamos os seguintes pontos de análise do texto:

- O entendimento de que as narrativas orais de vida destes trabalhadores se constituem como uma das bases para a compreensão histórica da atividade pesqueira artesanal na cidade do Rio Grande, bem como para o desenvolvimento de mobilizações, no âmbito da economia solidária, que possibilitem a continuidade e a permanência destes profissionais na atividade pesqueira;
- A compreensão da economia solidária popular como um espaço de criação de sonhos e esperança na pesca artesanal, considerando que a relação de solidariedade existente na organização social do trabalho pesqueiro é percebida como um importante alicerce para a construção de cooperativas;
- Destacamos a existência de um conflito entre os processos de mobilização e organização dos pescadores artesanais em torno da economia solidária e o anseio pelo rompimento de uma tradição familiar, almejando-se a descontinuidade da profissão de pescador frente à degradação ambiental dos ecossistemas costeiros.

Em um primeiro momento, considera-se necessário enfatizar que a construção das imagens de esperança no processo de trabalho da pesca é acompanhada, nas histórias orais dos pescadores, de narrativas de denúncia sobre contextos vivenciados de modo semelhante

pelos sujeitos investigados, desde o período de sua infância. Estas narrativas incluem a percepção das dificuldades de um universo social específico inserido no âmbito das relações de trabalho na pesca artesanal, no qual destacamos: a vivência de processos de exploração da atividade artesanal pela pesca industrial e pelos comerciantes intermediários; a existência de formas de trabalho que intercalam o trabalho na pesca e no campo. Desse modo, em vista dos períodos de crise nos lucros e na queda da produtividade da atividade artesanal, ocorre um deslocamento dos pescadores para a realização de trabalhos eventuais na agricultura. Enfatizamos que os fatores citados, concernentes à situação de exploração dos pescadores artesanais, refletem um processo histórico característico desta atividade na cidade do Rio Grande. Contudo, destacamos a economia solidária com uma alternativa construída pelos pescadores artesanais, na atualidade, para o enfrentamento deste contexto de dificuldades históricas vivenciadas por estes trabalhadores.

Laudeci expressa em sua fala, a esperança que inclui os projetos desenvolvidos na pesca, com foco na economia solidária, afirmando ser uma das alternativas, nos dias de hoje, para a melhoria das condições de vida dos pescadores: *“Eu acho que a alternativa é o que nós estamos tentando fazer, que é o cooperativismo, essas coisas assim..., tem essa nossa associação, se isso se fizer uma coisa que a gente tenha a esperança de que vá funcionar como a gente imagina, se todos fizerem assim, é uma alternativa boa para os pescadores hoje é através de cooperativa, é o que eu vejo, é o único jeito, porque pescando pra vender pra intermediário, intermediário é aquele negócio, se ele não conseguir vender pra ninguém, ele vai dizer... olha, amanhã eu não quero ninguém vendendo peixe..., pro pescador a única alternativa pra ter melhoras é só através do cooperativismo”* (Laudeci, entrevista 2).

Salientamos, portanto, que as denúncias que apresentam as suas narrativas se referem às dificuldades de comercializarem o produto pescado, em vista da ausência de mecanismos necessários à manutenção da qualidade da sua mercadoria no âmbito do seu sistema de trabalho familiar, por esse motivo, há uma dependência histórica do pescador artesanal aos denominados atravessadores. Portanto, os problemas relacionados à falta de acesso dos pescadores artesanais a instrumentos de trabalho adequados ao armazenamento, beneficiamento e transporte do produto pesqueiro intensificam os processos de exploração destes profissionais, colocando-os numa posição de subordinação em relação às indústrias de pesca e aos comerciantes intermediários.

O depoimento de um pescador explicita este conflito existente entre a estrutura tecnológica da pesca industrial quando comparada à artesanal e a degradação ambiental decorrente da forma intensiva de exploração dos recursos pesqueiros, destacando que a

mobilidade e a capacidade de carga das empresas que possuem acesso ao espaço da pesca oceânica, prejudica o trabalho dos pescadores que realizam as suas atividades nas lagunas, nos estuários e nas enseadas: *“Eles [as grandes embarcações de pesca] conseguem fazer uma carga de 10, 15 toneladas, eles dão uma parada, descarregam, botam gelo e vão embora, [e são] 60, 70 toneladas que desembarcam em Rio Grande, ou em São Lourenço, ou em Pelotas. [Nestas grandes embarcações] o camarão fica cuidadinho, congeladinho, mas é um troço que é muito desigual eles terem esse tipo de prática de arrasto e o pescador artesanal pequeno de rede, porque se eles matam um camarão na lagoa e eu estou aqui atrás da lagoa, se eles não tivessem pescado lá, com certeza eu iria matar em maior quantidade aqui. Então, eu não posso pescar junto com eles aonde eles estão, mas mesmo eles pescando longe eu sou prejudicado, mas não é o pescador que tem que resolver isso, em partes tem, mas não é o pescador pequeno artesanal que tem que dizer pra eles que não podem puxar, temos órgãos públicos pra isso, tem leis”* (Rubinei, entrevista 2). Em relação a esta temática, Diegues (1983, p. 83), alerta para a desorganização dos ecossistemas lagunares e estuarinos e as consequências que afetam as formas de sobrevivência dos pequenos pescadores:

A destruição das forças da natureza em ecossistemas aquáticos extremamente produtivos, como os lagunares e estuarinos, atinge primordialmente os pequenos pescadores, os quais, dados os equipamentos relativamente pouco predatórios e embarcações de pequena autonomia que empregam, tiram daí os seus meios de subsistência. Na medida em que inúmeras espécies de pescado têm nas lagunas e estuários o seu ambiente de reprodução, a sobrepesca aí exercida causa uma diminuição da produtividade global do oceano (Ibidem, p. 83).

O que os pescadores artesanais relatam como “facilidades” nos dias de hoje, denuncia um processo histórico de fatores que eram ausentes no período de sua infância, por eles vivenciado. Os depoimentos remontam a cenários existentes na atividade pesca artesanal em que predominavam os barcos a remo, a total subordinação do pescador artesanal aos atravessadores e a ausência de políticas públicas que beneficiem a atividade pesqueira, descrevendo um panorama que prevalecia durante as décadas de sessenta, setenta e oitenta na atividade artesanal. O relato de Loredi expressa as dificuldades existentes na profissão de pescador, denunciando fatores que encontram suas raízes na história da atividade pesqueira na cidade do Rio Grande: *“Com seis anos de idade eu acompanhei a primeira embarcação a motor do meu pai também. Foi lá em 76, por aí, foi entre 76 e 77, depois com sete anos eu já vim pra cá [pro centro da cidade do Rio Grande], mas ele já tinha embarcação a motor e eu*

*me lembro que a primeira volta foi eu que dei com ele, que eram os motores a gasolina, não tinha os motores a diesel, ainda... naquela época né? Ainda eram motores a gasolina, embarcação feitas em São Lourenço também, então, eu me lembro dessas lembranças da Torotama... onde eu nasci. E aí, depois dos sete anos, viemos pra Rio Grande, que naquela época toda a pescaria que existia... e era muito difícil viver da pesca, nestas localidades mais distantes do centro. Porque era peixe barato, não existia gelo, era difícil” (Loredi).*

Outro depoimento caracteriza um cenário histórico que remonta aos pescadores que, além de realizarem a atividade pesqueira, necessitavam, em tempos de crise na pesca, dedicarem-se à agricultura, especialmente, no inverno. Estas são as características dos pescadores artesanais que moram na Ilha dos Marinheiros e na Ilha da Torotama. As imagens de infância do pescador Laudeci, remontam à percepção histórica construída sobre o cotidiano da atividade realizada pelos pais na década de sessenta: *“A dificuldade era enfrentar o frio no mar, o pai chegava às vezes louco de frio, aquilo ali era uma dificuldade na época, muita friagem, e naquela época não se tinha uma embarcação grande para trabalhar, era uns caícos pequenos, era na base da..., passava a noite no mar, chegava do mar louco de frio, então, aquilo ali era uma dificuldade. Cavar terra também era uma dificuldade que a gente [enfrentava], nas plantações naquela época, não é como agora que é tudo na base do maquinário, aquilo era na base da enxada, era uma dificuldade danada” (Laudeci, entrevista 1).*

Também o relato de Rubinei explicita as diversas atividades realizadas pelo pai que, além de se dedicar à pesca artesanal, trabalhava como agricultor em uma propriedade particular, com o objetivo de complementar a renda da família durante o período do inverno: *“[O trabalho na pesca] era pra sobreviver no dia-a-dia, dava uma crise na pesca, o quê que acontecia, o meu pai trabalhava numa chácara que era, agora, ao lado da Cotrijuí, ele fazia [trabalhava] de caseiro pra plantar abóbora e melancia por dia, e o proprietário na época tinha um pomar grande de frutas, aí ele fazia caseiro e plantava abóbora e melancia, e fazia o calado e as linhas pra plantar os pés de frutas e nós ficávamos contentes quando ele trabalhava ali, porque que nós ficávamos contentes, ali claro, ali ele era bem remunerado, só que não gostava disso que fazia, ele fazia por obrigação, ele gostava era de pescar” (Rubinei, entrevista 1).*

Os relatos em destaque evidenciam as dificuldades sentidas pelos pescadores quando vivenciam os momentos de pouca produtividade na pesca, necessitando dedicarem o tempo de trabalho para as atividades relacionadas à agricultura. As imagens presentes em seus relatos de infância retratam os momentos em que a existência de um futuro incerto na pesca se

mesclava com os períodos comemorativos do natal e do ano novo: “[Lembro] que [durante a infância], quando chegava final de ano que a pescaria ficava ruim, diziam [meus pais] que teríamos que vender uma cebola pra fazer uma festinha de natal e de ano novo...” (Laudeci, entrevista 1).

Nas lembranças que vão sendo compartilhadas se encontram significados em torno do que é *ser pescador artesanal* nas décadas de setenta e oitenta, remetendo a contextos vivenciados de modo comum, mesmo que sejam sentidos de forma singulares. Assim, predominam em seus dizeres uma época em que “a gente era pescador de caíco a remo”, a permanente preocupação “com nossos familiares porque não tínhamos comunicação naquela época”, além da vivência com o constante perigo e a imprevisibilidade do ambiente marinho que amedrontavam os pescadores diante da possibilidade de “pegar temporais no mar, temporais, ventos assim, de dois, três dias e tu não poder vir pra casa”, fragmentos estes que se fazem presentes no primeiro depoimento do pescador Rubinei: “Como a gente, naquela época, era pescador de caíco a remo, por exemplo, nós íamos pra pescar o peixe lá pro lado da Ilha [dos Marinheiros], porque o peixe a gente pesca, geralmente, no inverno, então, o que acontecia muito, em seguida, era pegar temporais no mar, temporais, ventos assim, de dois, três dias e tu não poder vir pra casa e, além da gente estar preocupado com as redes nesta situação, a gente se preocupava com nossos familiares porque não tínhamos comunicação naquela época. Então, a gente, principalmente, o meu pai, por exemplo, ficava apavorado, mas não tinha como vir embora porque o temporal era muito forte imagina, e de caíco, aí a gente iria correr sério risco de vida. Então, o que a gente fazia, a gente encostava na ilha dos agricultores, na Ilha dos Marinheiros, Leonídio, da Quitéria, Arraial, e a gente chegava com o farol [e pedia abrigo para os agricultores]. Como era de noite, a gente chegava com o farol aceso, batia na casa desses plantadores rurais da Ilha e aquele povo da Ilha, na época, agora, ainda tem alguns, mas agora como tem um monte de problema de assalto eles estão mudando” (Rubinei, entrevista 1).

Assim, Rubinei relata, em suas imagens do trabalho realizado durante a infância, a importante relação de solidariedade existente entre os agricultores, que moram nas ilhas dos Marinheiros, do Leonídio e da Torotama, e os pescadores artesanais. Especialmente, em seus relatos, cita o predomínio de “uma relação de família na agricultura, entendesse, é que nem na relação da pesca”, como demonstra em sua narrativa: “[Ficávamos] encarangados de frio, e ele [o agricultor que dava abrigo aos pescadores] ía lá, trazia um acolchoado, um café quente com pão feito no forno, pão feito em casa e fazia a mulher dele fazer um café quente. A mulher dele fazia um café quente, a mulher dele se levantava 10 horas, 11 horas da noite, e



*faziam as esposas deles fazerem um café pra trazer pra nós [pros pescadores] no galpão pra dormir. No outro dia de manhã ele estava ali [o agricultor] com pão de forno, café quente e nós passávamos às vezes dois dias ocupando o pessoal da época, tinha uma relação de família [com os pescadores]” (Rubinei, entrevista 1).*

Estas vivências na pesca que marcaram as imagens de infância de filhos de pescadores influenciaram as concepções das trajetórias e dos rumos que iriam trilhar em sua vida adulta. Desse modo, o propósito de dar prosseguimento a esta atividade profissional encontra aporte nas trajetórias idealizadas nos sonhos de infância dos filhos de pescadores, conforme relata Laudeci: *“Eu imaginava ter uma parelha minha, imaginava ter uma parelha minha, de eu ter os meus próprios apetrechos como pescador que nem o meu pai tinha, inclusive tenho até melhor que naquela época, porque naquela época não existia saquinho, agora a gente pesca de saquinho, que naquela época não se pescava, agora, quer dizer que agora eu tenho a minha parelha e vivo tranquilo. E era isso aí que eu imaginava ter, o meu sonho era ter a minha parelha de pesca e, graças a Deus consegui...” (Laudeci – entrevista 1).*

Porém, apesar das dificuldades relatadas pelos pescadores, há um movimento de mobilização em torno da organização de cooperativas, no intuito de permitir a permanência destes trabalhadores na atividade pesqueira. No contexto em estudo, a economia solidária é compreendida como um conjunto de práticas de trabalho e de relações sociais presentes em grupos locais organizados, que diferem em alguns aspectos, da lógica das empresas capitalistas. Uma destas características está relacionada à prática da autogestão, onde todos ao mesmo tempo em que são trabalhadores, são também proprietários e coordenadores do empreendimento. Afirmamos que a autogestão incentiva valores como a cooperação e a participação dos trabalhadores nos processos decisórios da empresa, divergindo de alguns princípios presentes no universo da lógica da busca incessante pelo lucro, como aponta Gadotti (2001, p. 13):

A produção associada gera valores solidários, participação, autogestão, autonomia e iniciativas de caráter integral, como vida coletiva, cultural e educativa etc. A economia popular não se baseia nos critérios de rentabilidade e lucro do sistema capitalista e da economia não-popular. Nisso aponta para algo diferente do capitalismo, embora esteja nascendo no universo capitalista.

A economia solidária, no contexto da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel, foi construída no intuito de permitir o rompimento dos laços de dependência do

pescador artesanal em relação à pesca industrial e aos atravessadores. Porém, há a necessidade dos cooperativados assimilarem o verdadeiro significado da economia solidária, além daqueles que não possuem conhecimento sobre as possibilidades que apresentam as organizações cooperativas para os pescadores, como afirma um dos trabalhadores associados: *“A economia solidária vem tentar mostrar na parte da comercialização que todos têm que ganhar com essa comercialização, não é somente um cara lá enriquecer a custa dos pescadores, e o pescador continua empobrecido, sem dinheiro pra comprar uma bicicleta, a economia solidária vem favorecendo isso tudo e mais... se tu me pergunta, 99% nem sabe o que é uma economia solidária”* (Loredi).

Loredi, em sua fala, expressa o desejo de unir os pescadores que não se encontram em conformidade com esta situação de exploração, em torno de um objetivo em comum, investindo esforços na organização de cooperativas que possam aumentar a margem nos lucros e, além disso, possibilitem organizar espaços de diálogo sobre as políticas públicas e a reivindicação de direitos para a sua categoria. Neste sentido, os pescadores entendem que *“a economia solidária vem rumo ao trabalho coletivo... valoriza o teu colega de trabalho, valoriza o teu proeiro que tá ali contigo, não explora, e sim tu fazê a coisa correta, né? Que hoje ainda temos isso aí..., o problema da exploração dentro das parselhas de pesca..., do patrão ganhar horrores e do coitado do proeiro ali ganhar pra comer... tem isso ainda... e isso aí tem que mudar... essa consciência de achar que só uns ganham e que os outros não ganham, então, o capitalismo desgraçado que tem aí, né? A economia solidária veio pra isso aí e dentro da pesca artesanal o trabalho coletivo veio mostrando isso”* (Loredi).

A economia solidária gera processos de aprendizado, nos quais os valores de solidariedade e cooperação se constituem como componentes imperativos na administração do empreendimento, evocando-se um contexto que diverge do ambiente competitivo e individualista das empresas capitalistas. Esta afirmação encontra respaldo na fala do pescador Rubinei, ao destacar a relevância do trabalho coletivo como elemento integrante de outros modos de se comunicar e de se expressar em uma empresa: *“[Na economia popular solidária] a gente já chega e um vai ajudando o outro nos materiais. No caso, um vai ajudando, vai erguendo ali, depois, vem um com mais experiência aqui. Então, mais pessoas vêm ajudar, então, isso é economia popular solidária, e a gente faz esse tipo de trabalho e gosta de participar disso. Claro, financeiramente também é viável. Mas não é só financeiramente, porque vai o mesmo grupo daqui pra Santa Maria, vai o mesmo grupo fazer [o trabalho], são as mesmas pessoas que se encontram nas reuniões, sempre juntos, conversam em aberto. Não é uma briga. Não é um querer pegar o melhor lugar porque diz*

*que vai vender mais, porque vai ficar mais de frente pro público. Mas, a economia popular solidária é um bom início pra começar a fazer alguma coisa estando junto das outras pessoas, tem que estar junto das outras pessoas, porque tu, de modo individual não consegue” (Rubinei, entrevista 2).*

Em relação à história de construção da associação, os pescadores salientam a importância da existência de políticas públicas que incentivam a formação de cooperativas. Em relação à associação em estudo, o projeto iniciou a partir dos incentivos à implementação de políticas de renda de base familiar e cooperativa, no governo de Olívio Dutra, no Estado do Rio Grande do Sul. Referindo-se à história da associação, Rubinei destaca em sua fala: *“Então, a gente começou com um grupo aqui na comunidade da Vila São Miguel, na Igrejinha, no salão ali, quando veio uma proposta do governo do Estado do Olívio, que foi o RS-PESCA, então, nós fomos convidados, um grupo, através da Darlene da FURG, aí um dia ela nos chamou, eu e o Loredi a gente sempre foi aqueles que mais participavam, [disseram] venham cá, tem um projeto assim e assim sobre apetrechos de pesca e botes a motor do Estado [do RS], e tinha também pra entreposto aqui em Rio Grande, só que há dez anos atrás tentaram montar um entreposto bem perto de onde é o nosso e não deu certo. Em um mês, um mês e pouco se acertou com o pessoal, aí nós dissemos, nós temos que pegar esse investimento, porque o RS-PESCA era para embarcações para pescadores que foi doado a fundo perdido” (Rubinei, entrevista 2).*

Neste intento, deve-se considerar o aporte da Universidade Federal do Rio Grande, através do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE), que forneceu as bases para o aprendizado em relação à administração de empreendimentos cooperativos e reflexões sobre os valores e princípios necessários à concretização e viabilização do projeto. Ao tratar da questão da formação e aprendizagem sobre os princípios da cooperação, os pescadores destacaram os cursos que necessitaram realizar: *“Em 2000 nós fizemos um curso de associativismo e cooperativismo na EMATER, aí nós começamos a fazer esses cursos aqui na comunidade também, e a gente foi começando a aprender também [sobre economia solidária], o que era se unir e ter um grupo” (Rubinei, entrevista 2).*

Entretanto, quando se referem às políticas públicas para a formação de cooperativas, evidenciam a importância dos projetos estarem acompanhados de um processo de conscientização do pescador artesanal em relação à preservação ambiental, de modo que os planos de geração de renda estejam articulados ao propósito da sustentabilidade. Neste aspecto, o pescador Loredi destaca: *“é isso que eu digo... as políticas públicas... tem que beneficiar a nós pescadores, mas tem que nos dá compromissos né? E o que é o compromisso*

*hoje? É o meio ambiente... tu vai ganhar isso..., mas tu vai ter que ter esse compromisso de preservar o meio ambiente... ‘- Vou te dá um motor... mas, se nós te pegá lá, fazendo a pesca ilegal, arrastando..., tu vai perder o teu motor’, sabe... eu acho que tem que ser umas políticas que tu amarre as coisas...” (Loredi).*

Neste debate, consideramos a análise de Diegues (1983) quando relaciona a exploração intensiva dos recursos pesqueiros e dos trabalhadores do mar à dinâmica do capital, destacando que o conceito de meio ambiente vincula-se, nos dias de hoje, à noção de mercadoria. A partir desta perspectiva, especialmente, com a introdução do maquinismo na pesca tradicional/artesanal, altera-se o papel do meio ambiente na produção dos meios de subsistência dos pescadores, que passam a participar de uma lógica de competição pelas áreas de pesca e almejam alcançar um percentual lucrativo na comercialização do pescado. Sendo assim, aponta Diegues:

À medida que o peixe se transforma numa mercadoria, a percepção dos recursos se modifica. Instala-se o comportamento de rapina; os recursos são vistos como limitados, e o sucesso da pescaria depende da pressa com que se processa e captura. Impossibilitados de proteger suas áreas tradicionais de pesca, já invadidas, os pescadores locais lançar-se-ão também na pesca predatória (DIEGUES, 1983, p. 102).

Segundo a narrativa do pescador Loredi, a organização dos trabalhadores em cooperativas incentivou a construção de outra percepção sobre o meio ambiente: as reflexões e os diálogos incentivados no contexto da economia solidária, como também o acesso ao conhecimento sobre os riscos ambientais produzidos pela pesca predatória, permitiu que fosse construída uma releitura em relação à importância da sua atividade profissional para a manutenção da biodiversidade. Nesta perspectiva, conforme destaca o pescador, a economia solidária trabalha a noção de cuidado, de proteção, despertando para uma consciência sobre os limites da capacidade de captura. Mas, torna-se necessário que as políticas de incentivo à construção de cooperativas estejam inter-relacionadas às experiências históricas e aos conhecimentos construídos pelos pescadores sobre o meio ambiente. Loredi salienta, neste sentido, a importância de um planejamento que emerge da base, ou seja, que considera o “saber de experiência feito”, conforme conceito freireano, dos pescadores: “[Por meio] de uma conscientização [ambiental] através das organizações [cooperativas] que eu comecei a botá a minha mão na consciência e vi que realmente [isso é importante], e eu acho que tem as políticas públicas que, quando acontecem elas não são bem planejadas... por que elas vêm muitas de cima pra baixo..., elas não pegam assim... vamos ... montar uma política pública da

*base. (...) E que comprometa a gente como pescador, que é pro nosso futuro. Eu acho que é a saída... que é pro nosso futuro... a questão ambiental... a conscientização” (Loredi).*

Os laços de solidariedade que destacamos como sendo um elemento imperativo à administração das cooperativas, integram as histórias e as imagens destes trabalhadores sobre a profissão da pesca. Rubinei deixa esta ideia evidente em sua fala: “[O pescador] precisa da solidariedade do outro, já é de 40, 60 anos atrás, desde que começou a pesca, sempre foi assim...” (Rubinei, entrevista 2). Assim, chama a atenção o fato de compreenderem que as relações de solidariedade, além de constituírem uma questão que orienta o aprendizado do ofício de pescador, sendo percebida como uma acolhida à experiência histórica do outro, compõem um dos mecanismos basilares para a organização e o funcionamento de cooperativas: “pra poder sobreviver... pra consegui pescá... pra conseguir garantir o seu espaço de pesca... os próprios pescadores eles tem que ser mais solidários” (Loredi).

Em diversos momentos da investigação, os pescadores relembram histórias em que o sentimento de solidariedade esteve presente. Incluem-se, nestas percepções sobre a organização social da pesca, as lembranças de infância que integram os conhecimentos das habilidades de *ser pescador*, mas também, a existência de uma solidariedade para o enfrentamento dos perigos constantes na profissão, de modo que “se um dia eu estiver empenhado no mar sempre tem um pra dar uma força pra mim, a gente trabalha um cuidando do outro, porque o mar não tem galho pra gente se agarrar” (Laudeci, entrevista 1).

Do mesmo modo, encontramos na fala de Rubinei, compreensões acerca da importância do estabelecimento das redes de solidariedade entre os pescadores como um meio necessário ao aperfeiçoamento do manejo das artes de pesca, sendo um aprendizado repassado através de gerações: “tem essa troca, essa ajuda entre os pescadores. (...) Então, isso é solidariedade, isso é a pessoa ser solidária com os outros, e isso é até hoje [na pesca artesanal]. Pode ser um caíco pequeno, se tem três ou quatro, o cara já tira o sapato já sai por dentro da água pra te ajudar, já vai ali e te ajuda a desvirar o caíco. Então, isso é solidariedade, e eu acredito que, na área da pesca isso não termina nunca. Posso chegar lá em Pelotas que se eu vejo uma equipe puxando um bote eu já vou lá e me meto [a ajudar], eu chego, já meto e vou ajudar. Mas, já é por educação, já é por costume, os pais da gente e os avós nos ensinam” (Rubinei, entrevista 2).

De modo enfático, Rubinei dá prosseguimento ao seu relato destacando a importância das relações de solidariedade para garantir a sobrevivência dos pescadores artesanais: “[Os nossos pais e avós pescadores] diziam que tu não tens que ajudar só aos teus

*irmãos, tu tens que ajudar as outras pessoas também. [Diziam que] no dia em que tu entender a coisa [como funciona a pesca] mais que o outro, tu procura ensinar ele e se ele não aprender tu faz a primeira vez, na segunda, ele não vai se animar a fazer, mas aí, tu faz pra ele também. Na terceira, com força de vontade, ele já vai aprender a fazer o que tu fazes”* (Rubinei, entrevista 2). Na pesca artesanal, portanto, “O referencial de sociedade é sempre a família ou o conjunto de famílias que compõem a praia e a vizinhança” (DIEGUES, 1983, p. 196).

Na ótica destes trabalhadores, uma pescaria bem sucedida também é dependente da relação de confiança, solidariedade e respeito entre os camaradas de pesca. Esta rede de reciprocidade denuncia a importância da influência da organização familiar no trabalho pesqueiro, conferindo a valorização, neste meio, de um grupo de profissionais que detém as sabedorias da pesca, os denominados segredos do mar:

Os pescadores artesanais se identificam com um grupo possuidor de uma profissão. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador. Esse sentido de pertencer a um determinado grupo se concretiza no possuir a carteira de pescador profissional (Ibidem, p. 197).

Sobre isso Diegues faz uma consideração ao assinalar a profissão de pescador como estando condicionada pelo processo de aprendizagem das variáveis do ecossistema, no qual é “normalmente acumulado de maneira empírica pelos pescadores, passado de geração em geração, constitui o núcleo mais importante da *expertise* que caracteriza, por exemplo, um bom pescador” (Ibidem, p. 98). Destaca-se que a pesca industrial e os instrumentos tecnológicos sofisticados utilizados para a navegação, como o radar, o sonar e os computadores, por exemplo, tornaram caducos diversos destes conhecimentos empíricos, sendo capazes de processar “um volume considerável de informações necessárias à captura, tornando obsoleto o longo processo de aprendizado de pai para filho” (Ibidem, p. 98).

O anúncio da economia solidária como sendo uma alternativa viável à melhoria da qualidade de vida dos pescadores artesanais, já foi destacado em estudos anteriores de nossa Dissertação de Mestrado (OLIVEIRA, 2008). Ainda assim, enfatizamos o papel que assumem as cooperativas, na atualidade, no sentido de possibilitarem o fortalecimento da esperança destes profissionais, assegurando o caráter antecipatório dos projetos empreendidos. Destaca-se, neste aspecto, a reflexão de Ernst Bloch, ao afirmar a necessidade do interesse revolucionário da esperança para se tornar *auto-expansão*, estando situada para além da

espera vã, perspectiva também trabalhada por Paulo Freire: “a esperança não consiste em cruzar os braços e esperar. Na medida em que lute, estou amadurecido para a esperança. Se combato com a esperança, tenho o direito de confiar” (FREIRE, 1980, p. 84). Do mesmo modo, na acepção de Bloch, a *esperança que encoraja para o embate* se constitui como um impulso humano para a felicidade:

Pois essa esperança está fundada no impulso humano para a felicidade e dificilmente poderá ser destruída, e com suficiente clareza ela sempre foi um motor da história. Ela o foi como expectativa e instigação para um objetivo positivamente visível, pelo qual importa lutar, e dá impulso para a frente no transcurso monótono do tempo (BLOCH, 2005, p. 430).

Assim como Bloch, Freire destaca o sonho e a esperança como sendo a referência para um amanhã que se apresenta como problemático, e “jamais é inexorável” (FREIRE, 2000, p. 43). Nesta ótica, concebemos o sonho como sendo um motor da história: “Nenhuma realidade social, histórica, econômica é assim porque está escrito que assim seja. Enquanto presença na História e no mundo, esperançadamente luto pelo sonho, pela utopia, pela esperança” (Ibidem, p. 115-6). Assim, buscamos respaldo nos autores citados para compreender as imagens de esperança em relação ao processo de trabalho dos pescadores artesanais.

Laudeci deixa evidente em seu depoimento que a esperança na economia solidária está relacionada à possibilidade de aumentar o percentual lucrativo no comércio de pescados: “*Eu tenho esperança sim, porque isso [a associação] vai fazer com que nós nos livramos do intermediário, porque o peixe ao invés de ser vendido por um preço é vendido por outro, e através dessa associação nós vamos ter um preço melhor e isso vai dar mais entusiasmo para o [pescador] trabalhar, vai trabalhar com mais vontade, porque vai ganhar mais*” (Laudeci, entrevista 2). Ainda assim, conforme o seu relato, os benefícios se estendem aos mecanismos que uma cooperativa possibilita ao facilitar o acesso dos pescadores às políticas públicas para a compra dos seus instrumentos de trabalho: “*aquele que não pesca, que não pode pescar vai ter responsabilidades [na cooperativa], vai ter o serviço dele ali e vai ganhar mensalmente, vai ter salário pra quem trabalhar ali, quer dizer que ela vai nos oferecer muita vantagem, vamos nos ver livre do intermediário e outra, no material de pesca vamos ter vantagens porque vamos poder comprar o material de pesca por um valor de fábrica, através da associação, que é o que nós pretendemos, ter vantagem em tudo, no negociar o peixe e no material de pesca que vamos precisar pra trabalhar*” (Laudeci, entrevista 2).

A esperança apresenta-se na expressão dos desejos destes trabalhadores em *“trabalhar praticamente o ano todo, porque até no defeso a gente tem uma safra de linguado, uma safra de peixe-rei, e a gente pode fazer no defeso uma formação de renda só pra melhorar a renda da família do pescador...”* (Rubinei, entrevista 2).

Estes desejos anunciam suas concepções em relação aos benefícios que a economia solidária pode proporcionar, estendendo-se a um período em que sua idade e força física os impossibilitem de não realizarem a atividade da pesca, como expressa Laudeci: *“O meu futuro na APESMI é que quando eu não puder pescar mais, que eu tenha um cargo ali que eu possa fazer, ou ser um guarda da APESMI, um segurança, um guarda, ou ser um... como é que se diz..., não digo chefe..., e ajudar o pessoal com a minha experiência, é isso aí. Sobre uma coisa que eu tenho mais experiência, explicar como é, como não é, como tem que ser”* (Laudeci, entrevista 2). Além disso, expressam que os benefícios da economia solidária podem ser estendidos para o restante de seus familiares: *“Através da associação a gente acha que, eu espero que a associação cada vez cresça mais e que seja uma grande firma amanhã ou depois, eu tenho essa esperança, construir isso aí para os familiares da gente, porque amanhã ou depois a gente venha a morrer..., e para os familiares dos sócios também que tem todo o direito de trabalhar na associação e assumir cargos”* (Laudeci, entrevista 2).

Consideramos imperativo integrar à análise, a percepção de um conflito que se estabelece na medida em que a degradação ambiental influencia o desejo de romper com o prosseguimento da profissão de pescador na família, apesar da economia solidária se constituir como uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, fortalecendo sua esperança em relação ao seu processo de trabalho. Esta concepção deriva do desejo de que seus filhos não vivenciem o processo histórico de exploração e de dificuldades que marcam as suas lembranças da infância e da vida adulta.

Para explicitar tais argumentos, mencionamos o depoimento de Laudeci que inter-relaciona o desejo de descontinuidade da profissão ao processo de escassez dos recursos devido à sobrepesca: *“O sentimento é que essas pessoas, essa gurizada nova que vai acompanhar e continuar na pesca o sentimento é que eles não vão ter essa fartura de peixe que nós tivemos. Então, é por isso que muitos pais dizem para os filhos ‘olha, eu não quero que tu seja pescador artesanal, eu quero que tu lute por outra profissão, que tu estude pra ser outra coisa e não pescar’, porque o pescador está vendo que a pesca está [em crise], então, chega no inverno, no verão a gente ganha dinheiro na pesca, mas no inverno não ganha, tem um mês ou dois bons no inverno e o resto é ruim”* (Laudeci, entrevista 2).



Assim, os pescadores artesanais se mostram cientes quanto aos problemas ecológicos globais que integram a situação dos estoques de pesca. Neste aspecto, o pescador Laudeci cita alguns fatores que contribuem para esta problemática, sendo a fiscalização deficitária da pesca predatória na Lagoa dos Patos, o aumento no número de pescadores, bem como a poluição ambiental urbana: *“O que prejudica mais é essa pescaria predatória que não deixa o peixe se criar direito, e essas granjas são uma coisa que prejudica muito, a poluição ambiental”* (Laudeci, entrevista 2). Nesta perspectiva, expõe sua concepção sobre o futuro da pesca artesanal: *“A pesca eu vou te dizer uma coisa, o futuro da pesca não nos oferece muita coisa não, em termos de fatura de peixe, porque, de primeiro, existia muito peixe no oceano, mas não existia tanto pescador como existe agora, quer dizer que dava mais entrada de peixe pra nós aqui [na Lagoa dos Patos], quer dizer que o pescador aumentou demais e o mar continua do mesmo tamanho...”* (Laudeci, entrevista 2).

Inúmeros depoimentos destacaram que, as oportunidades dos dias de hoje, permitem que os filhos de pescadores encontrem maiores possibilidades na escolha de uma profissão, quando comparado ao período de trabalho na pesca predominante nas décadas de setenta e oitenta. O anseio pela descontinuidade implica o desejo de que seus filhos não vivenciem as dificuldades que enfrentaram na pesca junto aos seus pais: *“... a gente com 12, 13 anos... estudava... e hoje a gente diz que o filho estude, estude, estude, e eu estudava e chegava em casa e ia pro mar com o meu pai, pescar à noite . (...) naquela época a gente dormia embaixo da rede molhada, a gente dormia ao relento, no sereno, a gente andava de pé descalço não usava nem bota de borracha... a noite toda... madrugada... frio... mês de agosto, julho, agosto, né... a gente vivendo aquilo tudo ali..., às vezes, produzindo pouco, (...) acompanhei meu pai muito nisso”* (Loredi).

Ao expressarem o desejo de que os seus filhos se dediquem aos estudos e não ingressem na pesca, não estão se referindo somente à concepção sobre as amplas oportunidades de trabalho existentes na atualidade, mas remetem a um passado de dificuldades financeiras e a contextos inóspitos de trabalho: *“eu prefiro que eles, [os meus filhos], não entrem [na atividade da pesca], espero que tenham a vida deles, são casados, tem família constituída, eu espero que eles continuem assim, porque vai ser difícil pra eles, a gente também quando trabalha em pesca tem algumas fases da vida da pessoa que a gente sabe que é difícil, a gente sabe. Mas, com certeza, a pesca é a mais sofrida que tem de todas as atividades de renda familiar, financeiramente, a pesca é muito difícil, é mais difícil da pessoa sobreviver dela”* (Rubinei, entrevista 1). Laudeci afirma que a expansão portuária da cidade do Rio Grande, na atualidade, incentiva os pescadores a abandonarem a sua profissão:

*“[Com a expansão portuária] os pescadores estão aproveitando, estão fazendo cursos, estão aproveitando pra arrumar um emprego pra sair fora da pesca” (Laudeci, entrevista 2).* Lore di também rememora os conselhos de seu pai que, durante a sua infância, recomendava aos seus filhos seguirem outra profissão: *“Porque desde daquela época tinha essa coisa assim de dizer pros filhos... ‘Bah meu filho vai fazer outra coisa... a pescaria não é futuro pra ninguém’... e a gente se criou escutando muito isso, né... e eu dizia, não, mas eu vou ser bombeiro, eu vou ser brigada, essas coisas assim né..., vou estudar pra isso...” (Lore di).*

Aliado às dificuldades inerentes ao trabalho da pesca, o anseio pela descontinuidade da profissão na família, também está relacionado a um entendimento sobre um agravamento dos problemas ambientais no setor, como coloca o pescador Laudeci: *“Ah, existe, na minha visão existe [uma crise na pesca], e é devido à poluição e o pescador ter [em quantidade] demais, porque é muito pescador também e a fiscalização é fraca e a fiscalização alega que quando a pressão é grande demais, a fiscalização alega que não tem estrutura pra fiscalizar” (Laudeci, entrevista 2).*

Ante esta compreensão, sinalizam a necessidade de construir um trabalho de conscientização ambiental na zona urbana: *“[o lixo que jogam no mar] vai parar no meu porto, vai parar no porto do vizinho conforme a maré, conforme o vento, aquela coisa toda, vai parar no oceano onde a tartaruga engole, que nem umas filmagens dos bichos mortos, que morrem engasgados com o saco plástico. Então, na realidade é isso aí, é a finalidade isso aí sobre o meio ambiente, então, [deve] ter algum trabalho assim só sobre o meio ambiente, limpar as margens da Lagoa [dos Patos] e conscientizar as pessoas” (Rubinei, entrevista 2).* Neste entendimento, relacionam os problemas ambientais existentes na pesca com as questões que integram o desenvolvimento econômico, através da expansão portuária da cidade do Rio Grande: *“se uma curvina está 20 metros, aquela pressão [realizada pela dragagem no porto do Rio Grande], aquele ar vai puxar aquele peixe em 20 metros pra longe, vai matar aquele peixe, aquele é um peixe que estava ovado, que vinha entrar [na Lagoa dos Patos] pra desovar, quer dizer, se vai matar as crianças não vão ter adultos, então, esse é um grande problema” (Rubinei, entrevista 2).*

Assim, encontro na fala de Laudeci, Rubinei e Lore di significados do que é ser pescador artesanal, integrando as suas leituras às concepções sobre os modos de viver da pesca. A importância desta investigação está relacionada ao propósito de reconhecer estes trabalhadores como sujeitos de conhecimentos e de habilidades, considerando que suas histórias orais de vida são fundamentais aos projetos construídos no campo da Educação

Ambiental, relacionados ao estudo do ecossistema em que atuam. Diegues compara o pescador a uma forma de artesanato:

Se compararmos um pescador artesanal a um artesão de móveis, constatamos algumas diferenças importantes. Este adapta seus instrumentos de trabalho a uma matéria-prima relativamente homogênea: a madeira. Já o pescador artesanal é obrigado a dominar o manejo de diferentes instrumentos de captura utilizados para diferentes espécies de pescado, num meio ambiente em contínua mudança (DIEGUES, 1983, p. 198).

Assim, pretendemos dar visibilidade às imagens de esperança que estão sendo construídas no contexto da pesca artesanal, por meio da investigação de suas histórias orais, evidenciando suas concepções em relação à solidariedade, ao processo de aprendizado na economia solidária e as dificuldades e obstáculos enfrentados no cotidiano do processo de trabalho. O próximo texto intitulado “A casa natal abriga uma casa onírica” integra o debate sobre a segunda categoria *a priori* de análise, qual seja, a compreensão sobre as imagens de infância de pescadores artesanais.

#### 4.5. A CASA NATAL ABRIGA UMA CASA ONÍRICA

O mundo real apaga-se de uma só vez, quando se vai viver na casa da lembrança. De que valem as casas da rua quando se evoca a casa natal, a casa de intimidade absoluta, a casa onde se adquiriu o sentido da intimidade? Essa casa está distante, está perdida, não a habitamos mais, temos certeza, infelizmente, de que nunca mais a habitaremos. Então ela é mais do que uma lembrança. É uma casa de sonhos, a nossa casa onírica (BACHELARD, 2003, p. 75).

O capítulo propõe para a discussão o que Bachelard denomina a partir da epígrafe em destaque: uma vivência na casa da lembrança, evocando-se as imagens da casa natal, na qual apesar de não a habitarmos mais, faz-se presente nos sonhos de intimidade que abrigam cada canto, gaveta, armários e cômodos de nossa memória de infância, enfim, traduzem os registros do nosso cotidiano. Especialmente, neste capítulo, as imagens de intimidade reúnem as vivências de infância da pesquisadora na casa natal e as lembranças de pescadores artesanais que possuem o histórico da profissão em sua família. Assim, salienta-se que as imagens da pesquisadora em relação a estas vivências foram compartilhadas com as percepções dos filhos de pescadores que foram entrevistados e que, atualmente, seguiram a profissão de pescador artesanal de seus pais. Portanto, nestes relatos, somam-se as percepções de filhos de pescadores sobre as lembranças da casa natal, registrando-se o cotidiano, as imagens sobre as águas e sobre os devaneios de infância, incluindo as memórias sobre a rotina de trabalho da família e sobre o processo de aprendizado do ofício de pescador. A discussão toma como base o aporte teórico de Gaston Bachelard (1988; 1993; 2003) e Diegues (1983; 2004).

O presente texto é estruturado a partir de três pontos de discussão sobre a temática da casa natal e da casa onírica. Primeiramente, parte da perspectiva de entendimento do conceito da casa onírica a partir da filosofia do habitar de Gaston Bachelard. No segundo ponto de análise, destaca-se a construção de uma interlocução entre os escritos deste filósofo e a leitura da casa onírica a partir das lembranças e imagens de felicidade da antiga morada da pesquisadora. Além disso, problematiza-se a experiência e ligação do pescador artesanal com o universo de sua morada, enfocando-se a discussão na construção das imagens de infância, e os conflitos estabelecidos com o contexto do ecossistema costeiro, ou seja, com o universo de seu trabalho, sendo este o terceiro foco de discussão do capítulo. Partimos do entendimento da

importância de, na atualidade, rompermos com a concepção capitalista de posse da terra, na qual é fragmentadora e desestabilizadora, mercantilizando e individualizando o espaço das relações sociais. Diante deste contexto, afirma-se a necessidade de resgatarmos os valores oníricos do espaço em que habitamos, construindo moradas de integração, de recolhimento e de estabilidade para o ser humano, restituindo-se a casa que abriga o devaneio como conceito de casa onírica.

#### ***4.5.1. A casa como força de integração para os sonhos***

(...) a casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o princípio de ligação é o devaneio (BACHELARD, 1993, p. 26).

Para a compreensão das imagens presentes nos valores particulares do ser humano, duas dinâmicas de espaços se mostram fundamentais ao pesquisador: o entendimento do mundo externo à nossa intimidade (o universo de trânsito coletivo, o espaço da comunidade) e o universo do nosso refúgio, ou como se refere Bachelard, os “redutos e cantos onde gostamos de nos encolher” (1993, p. 21). Este último se apresenta como o mundo do lar em que nos abrigamos, sendo o ponto rico que nos fornece numerosos documentos e informações sobre a nossa história e sobre uma amplitude de imagens que retornam através das lembranças das antigas moradas. Torna-se imperativo destacar que interessa ao filósofo os *valores oníricos* de todos os abrigos e refúgios do ser humano, ou seja, a vivência da casa natal que permite evocar a positividade das lembranças, os bem-estares do passado, as imagens de felicidade e de proteção sem negar, entretanto, os medos, as angústias e as incertezas que a compõe.

Assim, remetemo-nos à casa natal como o nosso canto do mundo, o nosso primeiro universo, nosso abrigo de proteção: “Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos” (Ibidem, p. 24). Ao realizarmos o esforço de compreender as imagens que compõe a poética do espaço em que habitamos, afastamo-nos da concepção de moradia do ser humano na atualidade, no qual vivencia a mercantilização dos espaços em que habita. Desse modo, no atual modelo de

produção econômica há o incentivo ao desenraizamento do indivíduo, fomentando-se o individualismo, o desapego, a insegurança e o abandono através da apropriação capitalista do espaço, de modo que a figura do proprietário empenha-se em construir “almas apátridas que estão sempre em exílio na terra” (Bachelard, 2003, p. 92). Destaca o filósofo que a “nossa vida adulta é tão despojada dos primeiros bens, os vínculos antropocósmicos são tão frouxos, que não sentimos sua primeira ligação com o universo da casa” (Ibidem, p. 24).

Ante a constante ameaça de o sujeito vivenciar a instabilidade de um viajante e o sentido de não pertencimento, salientamos que a concepção política da filosofia do habitar de Bachelard integra a necessidade de, nos dias de hoje, construirmos espaços que permitam fixar o sujeito em um refúgio, enraizá-lo em um canto do mundo, resgatando-se a noção de pertencimento, de proteção, de estabilidade e segurança do lugar que habitamos. No contexto capitalista, o ser humano afasta-se de sua natureza primitiva, desnaturalizando-se em meio às características que compõe o cotidiano de um sujeito que vivencia o contexto urbano da grande cidade, de modo que sem o regaço da casa o homem se torna um ser disperso: “Antes de ser jogado no mundo, como professam as metafísicas apressadas, o homem é colocado no berço da casa. E sempre, nos nossos devaneios, ela é um grande berço” (Ibidem, p. 26). Sendo assim, a casa é um componente de estabilidade, é uma força de integração que mantém o acolhimento e a proteção, na medida em que “afasta as contingências” e “mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida” (Ibidem, p. 26).

A pesquisa fenomenológica de Gaston Bachelard permite que possamos compreender a casa em seus valores oníricos, no sentido de que seus espaços evocam sentimentos, lembranças e imagens que remetem à intimidade de cada ser humano. Entretanto, o filósofo preocupa-se em resgatar o onirismo presente nas *imagens de felicidade* que se encontram nos lugares de repouso que habitam a casa da lembrança, porém, sem desconsiderar os aspectos negativos, como os medos e as angústias, mas relacionando-os aos elementos do fogo. Neste sentido, a casa onírica diverge da casa natal, sendo que enquanto esta é sinônimo de propriedade familiar, aquela tem o sentido de lugar de *repouso maternal*, “onde a vida recobra seus valores germinativos” (Ibidem, p. 95). Partindo desta perspectiva, podemos afirmar a necessidade de, nos dias de hoje, serem retomados os sentidos da filosofia do habitar de Gaston Bachelard, resgatando-se a noção da casa onírica, da ação de habitar um determinado espaço onde “(...) recuperamos a sombra, o repouso, a paz, o rejuvenescimento” (Ibidem, p.95), princípio que se difere da concepção da casa como propriedade econômica, onde os espaços são mercantilizados e individualizados. Portanto, em relação à função do fenomenólogo, o filósofo destaca que: “(...) o fenomenólogo faz o esforço necessário para

compreender o germe da felicidade central, segura, imediata. Encontrar a concha inicial em toda moradia (...)" (BACHELARD, 1993, p. 24). Ao encontrar o sentido da casa onírica nos aproximamos do conceito de experiência primitiva do ser humano, ou seja, ao captar as imagens de felicidade que envolve as antigas moradas, resgatamos as experiências de bem-estar e de acolhimento do lar paterno, constituindo-se num elemento de enraizamento e estabilidade, conquanto que rompe com o princípio de dispersão e insegurança da vida moderna.

A partir da percepção de Bachelard, ocupamos e exploramos a casa antes de habitar o mundo, assim, a casa onírica está para além do "instinto de proprietário" (2003, p. 92), constituindo-se, através das imagens e das lembranças, em uma força de proteção, por esse motivo, temos a necessidade de revivê-la e de reencontrá-la como um lugar de repouso: "Ainda gostamos de viver na casa que já não existe, porque nela revivemos, muitas vezes sem nos dar conta, uma dinâmica de reconforto. Ela nos protegeu, logo, ela nos reconforta ainda" (2003, p. 92). Assim, a casa é o "nosso canto do mundo. (...) nosso primeiro universo" (1993, p. 24). Desse modo, apesar do ser humano abandonar o espaço da sua casa natal, nela ele habita e para ela, ele regressa, através das lembranças, fornecendo "imagens à vontade de se enraizar, de permanecer" (2003, p. 93), inclinando-se à vontade de reviver os devaneios de felicidade. Neste sentido, a casa onírica que abriga os nossos sonhos de proteção é acolhedora, por esse motivo, o filósofo se refere a ela como o regaço materno: "A realidade materna foi multiplicada imediatamente por todas as imagens de intimidade. A poesia da casa retoma esse trabalho, reanima intimidades e recobra a grande segurança de uma filosofia do repouso" (BACHELARD, 2003, p. 94).

Para o pescador artesanal a casa que habita é seu lugar de retiro, de repouso, no qual a percebe como recanto tranquilo e isolado, frente ao meio e o contexto inseguro em que trabalha, em que o seu sentido compreende a solidão, o mistério e a instabilidade do mar. Bachelard comenta que a casa natal é testemunho da proteção, mesmo aquelas no qual se abrigam uma vida sacrificante, desse modo, a casa da infância do pescador é a morada de refúgio. Assim, apesar das imagens de uma rotina de trabalho desgastante e sofrida, para o pescador "(...) o pobre abrigo mostra-se então claramente como o primeiro abrigo, como o abrigo que cumpre imediatamente sua função de abrigar" (Ibidem, p. 80).

Importante enfatizar que a casa onírica difere-se do sentido capitalista de propriedade, posse e riqueza material. Passamos a compreendê-la, portanto, no seu "aspecto cósmico", como espaço de criação de sonhos e imagens de felicidade, como a "única em que se pode viver os devaneios de intimidade em toda a sua variedade" (Ibidem, p. 81). Na casa onírica se

encontram os sonhos de intimidade, as infelicidades imaginadas, os medos armazenados, mas, sobretudo, ela se alimenta "apenas de sonhos positivos, dos sonhos que voltarão ao longo de toda a vida como impulsos para inúmeras imagens" (BACHELARD, 2003, p. 86). Sem negar, portanto, os aspectos negativos que emergem da casa onírica, Bachelard, entretanto, destaca-a como espaço de felicidade e criação de sonhos. Desse modo, compreendemos a casa natal como espaço patriarcal, como bem da família e da convivência coletiva, diferenciando-se da casa onírica uma vez que esta é "uma casa onde vivemos só" (Ibidem, p. 81), pois "há nela um infinito" (Ibidem, p. 77). Nesta perspectiva, a casa onírica é o espaço da contemplação, do espetáculo e da intimidade, dos valores de proteção e de abrigo, constitui-se como o lugar da tranquilidade e dos refúgios particulares:

A casa onírica é um tema mais profundo que a casa natal. Corresponde a uma necessidade mais remota. Se a casa natal põe em nós tais fundações, é porque responde a inspirações inconscientes mais profundas - mais íntimas - que o simples cuidado de proteção, que o primeiro calor conservado, que a primeira luz protegida. A casa da lembrança, a casa natal, é construída sobre a cripta da casa onírica (Ibidem, p. 71).

A Lagoa dos Patos acolhe as moradas das famílias de pescadores em suas margens. As imagens destas casas evidenciam uma vida humilde e sacrificante, possuindo características que se confundem com a imagem do pescador artesanal: as casas são antigas e escuras e a madeira sem pintura possui as marcas das consequências do constante contato com o vento e com a maresia, onde suas cores se confundem com as cores das águas da lagoa. Os pescadores artesanais experienciam a cidade tanto como lugar de morada, quanto como zona de comercialização de sua mercadoria:

Para os pescadores artesanais a cidade é o mercado por excelência, onde dia a dia eles se defrontam com os atravessadores no momento de vender o peixe. É ali também que vão procurar o combustível, o gelo, o óleo. É ali que eles habitam também, geralmente em casa pobres, nos arrabaldes da cidade, ou entulhados na área do porto. Desapareceu a roça, a plantação e surgiu o mar, para onde diariamente saem para buscar o peixe, imediatamente transformado em valor de troca (DIEGUES, 1983, p. 221).

Em relação às imagens de infância sobre a casa natal, coloca um pescador: "*A casa era uma casa de madeira e a cobertura dela era de macega, não era de telha nem era de [amianto], não era de telha e não era de lage, era de macega naquela época, todos os pescadores na Ilha dos Marinheiros, nessa época [década de 60], era tudo de madeira na*



*volta, pintadinha, com pintura na madeira, mas a cobertura da casa era com macega e sem forro, não tinha forro” (Laudeci, entrevista 1).*

As residências dos trabalhadores do mar, portanto, adquirem uma singularidade nas cores e na sua construção artesanal, sendo sensíveis à ação dos elementos corrosivos da natureza, tais casas possuem traços que simbolizam a relação conflituosa do ser humano com o ecossistema costeiro, imprimindo "lembranças imperecíveis" (BACHELARD, 2003, p. 82) a todo pescador artesanal. Assim, a casa do pescador está situada na fronteira de dois mundos, sendo o limite entre o contexto agressivo da lagoa e a proteção do interior de cada morada, por esse motivo compreendemos que o pescador vivencia constantemente a "(...) luta da casa contra a tempestade" (Ibidem, p. 88).

Estes conflitos entre o espaço da casa e a ação do mar se fazem presentes na vida das famílias de pescadores, pois as residências se localizam nas margens das lagoas. Um pescador relata a história de uma enchente que ocorreu na década de oitenta na cidade do Rio Grande, onde as águas da Lagoa dos Patos invadiram as casas dos pescadores, sendo necessária a solidariedade da comunidade para salvar os barcos que estavam sendo prejudicados com o temporal: “[O pescador] precisa da solidariedade do outro, já é de 40, 60 anos atrás, desde que começou a pesca, sempre foi assim, o ano que deu aquela enchente aquele [vento] nordestão, a água mesmo passou a minha casa, dentro do meu pátio tinha sete botes e doze caícos, dentro do meu terreno, e eles andavam a motor dentro do meu terreno, eu fazia sinal pra eles [os pescadores que estavam na lagoa] virem [pro meu pátio] pois os botes estavam a deriva, e dentro do meu pátio eu via a água na minha cintura, dentro do meu pátio, eu fazia assim [um sinal] pra eles colocarem na revessa porque tem a árvore, aí eles entravam a motor amarravam e deixavam ali. Quando passou a água, nós éramos oitenta homens pela praia vindo, vinte em um bote, dez no outro, éramos trinta ou quarenta homens” (Rubinei, entrevista 2).

Diegues traz uma colocação a esse respeito ao destacar o particularismo presente na estrutura das classes urbanas dos trabalhadores do mar, do qual os pescadores artesanais fazem parte. Pelo fato de precisarem estar próximos às regiões urbanas, pois necessitam adquirir certos produtos como o gelo e o combustível, como também dependem da comercialização do pescado nos mercados, estes fatores, acabam delineando a forma das moradias destes trabalhadores nas cidades: “Os pescadores costumam se concentrar em certos bairros, geralmente próximos aos portos de desembarque. Sem dúvida, o cuidado constante com os equipamentos de pesca, o perigo de roubo, extravio, obriga o pescador a estar perto do

porto” (DIEGUES, 1983, p. 227).

Bachelard em sua filosofia do imaginário nos auxilia a pensar sobre as imagens que estão enraizadas a partir das impressões visuais da janela da nossa casa onírica: "A casa dá ao homem que sonha atrás de sua janela (...) o sentido de um exterior tanto mais diferente do interior quanto maior a intimidade do seu quarto. Parece que a dialética da intimidade e do Universo é especificada pelas impressões do ser oculto que vê o mundo na moldura da janela" (Ibidem, p. 89). O autor denomina a contemplação das imagens vistas atrás da janela de nossa casa como *devaneios emoldurados*. A história da casa, portanto, integra as imagens que emergem a partir da moldura das janelas de nossas moradas.

Bachelard utiliza a metáfora da estrutura vertical de uma casa de três andares para explorar a sua "topologia onírica", sendo um elemento sugestivo para uma "psicologia da vida fechada" do ser humano: "Assim, não há verdadeira casa onírica que não se organize em altura; com seu porão enterrado, o térreo da vida comum, o andar de cima onde se dorme e o sótão junto ao telhado, tal casa tem tudo o que é necessário para simbolizar os medos profundos, a trivialidade da vida comum, ao rés-do-chão, e as sublimações" (BACHELARD, 2003, p. 86). Desse modo, enquanto um arquiteto pode analisar uma casa pela sua topologia geométrica, a filosofia bachelardiana explora a concepção da casa de três ou quatro andares em sua perspectiva onírica, como sendo uma metáfora do ser humano, onde no porão se encontram os medos, as inseguranças e as incertezas, no térreo está o espaço da vida familiar e comunitária no qual é facilmente transitável, e no sótão estão as possibilidades, o imaginário criador, o que pode-vir-a-ser, pois, de acordo com o autor: "(...) uma casa que assinala a cada passo a sua profundidade, é também descer em nós mesmos" (BACHELARD, 2003, p. 96).

Portanto, a casa revela "grandes signos da profundidade", é expressão da personalidade e das experiências cotidianas daquele que a habita, no qual o ser humano vivencia o desgaste das coisas e assinala cada espaço de sua morada às imagens de um "passado enorme que já não tem data, que já não sabe as datas de nossa história" (Ibidem, p.96). De modo que o filósofo associa o conhecimento e o exame minucioso da estrutura de nossa casa como sendo um instrumento de análise para a alma humana, pois nossas lembranças e nossos esquecimentos "estão alojados" nos redutos e nos cantos dos espaços de intimidade de nossa morada: "Nossa alma é uma morada. E, lembramo-nos das casas, dos aposentos, aprendemos a morar em nós mesmos. Já podemos ver que as imagens da casa caminham nos dois sentidos: estão em nós tanto quanto estamos nelas" (BACHELARD, 2003, p. 20).

Bachelard afirma que o tempo é revelador do desgaste que se mostra "penetrante e

melancólico, com cheiro de antigas roupas gastas" (Ibidem, p.97), comunicando a morte das coisas, de modo que a relação que o sujeito constrói com a casa onírica que habita revela a constituição de uma *casa-corpo*, "uma casa onde se come, onde se sofre, uma casa que emite queixumes humanos" (Ibidem, p. 97). O filósofo utiliza a imagem do escritor Michel Leiris para expressar o sentido da casa onírica como *casa-corpo*, de modo que cada elemento particular da morada se revela como "um eixo de descida às profundezas humanas" (Ibidem, p. 98):

Estranhos rumores continuavam a chegar em mim, e eu escutava os imensos sofrimentos que inflavam as casas com seus foles de forja, abrindo as portas e as janelas em crateras de tristeza que vomitavam, colorida de amarelo, sujo pela luz doentia dos lampiões familiares, uma inesgotável enxurrada de sopa, misturada aos ruídos de discussões, de garrafas desarrolhadas por mãos suadas e de mastigações (LEIRIS apud BACHELARD, 2003, p. 98).

Utilizando-se da narrativa de Michel Leiris, Bachelard afirma que na concepção da casa onírica o ser se animaliza, onde a descida a um passado revela os "fantasmas dos objetos e os fantasmas dos órgãos" (BACHELARD, 2003, p.97), de modo que o sujeito, em sua velhice sente o peso das vísceras como uma "mala cheia, não de roupas, mas de carne de açougue" (Ibidem, p. 97). Ainda explorando os escritos de Leiris, explora a concepção da *casa-corpo*, destacando que as lembranças e "os acontecimentos de que me recordava percorriam de cima a baixo o âmagos de meus músculos como tarraxas vagueando nas paredes de um móvel (...)" (LEIRIS apud BACHELARD, 2003, p. 97).

No universo da casa, todos os cantos e refúgios tem valores oníricos, conquanto que "não é somente no momento presente que reconhecemos os seus benefícios. Os verdadeiros bem-estares têm um passado" (BACHELARD, 1993, p. 25). A casa, através da vivência do passado pelo sonho, interliga memória e imaginação por meio da união entre lembrança e imagem:

Assim, a casa não vive somente no dia-a-dia, no curso de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, retornam as lembranças das antigas moradas, transportamo-nos ao país da Infância Imóvel, imóvel como o imemorial (BACHELARD, 2003, p. 25).

As lembranças do mundo exterior não possuem o mesmo valor que as lembranças da casa onírica, pois a mesma reconforta o sujeito sonhador ao reviver as imagens de felicidade: "Nessas condições, se nos perguntassem qual o benefício mais precioso da casa, diríamos: a

casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz" (Ibidem, p. 26). Ao ser expulso de casa, o sujeito experimenta a hostilidade do universo, enquanto que as *moradas do passado* têm o benefício da autovalorização, sendo imperecíveis as experiências vivenciadas no espaço reconfortante em que o filósofo denomina de *o primeiro mundo do ser humano*.

Bachelard salienta que a compreensão da história de um sujeito deve focar a análise das lembranças dos locais da vida íntima, ou seja, dos espaços da intimidade, uma vez que "as lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas" (BACHELARD, 1993, p. 29). Entretanto, o entendimento dos valores de intimidade deve rejeitar uma suposta descrição do espaço vivido, pois a *leitura de uma casa* é compreensível somente àquele que viveu a intimidade de uma lembrança, enfim, que foi fisicamente inserido nos aposentos de sua casa natal, pois "só eu, em minhas lembranças de outro século, posso abrir o armário profundo que guarda ainda, só para mim, o cheiro único, o cheiro das uvas que secam na grade" (Ibidem, p. 33). Assim, a realidade da casa onírica não pode ser objetivada através da descrição minuciosa, pois: "As verdadeiras casas da lembrança, as casas onde os nossos sonhos nos conduzem, as casas ricas de um fiel onirismo, rejeitam qualquer descrição. Descrivê-las seria mandar visitá-las. Do presente pode-se talvez dizer tudo, mas do passado! A casa primordial e oniricamente definitiva deve guardar sua penumbra" (Ibidem, p. 32).

Destacamos que texto a seguir irá focar as lembranças sobre a casa natal da pesquisadora, inter-relacionando a escrita narrativa às contribuições teóricas de Bachelard.

#### ***4.5.2. Um reencontro com os devaneios de infância***

A infância é certamente maior que a realidade. Para experimentar, através de nossa vida, o apego que sentimos pela casa natal, o sonho é mais poderoso que os pensamentos. (...) É no plano do devaneio, e não no plano dos fatos, que a infância permanece em nós viva e poeticamente útil. Por essa infância permanente, preservamos a poesia do passado. Habitar oniricamente a casa natal é mais que habitá-la pela lembrança; é viver na casa desaparecida tal como ali sonhamos um dia (BACHELARD, 1993, p. 35).

Primeiramente, destacamos Paulo Freire e a sua especificidade de registrar os devaneios de intimidade a partir da valorização de sua casa e terra natal: o autor descreve sua Terra como sendo algo único e peculiar, que não se constitui somente pelas suas características geográficas, econômicas ou políticas, mas enquanto espaço histórico, que abriga memórias, identidades, fomes, alegrias, sonhos e esperanças:

(...) minha terra envolve o meu sonho de liberdade. Que não posso impor a ninguém, mas por que sempre lutei. Pensar é nela assumir esse sonho que me alenta. É lutar por ele. Nunca pensei minha Terra de modo piegas: ela não é superior ou inferior a outras terras. A Terra da gente é sua geografia, sua ecologia, sua topografia e biologia; mas é também o que mulheres e homens fizemos dela (FREIRE, 2006, p. 28).

Assim, anterior ao momento de nos tornarmos educadores e pesquisadores do campo da Educação Ambiental, somos construídos por estas memórias que abrigam caminhadas, lutas e projetos de esperança, em que se encontram as peculiaridades das nossas vivências que se constituem no suporte da leitura de mundo que nós construímos.

Podemos afirmar que nossos sonhos partem do particular ao universal. Portanto, estão enraizados na nossa rua, na nossa casa, no nosso quintal e nas gentes que nos são próximas e que, nas particularidades das relações, compartilham projetos, anseios, saudades e angústias. Nossos sonhos e esperanças envolvem a Terra pela qual aprendemos a ver e compreender o mundo. Essa Terra tem a ver com as gentes da cidade, com os pescadores artesanais, com as ruas estreitas de colonização portuguesa da cidade do Rio Grande, com a extensa praia do Cassino, mas também, tem a ver com uma história de exploração, luta por justiça e desesperanças.

Desse modo, quando penso em minha Terra, penso como lugar e espaço que abriga histórias e memórias de esperança de sujeitos que caminham lutando pela melhoria da sua qualidade de vida. Penso nos trabalhadores e trabalhadoras rio-grandinas, especialmente, àqueles relacionados à pesca artesanal que, apesar de contribuírem para o crescimento econômico da cidade, sofrem com a opressão de um desenvolvimento que, nos dias atuais, tanto traz esperanças a uma parcela de sua gente, como carrega consigo o autoritarismo pelo fato de expropriar inúmeras famílias de pescadores de seu espaço histórico e geográfico. Este processo se faz perceber a partir do momento da necessidade de deslocamento destes trabalhadores, pelo fato de serem expulsos da sua Terra, em vistas da ampliação do porto da cidade do Rio Grande, do qual tanto mencionei como lugar de onde partem nossos sonhos e abrigam nossas memórias de esperança. Portanto, essa Terra, a qual é enfatizada como a terra

dos trabalhadores da pesca artesanal, constitui-se como espaço contraditório, imerso em conflitos, os quais ao mesmo tempo em que são concedidas oportunidades a estes trabalhadores, estes se percebem expropriados do seu contorno geográfico, em nome do discurso autoritário do necessário e inevitável desenvolvimento econômico.

Mas, é importante destacar que, nos dias de hoje, afasto-me deste contexto da pesca artesanal para registrar experiências, sentimentos e memórias que expressam um *jeito ambiental de ser* dos pescadores artesanais: a peculiaridade no modo de perceberem a natureza humana e não humana, o modo como acolhem solidariamente um novo pesquisador, a compreensão que possuem da natureza política de sua profissão, enfim, modos e contextos em que se criam e se recriam os saberes de experiência destes trabalhadores. Este modo peculiar de *ser pescador* já foi destacado em nossa pesquisa no Mestrado, no qual enfatizamos as vivências de solidariedade presentes nas relações sociais destes trabalhadores, em nossa casa natal:

Rememorando as imagens deste período, percebi que as relações de reciprocidade constituem o mote que orientam as relações de trabalho na pesca. Quando nosso pai iniciou o trabalho nesta atividade não possuía muitos apetrechos. Começou pescando com uma bóia, por isso era necessário trabalhar com outros companheiros que possuíam redes e liquinhos. Neste sentido, as relações de amizade e solidariedade eram fundamentais para garantir a empreitada pesqueira. Mas, ao longo do tempo, meu pai juntamente com o pescador João, muito habilidoso na confecção de caícos e redes, construiu o seu primeiro barco de pesca, denominando-o de *Aventura*. Presenciei essa arte de tecer as redes de pesca com agulhas de plástico e de madeira (OLIVEIRA, 2008, p. 36).

Neste processo de análise e registro, reconheço-me nas palavras, nos rostos, nos gestos e maneiras de ser dos pescadores e pescadoras, permitindo-me reviver e compreender não somente apenas o que foi observado na pesquisa, mas aquilo que foi experienciado em algum momento do passado, quando do fato de ser criada em uma família de pescador artesanal. Sobre isto, Paulo Freire (1995) enfatiza a importância do que ele denomina como sendo o seu primeiro mundo, ou seja, o quintal da sua casa, especialmente, no período em que esteve exilado. O autor destaca o processo de afastamento da sua terra, tanto temporal, como geográfico, como uma forma de aprendizado e compreensão sobre si mesmo, permitindo a construção de leituras de mundo mais críticas: “Rever o antes visto quase sempre implica ver ângulos não percebidos. A leitura posterior do mundo pode constituir-se de forma mais crítica, menos ingênua, mais rigorosa” (FREIRE, 2006, p. 24).

Dessa forma, quando me reencontro, neste momento, com o espaço de minha infância, apesar de um longo afastamento temporal, vejo-me inscrita e construída em tantos outros espaços, não apenas naquele de minha infância na beira da lagoa denominada Mangueira, mas naquele enquanto pesquisadora, companheira da leitura de mundo dos companheiros de trabalho do meu pai. Percebo nos olhares, nas mãos e rostos dos pescadores de hoje, o sujeito que um dia foi o meu pai. Esta vivência, possibilitada pela pesquisa, é processo de encantamento ao reviver as imagens da minha casa natal e perceber os olhares de horizonte que compõe o olhar destes trabalhadores: olhos de água, de ressaca, de maresia. Sobre a beleza do olhar de gratidão do pescador, Ernest Hemingway ativa as nossas imagens de infância sobre as características dos rostos dos pescadores: “Tudo nele era velho, menos os olhos, que eram da cor do mar e alegres e não vencidos” (HEMINGWAY, 1984, p. 4).

A leitura de mundo que fora sendo construída no âmbito pesqueiro a partir das relações de integração entre o meu pai e os seus companheiros de pesca registrava uma forma de vida muito distante daquela em que vivo atualmente. Hoje, realizando uma leitura de mundo posterior, compreendo a situação concreta de superação e luta diária de uma família de pescadores artesanais. Relembro-me da desesperança embutida na fala e na percepção de meu pai sobre o trabalho com a pesca: desesperança esta que demonstra uma situação concreta de opressão, que expressa a falta de perspectiva que o pescador possui diante das dificuldades da labuta diária. Nos dias de hoje, recordando os meus momentos de inconformismo com a situação em que nós nos encontrávamos, aprendi a entender o motivo da ausência do mover-se na esperança de meu pai e a compreender que a minha rebeldia com a situação socioeconômica da família era fruto de uma visão ingênua da realidade. Dessa forma, a compreensão crítica da realidade implica a percepção do conceito para além da concepção dicionária, ou seja, ao “(...) reconhecer a significação da palavra, devo conhecer as razões de ser do fenômeno” (FREIRE, 2006, p. 31).

Assim, atualmente, ao realizar o exercício da compreensão crítica do contexto de realidade vivenciado, através da pesquisa, percebo a importância da necessidade de aliar a leitura de mundo à leitura da palavra. Desse modo, a atual leitura de mundo que aprendi a realizar, constitui-se de uma compreensão da realidade da pesca artesanal que se alia aos escritos de muitos autores, às percepções de esperança em Educação Ambiental construídas por tantas vozes que optaram pela ruptura, pela denúncia e pela esperança, negando o discurso da adaptação e do imobilismo. Afirmo que este é um dos papéis dos educadores ambientais críticos comprometidos com a constituição de um mundo menos desumano, ou seja, a

construção da *luta com esperança* a partir de um otimismo crítico, de confiança na capacidade humana de ser mais.

Resgatando as imagens das lembranças que temos sobre a casa onírica, ou seja, os devaneios da intimidade que habitam as experiências incorporadas nas vozes, nas paredes, nos quintais e corredores da nossa casa natal, enfatizamos a importância de expressar os sonhos e esperanças que abrigam as imagens de uma lembrança. Neste contexto, destacamos que as imagens sobre a casa natal se constituem como a raiz onírica dos *devaneios da intimidade domiciliar*, as quais envolvem as coisas que se evocam de um passado que está disperso na obscuridade das nossas lembranças. Segundo Bachelard (2003) a casa natal abriga uma casa onírica:

A casa da lembrança, a casa natal, é construída sobre a cripta da casa onírica. Na cripta encontra-se a raiz, o apego, a profundidade, o mergulho dos sonhos. Nós nos “perdemos” nela. Há nela um infinito. Sonhamos com ela também como um desejo, como uma imagem que às vezes encontramos nos livros. Ao invés de sonhar com o que foi, sonhamos com o que deveria ter sido (...) (BACHELARD, 2003, p. 77).

Resgatamos as imagens da casa onírica lembrando o cotidiano que integra a vida de uma família que sobrevive da pesca artesanal. Indicamos que uma imagem habita a lembrança mais íntima da nossa casa natal: dessa forma, o onirismo que expressa a geografia do lugar em que habitamos contamina os sonhos e as lembranças do imaginário sobre a infância e sobre o modo de viver de nossa família. Desse modo, encontro na casa onírica as peculiaridades do quintal de nossa casa, a geografia que expressa o lugar de nossa morada, como a recordação sobrevivente que exprime os primeiros aprendizados e a construção dos valores e percepções sobre o meio ambiente que estão conservados em mim.

Portanto, o sonho sobre a casa onírica apresenta as imagens de uma infância que se desenvolveu em uma casa de pescador que, em seu quintal, possuía inúmeros barcos que se transformavam, a partir das lembranças e imagens do brincar na infância, em *barcos piratas* que enfrentavam as forças hostis do vento e dos inimigos. Estas passagens da infância expressam algumas peculiaridades das vivências dos filhos de pescadores: são retratos vivos e presentes em minha memória, marcados pelos passeios de barco na lagoa denominada Mangueira, a qual seria a extensão do quintal de nossa morada. De acordo com Bachelard (2003, p. 79): “Uma das provas da realidade da *casa imaginária* é a confiança que tem um escritor de nos interessar pela recordação de uma casa da própria infância”.



Ao habitar as imagens da minha casa onírica percebo no seu quintal as árvores de goiaba, de limão, de amora, as parreiras de uva verde e as muitas bananeiras que, além de servirem como labirintos para as brincadeiras de infância também eram utilizadas como esconderijo e retiro para aqueles que eram perseguidos para serem punidos, quando contrariavam as regras da casa. As lembranças também incluem dois enormes pinheiros que, aos olhos das quatro crianças que habitavam a casa natal, pareciam gigantes que ameaçavam ruir sempre que eram atingidos pelos fortes ventos da cidade do Rio Grande. Quando nos deslocávamos para a praia do Cassino, estes pinheiros eram visíveis quando passávamos pela Ponte dos Franceses. Neste momento, lembro-me do nosso pai sempre destacar: “Olhem os dois pinheiros, é lá que está a nossa casa”. A paisagem destes dois pinheiros avistados na Ponte dos Franceses está enraizada nas imagens dos passeios com o nosso pai.

Na casa onírica também habita a imagem de um quarto construído todo em madeira pelo nosso pai em que se encontravam os seus instrumentos de trabalho, enfim, as redes, os liquinhos, as bóias e ferramentas necessárias ao trabalho com a pesca artesanal. Lembro-me dele manter esta peça extremamente organizada, sendo proibida a nossa entrada sem a sua permissão, uma vez que a curiosidade infantil poderia resultar em algum acidente. Recordo-a como uma pequena peça de madeira, sem pintura e sem janela, com uma porta grande e as ferramentas organizadas por tamanhos diversos, pregadas de modo a se encaixarem nas paredes: apresenta-se como a imagem de um humilde cômodo, mas com uma grande importância para o sustento da família.

Enfatizamos que, na escrita deste capítulo, inúmeras imagens de sonhos e diálogos com o nosso pai se apresentam às minhas lembranças sobre a casa onírica. Em muitas de nossas conversas recordo que ele afirmava que um de seus sonhos seria adquirir uma casa própria. Infelizmente, este sonho não se realizou em sua vida.

Podemos enfatizar que este é um dos problemas que muitas famílias de pescadores enfrentam até os dias de hoje, ou seja, a dificuldade de adquirir a sua própria residência, seja pela renda que se mostra insuficiente para a realização deste sonho, seja pela problemática de serem obrigados a se afastarem das regiões ribeirinhas. Por esse motivo, muitas famílias de pescadores moram em pequenas residências alugadas ou em terrenos irregulares nas margens das lagoas.

Sobre isso, enfatizamos a importância das cooperativas para os pescadores artesanais, pelo fato de poderem proporcionar a aquisição da sua casa própria através da participação em editais do governo federal. Um pescador destaca esta conquista: *“Nós tivemos uma conquista que, através da associação, fomos os primeiros a sermos procurados pra casa do governo, eu*

*ganhei a mão-de-obra pra essa casa até então, essa casa aqui estava caindo, era de madeira, e através da associação eu fui um dos primeiros, eu e todos os sócios, fomos uns dos primeiros a ganhar a nossa casa, aqueles que não tinham casa nova, como aquela ali, aquela ali foi casa dada pra pescador, a minha enteada ganhou aquela casa da praia ali também, quer dizer que isso foi uma conquista através da associação” (Laudeci, entrevista 2).*

Nas lembranças dos devaneios de infância fui tomada pelos sonhos de nosso pai e pela esperança de um dia poder adquirir a casa própria. Recordo que em todos os bairros e lugares em que passava, pensava neles como sendo lugares possíveis para a nossa morada. Bachelard (2003, p. 78) cita Henry David Thoreau ao comentar sobre os devaneios do desejo de habitar lugares possíveis:

(...) Na imaginação adquiri todas as fazendas sucessivamente... Qualquer lugar que me sentasse, ali eu poderia viver, e a paisagem irradiava-se me mim. O que é uma casa senão um *sedes*, um assento? Descobri muitos locais para uma casa. Sim, eu poderia viver ali, dizia comigo mesmo; e ali eu vivi, durante uma hora, a vida de um verão, de um inverno; compreendi como poderia deixar os anos passarem, chegar ao fim do inverno, e ver a primavera chegar. Os futuros habitantes dessa região, onde quer que venham a instalar sua casa, podem estar certos de que foram precedidos. Uma tarde era suficiente para transformar a terra num pomar, dividida em bosque e pastagem, assim como para que decidir que belos carvalhos ou pinheiros seriam deixados de pé defronte a porta, e de onde a menor árvore atingida pelo raio poderia se avistar melhor; depois eu deixava tudo ali, em pousio talvez, visto que um homem é rico em proporção do número de coisas que é capaz de deixar tranquilas (THOREAU *apud* BACHELARD, 2003, p. 78-9).

A casa onírica é a casa do abrigo, das imagens de solidão, de refúgio e proteção. Podemos sonhar nossas experiências de modo a recordar o que vivenciamos, o que podemos denominar de *imagens sobreviventes*, mas também podemos lembrá-la do ponto de vista do que poderia ter sido, ou seja, como sendo o testemunho de vivências que acolhem o possível e o imaginário. Enfim, a casa onírica acolhe os devaneios de infância com a sua materialidade e fantasia: recordo-me que ao lado de nossa casa existia um beco sem iluminação que constituía como um atalho para aqueles que desejavam ter acesso à lagoa Mangueira sendo, inclusive a entrada para inúmeros pescadores. Por esse motivo, persistia o medo, especialmente, durante a noite, pois escutávamos as vozes daqueles que passavam pelo beco escuro. Bachelard se refere aos medos de infância quando cita Pierre Loti e o simbologismo que carregavam as escadas de sua casa natal:

Nas escadas, a obscuridade já domina. Em criança, eu tinha medo nessas escadas à noite; parecia-me que os mortos subiam atrás de mim para me agarrar as pernas, e então punha-me a correr angustiadíssima. Lembro-me bem destes pavores; eram tão fortes que persistiam por muito tempo, mesmo numa idade em que eu não tinha medo de nada (LOTI *apud* BACHELARD, 2003, p. 82).

De acordo com Bachelard (2003, p. 88) a descrição de modo detalhado amplia o sentimento de profundidade. Assim, ao entardecer, os companheiros de trabalho se reuniam no quintal de nossa morada para organizarem a empreitada pesqueira: havia a necessidade de utilizarem vestimentas pesadas com as roupas sobrepostas para enfrentarem o frio da madrugada, mas os detalhes evidenciam uma preocupação com a proteção dos pés, uma vez que a lagoa da Mangueira, em virtude do lixo depositado, poderia acarretar algum acidente. Neste momento de organização para mais uma jornada de trabalho somente os homens poderiam participar, pois às mulheres estava reservado o trabalho doméstico e do processo de beneficiamento do pescado. Lembro-me de espiar juntamente com minha irmã, curiosa, de longe, os homens preparando suas redes, liquinhos e bóias para mais uma jornada de trabalho. Nossa mãe se encarregava de preparar o café e alguns pães para matar a fome e driblar o cansaço nas noites frias na lagoa.

O pescador Rubinei comenta sobre o trabalho doméstico realizado pela sua mãe, destacando as inúmeras tarefas incumbidas às mulheres, advertindo a necessidade de estabelecer um registro familiar: “... *tinha de 6, 7 anos [quando comecei a trabalhar na pesca], mas quando nós trazíamos aquele siri pra tirar a carne, quer dizer, a minha mãe fazia toda a função de casa, de limpar a casa, lavar roupa, fazer as refeições e ainda tinha outro cargo, que era manusear o siri também, por isso a importância de um registro familiar*” (Rubinei, entrevista 1).

Para o pescador, a noite possui um significado onírico: o pescador desafia o medo e a insegurança ao enfrentar o horizonte sombrio e as águas escuras da lagoa. No imaginário sobre a noite, o pescador reúne os seus sonhos de proteção. Neste contexto, citamos Bachelard (2003, p. 89): “É preciso que nossa noite seja humana contra a noite desumana. É preciso que seja protegida”. No nosso imaginário sobre a vida noturna, a casa nos protege, torna-se acolhedora. Porém, para o pescador, a tranquilidade noturna assume outros aspectos: as águas da lagoa assemelham-se à imagem da natureza selvagem que abriga o inseguro, o incerto, como coloca Bachelard ao citar Mary Webb: “‘Para aqueles que não têm casa, a noite é um verdadeiro animal selvagem’, não apenas um animal que urra no furacão, mas um animal imenso, que está em toa parte, como uma ameaça universal” (Ibidem, p. 89).

Lembro-me das imagens de rostos e mãos de pescadores: rostos marcados pela constante exposição ao sol, evidenciando as rugas profundas e os cabelos compridos que protegem o trabalhador do frio das longas horas de trabalho nas madrugadas. Ainda assim, a imagem das características das mãos do pescador, evidencia um modo de ser de trabalhadores que vivem do mar e para o mar. Estas mesmas mãos que servem, através de um gesto, para proteger os rostos cansados do sol escaldante quando adentram no mar, também retratam as habilidades no processo de tecer e emendar suas redes de pesca com fios de náilon. Podemos reconhecer um pescador pelo rosto cansado e pelas mãos calejadas.

Escutando o relato de Rubinei é carregado destas imagens sobre a característica das mãos e dos rostos dos pescadores artesanais: *“a atividade [da pesca] é a continuidade do que faziam nossos avós, nossos tios, nossos pais, sempre resgatando a história da família, porque a gente não teve uma oportunidade tão boa pros estudos, a gente estudava até, no máximo, os dez anos de idade, porque tinha que sair [pra pescar] com a família. Se a gente tivesse tido maior oportunidade de estudo, claro, podia parar em outro serviço em terra que é seco, é coberto, é numa indústria, [porque] se deu tempo, deu chuva, tu não tá te molhando, tu tá preservando o teu corpo. É por isso que hoje, todo o pescador tu sempre que olha pra ele tu imagina que ele tenha, no mínimo, uns dez anos a mais, só que é no verão um sol de quarenta graus e no mar não tem sombra, é no inverno que tu pega temporais, chuva, frio abaixo de zero [grau]. E tu chegar seis horas da manhã e tens que recolher as redes, de doer os dedos, e tu tens que fazer, não adianta nada, tu já foi sabendo que aquilo ali iria acontecer contigo. Não é uma questão de acidente, é a forma do teu trabalho, tu sabe que no outro dia vai tá frio pra caramba e tu vai ter que meter a mão na água”* (Rubinei, entrevista 1).

A presente pesquisa possibilitou um reencontro com uma infância permanente e duradoura, despertando recordações que caracterizam o que Bachelard (1988) denomina de filosofia do repouso, uma vez que conduz às imagens de felicidade. Os cenários deste reencontro com as imagens de infância e as percepções sobre o mundo do trabalho da pesca artesanal foram registrados em nossa Dissertação de Mestrado (OLIVEIRA, 2008):

Certas ocasiões, presentes em todos os momentos do trabalho de campo, do qual me fizeram recordar algumas imagens da infância, foi o reencontro com o cheiro do ambiente pesqueiro, o cheiro do mar, do camarão, do peixe. Em vários momentos da pesquisa, reencontrei com os cheiros que lembravam o espaço familiar da minha infância, a rotina do trabalho da pesca: as noites em que meu pai colocava a touca marrom que guardo até hoje, vestia várias peças de roupa sobrepostas e levava uma bebida quente para suportar a fome e o frio da madrugada quando iria pescar. Quando subia a estrela Dalva, dizia ele, era o momento de voltar para a casa. Dependendo do vento

predominante, a noite poderia lhe render bons frutos ou não, o que importava era que estava feliz com a atividade que realizava, apesar de sacrificante (OLIVEIRA, 2008, p. 37).

Assim, a presente pesquisa possibilitou reanimar a memória sobre as lembranças de infância, desde a primeira inserção no campo de investigação, no qual destacamos a importante perspectiva de reviver os elementos que inter-relacionam a leitura do contexto investigativo com aspectos de nossa história. A fala do pescador Laudeci também manifesta as imagens do preparo do pai para a empreitada pesqueira: “*O meu pai era a mesma coisa [quando ía pescar], [colocava] meias e meias sobrepostas, borracha e roupas de lã, que a gente usa até hoje, mas é mais no inverno, no inverno quando a gente tem que visitar uma rede no mar a gente tem que colocar umas botas e umas meias de lã*” (Laudeci, entrevista 1). Neste relato, o pescador destaca a necessidade de levar uma bebida quente para suportar as noites frias de pesca realizada durante o inverno na Lagoa dos Patos: “*A gente levava garrafa térmica com café quente, café e às vezes a gente levava um fogareiro pra fazer uma comida no mar*” (Laudeci, entrevista 1).

No texto a seguir iremos discorrer sobre as *imagens de infância de pescadores artesanais*, no sentido de registrar vivências particulares sobre as impressões do processo de trabalho dos seus familiares e suas percepções sobre o ofício de pescador. Além disso, destaca-se a abordagem do processo de aprendizado e inserção do pescador no trabalho com a pesca. A discussão também irá abranger os medos e os sonhos de infância e a leitura que o pescador realiza sobre a sua casa natal. A fundamentação teórica conta com o aporte de Gaston Bachelard (1988; 1993; 2008).

#### ***4.5.3. Imagens de uma infância permanente e duradoura***

*“Hoje, eu diria para o meu pai que valeu a pena tudo o que ele me ensinou na profissão de pescador, se eu tivesse a oportunidade, eu agradeceria a ele”* (Rubinei, entrevista 2).

*“Quer dizer, qual é o grande sistema dentro das famílias de pescadores, é que os [filhos] mais velhos vão saindo e vão trabalhando com os pais e com os tios pra sustentar os menores que estão em casa, aqueles, no caso, eu com 10, 12 anos já ia para o mar (...)”* (Rubinei, entrevista 1).

Destaca-se que a presente discussão integra as imagens com as quais os pescadores remontam aos aprendizados de infância. Buscou-se, a partir desta investigação específica sobre o *convite ao resgate das imagens de infância de pescadores* que possuem a tradição desta profissão na família, compreender as lembranças singulares da relação educativa construída no processo de aprendizado sobre o ofício de pescador, além de possibilitar o registro de narrativas sobre suas imagens de bem-estar e felicidade. Além disso, incluem-se no debate, as dificuldades diárias enfrentadas e a percepção dos pescadores artesanais sobre o processo de trabalho realizado pelos pais, que também se dedicavam à atividade pesqueira. Salientamos que a categoria proposta para a discussão será abordada a partir do conceito bachelardiano sobre a infância: nesta perspectiva, é compreendida como sendo um processo de aprendizado e redescoberta do mundo, no qual as imagens de bem-estar se constituem como lembranças permanentes e duradouras. Salienta-se que a concepção de Educação Ambiental deve retomar o aspecto onírico das imagens de infância:

Não podemos amar a água, amar o fogo, amar a árvore sem colocar neles um amor, uma amizade que remonta à nossa infância. Amamo-los como infância. Todas essas belezas do mundo, quando as amamos agora no canto dos poetas, nós as amamos numa infância redescoberta, numa infância reanimada a partir dessa infância que está latente em cada um de nós (BACHELARD, 1988, p. 121).

O presente texto apresenta o debate sobre a investigação das *imagens de infância de pescadores artesanais*, no qual ganham destaque os seguintes pressupostos: o processo de aprendizado do ofício de pescador; as imagens de felicidade que integram as suas lembranças; as imagens construídas sobre o processo de trabalho realizado pelos pais, os quais também se dedicavam à atividade da pesca artesanal. Como aporte teórico, apresentamos o diálogo com Gaston Bachelard.

Desse modo, quando nos remetemos às lembranças de infância, reportamo-nos a Bachelard que afirma a dificuldade de distinguir a imaginação e a memória no que tange a estas recordações, uma vez que se situam no “domínio das imagens amadas” (BACHELARD, 1998, p. 20). Somente quando o devaneio de uma lembrança da infância se torna a origem de uma obra poética, neste sentido, a imaginação e a memória se adensam na perspectiva de uma *filosofia ontológica da infância*, a qual se refere ao seu caráter duradouro, expansivo a todas as idades da vida. As lembranças desse tempo elegíaco vivem através da memória,

especialmente, quando recordamos passagens de nossa história, despertando-nos para os benefícios de uma infância permanente e duradoura. Este processo, afirma o filósofo, nos proporciona uma consciência de raiz, no que tange às imagens que reportam aos nossos primeiros aprendizados e leitura de mundo:

Por alguns de seus traços, a infância dura a vida inteira. É ela que vem animar amplos setores da vida adulta. Primeiro, a infância nunca abandona suas moradas noturnas. Muitas vezes, uma criança vem velar o nosso sono. Mas também na vida desperta, quando o devaneio trabalha sobre a nossa história, a infância que vive em nós traz o seu benefício (Ibidem, p. 20).

Bachelard aborda a infância como um tema do devaneio, assinalando a necessidade de despertar as infâncias adormecidas utilizando, para isso, a contribuição dos poetas: “É preciso viver, por vezes é muito bom viver com a criança que fomos. Isso nos dá uma consciência de raiz. Toda a árvore do ser se reconforta. Os poetas nos ajudarão a reencontrar em nós essa infância viva, essa infância permanente, durável, imóvel” (Ibidem, p. 21). Logo, destacamos que a infância é um tema que devemos reencontrar em todas as fases da vida, pois é nela que vivenciamos um estado de contemplação da realidade que nos cerca, conduzindo-nos a experiências de maravilhamento do mundo exterior. A infância é concebida como um tempo de referência para a imaginação que procura habitar a felicidade do mundo.

Bachelard utiliza a poesia como um instrumento do devaneio, destacando-a como um meio para reanimar as imagens majestosas de nossas lembranças e para vivificar as *idades poéticas* que se unem por meio de uma memória que permanece viva e engrandece o nosso ser. A infância acolhe o devaneio poético, possibilitando reviver a felicidade do mundo. O conceito de devaneio poético remete ao processo de descoberta e do despertar do sujeito sonhador que encontra o repouso e a felicidade através da beleza de uma imagem. Esta imagem pode se encontrar no domínio das lembranças da infância, no qual trata a presente discussão.

Dessa forma, partimos para a compreensão das imagens de infância no que tange ao *processo de aprendizado do ofício de pescador*, destacando-se as imagens sobre as técnicas utilizadas, as atividades que exerciam na infância, a descrição sobre as responsabilidades e a rotina de disciplina exigida para o trabalho com a pesca. Afirmamos que as narrativas remontam a similitudes nas trajetórias de vida de filhos que seguiram a profissão de seus pais. De um modo geral, os pescadores iniciam o processo de aprendizado nesta atividade por volta dos dez anos de idade, acompanhando os familiares na empreitada pesqueira, observando as técnicas de captura e realizando as atividades consideradas, por eles, como “menos pesadas”,

como a iluminação das redes para atrair o camarão. Neste sentido, quando crianças, a iniciação se realizava nos meses de verão, durante a safra do camarão.

O pescador Laudeci nasceu na Ilha da Torotama, fato que delimitou o perfil das atividades que seus pais realizavam. Portanto, além de se dedicarem à pesca, também eram agricultores. Salienta, em sua narrativa, que foi o primeiro dos três irmãos a ingressar no aprendizado da atividade da pesca, processo que teve início aos doze anos de idade: “[Na infância] brincava bastante. Depois... aí quando eu completei numa base de 12 anos, eu já fui pescar também, já fui para o mar também com ele [o pai]. A pescaria, na época, era umas 20 puxada pra dentro da água e a gente não tinha força para puxar, nós éramos três irmãos e eu era o mais velho. Então, ele botava um proeiro que era uma pessoa estranha a trabalhar com ele e um dia ia eu, outro dia ia um irmão meu só para alumiar, pegar o caíco dentro da água e alumiar para puxar uma rede. Mas aquilo ali era aos pouquinhos, só no verão, no verão que era calor, então ele nos levava e dali nós fomos nos acostumando a pescar, aprendendo a pescar na infância” (Laudeci, entrevista 1).

Laudeci destacou a importância do aprendizado sobre as regras da profissão de pescador, evidenciando as técnicas tradicionais de pesca presentes na década de cinquenta, sessenta e setenta, quando os barcos não eram movidos a motor. Portanto, retrata um período em que o deslocamento dos trabalhadores era realizado somente a remo, sendo uma habilidade necessária ao aprendizado da pesca: “Através do meu pai nós fomos seguindo as regras dele na profissão e fomos aprendendo como é que era, inclusive, já no fim, muitas vezes, ele já nem ia para o mar conosco, nós já íamos sozinhos e pescávamos a mesma coisa que ele..., [ensinava] a botar uma rede na água, como é que se botava, a colher aquela rede, a andar embarcado, como é que se andava embarcado, a remar, tudo isso tivemos que aprender como é que se rema em uma embarcação, tudo isso nós fomos aprendendo com ele [com o pai], aos pouquinhos” (Laudeci, entrevista 2).

Também Rubinei descreve as artes de pesca deste período, evidenciando os detalhes de um cotidiano que ele delineia como “uma atividade sacrificante”, obtendo a sua iniciação aos dez anos de idade: “Todo filho de pescador, ele começa a fazer essa prática da pesca com os próprios pais ou os tios, que é onde tu vai pegar experiência, eu, por exemplo, comecei a pescar com dez anos de idade, claro que, com dez anos de idade eu não puxava uma rede, que na época a gente chamava de rede de calão, eu alumiaava, que era o tempo do farol, de carbureto, que é bem antigo, 42 anos atrás (...)” (Rubinei, entrevista 1).

De acordo com Benedet et.al (2010, p. 13), o calão é uma rede muito utilizada antigamente na pesca da Lagoa dos Patos, onde os arrastos são realizados manualmente e



ocorrem em regiões próximas às áreas urbanas, especialmente, durante à noite, contando com o auxílio de um lampião a gás, necessário para a captura do camarão e para iluminar a despesca. O autor descreve a despesca como um procedimento no trabalho em que acontece a seleção e o armazenamento do camarão, utilizando instrumentos como o liquinho e os monoblocos, sendo assim, “(...) ocorre com o auxílio de um caíco ou flutuador, que pode ser uma bóia de câmara de pneu de caminhão, pedaços de isopor ou balsas feitas de garrafa tipo pet, amarrados a rede ou puxados por um pescador” (Ibidem, p. 13).

Levando em consideração o exposto acima, destacamos que a atividade da pesca artesanal exige que muitos filhos de pescadores abandonem seus estudos, porquanto não conseguem conciliar o trabalho com o calendário escolar. Consideram a pesca como um trabalho que demanda dedicação em tempo integral, caracterizando-se pelas longas jornadas de atividade no mar, no qual, muitas vezes, torna-se necessário o afastamento da família e da escola por inúmeros dias. As lembranças de infância remetem a este cotidiano que demanda uma postura de responsabilidade e disciplina por parte dos filhos com o sustento da família. Esta ideia está expressa na fala do pescador Rubinei, quando remonta à fase escolar: *“Naquela época [década de 70] não se tinham opções, as opções que tu tinha com sete anos de idade era estudar até tu aprender a ler e a escrever e depois ir trabalhar inserido na família, não tinha tu ir pro mar, pescar o teu pescado e chegar e dizer assim, ‘toma pai, esse dinheiro é teu e esse é meu’. Não. [Seria] ‘toma pai, todo o dinheiro’”* (Rubinei, entrevista 1).

Dessa forma, os trabalhadores se referem a um contexto de aprendizagem em que se tinha como prioridade o trabalho na pesca, dificultando a permanência e a continuidade dos estudos escolares dos filhos de pescadores. Rubinei expressa uma realidade em que as atividades relacionadas à pesca substituíram as brincadeiras de infância: *“Depois dos dez anos, doze anos, no máximo na idade de doze anos eles [os filhos de pescadores] já se sentiam responsáveis também, já nessa idade, com a questão da renda familiar, porque eles sabiam que seriam obrigados, porque só o pai deles não conseguiria sustentar a todos”* (Rubinei, entrevista 1).

A partir do argumento exposto, destacamos que a organização social predominante não vinculava a frequência à escola com as necessidades do trabalho da pesca. Dito isto, há uma percepção, de algumas famílias de pescadores, de que o saber intelectualizado não encontra lugar na rotina do trabalho braçal na pesca, uma vez que o conhecimento específico sobre as técnicas e as habilidades do saber de ofício era transmitido oralmente. Nesta discussão, torna-se imperativo salientar que a organização curricular da escola deve

incorporar aspectos do contexto de realidade da comunidade ao qual está inserida. Desse modo, dentro do período pelo qual os entrevistados com mais de quarenta anos de experiência profissional se referem, considera-se que o papel da escola era definido por alguns trabalhadores da pesca tomando-se como referência a ausência de conexão entre a cultura local e o currículo escolar.

Porém, a afirmação de que os filhos de pescadores *“já sentiam responsáveis também, já nessa idade, com a questão da renda familiar”* denota que as questões de ordem estrutural, inseridas no âmbito da organização socioeconômica da sociedade, não concedem oportunidades para que outras escolhas sejam feitas, negando possibilidades para que sejam construídas outras trajetórias profissionais em suas vidas. A fala de Laudeci expressa o sentido deste argumento: *“quando nós começamos a estudar o pai logo, em seguida, teve que nos tirar por causa das dificuldades..., eu fui até o quarto ano, quarto ano que a gente diz quarta série. Então, naquela época, ...nós estudamos até o quarto ano, quando passamos para o quinto ano, o pai foi obrigado a nos tirar do colégio porque não pôde, nós éramos três e ele não tinha condições de nos manter no colégio, nos estudos, por causa do material escolar e ele precisava de nós [para o trabalho na pesca], e não era só por causa do material escolar era porque ele precisava de nós pra ajudar na despesa da casa”* (Laudeci, entrevista 1).

O sentido da impossibilidade destes trabalhadores frequentarem a escola é resultado de um processo histórico no Brasil que marca a lógica da *“(...) expressão da dualidade estrutural fundante do modo de produção capitalista”* (CIAVATTA; RUMMERT, 2010, p. 462). Nesta lógica, a separação entre o saber intelectualizado e o saber gestado no trabalho da pesca se insere num quadro de afastamento entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal, premissa que marca a concentração de riqueza material e simbólica que, no marco da educação, promoveu *“(...) um quadro de precariedade da oferta de ensino público à população em idade escolar, que impôs à classe trabalhadora um baixo grau de escolarização que perdurou durante quase todo o século XX”* (CIAVATTA; RUMMERT, 2010, p. 462).

Na ótica de Ciavatta e Rummert (2010, p. 471) os processos de exclusão da classe trabalhadora à educação básica integram um modelo latifundiário, industrial e agroindustrial que influenciou a organização dos sistemas de ensino no país. Nesta perspectiva, concebemos a organização curricular como componente pedagógico que deriva de *“(...) critérios de caráter sócio-político que, por sua vez, definem os procedimentos teórico-metodológicos e as práticas educativas”* (Ibidem, p. 470). Desse modo, a perspectiva de uma educação direcionada às classes trabalhadoras, em que foi negado o direito ao acesso e a um sistema de ensino com

qualidade, é resultado de um processo histórico que desvaloriza a carreira docente e prioriza o ensino técnico e profissional a estes trabalhadores.

A fala do pescador Laudeci expressa a ideia das limitações que a sua condição social implica no seguimento de uma determinada carreira profissional: *“Porque sempre foi assim, o filho segue a profissão do pai, se o pai é engenheiro o filho vai ser engenheiro, se o pai é pescador, o filho vai ser pescador, se o pai é agricultor, o filho vai ser agricultor, então, o cara segue aquelas profissões, então, o meu pai era pescador e o meu sonho era ter uma parrelha [de pesca] igual a ele quando eu fosse maior, quando fosse adulto, ter a minha parrelha de pesca”*. (Laudeci, entrevista 1). Rubinei também comenta o fato de ter um sonho, mas este se “desgastar” devido às dificuldades inerentes à profissão de pescador: *“a gente quando se mete na pesca, tu não acha tempo nem pra ti, então, o teu sonho acaba se desgastando, tu vai perdendo ele aos poucos, aí eu pensava assim, eu não vou correr atrás de nada, eu vou é pescar, então, o meu sonho era ser um jogador de futebol”* (Rubinei, entrevista 1).

Entretanto, também se fazem presentes as imagens de felicidade que não estão relacionadas à esfera do trabalho infantil, mas remetem às brincadeiras de criança, que eram permitidas durante as folgas do trabalho. A fala de Laudeci expressa um contexto em que o trabalho era concebido como prioridade nas famílias de pescadores: *“[A infância] foi uma época maravilhosa, muito boa, a gente não tinha preocupação com nada, a gente só queria saber era de brincar naquela época, depois a gente começou a trabalhar e daí começou a entrar as responsabilidades do serviço, mas nas nossas folgas a gente brincava também, não era só trabalhar, a gente tirava folga pra jogar bola também”* (Laudeci, entrevista 2).

Portanto, a concepção de infância que domina as imagens dos pescadores sinaliza um período que diverge daquele presente quando estão se dedicando às atividades da pesca. Dessa forma, conforme o que foi explicitado, o trabalho dos filhos de pescadores, ainda na infância, exigia dedicação, disciplina e responsabilidade: *“[Na infância] a gente trabalhava todos os dias, só não trabalhava aos domingos, domingo a gente não trabalhava, e final de semana quando a gente começou a ficar maior, já íamos para um baile e no futebol. Tinha futebol todos os domingos, e nos dias de semana a gente ajudava ali na horta, na chácara e quando eu não estava trabalhando na chácara eu estava pescando, que foi quando começamos a pescar”* (Laudeci, entrevista 2).

Laudeci cita em sua narrativa, os antigos instrumentos de trabalho utilizados pelos pescadores na Lagoa dos Patos, nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, como o farol abastecido a carbureto e, logo após, o surgimento do liquinho. Descreve de modo detalhado o

manejo das técnicas de pesca que realizavam na pescaria do camarão, quando no período da sua infância: *“Naquela época iniciou a pescaria de camarão que a gente pescava, que nós iniciamos pescando camarão, que era no verão e o pai botava nós a pescar e, para alumiar a pesca, era com farol abastecido a carbureto. Naquela época, abastecido a carbureto, era um farol só, a gente andava com ele na mão e com o pai atrás da rede, dois puxando a rede e um só alumiano que nós estávamos iniciando, nós estávamos iniciando, éramos pequenos e não tínhamos força pra puxar uma rede. Então, nós íamos só pra alumiar e, uma noite ía eu, outra noite ía só o meu irmão. Depois terminou essa [pescaria] do farol, que era com farol, depois veio outro tipo de iluminação que era liquinho que a gente pescava, e agora, não é mais com liquinho, agora é com baterias e lâmpadas”* (Laudeci, entrevista 3). Conforme destaca Benedet et.al (2010, p. 8) estes materiais (farol, liquinho e lâmpadas) são usados para a iluminação na pesca noturna, sendo presos em estacas de madeira sempre na porção terminal da rede (rabicho). Como cita o pescador, atualmente, a iluminação é feita por lâmpadas e lampiões a gás.

As lembranças das dificuldades e do sacrifício que o trabalho exige dos pescadores são constantemente destacadas por eles, especialmente, as narrativas dos trabalhadores com mais de cinquenta anos de idade que englobam a pesca realizada nas décadas destacadas, período em que não se tinha acesso a barcos com motor e a técnicas mais aperfeiçoadas no que tange aos pescadores que utilizam embarcações de pequeno porte e moram no entorno da Lagoa dos Patos. Rubinei traz um relato sobre a pesca do siri, afirmando as dificuldades encontradas no trabalho realizado durante o inverno: *“A pesca do siri, a pesca do peixe-rei, mas a pesca do siri e do peixe-rei, para o pescador, é a mais sacrificada que tem, pelo período que é, que é no inverno, é no frio mesmo, hoje os pescadores estão mais aparelhados de embarcações, de motores. Naquela época não, naquela época, nós caíamos na água fria, gelada, tinha que lancear por dentro da água, não tinha frio que reclamar porque tinha que trazer alimento daquele pescado no outro dia pra comer, nós somos, éramos uma família de onze irmãos, na época, [décadas de 70 e 80]”* (Rubinei, entrevista 1)

Sobre os medos de infância, os pescadores se referem à rotina de trabalho perigosa na pesca. Afirmam que os temporais constituem o maior medo destes trabalhadores, tanto na infância quanto na vida adulta, pois remetem à insegurança e à instabilidade do mar, bem como às inúmeras histórias de morte de pescadores durante o trabalho nas tempestades: *“[Na minha infância tinha] medo de algum temporal, de pegar vento no mar, uma vez eu e o meu irmão até pegamos um vento muito forte, pegamos um vento muito forte no mar, ficamos só eu e ele e não deu para vir para casa”* (Laudeci, entrevista 1).

As lembranças de filhos de pescadores denunciam um contexto de dificuldades em meio a uma realidade em que as brincadeiras de infância dividiam o tempo com as obrigações no trabalho. As falas projetadas remetem a singularidades na vida de cada trabalhador, porém, aspectos em comum fazem emergir o retrato de uma realidade em que os ensinamentos paternos significavam as principais bases que os conduziram à defesa de alguns valores e à superação das dificuldades inerentes ao cotidiano da profissão de pescador. Foi neste período que os significados de infância foram sendo construídos, remetendo a um espaço em as brincadeiras, bem como a exigência da disciplina e do comprometimento com o sustento da família, produziam os modos de ser de filhos de pescadores.

Nos dias de hoje, os significados de infância associam a concepção de liberdade com a possibilidade de consumo. Conforme destaca Pereira (2012, p. 110), o entendimento de infância é condicionado por uma racionalidade vigente, na atualidade, que interfere na vida das crianças de modo a eliminar, em muitos aspectos, a capacidade de resistência a uma lógica regulada pelo “império do mundo técnico” (Ibidem, p. 110). Inspirando-se nos escritos de Adorno e Horkheimer, Pereira enfatiza que, no período atual, as noções de brinquedo, de prazer e de fantasia assimilam uma realidade criada e fortalecida pelos mecanismos utilizados pela Indústria Cultural, no qual prevalece a cultura do desmonte e do descartável. Referindo-se ao espaço da diversão no universo infantil, o autor explica que os brinquedos romperam com a perspectiva da criação, da fantasia e com a ideia da construção, conquanto absorvem concepções distorcidas sobre diversão e arte: “A ideia de que a técnica domina e resolve tudo torna a diversão algo mecânico e sem espontaneidade. O espaço, antes destinado à criação, é preenchido por desenhos animados, jogos de *vídeo games* e outros brinquedos técnicos” (PEREIRA, 2012, p. 109).

Gaston Bachelard (1988), numa ótica que contrapõe os significados de infância àqueles assumidos pela lógica da Indústria Cultural, trabalha a infância como possibilidade de um reencontro com as imagens primeiras, com o mundo primitivo, como a fase das contemplações iniciais construídas através do contato lúdico com o fogo, a terra, o ar e a água. Porém, o autor salienta o interesse por uma *poético-análise da infância*, no sentido de reconhecê-la em sua existência poética, através dos devaneios de fuga, que acolhem as imagens primitivas como manifestações de uma infância permanente e duradoura, constituindo-se como as imagens de solidão relativas aos primeiros aprendizados. Por esse motivo o filósofo afirma o desinteresse pela infância endurecida, ou seja, pelo campo de debate próprio da psicanálise que debruça a pesquisa nas infâncias maltratadas e sofridas. Bachelard acolhe, portanto, aquela que recorda a beleza da vida e a liberdade de sonhar.

Para Bachelard possuímos um interesse pessoal pelas lembranças de infância que está relacionado à idealização do conceito de liberdade, uma vez que “(...) ainda pensamos na liberdade tal como a sonhávamos quando éramos crianças” (BACHELARD, 1988, p. 95). A apreensão da liberdade é possível por meio do reencontro com os devaneios de abertura e espetáculo para o mundo:

Ao sonhar com a infância, regressamos à morada dos devaneios, aos devaneios que nos abriram o mundo. É esse devaneio que nos faz primeiro habitante do mundo da solidão. E habitamos melhor o mundo quando o habitamos como a criança solitária habita as imagens. Nos devaneios da criança, a imagem prevalece acima de tudo. (...) A criança enxerga grande, a criança enxerga belo. O devaneio voltado para a infância nos restitui à beleza das imagens primeiras (BACHELARD, 1988, p. 97).

O filósofo acrescenta que o devaneio atravessa a todas as idades, porém, é na infância que reconhecemos as raízes da grandeza do mundo e a ampliação das nossas experiências de aprendizagem através do contato com a resistência e a transformação das matérias. Ao observar, interpretar e inventar a criança constrói conhecimento e amplia a sua capacidade de constituição do pensamento imagético. Durante a infância sonhamos através das mãos: “Foi dito frequentemente que a criança reunia todas as possibilidades. Crianças, éramos pintor, modelador, botânico, escultor, arquiteto, caçador, explorador. E o que aconteceu com tudo isso?” (Ibidem, p. 76).

Ao interrogar sobre a perda da nossa capacidade de sonhar através da transformação da matéria, processo de aprendizagem que está presente na infância, Bachelard evoca o necessário reencontro com as *imagens primeiras*, ou seja, com a capacidade de maravilhar-se com a experiência de investigação, de criação e invenção. O filósofo questiona a habilidade dos adultos de ensinarem às crianças a capacidade de olhar o mundo de forma objetiva: “Assim que a criança atinge a ‘idade da razão’, assim que perde o seu direito absoluto de imaginar o mundo, a mãe assume o dever, como fazem todos os educadores, de ensiná-la a ser *objetiva* – objetiva à simples maneira pela qual os adultos creditam ser objetivos” (BACHELARD, 1988, p. 101). Assim, o olhar do ser humano na infância é um olhar de encanto e espanto diante da materialidade do mundo.

Portanto, relacionada à concepção de infância presente em Bachelard, que remete este conceito a uma forma de contemplação do mundo, ao olhar de encanto ante as possibilidades de aprendizagem, apresentamos o debate sobre as *imagens de felicidade* que integram as

lembranças de infância de filhos de pescadores artesanais. Nesta perspectiva, concebemos a infância como um reencontro com os devaneios de felicidade.

No contexto social descrito, os pescadores construíram o conceito do que seria *ser criança*, recordando aspectos da infância que expressam a felicidade dos momentos de aprendizagem. Laudeci rememora o dia em que ganhou sua primeira bicicleta e procura expressar o sentimento de encanto que dominava as ocasiões que não estavam vinculadas ao trabalho infantil: *“Nossa família tinha que ganhar para sustentar a casa, o primeiro brinquedo que o pai levou pra nós, a primeira bicicleta, ele chegou lá com duas bicicletas, ele vinha trazendo o peixe e nós ficávamos esperando ele que chegava em casa de noite, aí um dia chegou com duas bicicletas velhas. Pra nós era a mesma coisa que chegar com dois helicópteros, aquilo ali era uma felicidade muito grande aquelas duas bicicletas, aí quando nós fomos aprender a andar de bicicleta aquilo ali pra nós era coisa mais linda do mundo”* (Laudeci, entrevista 1). O cotidiano descrito pelos pescadores revela uma organização social marcada pelo trabalho infantil, no qual são citadas as tarefas realizadas na pesca e na agricultura, como destaca o pescador: *“(...) a nossa felicidade era jogar bola e brincar e ajudar o pai na lida, de vez em quando. A gente também tinha uma chacinha lá na ilha [dos Marinheiros] e ajudava a plantar e a colher as plantas e carregava o galpão”* (Laudeci, entrevista 1).

As imagens de felicidade também descrevem os momentos de encanto com a chegada do pai com o primeiro rádio: *“Outra vez ele chegou com o primeiro rádio, nós não tínhamos rádio, não tínhamos nada na época, pra nós escutarmos um rádio, uma programação, nós íamos pros bares dos vizinhos, o primeiro rádio que apareceu lá. Tinha um bar que o cara comprou um rádio, quando era de noite, aquela venda dele, aquele bar dele, enchia de gente só pra escutar rádio. Aí o dia que o pai chegou com um rádio pra nós foi como se ele tivesse chegado com a melhor televisão do mundo, pra nós foi uma grande felicidade aquele rádio”* (Laudeci, entrevista 1).

As imagens de infância de filhos de pescadores abrigam narrativas sobre as brincadeiras que representam o mundo dos adultos que estão a sua volta. Assim, para além da visão de uma vida sacrificante, percebemos que os filhos de pescadores artesanais guardam as lembranças de uma infância feliz, no qual se sobressaltam as imagens que são comuns no cotidiano destes trabalhadores. Laudeci destaca que a lembrança do seu cotidiano abriga as vivências de uma infância em que os instrumentos de trabalho dos pais serviam às brincadeiras dos filhos. Desse modo, o pescador afirma que, na infância as brincadeiras eram *“na volta dos barcos, gostava de entrar nos barcos, a gente era criança. A gente lavava o*

*caíco quando ele [o pai] chegava do mar, porque para nós aquilo ali era um divertimento” (Laudeci, entrevista 1).* Em algumas ocasiões, portanto, os cenários em que se realizavam as brincadeiras se confundiam com as práticas da lida na pesca. A expectativa da boa pescaria era compartilhada pela família como um todo, especialmente, no momento em que o pai retornava do mar: *“nós íamos à praia quando o pai chegava do mar para ver se ele tinha pescado muito ou não” (Laudeci, entrevista 1).*

Portanto, as inúmeras recordações sobre a casa natal evidenciam as especificidades da rotina de trabalho dos pescadores artesanais. Destacamos que o conceito de pescador não deve encerrar-se somente na imagem do sujeito humilde, desamparado e sem sonhos, pois ao classificarmos o pescador, concluímos o conceito em uma imagem fabricada, engavetamos o conhecimento ao invés de construí-lo: *“Os conceitos são gavetas que servem para classificar os conhecimentos; os conceitos são roupas de confecção que desindividualizam os conhecimentos vividos. Para cada conceito há uma gaveta no móvel das categorias” (BACHELARD, 1993, p. 88).* Logo, necessitamos desengavetar os conceitos fabricados sobre os pescadores, para além da imagem das suas rotinas de trabalho sacrificantes, percebendo-os enquanto sujeitos de esperanças e de alegrias, que valorizam e se orgulham da sua atividade profissional, os quais possuem a consciência da importância da preservação ambiental para a permanência de sua função econômica.

Salientamos que a discussão sobre as imagens de infância retoma aspectos da ***percepção dos pescadores artesanais sobre o processo de trabalho realizado pelos pais***, que também se dedicavam à pesca. Nesta perspectiva, a narrativa dos pescadores assume contornos de uma história em que não são estabelecidas datas, mas são tomadas como referência as estações do ano e as espécies de pescado predominantes nos acontecimentos narrados.

Laudeci, por exemplo, relembra as especificidades do processo de trabalho tendo como referência a pesca realizada no inverno e no verão: *“Naquela época [da infância] que eu me criei na pesca, a pescaria era feita por dentro da água, agora não, agora a gente só trabalha dentro da embarcação e não se molha, mas [antes] era por dentro da água, chegava a puxar uma rede com água pelo peito com aquele frio, só que no verão não era frio” (Laudeci, entrevista 1).* Do mesmo modo, o pescador Rubinei também cita fragmentos de sua infância, mencionado as características específicas do cotidiano de uma família de pescadores. Sua narrativa toma como referência as estações do ano e a espécie de pescado predominante: *“...no inverno era muito difícil nós termos uma cestinha com uma fruta, era difícil, no verão ainda até tinha por causa do camarão, o camarão já era mais sustentável a*



*renda, então, já melhorava, então, a gente tinha [uma renda maior], já comprava uma roupinha, um chinelo, uma cacharrel, na época, um calçado pra botar no pé, então, já melhorava” (Rubinei, entrevista 1).*

Para Bachelard (1988), no processo de reviver as experiências dos aprendizados da infância, não existe uma preocupação em datá-los, uma vez que pertencem ao tempo em que se conta. Sendo assim, a infância é restabelecida numa duração que sonhamos enquanto lembramos. Nesse processo, utilizamos a memória para recordar a prolongar as imagens e os aprendizados da infância: “A história de nossa infância não é psiquicamente datada. As datas são repostas a posteriori; vêm dos outros, de outro lugar, de um tempo diverso daquele que se viveu” (Ibidem, p. 100).

Bachelard concebe a poesia como o melhor instrumento para a análise de uma infância que está imóvel, que permanece viva. Através das grandes narrativas dos poetas dialogamos com as lembranças contadas numa história, na imagem de uma poesia, sendo assim, redescobrimos a infância que está latente em cada um de nós:

E essa vida está em nós – sublinhemo-lo ainda uma vez -, permanece em nós. Um sonho nos conduz até ela. A lembrança só faz reabrir a porta do sonho. O arquétipo está ali, imutável, imóvel, sob a memória, imóvel sob os sonhos. E, quando se faz reviver, pelos sonhos, o poder de arquétipo da infância, todos os grandes arquétipos das potências paternas, das potências maternas retomam a sua ação. O pai está ali, também ele, imóvel. A mãe está ali, também ela, imóvel. Ambos escapam ao tempo. Ambos vivem conosco num outro tempo (BACHELARD, 1988, p. 120).

Bachelard destaca a nitidez destes quadros na memória e a facilidade de evocá-los nas nossas lembranças, a partir do reencontro com os primeiros testemunhos de nossa fusão com o mundo, de modo que permite aos grandes sonhadores *respirar os odores do passado, comer as lembranças* e admirar as vivências que não possuem data, mas a marca de uma estação. O filósofo relembra o aroma amargo presente no álamo da primavera, o cheiro da chuva, os aromas de festa e o cheiro do pão quente da casa de sua mocidade. Desse modo, como anteriormente salientamos, as lembranças não são datadas, possuem ciclos que remetem às particularidades das estações do ano que, por vezes, imbricam-se e descaracterizam-se. Mas, as cores primeiras nunca erram, são fiéis às imagens de uma lembrança. Portanto, coloca o filósofo: “A lembrança pura não tem data. Tem uma estação. É a estação que constitui a marca fundamental das lembranças. Que sol ou que vento fazia nesse dia memorável?” (BACHELARD, 1988, p. 111).

Nas lembranças sobre os aprendizados da infância, são inúmeras as impressões sobre o trabalho realizado pelos familiares, no qual compartilham discursos próximos sobre os ensinamentos repassados de pai para filho, no que tange ao processo de preparo para o enfrentamento dos perigos no mar. Rubinei deixa esta questão evidente, afirmando a importância dos valores de solidariedade ensinados pelo seu pai para a garantia do sucesso na empreitada pesqueira: *“Quando o pescador artesanal está em perigo, o meu pai ensinou que se deve amarrar um pedaço de pano em uma taquara que qualquer pescador que está por perto irá ajudar. Esse ensinamento vem de pai pra filho. Os pescadores sempre ajudam os companheiros que estão em perigo no mar, sempre. O pescador, para trabalhar, precisa da solidariedade dos outros pescadores artesanais”* (Rubinei, entrevista 2).

Rubinei também afirma que sua *sabedoria de pesca* foi conduzida pela longa experiência dos pais, tios e primos na profissão, ressaltando suas destrezas e sua competência no entendimento das dinâmicas do ecossistema costeiro da Lagoa dos Patos. Este processo de ensinamento incluiu as habilidades na confecção das suas próprias redes de pesca: *“O meu pai sempre foi um pescador que sempre fazia as redes, ele sempre fazia as redes, ele sempre dizia pra mim que eu tinha que fazer as minhas próprias redes, não era pra pagar pra ninguém. Então, uma ação ou qualquer coisa que eu fizesse pra ele, era pensando nisso aí, ele me ajudou, mas só que eu nunca cheguei e disse isso pra ele, eu queria agradecer a ele por ele ter me ensinado [a ser pescador]. (...) A gente quando está ali, a gente não pensa em agradecer, agora que eu, depois do falecimento dele, eu penso que o que eu aprendi e o que ele me ensinou foi bom”* (Rubinei, entrevista 2).

Quando questionados sobre as imagens do trabalho realizado pelos pais, Rubinei é enfático quanto à importância das atividades concretizadas pelas mulheres de pescadores. Ressalta a importância do registro de suas histórias orais de vida, pois sua infância reflete um período da pesca em que as denominadas “facilidades de hoje” eram ausentes nas décadas de sessenta e setenta, quando se deslocavam em barcos movidos a remo e necessitavam acampar durante a noite, pois os botes eram pequenos e não continham cabanas: *“Nós tinha de 6, 7 anos quando nós trazíamos aquele siri pra tirar a carne, quer dizer, a minha mãe fazia toda a função de casa, de limpar a casa, lavar roupa, fazer as refeições e ainda tinha outro cargo, que era manusear o siri também. Por isso a importância de um registro familiar, porque muitas pessoas que são pescadores e, hoje em dia, tem bote bom, tem televisão, tem o seu fogãozinho, e que bom que a gente tem nessa época, mas naquela época não existia essa facilidade”* (Rubinei, entrevista 1). Nestas lembranças, também estão presentes as dificuldades enfrentadas pelos pais durante a pesca na Lagoa dos Patos nas noites frias do

inverno no Rio Grande do Sul, como expressa o pescador Laudeci: *“Ele, [o pai], saía à noite [para trabalhar na pesca], ele saía à noitinha e voltava de manhã às vezes, ele ia para o mar junto com os caras e naquela época do frio a gente não ia, porque a gente era menino..., ele ia para o mar e enfrentava uma noite rigorosa de frio, chegava do mar, ele ia para a casa e trocava de roupa para depois vender o peixe...”* (Laudeci, entrevista 1).

Portanto, é importante considerar neste debate o papel das pescadoras artesanais no processo de beneficiamento do pescado. Rubinei faz referência a um contexto presente até os dias de hoje, no qual às mulheres são delegadas as funções relacionadas às “atividades do lar”, bem como àquelas ligadas ao ambiente da pesca. Desse modo, ratificamos o reconhecimento das pescadoras artesanais e o papel imperativo que assumem no trabalho pesqueiro, as quais desenvolvem as ações descritas na fala do entrevistado: *“tem o período do siri que ele [o pescador artesanal] vai beneficiar e tirar a carne de siri, porque é [um processo de trabalho] familiar. Ele vai pro mar e é a mulher que fica tirando a carne de siri. Quer dizer, a mulher vai até a noite trabalhando. Na produção da pesca, a mulher trabalha muito mais que o homem, porque, além dela fazer esse trabalho [de beneficiamento do pescado], ela tem que cuidar da casa, tem que fazer almoço e todas as refeições do dia, ela tem que cuidar dos filhos, mandar os filhos pra escola, tem que lavar roupa e, quando tirar uma folguinha, ela vai sentar pra tirar a carne de siri pra ajudar na renda da família”* (Rubinei, entrevista 2).

Ante o exposto, ratificamos a importância de realizar um convite ao resgate das imagens de infância dos pescadores artesanais tomando como base as contribuições de Gaston Bachelard. Porém, na atualidade, percebe-se o predomínio de uma ótica oposta àquela defendida por Bachelard em relação à infância, no qual se tem um período marcado pela influência da racionalidade da *indústria cultural* no universo infantil, em que “diversão e consumo interagem de forma concatenada” (PEREIRA, 2012, p. 108). Nesta perspectiva, o espaço da infância, nos dias de hoje, assume aspectos e significados relacionados às necessidades do consumo, da técnica e da massificação:

“(...) a indústria cultural, coadunada a todo um sistema social, político e econômico e a figura pretenciosa do sujeito pode manipular o universo infantil, criando formas de subjetivação e um novo sentido, que leva muitas vezes as crianças a se portarem como adultos, e apontando para novas relações entre o mundo adulto e infantil. Ou seja, cria novos processos de adultização. Ao se estimular os modos de ser adulto, a indústria cultural subverte por objetificação, os princípios da constituição da infância (Ibidem, p. 108).

Como proposta de enfrentamento aos significados de infância presentes na premissa da *indústria cultural*, a qual inter-relaciona diversão e criatividade à lógica do consumo, apresentamos a perspectiva defendida por Gaston Bachelard (1988), no qual destaca a infância como sendo um despertar para os valores imaginários, para os sentimentos primitivos que emergem a partir da relação do ser humano com a materialidade do mundo. Assim, o filósofo citado salienta a infância como sendo um universo de criação de sonhadores, onde o espanto e o encanto se fazem presentes na ação de imaginar, de criar e transformar. Desse modo, Bachelard evoca a dimensão onírica da infância, como destaca Rodrigues:

Imaginar é agir entre o sonho da vontade e a vontade que sonha, tornando-se vontade de imaginar. O sonho já é uma ação. Porém, devemos observar que é uma tendência do nosso pensar cotidiano dissociar as ações humanas dos sonhos. Bachelard, pelo contrário, através de sua filosofia onírica, resgata o vínculo inseparável entre a ação e o sonho (RODRIGUES, 1999, p. 452).

Neste sentido, compreendemos que a infância ultrapassa a soma das nossas lembranças, constituindo-se como o arquétipo da felicidade simples, conquanto que estão enraizadas as imagens íntimas e singulares de aromas, sabores e toques que traduzem nossos primeiros aprendizados, constituindo-se em sonhos que abrigam memórias. Por esse motivo que Bachelard destaca o aspecto pedagógico dos devaneios que remontam a esta fase da descoberta. Enfatiza-se que os poetas contribuem para evocar o sentimento de fidelidade aos cheiros presentes nas memórias de infância. Desse modo, comenta que ao ler os poetas “(...) descobrimos que toda uma infância é evocada pela lembrança de um perfume solitário, compreendemos que o cheiro, numa infância, numa vida, é, se ousamos dizê-lo, um *detalhe imenso*” (BACHELARD, 1988, p. 137). Isso não significa a busca por uma infantilização na vida adulta, mas uma retomada das imagens que se relacionam a um modo poético de compreensão do mundo. Retomar as imagens oníricas de infância está relacionada à permanente possibilidade do recomeço.

O intuito de realizar um convite ao resgate das imagens de infância de pescadores artesanais, relaciona-se a importância de possibilitar uma compreensão histórica a respeito do trabalho realizado por estes sujeitos e da percepção dos caminhos, das dificuldades e das escolhas empreendidas por eles. Neste sentido, a história oral se constituiu como instrumento fundamental para o entendimento do que Diegues (1994, p. 63) denomina de *saberes tradicionais*, que se refere ao conhecimento transmitido de geração em geração e os manejos tradicionais que fundamentam as relações das populações com os recursos naturais do seu

entorno. Diegues ratifica a considerável contribuição que as populações tradicionais possuem, entre elas, incluem-se os pescadores artesanais, na formulação de conceitos e formas mais adequadas de preservação dos ecossistemas. Sendo assim, Diegues propõe como contribuição à manutenção e sobrevivência da biodiversidade, a valorização dos saberes tradicionais ou etnoconhecimento:

Tendo em vista as limitações das contribuições da própria ciência, deveria haver um esforço maior em se integrar o etnoconhecimento das populações tradicionais nos planos de manejo. Ademais, em áreas onde existam comunidades tradicionais, é imperioso que estes planos de manejo percam seu caráter autoritário e tecnocrático, passando a ser um processo de integração gradativa do conhecimento, dos fazeres e das técnicas patrimoniais nas tomadas de decisões sobre o uso do espaço por longo tempo habitado e usado pelo morador tradicional (DIEGUES, 1994, p. 64).

Assim, o presente texto dedicou-se ao debate sobre as imagens de infância de pescadores artesanais, salientando aspectos singulares sobre o processo de aprendizado do ofício de pescador, as imagens de felicidade e a percepção sobre o trabalho realizado pelos pais que também se dedicavam à pesca. A discussão foi proposta estabelecendo uma interlocução teórica, especialmente, com Gaston Bachelard (1988).

O próximo texto irá enfocar o debate em relação às concepções e percepção histórica dos pescadores artesanais sobre o meio ambiente costeiro, destacando suas imagens sobre as águas. Nesta proposta, os argumentos são construídos estabelecendo-se um diálogo com os estudos de Gaston Bachelard e Antônio Carlos Diegues, em especial.

#### **4.6. IMAGENS SOBRE O MEIO AMBIENTE: O PESCADOR COMO UM SONHADOR DAS ÁGUAS**

O sonhador das águas medita solitariamente em absoluto silêncio. O tempo desse devaneio que dialoga intimamente é o tempo da espera e da concentração das expectativas do pescador das águas sonhadas. O silêncio diante do mundo ensina o sonhador das águas a escutar o mar, a interagir imaginariamente com a maresia e com as marés e a viver imaginariamente a espera ansiosa de um tempo que não passa, porque é feito para não passar (RODRIGUES, 1999, p. 370).

No presente texto, iremos discorrer sobre a importância do elemento água na criação das imagens oníricas, destacando as narrativas que incluem as concepções e visões dos pescadores artesanais sobre o ecossistema costeiro, realizando um diálogo com as imagens poéticas trabalhadas por Gaston Bachelard e com a produção teórica de Antônio Carlos Diegues (1983; 2000; 2004) sobre a pesca artesanal. Destacamos que esta discussão se justifica pela inter-relação que o pescador constrói com o elemento água, através do seu processo de trabalho. Neste sentido, o texto engloba as imagens dos pescadores sobre as águas, evidenciando a especificidade dos seus saberes sobre a dinâmica do ecossistema, os quais são incorporados através de um processo educativo presente nas relações familiares. Neste aprendizado sobre o ofício de pescador, a história oral se constitui como ponto central da construção e transmissão do conhecimento sobre a pesca.

As imagens sobre as águas evidenciam um modo de ser e de se relacionar com a natureza, constituem-se como o patrimônio imaterial da comunidade, no qual é imperativo a sua valorização no campo da Educação Ambiental. O debate relativo ao patrimônio histórico e cultural dos pescadores artesanais, de natureza imaterial, evidenciado por suas imagens, seus saberes e modos de se relacionarem com o ecossistema costeiro, pode ser compreendido como base para se pensar os fundamentos da Educação Ambiental, relacionados ao manejo sustentável dos recursos naturais.

Destaca-se que a obra noturna de Gaston Bachelard propõe a realização de um diálogo com a literatura, construindo uma teoria poética que concede especial importância à imaginação criadora. Neste sentido, o filósofo apresenta a imaginação material e dinâmica como campo de possibilidade para a compreensão e contemplação da realidade que nos cerca. Direciona sua crítica à tradição cartesiana de construção do conhecimento, baseada na imaginação formal, a qual toma como base para instrumento de análise e investigação as leis

físicas e matemáticas. Desse modo, o pensamento determinista da epistemologia cartesiana, com o propósito de atingir uma certeza absoluta e objetiva na compreensão dos fenômenos investigados, reduziu a realidade a fatores quantificáveis, negando os aspectos criadores, imaginários e subjetivos na construção do conhecimento.

No pensamento científico determinista a análise dos fenômenos sociais poderia ser feita utilizando-se os mesmos métodos de investigação aplicados às ciências naturais, desconsiderando as diferenças e especificidades de ambas as ciências, com o objetivo de elaborar e aplicar um modelo único de estudo dos fenômenos (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2008, p. 198).

A epistemologia bachelardiana traz como componente fundamental no entendimento da realidade a imaginação material e dinâmica, evocando a necessidade de uma filosofia ativa que se apoia na vontade humana de transformação da matéria. Neste aspecto, a realidade é espetáculo e contemplação e se alimenta da vontade humana de criar, transformar e manipular. Assim, no contexto pedagógico de seu tempo, o filósofo “(...) vai descobrindo que educar é alimentar sonhos” (RODRIGUES, 1999, p. 7) e que a compreensão do real deve incluir a valorização da imaginação criadora.

Baseado, portanto, numa concepção de ciência que evoca a importância dos aspectos criadores e imaginários na construção do conhecimento, Bachelard debruçou seus estudos nos quatro elementos fundamentais da natureza: fogo, água, terra e ar. A partir desta proposta, contrariando os pressupostos do método cartesiano, constrói uma concepção de ciência que trabalha com a realidade coletiva, afirmando a incerteza e a incompletude do conhecimento humano sobre a realidade que o cerca.

Salienta-se que as imagens oníricas que incluem as experiências com o elemento água, tomando-se como base o sentido bachelardiano, constituem o elo de comunicação dos trabalhadores ligados ao mar com o meio ambiente que acolhe o sujeito sonhador, permitindo-se um reencontro com a gênese, com o princípio do surgimento das formas de vida, característica do meio que remete às experiências com o elemento água. Desse modo, a água é a referência das experiências primárias destes trabalhadores, da sua história e de seu imaginário, sendo a “fonte de onirismo secreto e lugar de nossas lembranças cósmicas imaginárias que devolvem ao homem o tempo do devaneio desperto” (RODRIGUES, 1999, p. 352).

Ao se referir ao elemento água, Bachelard descreve os lugares que habitou, expondo suas imagens sobre a natureza de sua terra natal, imprimindo a sua filosofia um estudo das

imagens das águas, em que as impressões familiares, as vivências e os aprendizados da infância possuem um papel primordial da formação dos seus desejos, dos seus sonhos, prazeres e necessidades: “Meu prazer é ainda acompanhar o riacho, caminhar ao longo das margens, no sentido certo, no sentido da água que corre, da água que leva a vida alhures, à povoação vizinha” (BACHELARD, 1997, p. 8). Desse modo, afirma que nossos primeiros sonhos são aqueles que emergem do contato com as substâncias orgânicas (água, terra, fogo e ar), sendo a água a matéria fundamental das imagens oníricas, das atividades sonhadoras da infância. Ao descrever os cenários de sua terra natal, o filósofo expressa encanto e admiração pelos elementos da natureza, demonstrando que as lembranças são componentes importantes para alimentar os sonhos e despertar a imaginação criadora.

Nasci numa região de riachos e rios, num canto da Champagne povoado de várzeas, no Vallage, assim chamado por causa do grande número de seus vales. A mais bela das moradas estaria para mim na concavidade de um pequeno vale, às margens da água corrente, à sombra curta dos salgueiros e dos vimeiros (BACHELARD, 1997, p. 8).

Para o filósofo as imagens e os sentimentos estão correlacionados à construção do conhecimento sobre a realidade. Sobre isto, explica que a contemplação impulsiona o interesse e a inspiração pela pesquisa do desconhecido, sendo a *natureza* um elemento de origem de todos os sentimentos. Assim, o ímpeto de dominação e busca constante de compreensão da dinâmica da natureza está relacionada aos sentimentos de contemplação e admiração, referindo-se ao processo de construção do conhecimento como uma *curiosidade do amor*. Conforme coloca Bachelard (1997, p. 119), esta contemplação em relação às substâncias orgânicas da natureza emerge do apego às vivências da infância, sendo que somente amamos uma realidade na medida em que esta é uma lembrança. Portanto, de acordo com o filósofo:

É o sentimento que constitui o valor fundamental e primeiro. A natureza, começamos por amá-la sem conhecê-la, sem vê-la bem, realizando nas coisas um amor que se fundamenta alhures. Em seguida, procuramo-la em detalhe, porque a amamos em geral, sem saber por quê. A descrição entusiasta que dela fazemos é uma prova de que a olhamos com paixão, com a constante curiosidade do amor. E se o sentimento pela natureza é tão duradouro em certas almas é porque, em sua forma original, ele está na origem de todos os sentimentos (Ibidem, p. 119).

As imagens oníricas emergem de um estado de contemplação, resultante da ação do ser humano sobre a matéria. Nesta relação entre a água imaginada e a ação humana sobre a



matéria resultam as imagens despertadas, que exprimem uma realidade poética, transpõem sentidos, amplificam sensações: a água desperta desejos, sensações, medos, cheiros e sabores. Assim, “as experiências imaginárias feitas com esse elemento permitem ao nosso filósofo-sonhador reunir uma série de imagens: as águas claras, as águas primaveris, as águas correntes e as águas amorosas, as águas profundas, as águas dormentes, as águas mortas (...)” (RODRIGUES, 1999, p. 345).

Bachelard remete às vozes da água afirmando que este elemento possui uma linguagem poética que reflete os acontecimentos presentes na natureza: “A água tem também vozes indiretas. A natureza repercute ecos ontológicos. Os seres respondem-se imitando vozes elementares. De todos os elementos, a água é o mais fiel espelho das vozes” (BACHELARD, 1997, p. 199). Sendo assim, podemos reconhecer um determinado ecossistema através das vozes da água: a especificidade da sonoridade das águas dos rios, das águas do mar, das águas da chuva, de modo que “O riacho, o rio, a cascata têm, pois um falar que os homens compreendem naturalmente” (Ibidem, p. 201).

No contexto da pesca artesanal a percepção dos diversos sons da água é reflexo dos ensinamentos transmitidos através da história oral. Desse modo, o saber-fazer desta profissão tem como um dos seus principais elementos basilares do conhecimento sobre o ecossistema costeiro, os ensinamentos relacionados à dinâmica do elemento água. Em seu depoimento, Rubinei comenta sobre as qualidades intelectuais exigidas para o domínio da arte da pesca, no qual exige a compreensão da dinâmica do meio ambiente, além das habilidades relacionadas ao manejo de diferentes instrumentos de captura: “... *então, a pesca tem isso aí, a pesca não é tu pegar uma embarcação e sair pro mar correndo a procurando à moda louco, não, a gente fazia a pesca da tainha de cerco também, saíam daqui dois botes com seis homens, era uma despesa considerável, a gente saía daqui de Rio Grande e saía pro lugar chamado ‘Proa da Vaca’, lá em frente ao barranco, no município de São José do Norte e vinha e não achava um peixe pra dar lance, quando nós chegávamos aqui na Ilha dos Marinheiros nós capturávamos o peixe quando nós estávamos chegando em casa, quer dizer, o peixe não está parado em um lugar...*” (Rubinei, entrevista 1). Nesta perspectiva, destaca-se a importância dos segredos de profissão na arte da pesca. Diegues faz uma importante colocação a esse respeito, destacando que a habilidade de “(...) saber localizar e guardar na memória os bons pontos de pesca constitui um dos núcleos do segredo profissional” (DIEGUES, 1983, p. 199).

Tornar-se pescador profissional implica a aprendizagem sobre as variáveis naturais do ecossistema, implica a destreza de tomar decisões rápidas e a sabedoria de adaptar-se às mudanças ambientais. Sobre este aspecto, destaca Diegues:

Tornar-se um pescador profissional, entretanto, significa ser portador do conhecer que implica no quando, onde e por que fazer. Esse conhecer é constituído por um conjunto de ideias sobre o navegar, o movimento das marés, os tipos de fundo propícios à vida de certas espécies de pescado, noções empíricas sobre os hábitos dos diferentes peixes, etc. O importante não é conhecer um ou outro aspecto do segredo, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar decisões relativas à captura (DIEGUES, 1983, p. 198-199).

O pescador deve, assim, aprender e compreender a linguagem das águas. Esta sabedoria, transmitida através da oralidade, guia a escuta e a visão do pescador na empreitada pesqueira, sendo importante a compreensão das vozes e das imagens que despertam as águas. Os pescadores, em suas narrativas orais, colocam que estes conhecimentos são repassados através das gerações e começam a ser transmitidos a partir dos dez ou doze anos de idade, quando o filho sai para pescar com os familiares, utilizando a observação e a escuta atenta das técnicas de pesca no processo de aprendizado do ofício. O pescador Rubinei relata que seus conhecimentos foram sendo apreendidos a partir do processo de aprendizagem construído nas relações familiares de trabalho: *“Aqui ao redor da Ilha dos Marinheiros, de Rio Grande, é considerado o berço criador de camarão, de tainha e de peixe-rei, porque a lagoa é baixa e a água é mais quente, então, essa é a experiência da gente que estamos observando e os mais antigos vão falando pra gente”* (Rubinei, entrevista 1).

Laudeci comenta sobre as dificuldades de conciliar o trabalho na pesca realizado durante a infância e a adolescência com as atividades escolares: *“Nós já tínhamos 12, 15 anos quando começamos a trabalhar e íamos estudar também, e o pai não pode nos manter no colégio sempre porque nós éramos três estudando naquela época e ele não tinha condições, estudamos até o quarto ano, depois que passamos para o quinto ano o material escolar já era com mais coisas, e o pai tinha que manter todos nós no colégio e tinha que ajudar pra manter o sustento da casa também, trabalhavam todos com o mesmo objetivo”* (Laudeci, entrevista 2).

Os elementos sonoros e visuais direcionam a trajetória para a realização de uma pescaria bem sucedida. Um pescador utiliza o conhecimento sobre o ecossistema para reconhecer os cardumes através do movimento na superfície da água, para identificar o local para uma boa pescaria, por meio da observação dos cursos d' água, descobrindo-se os remansos dos rios, identificando-se as partes mais profundas no mar onde os peixes trafegam. Nesta interação histórica entre os componentes biológicos e sociais, o mar e a lagoa são

elementos criados culturalmente pelos pescadores, através de um saber empírico transmitido ao longo de diversas gerações, sendo resultado da experiência cotidiana de observação sobre as mudanças no tempo, sobre a influência do ciclo lunar e dos ventos na pesca, sobre a reprodução e migração das espécies de peixes, constituindo-se como um importante instrumento para a preservação da biodiversidade.

Este conhecimento está expresso no depoimento do pescador Laudeci, o qual relata a especificidade de um dos segredos da profissão, que está relacionada à prática da observação dos ventos para a compreensão do tempo propício para a realização de uma empreitada pesqueira bem sucedida: “[Os pescadores sabem que] quando dava estes ventos rebojos, ou na calma do vento dava bastante peixe, o vento rebojo é o vento oeste que a gente chama, então, tinha os rebojos, mas era o vento oeste, na calma desse vento podia nos preparar pra pesca que vai dar muito peixe” (Laudeci, entrevista 1).

Para o pescador artesanal, portanto, a palavra da água direciona a rotina de trabalho no cotidiano da profissão. Podemos dizer que a água, sendo o elo do pescador com o mundo de sonhos, abarca suas emoções, seus medos, suas alegrias e confidências: “Com as águas fazemos confidências, somos solicitados a contar nossos segredos mais íntimos, somos questionados e perguntamos por nosso destino elementar e material” (RODRIGUES, 1999, p. 349). Ao longo de sua vida, em muitos momentos, o mar é o único companheiro e confidente do pescador:

Alongou os olhos pelo mar, e notou como estava só. Mas distinguia os prismas na água profunda e sombria e a linha estendendo-se adiante e a estranha ondulação da calmaria. As nuvens amontoavam-se ante os alísios, e, olhando em frente, viu um bando de patos bravos desenhando-se contra o céu, acima das águas, depois esborratando-se, desenhando-se outra vez, e reconheceu que o homem nunca está só no mar (HEMINGWAY, 1999, p. 33).

A água é o referencial de felicidade para o pescador: ele inter-relaciona suas concepções de felicidade com a necessidade de promover a sustentabilidade do ecossistema costeiro. Para ele a água é o elemento que liga, cura e medica: “A água, como se dizia nos antigos livros de química ‘tempera os outros elementos’. Destruindo a secura – a obra do fogo – ela é vencedora do fogo; tira do fogo uma paciente desforra; aplaca o fogo; em nós, ela abrandando a febre” (BACHELARD, 1997, p. 109). A água também é a imagem do mundo para o pescador. Assim, a imagem e o estado atual das águas conjecturam uma situação de crise socioambiental, em virtude da sobrepesca e da degradação do ecossistema, portanto, refletem

a realidade concreta e material da relação insustentável que se estabelece entre o ser humano e o meio ambiente.

Consideramos o pescador artesanal como um sonhador das águas: ele admira a noite que chega acompanhada do mistério, da insegurança e dos medos que cercam as águas escuras do mar e contempla o dia através das imagens do céu no espelho das águas. Conhecer as águas é conhecer a alma do pescador. O imaginário sobre as águas é compreendido como ação e reflexão sobre as condições materiais de existência destes trabalhadores, determinando modos de habitar, de agir e de se relacionar com o meio que o cerca, constituindo-se como principal elemento de produção da vida, definindo o jeito ambiental de ser destes sujeitos. Quando nos referimos às *imagens oníricas sobre as águas*, portanto, pretendemos dar visibilidade aos sonhos, aos afetos, às esperanças, aos desejos e aos componentes de felicidade que integram a compreensão histórica dos pescadores sobre o seu universo de trabalho.

O universo em que habita o pescador, no qual se debruça a análise da presente investigação, constitui-se como uma extensão da Laguna dos Patos, sendo esta um elemento que determina suas práticas cotidianas, os seus tempos de fartura e de crise. Sendo assim, a proximidade deste trabalhador com as águas direciona a sua rotina de trabalho, imprimindo às imagens que possui sobre as águas, narrativas que expressam o encantamento, a alegria, o respeito e a luta do pescador com o seu ambiente de trabalho. Através da dinâmica da água o pescador projeta sua felicidade concreta a material. Encontramos na narrativa de Lore di uma compreensão sobre o elo especial que o pescador constrói com as águas: *“Mas lá [no mar] é onde eu me sinto bem... não adianta nada... eu não gosto de cidade... eu gosto de tá lá acampado... trabalhando [na pesca]. Mas, eu gosto de tá no mar... eu me sinto bem... eu estou livre... a minha cabeça parece que fica numa tranquilidade assim né..., no... calminho, eu fico tranquilo. Às vezes, eu tô em terra, eu tô estressado, estou meio alocado, correndo... de um lado pro outro e quando eu chego lá [no mar]... Bah...eu necessito disso...[do trabalho na pesca]” (Lore di).*

As imagens sobre as águas compunham narrativas históricas que expressam as condições de existência destes profissionais: a água significa fartura, riqueza e bonança, mas também remete a tempos de luta, de resistência, de revolta e miséria. Os pescadores possuem imagens que traduzem sentimentos primitivos, visto sua estreita relação com a água, as concepções de maternidade e de transitoriedade integram a imaginação do pescador. A compreensão da água como sentido de maternidade segue o entendimento de elemento de criação, de vida e gênese. O conceito de transitoriedade engloba o processo de inacabamento,

do permanente estado de *vir-a-ser* do ser humano. O pescador Loredi explicita a compreensão do pescador sobre o trabalho no mar, evidenciando o sentido de liberdade que integra o cotidiano da profissão: *“Primeiro de tudo... pescador não serve pra cumprir horário... se ele tiver que dormir quatro horas da tarde, ele dorme dentro do bote..., segundo... o pescador ele não consegue se adaptar a ganha 300 real por semana, 400. Porque tanto ele ganha 20, quando amanhã ele vai lá e ganha 2000, e ele sabe disso. Por isso... ele vai lá e volta [pra trabalhar pesca], ele não nasceu pra levar ordem... pra cumprir... ele nasceu autônomo..., ele nasceu livre..., ele não nasceu preso..., isso é a cultura... nasceu livre, nasceu fazendo o que ele gosta... nasceu um passarinho solto na natureza..., o acesso à natureza..., tu não consegues deixar isso de lado... o mar..., e isso eu senti na pele... de chegar a morar aqui onde eu moro hoje [nas margens da Lagoa dos Patos], e chegar na beira da praia, assim, e dá vontade de chorar... Bah eu quero tá lá [no mar], eu não quero tá [trabalhando em terra]” (Loredi).*

Rodrigues (1999, p. 370) refere-se ao pescador como uma metáfora do sonhador das águas, que dialoga com o tempo da espera e da concentração, escuta o mar, interage com a maresia e possui fidelidade ao seu sonho marinho, ou seja, torna-se leal à busca pela felicidade, a qual se constitui como o alimento imaginário da alma:

(...) para um sonhador das águas, há sempre na pesca uma sensação de novidade. Tem na pesca seu destino cósmico, que por fidelidade ao sonho marinho vai buscar a si mesmo e, justamente por isso, quer pescar. O pescador sabe que é nessa forma de vida que ele tira o peixe, aquilo que ele vai comer, como alimento imaginário de sua alma. Num devaneio de pescador liga-se a mão, o corpo e o mundo por uma linha de nylon, através da qual a vida é pescada das entranhas das águas, numa luta das vontades animais e forças cósmicas (Ibidem, p. 370).

Para Bachelard a água representa o feminino, pois prepara o alimento da terra, construindo-se uma imagem da água maternal. Inspirando-se nos poetas, destaca a água como o leite da natureza: “O mar é maternal, a água é um leite prodigioso; a terra prepara em suas matrizes um alimento tépido e fecundo (Bachelard, 1997, p. 124). Ernst Hemingway nos auxilia a sonhar com a imagem que os pescadores constroem sobre as águas, percebendo-as como contemplação do feminino: “Mas o velho [pescador] sempre pensava no mar como feminino, como algo que entrega ou recusa favores supremos, e, se tresvariava ou fazia maldades era porque não podia deixar de as fazer. A lua influi no mar como as mulheres, pensava ele” (HEMINGWAY, 1999, p. 16).

A água está relacionada à transitoriedade e, de acordo com Bachelard, a metamorfose é a substância do ser humano, evidencia a característica do inacabamento e da sua permanente disposição para sonhar: “Não nos banhamos duas vezes no mesmo rio, porque, já em sua profundidade, o ser humano tem o destino da água que corre. A água é realmente o elemento transitório” (BACHELARD, 1997, p. 6-7). A água também simboliza a morte cotidiana, a dissolução final, sendo assim, tanto evoca a ideia do nascimento contínuo, como da perda de vida: “Desaparecer na água profunda ou desaparecer num horizonte longínquo, associar-se à profundidade ou à infinidade, tal é o destino humano que extrai sua imagem do destino das águas” (Ibidem, p. 14).

Assim, a água aparece como o elemento da transitoriedade e da morte cotidiana, está inter-relacionada à transformação do fogo e da terra, possui o poder maternal de nutrição, bem como reflete a dissolução, a profundidade e o infinito. Como as cascatas que morrem horizontalmente, também o ser humano vivencia a queda cotidiana presente na transformação de suas convicções, de seus desafios e necessidades. Desse modo, à imagem da transitoriedade interliga-se a ideia da partida, da transmutação da viagem das águas: “A morte é uma viagem e a viagem é uma morte. ‘Partir é morrer um pouco’. Morrer é verdadeiramente partir, e só se parte bem, corajosamente, nitidamente, quando se segue o fluir da água, a corrente do largo rio. Todos os rios desembocam no rio dos mortos” (Ibidem, p. 77).

Bachelard coloca que o devaneio da morte é a imagem da morte sobre as águas. Baseado em Jung, o filósofo escreve sobre a característica onírica presente no risco de navegar no mar, afirmando que: “O herói do mar é um herói da morte. O primeiro marujo é o primeiro homem vivo que foi tão corajoso como um morto” (Ibidem, p. 7). O filósofo revela que são numerosas as imagens na literatura e na poesia que inter-relacionam a navegação ao perigo e risco da morte, de modo que se refere às águas do mar como sendo *águas funerárias*.

Bachelard inspira-se em Jung para escrever sobre o devaneio ambivalente da água, considerando-a tanto uma substância de vida, como de morte. A água é um símbolo maternal devido ao seu caráter de fertilidade e purificação, neste sentido, a morte no mar seria um regresso ao ventre materno. Por isso, o filósofo afirma que “A morte nas águas será para esse devaneio a mais maternal das mortes” (Ibidem, p. 75).

A imagem da morte sobre as águas é a representação da travessia e da partida, que encontra seu lugar em diversas obras literárias, bem como nas histórias dos habitantes do litoral, de modo que “para alguns sonhadores, a água é o movimento novo que nos convida à viagem jamais feita” (Ibidem, p. 78). Ao escrever sobre a morte nas águas, Bachelard se inspira nas imagens poéticas das obras de Baudelaire, Edgar Allan Poe e Balzac, referindo-se

às narrativas sobre os navios-fantasma e barcos naufragados, sobre os adeuses à beira-mar e sobre os crimes cometidos nas encruzilhadas das águas. Estas imagens poéticas animam as compreensões humanas das águas marinhas como sendo “o túmulo do fogo e dos homens” (BACHELARD, 1997, p. 81). O simbolismo da morte que cerca as águas do oceano também está presente no imaginário dos pescadores artesanais e nas narrativas sobre o trabalho nas pequenas embarcações costeiras.

Bachelard afirma a supremacia da água doce sobre a água do mar, sendo esta considerada um elemento masculino, dada sua característica agressiva. Explora suas impressões pessoais, ou seja, as lembranças da natureza de sua terra natal, para desenvolver um estudo sobre as imagens substanciais da água. Por esse motivo, sua leitura sobre a superioridade das águas terrestres sobre as águas marinhas está relacionada às imagens de sua infância, uma vez que o autor afirma que: “Tinha quase trinta anos quando vi o Oceano pela primeira vez” (BACHELARD, 1997, p. 8). A água doce seria suprema, pois a necessidade de degustação supera o prazer da visão, própria da experiência onírica do ser humano com o mar.

Enfatizamos que as imagens sobre as águas marinhas sofrem a importante influência da mitologia local das comunidades que vivem em regiões costeiras. Bachelard comenta que podemos compreender as experiências oníricas com o mar através da sedução que exprimem as narrativas destes habitantes do litoral. Salienta que os contos sobre os viajantes do mar integram as primeiras impressões das crianças que habitam as zonas costeiras, sendo o primeiro estado de contemplação em relação ao ambiente marinho: “O mar é fabuloso porque se exprime primeiro pelos lábios do viajante da mais longínqua viagem. Ele fabula o distante” (Ibidem, p. 159). A contemplação em relação às águas marinhas animam diversas mitologias, sendo que a impressão do encantamento incide sobre a ira do oceano e as projeções de violência sob a influência das imagens visuais, de modo que o mar parece “dar tão pouca importância à coragem dos homens” (Ibidem, p. 182).

Citando a obra de Balzac, Bachelard compreende que a vida dinâmica do mar está em correspondência com a consciência humana, com um estado psicológico. Assim, o universo do oceano estabelece uma comunicação íntima e substancial com as emoções humanas, de modo que “à aflição de uma alma corresponde à desgraça de um oceano” (Ibidem, p. 180): “Étienne ‘sentia em sua alma uma verdadeira tempestade quando (o mar) se irava; respirava com cólera em seus assobios agudos, corria com as vagas enormes que se quebravam em mil franjas líquidas sobre os rochedos, sentia-se intrépido e terrível como ele” (BALZAC apud BACHELARD, 1997, p. 181).

Também cabe salientar a água em sua simbologia espiritual, estando relacionada à pureza, à fertilidade e ao renascimento. Diversas culturas e religiões associam a água à vida, concebendo-a como instrumento de purificação e regeneração. Na cultura hindu e na tradição islâmica, por exemplo, a água é elemento sagrado, tendo o papel de restabelecer a passagem de uma forma de vida impura e indesejável para um estado desejável, propiciando o renascimento. Neste contexto, a água restaura e constrói um novo ser humano: “A água apaga a história, pois restabelece o ser num estado novo. (...) A água enquanto símbolo de regeneração revela-se extremamente forte: mesmo no contexto irreligioso e ateu da filosofia de Nietzsche continua a simbolizar o advento de uma nova humanidade” (BRUNI, 1993, p. 62).

Em relação à tradição cristã, a água é símbolo da eternidade e fonte de sabedoria, sendo celebrada como manancial do Espírito Santo: “Na tradição cristã, o Espírito Divino, dentre todos os elementos, escolheu a água. É para ela que se voltam suas preferências, pois ela se mostra, desde a origem, como matéria perfeita, fecunda e singela, totalmente transparente” (Ibidem, p. 60). Portanto, sobre a concepção da água como significado de vida eterna na tradição judaico-cristã destaca-se que:

Na tradição judaico-cristã, a água simboliza, em primeiro lugar, a origem da criação. O *mem* (M) hebraico simboliza a água sensível; ela é mãe e matriz (útero), fonte de todas as coisas. Na Bíblia, os poços do deserto e as fontes que se oferecem aos nômades são lugares de alegria e encantamento, pontos de encontros essenciais. Como lugares sagrados, os pontos d’água têm papel incomparável. Perto deles nasce o amor e os casamentos principiam. A marcha dos hebreus e a caminhada de todo o homem na sua peregrinação terrena estão intimamente ligadas ao contato exterior ou interior com a água (Ibidem, p. 59).

Bachelard cita as abluções que os zulus realizam nos rituais de purificação, após presenciarem aos funerais, no sentido de que a água não está relacionada somente à prática da limpeza higiênica, mas a uma concepção de pureza ligada à fé. Nesta ótica, a purificação se revela como sendo a ação de uma substância, nesse caso, a água é concebida como fonte viva, sendo pensada como um elemento onírico. Neste aspecto, o filósofo se refere à moral da água, a qual se constitui como uma força que irradia e absorve a pureza, sendo o sonho da purificação um processo de renovação sugerido pela água límpida e fresca: “Mergulha-se na água para renascer renovado” (BACHELARD, 1997, p. 151). Em relação aos pescadores, as suas concepções de pureza das águas do mar está associada ao *sal*, componente que agrega resistência à água, sendo a sua composição capaz de neutralizar a poluição, conforme



explicita Silva (2000, p. 30): “Também o sal presente na água vem reforçar a pureza desta, pois, sendo considerado uma substância sagrada, é visto como um agente capaz de (matar) com a poluição de que o mar é eventualmente vítima”.

Encontra-se na água a esperança da cura, atribuindo-se às águas minerais e às águas térmicas diversos estudos em torno deste potencial, especialmente, no século XVIII. No tocante a este assunto, Bachelard menciona o complexo da Fonte de Juventa, como sendo uma experiência trivial daqueles que creem na capacidade de rejuvenescimento pelo uso da água fria e fresca: “A água fresca desperta e rejuvenesce o rosto, o rosto em que o homem se vê envelhecer, em que ele gostaria tanto que não o vissem envelhecer! Mas a água fresca não rejuvenesce tanto o rosto para os outros como para nós mesmos” (BACHELARD, 1997, p. 152). O filósofo explica que as energias que observamos despertar sobre as coisas, a impressão de frescor e a potencialidade de cura presente na água pertencem às experiências oníricas, ligadas aos mitos do nascimento e do poder maternal deste elemento orgânico. Sendo assim, afirmar que o processo de cura deriva do olhar em relação ao que vemos, situa este ideal nas impressões de contemplação do ser humano em relação à água, destacando-se que as virtudes a que lhe são atribuídas resultam de um princípio imaginário, ou seja, os potenciais de purificação “pertencem mais à psicologia do que à química” (Ibidem, p. 153).

A água remete à gênese da vida, atrelando-se às narrativas que emergem das experiências amorosas dos pescadores com o mar. Neste sentido, a imagem da água como elemento de feminilidade, de fertilidade, interliga-se à percepção de encantamento destes sujeitos em relação ao mar. Bachelard associa o mar à imagem do seio materno, afirmando, através dos escritos poéticos de Lafourcade (*La jeunesse de Swinburne*), que a composição das águas marinhas assemelha-se ao ventre da mãe: “Quanto ao mar, seu sal *deve* ter estado em meu sangue antes do meu nascimento” (LAFOURCADE apud BACHELARD, 1997, p. 172).

A partir do ensaio de estética literária intitulada *A água e os sonhos*, Bachelard situa este elemento orgânico em sua simbologia, utilizando as imagens e significados explorados por diversos escritores já citados. A água, como espetáculo da natureza, é percebida como uma experiência poética completa, a qual está em dependência com as imagens oníricas. O filósofo também concebe a água a partir de sua utilidade psicológica, assinalando-a como sendo um espelho: “(...) a água serve para naturalizar a nossa imagem para devolver um pouco de inocência e de naturalidade ao orgulho da nossa contemplação íntima. Os espelhos são objetos demasiado civilizados, demasiado manejáveis, demasiado geométricos (...)” (BACHELARD, 1997, p. 23). Comparando o espelho das águas aos espelhos geométricos,

Bachelard situa as águas como instrumentos da vida onírica, ou seja, o reflexo aquático é caminho aberto para o sonho e para a idealização, ao contrário dos espelhos civilizados que aprisionam as imagens em um conceito limitado em relação àquilo que é belo:

O espelho da fonte é, pois, motivo para uma imaginação aberta. O reflexo um tanto vago, um tanto pálido, sugere uma idealização. Diante da água que lhe reflete a imagem, Narciso sente que sua beleza continua, que ela não está concluída, que é preciso concluí-la. Os espelhos de vidro, na viva luz do quarto, dão uma imagem por demais estável. Tornarão a ser vivos e naturais quando pudermos compará-los a uma água viva e natural, quando a imaginação renaturalizada puder receber a participação dos espetáculos da fonte a do rio (BACHELARD, 1997, p. 24).

No âmbito da pesca artesanal o mar adquire inúmeras simbologias e significados que refletem contextos culturais e históricos, sendo vinculado tanto à questão da promoção da saúde, do prazer e da liberdade, quanto é concebido como espaço de sofrimento, dificuldade e sacrifício. Em sua narrativa, o pescador Rubinei enfatiza as dificuldades enfrentadas no cotidiano de sua profissão: *“Não tem tempo feio [para o pescador artesanal], não tem tempo feio, se tu vê que tá um tempo feio, tu já sai sabendo que vai pegar tempo feio no mar, é melhor do que tu ficar em casa e depois tu quiser sair pro mar e não conseguir sair, tu vai ficar de noite matutando e pensando, ‘o que vou fazer amanhã, o que vou dar pra cinco ou seis crianças?’ , mas tu saindo pro mar, tu sempre vai procurar um vento de um lado, vai procurar, num rebojo ou numa revessa colocar as tuas redes, tu não vai colocar onde tu imaginava onde irias colocar, mas tu vai igual, colocá-las na água”* (Rubinei, entrevista 1).

Estes sentidos ambivalentes se relacionam às imagens dos filhos de pescadores quando situam as narrativas sobre as lembranças dos momentos de preparo da pesca de seus pais, tios e avós, destacando, neste contexto, a regulação de sua rotina e de seus horários de trabalho pelas forças da natureza. Além disso, associam a imagem do trabalho na pesca com as incertezas que enfrentam no mar: esta imagem de insegurança é marcada pela falta de garantia de uma boa pescaria, pelo tempo angustiante da espera em terra das famílias e pelos riscos cotidianos a que estão submetidos. Neste aspecto, as imagens ambivalentes sobre o ambiente marinho estão vinculadas às narrativas de seus antepassados, mas incluem as lembranças vividas desde a infância, no processo de aprendizado do ofício de pescador. Neste sentido, as representações simbólicas sobre o mar, são marcadas pelas imagens de narrativas que evocam o medo e a morte, a liberdade e a aventura.

Esta ideia está expressa no depoimento do pescador Rubinei quando relata as histórias de enfrentamento dos perigos dos temporais no mar: *“Certa vez pequei um temporal na lagoa*

*Mangueira e não consegui ir pra costa, amarrei o caíco na estaca e fiquei dois dias no mar, sem comer, só bebendo água, esperando o temporal passar, eu olhava pra costa e pensava na minha família que devia estar preocupada comigo, foi o pior temporal que já peguei em 40 anos de pescaria, achei que iria morrer, as ondas passavam por cima do caíco e eu sempre tendo que tirar a água que entrava sem parar, senão o caíco afundava, estava muito cansado, mas não podia parar de tirar a água que entrava. Durante a noite eu só olhava pra costa e via aquelas luzes de longe e eu no meio da imensidão, no meio do perigo e da escuridão da lagoa Mangueira, rezando pra sobreviver” (Rubinei, entrevista 2).*

A visão do pescador sobre o ecossistema costeiro imprime ao ambiente marinho a concepção de entidade viva, infinita e autônoma. Silva coloca (2000, p. 28) que a vida do pescador é organizada a partir de dois espaços, os quais englobam o mundo do mar e o mundo do seco. Ao primeiro, a atribuição de uma *entidade autônoma* é característica da recorrência da sua imprevisibilidade e imensidão, fatores que contribuem para a especificidade do trabalho dos pescadores como uma atividade regida pelas leis do mundo do mar: “O mundo do mar, detentos da alteridade caracterizada por um padrão orgânico diferente e por leis próprias, relacionadas sobretudo às marés e aos ventos, é visto como uma expressão da natureza que superpõe imprevisibilidade e regras, risco de vida e fartura” (Ibidem, p. 28). Desse modo, enfatiza-se que as dificuldades da profissão estão relacionadas às variáveis da dinâmica do ambiente marinho que, mesmo diante da amplitude da sabedoria do pescador mais experiente, ainda assim, emergem incompreensões sobre os fatores que condicionam certos períodos de crise no abastecimento. Estas peculiaridades do seu ambiente de trabalho confere um sentimento de admiração pela atividade que realiza.

As imagens relacionadas ao sentimento de perda e de dificuldades que carregam as simbologias dos pescadores sobre as águas remetem às lembranças de uma vida sacrificante em suas jornadas de trabalho. Sobre este aspecto, o pescador Rubinei, com sua narrativa embasada na experiência de quarenta anos na pesca, traz um relato acerca das regras de sobrevivência que eles necessitam seguir, especialmente, quando realizam acampamentos em lugares distantes de suas moradias: “[Os pescadores sabiam que] quando chegar a noite nós vamos ter que dar um lance pra matar tainha pra nós comermos assada na macega, dava um lance e tirava vinte tainha, claro, aquilo ali não cobria custo nenhum, mas pelo menos, nós tínhamos o que comer a noite pra amanhecer o dia trabalhando, nós encostávamos na macega, um saía daqui pra ali, juntando graveto e pau, e uns galhinhos verdes pra fazer uns espetinhos pra cravar na tainha e assar tainha na macega, quer dizer, [se] dá três tainha pra

*cada um, vamos comer duas pra deixar uma pra comer de manhã, então, já tinha uma regra, a gente aprende assim” (Rubinei, entrevista 1).*

Em relação ao mundo do seco o pescador afirma a sua característica de previsibilidade e necessidade de regras, sendo, portanto, um contexto social menos livre e perigoso. As significações em torno deste cenário imprimem aos discursos destes trabalhadores a concepção de que o mundo do seco “(...) constitui-se de uma natureza dócil, previsível, passível de ser controlada no que diz respeito a certas leis e ciclos e, na medida em que a sociedade é vista como uma dimensão deste mundo, as regras sociais também reforçam esta expectativa de previsibilidade” (SILVA, 2000, p. 28).

Esta admiração do pescador pela atividade que realiza é destacada pela sua ousadia e coragem em enfrentar um contexto de imprevisibilidades e um ambiente ameaçador, repleto de perigos e mistérios. Desse modo, as imagens do pescador em relação às águas marinhas refletem a visão de maravilhamento que ele possui pela sua profissão. Nesta perspectiva, importante considerar a colocação de Leberge (2000) quando afirma que o pescador, ao se referir ao cotidiano de sua atividade, destaca a sua aproximação com o perigo constante da ameaça de morte no mar: “(...) toda a apresentação do mar, das águas, do peixe como ameaça e perigo, como mistério a perscrutar, como arte à disposição do artista tem um objetivo: mostrar quão valoroso é o pescador, quão interessante é seu trabalho. Tanto mais perigoso, quanto mais interessante” (Ibidem, p. 43).

O sentimento constante da ameaça de morte e os desafios inerentes a sua atividade, além do estabelecimento de um contato direto com a natureza, sustentam propriedades peculiares deste profissional, sendo assinalado pelas vivências com os longos anos de sol, e com a agitação diferenciada de sua rotina de trabalho. Por isso, o pescador afirma que o fato de estar afastado do cotidiano que marca a vida dos outros sujeitos que possuem seu comportamento regulado pelo controle minucioso do relógio, sendo esta uma especificidade daqueles que trabalham no mundo do seco, torna-o um *sujeito mais tranquilo*, como destaca Laberge (2000, p. 46): “Tranquilidade, silêncio, não-agitação diferenciam o pescador e o afasta dos outros seres humanos. Esta identificação com o silêncio das águas o retrai da convivência quando volta a terra”. Assim, seria a convivência com as águas que o torna um ser especial, distinguindo-os pelas simbologias que caracterizam a sua vida no cotidiano.

As imagens construídas sobre as águas, através da investigação de sua história oral, revelam os seus conhecimentos, os modos como se relacionam, as suas perspectivas e a compreensão que constroem sobre si. Os pescadores afirmam a necessidade da tranquilidade e do silêncio para não afastarem os cardumes de peixes, o que revela a sua relação de

cumplicidade com as águas. Além disso, estes trabalhadores valorizam a sua atividade pelos desafios constantes e a convivência com o perigo de morte no mar, exaltando a liberdade, a bravura e a aprendizagem construída através da *vivência com o sentimento de perda*.

Laudeci destaca que a sobrevivência dos pescadores, bem como o enfrentamento dos perigos e da insegurança no mar, é dependente das relações de solidariedade entre os trabalhadores, como expressa em sua narrativa: *“já socorri sim [pescadores no mar], uma vez os caras atravessando aqui [a Lagoa dos Patos] eu vi jeito que eles não conseguiriam vencer, aí eu vinha vindo a motor e peguei eles a reboque e trouxe eles porque eles não iriam conseguir vencer, porque tinha muito vento e eles estavam apavorados, mas aí eu consegui socorrê-los, e nem sei como é o nome dos caras, só sei que eles me agradeceram muito”* (Laudeci, entrevista 1).

Suas narrativas orais de vida revelam que a aproximação com o mar exige a convivência com a perda de amigos e de companheiros de trabalho, além do afastamento e da separação da família por longos períodos de atividade e com a falta de peixe e de perspectiva de crescimento e investimentos na profissão. A obra *O velho e o mar*, de Ernst Hemingway, trabalha a perspectiva da perda na vida do pescador através da história do trabalhador Santiago, o qual convive com a falta do menino, seu companheiro de pesca, além da falta de peixe. Mas, estes fatos não rompem com a persistência, com o encantamento em relação à atividade e com os sonhos do pescador Santiago em concretizar o objetivo maior da boa pescaria. Expressamos a convivência com o sentimento de perda através do relato de um pescador sobre a morte de um companheiro em um dia de temporal no mar: *“Nós pegamos um temporal na Sarangonha onde veio falecer com um raio, um amigo nosso, pescador, e pescava eu e um primo meu com uma bateria e um caíco e o bote dele estava mais pra fora, veio um vento tão forte de repente que nós éramos dois pra remar um caiquinho e não havia jeito de chegar no bote [deste pescador que morreu], dava raios tão fortes que o pescador, dentro do caíco, a dois metros de mim, eu não enxergava ele e ele não me enxergava, chegava a tirar nossa visão o raio, e eu sempre pensando na reza [que meu pai ensinou] (...)”* (Rubinei, entrevista 2).

A dimensão sagrada da natureza é uma característica marcante da concepção dos pescadores sobre as imagens das águas. Esta compreensão se fundamenta na perspectiva de orientação que eles possuem para saber quando e como sair para o mar, ou seja, para realizar uma pescaria bem sucedida é preciso se guiar pelos ventos, pelas marés, pelo ciclo lunar, pelas chuvas e estações do ano. Neste sentido, a água se constitui como elemento onírico, conforme trabalhado por Gaston Bachelard (1997), na medida em que é fonte de esperança,

de criação e de perfeição para o pescador artesanal. A dimensão sagrada das águas para o pescador inclui as características da natureza em seu processo de criação da vida no mar e em suas manifestações naturais (correntezas marinhas, ventos, salinidade da água, entre outras), os quais são referência para a construção da sua rotina na pescaria. Entretanto, os pescadores concebem que a visão de força, perfeição e pureza que compõe a concepção sagrada sobre a imagem das águas pode ser influenciada pela fé, conforme destaca Silva (2000, p. 89): “Podem também os seres humanos tentar influenciar seus próprios destinos através da reza e da fé, meios de se chegar a Deus para que ele se sensibilize frente aos sofrimentos dos pescadores”. Os pescadores afirmam existir uma reza, a qual é ensinada dos pais para os filhos, e protege os pescadores das tempestades e dos perigos no mar. Um pescador relata que cada pai ensina uma reza diferente para o filho, afirmando que seria um “*segredo de pescador*”: “[O meu pai] sempre dizia, tu vai lá tu vai fazer isso, quando tu vai pro mar, tu tens que te cuidar do tempo, te cuida dos temporais, tem uma reza que a gente faz, uma reza. (...) Todos os pescadores usam [uma reza], e ele sempre dizia, tu faz assim e assim, e isso tu vai ensinar só pro teu filho um dia, isso que eu estou ensinando pra ti, seja místico ou não, algumas coisas deram certo” (Rubinei, entrevista 2).

Situamos a necessidade de compreensão das águas nas imagens e simbologias criadas pelos pescadores artesanais. Neste sentido, assim como trabalhado por Gaston Bachelard (1997), a água possui significações oníricas que remetem ao processo de purificação e regeneração, sendo concebida como criadora de vida, mas, além disso, constitui-se numa fonte de destruição, relacionada à morte e à maldição. Na visão de Bachelard, as águas doces são superiores pelo fato de serem puras, criadoras e purificadoras. As águas do oceano, entretanto, são escuras e profundas, guardam as incertezas, por esse motivo, ligam-se à imagem da morte. Estas imagens oníricas sobre as águas, que retratam a visão ambígua da vida e da morte, estão presentes na Bíblia, nas mitologias dos povos da Antiguidade, bem como na visão dos pescadores artesanais, como coloca Diegues:

O litoral , ou *finis-terrae*, tendo demarcado por longo tempo os limites do mundo, com o mar se mostrando extremamente imprevisível, levou os homens a colocar nele naturalmente tudo o que é inatingível e fora do comum. A começar pelos monstros que na Antiguidade povoaram os mares e contra os quais até hoje lutam os pescadores. Porque indefinível e instável, o mar sempre será percebido como uma sobrevivência do caos original, testemunho dos monstros que o habitam. O mar preexiste à criação, como afirmavam os heréticos cátaros e dele surgirá a Besta do Apocalipse: o mar é, assim, a lembrança das origens e a prefiguração do fim (DIEGUES, 2000, p. 160).

Outras concepções sobre o mar estão presentes no ambiente costeiro, sugerindo conceitos e modos de ser ligados à noção de imensidão, indivisibilidade, e ausência de apropriação individual. A organização da produção, diante destas concepções, sugere relações de reciprocidade e cooperação entre os trabalhadores, concebidas como essenciais ao desempenho da pesca. Estes esforços cooperativos são identificados por Maldonado (2000, p. 97) como uma *ética da igualdade*, sendo pensada como a base da produção pesqueira.

Em relação aos mestres dos botes, por exemplo, os quais possuem uma hierarquia na pesca fundamentada na apropriação de um conhecimento específico sobre as dinâmicas do ecossistema costeiro, existe uma dependência do mesmo em relação à cooperação por parte dos seus tripulantes para efetivar a empreitada pesqueira. Os mestres da pesca artesanal e industrial são trabalhadores admirados pela sua sabedoria em relação ao mundo do mar, sendo a significação da sua pessoa condicionada pela amplitude de seu conhecimento náutico, pela possibilidade de realizar pactos, pela sua capacidade de reconhecer, no universo pesqueiro, os ciclos sazonais, a movimentação dos cardumes, as modificações do ecossistema. Ele é o responsável pela condução da sua tripulação. Neste aspecto, sobre a concepção da figura do mestre, destaca Maldonado (2000, p. 99): “(...) o mestre se caracteriza plenamente como o responsável e o patrono dos destinos do bote e da sua tripulação, como mediador entre o mundo da terra e o mundo do mar, como guardião do segredo da sua sociedade. E é sobretudo condição da produção no mar (...)”. Sua importância na hierarquia social das comunidades pesqueiras, portanto, está interligada à identificação dos espaços de abundância no ambiente marinho, sendo estes saberes específicos sobre o mar, um imperativo instrumento de assimilação das zonas de pesca consideradas ideais para a realização de uma boa pescaria.

Acrescenta-se que as denominadas *zonas de pesca* ou *pesqueiros*, constituem-se como os pontos mais importantes da produção pesqueira e do conhecimento dos pescadores sobre o ambiente marinho, pelo fato de se apresentarem como lugares de abundância, conferindo um status àqueles que sabem organizar a produção pesqueira a partir destas valorizadas informações sobre as rotas marítimas:

O caminho das ‘pedras’ ou ‘pesqueiros’ se faz marcar pelo vento, pelas marés e, sobretudo, pelo ciclo vital dos próprios peixes cuja captura se objetiva. A arte da ‘marcação’, da constituição das rotas no mar, é o ponto fundamental às jornadas de pesca, sendo o conhecimento e o seu domínio uma das razões de ser da cultura marítima, que se realiza não só numa arte náutica muito eficaz, como também em relações de igualdade e na construção social da pessoa do mestre. Cada bote, cada ‘parelha’, cada ‘rol

de pesca', tem roteiros que seguem os cardumes em seus ciclos sazonais, dependendo, em termos de segurança e de renda, da capacidade de marcar do mestre (...) (MALDONADO, 2000, p. 98).

Um fator importante a considerar sobre a construção das imagens sobre as águas seria a constituição da noção de tempo na organização da pesca. Assim, a rotina de trabalho na pesca artesanal é resultado de uma construção histórica, sendo desenvolvida a partir da dualidade da concepção do *tempo do relógio* (mercantil capitalista) e do *tempo da natureza*. Sobre a categoria tempo, centramos a presente análise a partir de uma concepção antropológica, entendendo-a como uma “(...) *criação cultural*, cujo significado varia não somente entre as diversas sociedades históricas, mas no interior de cada uma delas, fluindo de modo não homogêneo na vida e representação dos diversos grupos, classes e segmentos sociais” (CUNHA, 200, p. 102). Apresenta-se, portanto, a noção de tempo como uma construção histórica.

Afirma-se que distintas ordenações do tempo integram as formas de conduzir a rotina de trabalho na pesca artesanal, estando presente o tempo da natureza e o tempo mercantil capitalista, de modo ambivalente. Baseando-se em Thompson (1998), afirmamos que a necessidade de uma maior sincronização do trabalho e um maior controle nas rotinas do seu tempo foi uma necessidade da sociedade capitalista industrial, processo que passou a ser percebido a partir da Revolução Industrial. De acordo com o autor: “Do século XIV em diante, construíram-se relógios públicos nas cidades e nas grandes cidades-mercados. A maioria das paróquias inglesas devia possuir relógios de igreja no final do século XVI” (THOMPSON, 1998, p. 274). A utilização do relógio revolucionou a rotina dos trabalhadores nas manufaturas do século XVIII, intensificando a exploração da força de trabalho nas fábricas e nas oficinas, percebendo-se, além disso, a inclusão de mudanças na vida social e doméstica. A ética puritana, neste contexto, contribuiu para reforçar a ideia da crítica moral da ociosidade, muito antes da aceitação de uma nova disciplina imposta aos trabalhadores através do controle minucioso do uso do tempo de trabalho, impondo uma espécie de “relógio moral interior” (Ibidem, p. 295).

A partir da Revolução Industrial, portanto, percebe-se a utilização do relógio como instrumento importante no controle da disciplina dos trabalhadores e prevenção do ócio, disseminando-se o preceito de que o bom uso do tempo contribui para aumentar os lucros no comércio. As mudanças com a introdução do relógio na vida social se faz perceber a partir da introdução do sistema de relógio de ponto, com a adoção de multas aos trabalhadores que chegassem atrasados, com o uso de delatores que registravam com precisão o controle do



tempo de cada operário, além da adoção, na escola, de uma disciplina militar que pudesse contribuir para que os educandos adquirissem o hábito do trabalho, da ordem e da regularidade. Sendo assim: “Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’” (THOMPSON, 1998, p. 298).

Em relação à pesca artesanal, destaca-se que o tempo do relógio impõe suas perspectivas através da regulação do ritmo da produção pesqueira, da ordenação do tempo de permanência no mar destes trabalhadores, do controle do comércio de pescados e pela maior geração de lucros pelas amplas empresas. Este tempo mercantil capitalista se inscreve no controle da circulação do pescado pelos atravessadores e pela lucratividade do comércio de pescados que possuem as grandes indústrias, como também pelo rompimento da relação da remuneração tradicional pelo sistema de partes, as quais eram específicas da produção dos sistemas familiares. A partir desta análise, considera-se a explicação de Diegues sobre as influências do tempo mercantil no processo de concentração de capital nas grandes empresas capitalistas que lidam com a pesca:

As transformações técnicas ocorridas na captura e na industrialização do pescado não somente aumentaram o poder predatório dos equipamentos mas também se realizaram dentro de um processo de concentração de capital. O custo cada vez mais elevado dos equipamentos de pesca, sua perecibilidade, a competição por pesqueiros cada vez mais distantes dos portos de origem, levaram à concentração da atividade pesqueira nas mãos de empresas capitalistas, sobretudo nos países industrializados (DIEGUES, 1983, p. 71).

A concepção do *tempo da natureza* está fortemente presente nas comunidades que sobrevivem da pesca, conduzindo suas práticas sociais a partir ritmo interno do ciclo pesqueiro, ou seja, de acordo com a mobilidade e as rotas que seguem as espécies em cada safra. Este tempo conduz o ritmo de vida dos trabalhadores, interfere na organização do seu trabalho de modo peculiar, caracterizando-se como um tempo imprevisível e irregular, ainda que inseridos na lógica capitalista. A fala de um pescador artesanal expressa a regularidade do seu tempo de trabalho a partir da migração das espécies na Lagoa dos Patos: “(...) *o camarão tem esse círculo [de crescimento na Lagoa dos Patos] e não adianta dizer assim ‘não, ele vai dar, ele vai dar’, quando chega a época dele dar ou o quarto crescente de lua que a gente, [seja] pescador ou agricultor, ele tem esse conhecimento de cabeça que é a lua que comanda a pesca, pra nós sempre foi, a pescaria de linguado, por exemplo, é a lua minguante, isso dito pelos nossos avós, nossos pais e nossos tios*” (Rubinei, entrevista 1).

Assim, o *tempo da natureza*, marcado pelos horários indefinidos, é fundamentado num conhecimento sobre as safras predominantes em cada estação do ano, pelos saberes em relação aos ciclos de reprodução dos peixes, sendo também influenciado pelos significados que possui o calendário lunar. Pode-se destacar que a regulação do seu cotidiano, portanto, está em direta dependência com a natureza, estando interligado às mudanças ecológicas. Nesse sentido, na pesca artesanal, cada dia possui uma peculiaridade e uma vivência que não se repete, pois o tempo e o ritmo são imprevisíveis no seu trabalho. Por esse motivo, o pescador toma como ponto de referência para definir os seus afazeres diários a espécie de pescado que está predominando numa determinada época do ano: a safra do camarão-rosa, a safra da tainha, a época da anchova, a safra da corvina etc.

Este conhecimento e percepção sobre o tempo da natureza na pesca artesanal é um processo de ensinamento que é repassado pelas gerações das famílias destes trabalhadores, realizando-se pela observação do que fazem os mais velhos, bem como através da prática cotidiana das regras e da vivência destes saberes para realizar a pescaria, como expressa a fala de um pescador: “... meus avós que passaram para os meus pais, o meu pai dizia que era assim, e a gente aprendia com ele, botando isso na cabeça e tentando, realmente, entender aquilo ali que ele dizia, porque ele dizia aquilo ali quando eu tinha 10, 12 anos de idade pra mim não tinha [fundamento], ele acreditava naquilo, mas só que eu não acreditava, mas vai passando o tempo e tu vai vivendo a atividade, vai vivendo o dia-a-dia [da pesca]...” (Rubinei, entrevista 1). Do mesmo modo, em outro momento do depoimento, explicita esta ideia: “... quatro meses que é o período de defeso, tu pode pescar o linguado com a malha adequada, malha 70, malha 80 e, por incrível que pareça, sempre a semana da lua minguante é a semana que dá mais linguado...” (Rubinei, entrevista 1).

Entretanto, este tempo natural que marca o dia a dia do trabalho dos pescadores não está imune à influência do ritmo técnico e econômico do espaço urbano em que vivem. Assim, destaca-se que a irregularidade dos ciclos das espécies imprime um ritmo próprio ao trabalho dos pescadores estando articulada ao tempo mercantil e industrial capitalista, uma vez que o pescador também é dependente dos condicionantes econômicos do atual modo de produção para garantir a sua sobrevivência. Conforme explica Cunha (2000), o tempo natural do cotidiano do trabalho destes sujeitos está interligado e subordinado aos processos de controle do tempo capitalista: “Embora inseridos na teia temporal capitalista, não é, pois, nessa medida que os pescadores encerram o seu tempo. Se a sociedade que os envolve tende a subsumi-los cada vez mais ao jugo do tempo do relógio como forma predominante, viu-se que no ciclo da pesca o tempo natural ainda flui” (Ibidem, p. 105). Desse modo, compreende-se

que o tempo natural se estabelece na relação de dependência do pescador com a dinâmica do ecossistema costeiro e as mudanças ecológicas, configurando os sentidos que estes trabalhadores imprimem ao espaço marinho, percebido como libertador, ao contrário do espaço terrestre, concebido como aprisionador.

A concepção de movimento e liberdade domina o imaginário do pescador sobre o tempo natural, o que influencia a recusa de muitos destes trabalhadores em introduzir-se no trabalho em terra, no contexto industrial, nas tarefas da fábrica, percebido como sendo um espaço disciplinador. Portanto, é importante considerar as imagens que o pescador expressa sobre a concepção de liberdade que é predominante no tempo de trabalho do ambiente marinho.

Esta compreensão sobre o predomínio da liberdade no tempo e na jornada de trabalho na pesca está expressa em diversas passagens da narrativa do pescador Laudeci: *“Eu gosto da pesca, a pesca é a minha paixão, o cara se apaixona por aquilo ali e por aquela praia, então, quando eu trabalhava na Ipiranga eu me sentia em uma prisão, numa prisão, aí voltei pra pesca de novo” (Laudeci, entrevista1); “Porque na pesca a gente vai a hora que quer para o mar, a gente chega a hora que quer, a gente, o dia que não quer ir a gente não vai, a gente não é observado por ninguém, a gente trabalha tranquilo não tem ninguém pra estar cuidando o cara, não é como em um emprego que não pode estar ratiando...” (Laudeci, entrevista 1); “[Na pesca] a gente não tem pressão de ninguém, então, a gente se sente a vontade” (Laudeci, entrevista 1).*

Compreendemos que a atividade pesqueira é, “em nossos dias, a única e última atividade humana de caça realizada em grande escala” (DIEGUES, 1983, p. 6). Desse modo, afirma-se a sua importância para a compreensão dos problemas e das possibilidades de mudanças na análise das relações entre o ser humano e a natureza. As especificidades dos saberes dos pescadores e as suas imagens sobre as águas possuem relevância na sua forma de entender os processos que regulam a sua relação com a natureza, percebida como interligada à lógica da existência destes sujeitos, conferindo uma mobilidade nas relações sociais e o caráter inesperado na sua rotina de trabalho:

A mobilidade dos recursos pesqueiros no ecossistema marinho marcado pela complexidade dos fenômenos naturais é, em grande parte, responsável pela imprevisibilidade da captura com reflexos imediatos na própria organização da produção e do mercado. As modalidades de relações sociais entre os agentes da produção parecem ser influenciadas pelas condições naturais em que se realiza essa atividade (Ibidem, p. 6).

Portanto, assim como Gaston Bachelard, que imprimiu uma significação poética às múltiplas variações e sentidos que possui o elemento água (as águas claras, as águas dormentes, primaveris, profundas e escuras, a água morta, maternal, feminina e violenta), destaca-se que diversas percepções sobre este componente estão presentes no imaginário dos pescadores artesanais. Estas imagens fundamentam um modo de ser do pescador artesanal, enfatizando-se a influência da especificidade do *tempo da natureza* na sua rotina de trabalho e a organização da produção baseada em relações de cooperação e solidariedade. Um trabalhador afirmou que o *“pescador artesanal é o guardião das águas”* (Loredi), comunicando um reconhecimento sobre a importância de seus saberes e de sua experiência histórica na profissão para a preservação dos recursos marinhos. À imagem sobre o mar, relaciona-se o medo da morte diante do anúncio da tempestade, cenário que compõe várias obras da literatura de diversos países e fundamenta as inúmeras histórias de pescadores sobre os naufrágios. Por esse motivo, Gaston Bachelard associa o mar ao masculino, porquanto suscita mistério, sofrimento e morte. Um pescador coloca que o maior temor diante da imensidão e imprevisibilidade do ambiente marinho, é a manifestação de uma tempestade quando saem para a empreitada pesqueira: *“O maior medo do pescador artesanal é dos temporais. O meu pai me ensinou o que fazer quando se está enfrentando um temporal no mar. Antes de eu ir pescar ele sempre me avisava, cuidado com o temporal, avisou na [rádio] Guaíba, que na época só tínhamos um rádio, que vai chover e ventar forte”* (Rubinei, entrevista 2)

Baseado, especialmente, em Bachelard (1997) e em Diegues (1983; 2004), compreendemos que os conceitos e as imagens oníricas construídas pelos pescadores artesanais sobre as águas definem crenças, saberes e modos de vida específicos da relação que estabelecem com o ambiente aquático, conferindo uma identidade social e cultural que caracterizam uma linguagem e uma visão de mundo próprios destes trabalhadores, os quais se diferenciam do mundo urbano-industrial (DIEGUES, 2004, p. 197). As imagens oníricas, de acordo com Bachelard (1997, p. 5), são as imagens sonhadas, poéticas, que imprimem um estado de contemplação e de espetáculo a toda experiência onírica. Neste sentido, *“(...) faz compreender a vida do universo pela vida do nosso coração”* (Ibidem, p. 5). Por esse motivo, a escrita do presente texto engloba a construção das imagens familiares, oriundas de um processo histórico construído a partir da relação dos pescadores com o elemento água.

Desse modo, o convite ao resgate das imagens oníricas destes profissionais teve como enfoque a investigação acerca das percepções sobre o tempo da natureza na pesca

artesanal, a compreensão sobre o processo de encantamento do pescador em relação à atividade que realiza e o entendimento sobre as suas concepções de liberdade que estão relacionadas à percepção de uma mobilidade na sua rotina de trabalho. Além disso, o debate integrou a análise sobre as experiências e as imagens ambivalentes dos pescadores construídas sobre o ambiente marinho, as quais se traduzem em uma dualidade na concepção do mar como fonte de vida, de purificação e regeneração, mas também como elemento transitório, no qual representa o encontro do pescador com o perigo, o mistério e a morte. As imagens oníricas sobre as águas, portanto, integram o resgate dos sonhos, dos afetos, das esperanças e das lembranças familiares destes trabalhadores.







## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias traçadas neste trabalho de pesquisa objetivaram a compreensão acerca da construção das imagens que integram o processo de trabalho de pescadores artesanais, inseridos na economia solidária popular, através da investigação de suas histórias orais. Neste sentido, reconhecemos estes profissionais como “contadores de histórias” que constituem o narrador clássico descrito por Walter Benjamin como aquele que possui a “faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIM, 1994, p. 198). Nosso propósito vem ao encontro do registro da arte de narrar histórias, ratificando a importância deste processo para a pesquisa em Educação Ambiental e para a formação de seus multiplicadores. Nossos argumentos encontram respaldo em Benjamin, o qual destaca a necessidade de resgatar a figura do contador de histórias na atualidade, o qual está se dissipando concomitante ao desenvolvimento das forças produtivas: “Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas” (BENJAMIM, 1994, p. 205).

Pretendemos, portanto, construir uma *história das imagens do mundo trabalho da pesca artesanal*, através da investigação das narrativas orais que enfocam a vida cotidiana de profissionais que fazem deste setor a sua principal fonte de renda. Partimos do pressuposto da necessidade de uma valorização do conhecimento e dos modos de vida de populações que baseiam suas formas de sobrevivência em sistemas de manejo tradicionais. Assim, fundamentamos nossos escritos em Benjamin (Ibidem, p. 201) para considerar a prática de narrar histórias como constituinte dos antigos ofícios manuais, pois o que o autor denomina de “verdadeira narração” se encontra inscrita na experiência do trabalho típico do artesão que unifica “a alma, o olho e a mão” (Ibidem, p. 220).

Ante as escolhas e os trajetos empreendidos nesta pesquisa, queríamos encontrar as histórias orais da figura do antigo pescador artesanal que vivenciou as especificidades do processo de trabalho com os instrumentos rudimentares de um passado remoto. Nos caminhos investigativos, portanto, a pesquisadora ansiava deparar-se com experiências singulares que descrevessem as imagens destes trabalhadores sobre o seu processo de trabalho, abarcando a sua infância, a percepção sobre o meio ambiente costeiro e as esperanças embutidas em seus projetos de vida. Ao investigar a construção destas imagens, encontramos as simbologias

sobre o mundo das águas, no qual são incluídas as percepções sobre o contexto de imprevisibilidades do ambiente marinho, com seus perigos e mistérios, a concepção sobre o sentido da liberdade e a convivência com o sentimento de perda inscrita na profissão de pescador artesanal.

Ao tentar compreender os pescadores artesanais através dos inúmeros encontros e diálogos estabelecidos, ao mesmo tempo em que assumia a forma da pesquisadora, acolhendo suas narrativas e sendo acolhida por eles, ressignificava minhas próprias lembranças e experiências neste processo, fazendo emergir aspectos da história da investigadora que reencontra as imagens que expressam os modos de ser de pessoas inseridas no ambiente da pesca artesanal. Em um destes momentos investigativos, encontramos, além de pescadores artesanais, contadores de histórias e poetas, que evocaram na memória e expressaram em suas narrativas um *jeito ambiental de ser* nos modos como percebem o seu processo de trabalho, nos sentidos atribuídos à infância, à escola e ao sentimento de religiosidade, evocando a necessidade de uma valorização da atividade que realizam, através da economia solidária popular.

A imagem representativa do pescador artesanal também ganhou expressão em forma de poesia, como é registrada nesta carta feita por um pescador da cidade de São Lourenço do Sul, de 87 anos, escrita em 2006, sendo endereçada ao seu filho:

### SAUDADE DO QUE NÃO TEM MAIS

(Carta de um pescador de 87 anos ao seu filho)

“Não quero mais ouvir histórias.

Quero agora contar minha história.

Para que fique na memória do tempo em que peixes tinham.

Sou pescador artesanal, não sou poeta.

Não tenho carro, nem bicicleta.

Só tenho bote e caíco.

Aprendi a guiar, ainda quando era guri pequeno.

Quando meu pai me levou para pescar, quase não fui à escola.

Por isto, pouco sei escrever.

Mas, te digo e provo, faço agora mais rede como ninguém sabe fazer.



Preste bem atenção guri no que agora eu vou te contar, num tempo não muito longe, dava peixes até para doar.

Só que os botes eram muito pequenos, uns eram só a remo e a lagoa não conhecia o veneno que agora se usa para plantar.

Ah! Que saudade daqueles tempos, que hoje não voltam mais.

Botes cheios de tainhas na época dos carnavais.

Muitos bagres, corvinas e jundiás.

E o camarão pulava na praia e também a miragaia que se pescava para salgar.

E, ainda, tinha o linguado que, nossa senhora, não quis atravessar o rio e, então, quando Deus viu, castigou o coitado, com os dois olhos do mesmo lado.

E também tinha o pato que, quando o bando não voava, foi o que meu pai me ensinou, era porque um deles não voava.

E quando vinha o temporal, as nossas crenças ensinaram o sinal da cruz que espantava o mal e, então, o vento desviava.

Que saudade daqueles tempos, que hoje não voltam mais, de se fazer desviar os ventos e até os temporais e de se guiar pelas estrelas nas noites de escuridão, das redes feitas de sedas e de fios de algodão e das mulheres escolhendo os peixes, que hoje não se vê mais.

Porque não vejo mais um burriquete, nem sei quanto tempo faz.

Que saudade daqueles tempos, do medo de assombração nas noites escuras, de ventos que apareciam nessa região.

E de quando vinham as canoas, saíam as canoas lá do outro lado e atracavam na lagoa para buscar peixe salgado.

Só te peço guri, por quem tenho muito afeto, quando eu não estiver mais aqui conte isto para os teus netos.

E que nunca te esqueça e se te perguntarem quem te contou, confirma erguendo a cabeça, foi o teu velho pai pescador”.

Assim, a escrita do pescador é fundamentada pelos longos sessenta anos de experiência na atividade, no qual descreve os períodos antigos de trabalho na pesca em que predominavam as técnicas da salga do pescado, remontando a uma época em que “peixes tinham... até para doar”, e utilizavam caícos pequenos que se deslocavam a remo. O pescador ainda relembra as dificuldades de conciliar o trabalho realizado na infância com os estudos na escola. Além disso, reconhece o potencial destrutivo da poluição ambiental nos dias de hoje.

Descreve aspectos da religiosidade e dos mitos que compunham o contexto cultural destes trabalhadores, assim como o pescador Loreði que relembrou, em seu depoimento, as histórias contadas pelo seu pai: *“Ele [o meu pai] disse que saiam de noite pra pescar e eram acompanhados por bruxa... diz que elas riam. Contavam muito isso também... e que, claro, na noite diz que tinha muito isso aí. São histórias que escutava deles [dos pescadores mais antigos] assim, às vezes nem era conversando comigo... mas ele conversava com os outros e aí... e tinha essas histórias aí desse tipo” (Loreði).*

Neste contexto, enfatizamos que o processo de trabalho, além de ser construído com base nas relações materiais do ser humano com a natureza, constitui-se a partir de elementos simbólicos e imaginários, que configuram diferentes percepções sociais sobre o meio ambiente. Assim, no intuito de acolher a contação das histórias orais de pescadores da cidade do Rio Grande, organizados através da economia solidária popular, procuramos investigar as especificidades do seu processo de trabalho, enfocando a construção das imagens sobre a infância, sobre o meio ambiente costeiro e sobre a esperança. Nesta discussão, ratificamos a importância da história oral como campo epistemológico e metodológico, no qual possibilita a construção de outros conhecimentos sobre a Educação Ambiental, relacionado ao enfoque de estudos da pesca artesanal. Conforme afirma Queiroz (1998, p. 16): *“O relato oral está, pois na base da obtenção e conservação do saber; a palavra parece ter sido senão a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal. Desenho e escrita lhe sucederam”.*

Com base nestas reflexões defendemos a tese de que *a História Oral se constitui como campo de possibilidades para a compreensão das imagens do processo de trabalho dos pescadores artesanais, sendo entendida como premissa fundamental para a reflexão sobre os princípios da Educação Ambiental relacionados ao âmbito de estudos da pesca artesanal. Nesta perspectiva, concebemos a História Oral como sendo um processo de aprendizagem em Educação Ambiental.*

Assim, tivemos como intencionalidade efetuar o registro e a valorização dos conhecimentos relacionados ao domínio da arte da pesca e como foi sendo construído o processo de aprendizagem sobre o ofício de pescador, acolhendo suas imagens de infância e os saberes de experiência guardados na memória destes profissionais. Neste processo, encontramos as histórias de Laudeci, Rubinei e Loreði, onde buscamos registrar trajetórias de vida que procurassem expressar as imagens de esperança e felicidade que integram o seu processo de trabalho.

Relacionado ao movimento de construção do conhecimento em Educação

Ambiental, compreendemos a importância de aliar o imaginário criativo à complexidade da constituição da pesquisa, edificada sob-bases solidárias e cooperativas, no intuito de construir coletivamente um conhecimento pautado no respeito aos saberes dos diferentes povos, dos educandos e dos colaboradores/sujeitos da pesquisa. Desse modo, o entendimento desta premissa epistemológica parte da defesa da “pesquisa como procedimento de análise científica e processo de conhecimento no campo da Educação Ambiental [que] subsidia os profissionais para uma ação mais qualificada junto à realidade humana, ambiental e social”. (RUSCHEINSKY, 2005, p. 139). Com base nesta visão, afirmamos o compromisso da pesquisa em Educação Ambiental como um dos “(...) instrumentos que permitam atuar no ambiente, no sentido de transformá-lo em direção a algo que possa se apresentar como sustentável” (LOUREIRO, In: ZAKRZEVSKI e BARCELOS, 2004, p. 271). A esta perspectiva funda-se a concepção de pesquisa a partir da constituição de um trabalho coletivo e do compromisso do pesquisador com a construção de um conhecimento que parte da criticidade, que desafia concepções naturalizadas da realidade.

Salientamos que o conhecimento em educação ambiental deve compreender as práticas pedagógicas que estão situadas para além das concepções conservadoras, as quais entendem a superação da crise socioambiental como consequência de mudanças comportamentais com base na transformação de cada indivíduo. Esta premissa conservadora parte de uma abordagem denominada por Loureiro (2004, p. 39) como *pragmatismo ecológico* e possui grande influência nos projetos da área da Educação Ambiental. Esta tendência é constituída por agentes sociais que compreendem a degradação ambiental desvinculada dos problemas sociais, sem a realização de um questionamento da estrutura societária, sendo pautada em soluções imediatistas e atitudes práticas efetivas de curto prazo. O pragmatismo no ambientalismo, portanto, é expressão de uma visão ecológica de mundo, relacionada à abordagem comportamentalista, que credita ao desenvolvimento tecnológico e ao posicionamento moral (vontade individual de resolver) a possibilidade de resolução dos problemas ambientais. Desse modo, possui como característica marcante o entendimento de que a crise ambiental, conforme destaca Loureiro: “(...) não é determinada por uma crise societária que marca a história contemporânea, assim, as dimensões morais, comportamentais e tecnológicas, numa matriz instrumental, passam a ser as determinantes para se obter a sustentabilidade, mesmo que no marco do capitalismo globalizado (...)” (LOUREIRO, 2004, p. 40).

Como proposta de enfrentamento à concepção comportamentalista e visão pragmática da Educação Ambiental, apresentamos o conceito de *Pedagogia Onírica*,

fundamentando nossos escritos em Gaston Bachelard, Ernst Bloch e Paulo Freire. Expomos este pressuposto como sendo um contraponto à ideia de uma pedagogia baseada na razão instrumental, destacando-a como um dos imperativos necessários à formação de educadores ambientais. Partimos de uma reflexão sobre os princípios que integram a filosofia da esperança de Ernst Bloch, o potencial criador das imagens oníricas de Gaston Bachelard e a Pedagogia da Esperança de Paulo Freire para fundamentar a nossa compreensão sobre uma Educação Ambiental voltada à construção de esperanças, concebida como a base para a assunção de uma Pedagogia Onírica. Neste debate, reivindicamos a necessidade de resgatar o potencial onírico ou ontológico do trabalho nos dias de hoje, ou seja, o processo imaginário e criador da atividade humana, rompendo com a concepção da mão servil, a qual subsumiu o trabalho onírico ao sistema opressivo de valorização do capital, ao passo que a mão que sonha, empreende às experiências de aprendizagem a capacidade de espanto e encanto na construção do conhecimento.

Procuramos, através dos nossos estudos sobre o mundo do trabalho em sua articulação com a pesca artesanal, aprofundar nosso entendimento sobre as novas formas de organização e de exploração que atingem classe-que-vive-do-trabalho na atualidade, como denomina Antunes (1999; 2011). Neste estudo, destacamos os desafios e os conflitos que enfrenta a classe trabalhadora ante os mecanismos de expansão do trabalho precário, parcial, terceirizado, subcontratado, temporário, o que o autor denomina de um processo de ampliação das formas de subproletarização do trabalho. No contexto descrito, exploramos a compreensão sobre as três tendências em curso que caracterizam a nova morfologia da classe-que-vive-do-trabalho, enfatizando o processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação no universo do contingente de trabalhadores, os quais possuem em comum “(...) a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais (...)” (ANTUNES, 2011, p. 50).

Integrado ao debate proposto, exploramos a reflexão sobre o cenário histórico de constituição das formas de enfrentamento da classe trabalhadora aos processos de intensificação da precarização no mundo do trabalho, apresentando o enfoque da formação das cooperativas. O contexto histórico para esta compreensão foi a organização fabril dos primórdios da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX. Aliado a este estudo, propomos a discussão sobre o conceito de economia solidária popular, especialmente, com base em Paul Singer (1998; 2002; 2003; 2011) e Lia Tiriba (2007; 2008).

Em nossa investigação, a categoria de análise relacionada à construção das imagens de esperança na pesca artesanal esteve integrada ao registro das denúncias em relação à exploração dos pescadores artesanais pelos comerciantes intermediários, bem como pela pesca empresarial-capitalista, em vista da necessidade de serem estabelecidas relações comerciais com o setor artesanal com o objetivo de explorar o alto potencial produtivo dos ecossistemas estuarinos e lagunares. Neste debate, buscamos respaldo, principalmente, em Diegues (1983, 1994, 1999, 2000, 2001, 2004), para aprofundar o entendimento de que a articulação da pesca artesanal com o setor empresarial esteve vinculada a uma base conflituosa que caracterizou o incentivo do Estado brasileiro a um modelo de expansão das indústrias pesqueiras voltadas para a exportação de certas espécies valorizadas no mercado externo sem, no entanto, perspectivar as consequências danosas da pesca intensiva para o meio ambiente, especialmente, em áreas reservadas para a pequena pesca. Neste estudo, conferimos especial ênfase aos benefícios fiscais concedidos para a produção pesqueira através do Decreto-Lei número 221, de 1967. Conforme o autor citado, as alternativas construídas pelo Estado, com o propósito de criar um setor pesqueiro moderno e competitivo, inscrevia-se em um modelo de desenvolvimento que resultou “(...) tanto na pilhagem desenfreada dos recursos naturais, causadora de uma grande mortandade de peixes miúdos pelo arrasto, como na destruição dos aparelhos de pesca tradicionais” (DIEGUES, 1999, p. 367).

Em relação à percepção dos trabalhadores entrevistados, no que tange à articulação com o setor empresarial pesqueiro, foi demonstrado o predomínio de uma imagem de expansão e de benefícios para a pesca artesanal, no qual “*era mais fácil de comercializar o peixe também, tinha fábrica a reverteria, agora não tem mais aquelas fábricas, foram falindo*”, conforme expressa o relato de Laudeci. Contudo, existe uma consciência destes trabalhadores de que a exploração da sua mão de obra e da produção da esfera artesanal se constitui como uma das bases para a expansão lucrativa da estrutura empresarial. Sendo assim, afirmam que “*Pra indústria ele [o pescador artesanal] foi o espelho pro industrial se montar e se armar pra pescaria*”, como destaca Loredi. No entanto, percebe-se um contexto histórico de investimentos em políticas públicas que beneficiam a produção empresarial-capitalista, colocando os pescadores artesanais em uma posição de desigualdade no aspecto competitivo.

Ainda assim, a incorporação de técnicas modernas pela pesca empresarial, além de contribuir com a devastação dos bancos pesqueiros próximos à costa, alterou o papel realizado pelo denominado mestre de embarcação. Desse modo, a partir do incremento tecnológico na pesca, modificaram-se as posições privilegiadas dos pescadores que eram

portadores de um saber especializado, acumulado através de várias gerações, tornando obsoleta a utilização dos conhecimentos complexos repassados dos pais para os filhos pelo processo de aprendizado do ofício de pescador durante a infância. Conforme as narrativas dos pescadores investigados rememora-se um período de dificuldades presentes nas décadas de sessenta, setenta e oitenta na atividade artesanal, visto a ausência de modernas tecnologias que facilitassem o deslocamento a lugares distantes, a comunicação com a família e com outros trabalhadores, bem como as possibilidades que encontram, na atualidade, para a refrigeração do produto pescado, denominando os avanços tecnológicos dos instrumentos de trabalho como sendo “facilidades” nos dias de hoje.

No diálogo proposto, procuramos investigar as imagens que expressassem o fortalecimento da esperança no seu sistema de trabalho, no qual situamos a economia solidária popular como integrante deste processo. Enfatizamos o cooperativismo como sendo uma alternativa para aumentar os lucros dos pescadores artesanais no comércio de pescados, visto o rompimento dos laços de dependência com os comerciantes intermediários. Sendo assim, possibilita a permanência destes trabalhadores no ofício que lhes foi ensinado. Contudo, apesar da economia solidária fortalecer o sentimento de esperança na profissão de pescador, percebe-se o estabelecimento de um conflito, na medida em que existe um anseio pela descontinuidade da profissão em relação aos filhos de pescadores, desejo que está fundamentado nas imagens de um passado remoto, em que salientam em suas narrativas, as dificuldades financeiras e a vivência com um contexto inóspito de trabalho, mas, especialmente, enfatizam a existência de uma perspectiva problemática na produção pesqueira em virtude da expansão da degradação ambiental.

A presente pesquisa possibilitou ampliar nossas compreensões acerca do processo de aprendizado do ofício de pescador, através do convite ao resgate das imagens de infância, destacando narrativas que evidenciavam as técnicas tradicionais de pesca presentes nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta, além de destacarem a exigência de disciplina, dedicação e responsabilidade na apreensão das habilidades profissionais. Neste estudo, desenvolvemos uma compreensão sobre o aprendizado da arte de ser pescador artesanal, enfatizando as lembranças de infância que remetiam a um contexto em que a prioridade no trabalho da pesca substituíra as brincadeiras infantis, por esse motivo, ocorre uma dificuldade dos filhos de pescadores em dar continuidade aos estudos na escola. Neste debate, destacamos o aporte teórico em Gaston Bachelard no que tange à compreensão dos significados das imagens de infância.

Em relação à última categoria *a priori* de análise, destaca-se a construção das

imagens sobre o meio ambiente, no qual são enfatizados os principais elementos basilares do conhecimento sobre o ecossistema costeiro e os ensinamentos relacionados à dinâmica do elemento água. Neste estudo, fundamentado em Diegues e Bachelard, portanto, objetivamos desenvolver compreensões acerca da percepção dos pescadores sobre o ambiente marinho. Enfatizamos que a proximidade do pescador artesanal com as águas direciona a sua rotina de trabalho, sendo que é através da dinâmica da água que estes profissionais projetam a sua felicidade material. Observamos que as narrativas expressam o predomínio de imagens ambivalentes sobre as águas, uma vez que a água significa fartura e riqueza, mas também é concebida como espaço de sofrimento e sacrifício. Afirmamos a existência de uma dualidade entre o *mundo do mar* e o *mundo do seco*: atribui-se ao mar a característica de entidade autônoma, imprimindo ao pescador o sentimento de admiração pela atividade que realiza, visto o contexto de imprevisibilidades que o qualifica; no que tange ao mundo do seco, porém, os pescadores destacam a característica de previsibilidade e necessidade de regras, sendo um contexto social menos livre e perigoso. Destacamos que a sua percepção de valorização pela atividade que realiza está relacionada aos riscos constantes que enfrenta e a convivência com o perigo de morte no mar, no qual exalta a liberdade, a bravura e a aprendizagem construída através da vivência com o sentimento de perda.

Nossos estudos, ainda assim, resgataram a noção do tempo na organização da pesca, enfatizando as imagens destes trabalhadores em relação ao tempo da natureza e ao tempo do relógio. Afirmamos que a concepção sobre o tempo da natureza está amplamente presente nas comunidades de pescadores, conduzindo suas práticas sociais, a organização do seu trabalho, o seu ritmo de vida, caracterizando-se como um tempo imprevisível e irregular, mesmo que integrados à lógica capitalista. Salientamos que o tempo da natureza está articulado ao tempo do relógio, de base mercantil-capitalista, contudo, consideramos a importância da regulação da rotina do trabalho pesqueiro artesanal pelo tempo natural, influenciando suas concepções sobre a liberdade que integra a lida na pesca.

Podemos afirmar que uma das contribuições que esta investigação traz ao campo de pesquisa da Educação Ambiental diz respeito à necessidade imperativa de serem ampliados os estudos com foco na metodologia da História Oral, especialmente, no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, por meio da constituição de espaços de discussão, investigação e registro acerca do conhecimento das populações que possuem forte dependência em relação aos recursos naturais, concebidos como fonte para a garantia de sua subsistência. Estes grupos são denominados por Diegues (1994, p. 58) como *comunidades tradicionais*, pois desenvolvem formas de “(...) apropriação comum de espaços e recursos

naturais renováveis se caracterizam pela utilização comunal (comum, comunitária) de determinados espaços e recursos (...)” (DIEGUES, 1994, p. 58).

Os modos como as comunidades tradicionais constroem as relações sociais e as formas predominantes de apropriação e acesso aos recursos naturais podem ser compreendidos como eixo de discussão sobre o desenvolvimento de outras formas de sobrevivência e convivência humana. Ainda assim, a importância das pesquisas com enfoque na História Oral destas populações está relacionada à possibilidade de registrar e problematizar formas específicas e tradicionais de gestão do meio ambiente, permitindo a reflexão sobre a criação de políticas públicas que valorizem a permanência destes grupos em seus habitats, e preservem suas formas históricas de saberes e fazeres patrimoniais. Neste contexto, compreendemos a economia solidária popular, na presente investigação, como elemento importante na preservação e conservação da biodiversidade dos ambientes lagunares e estuarinos das comunidades de pescadores artesanais, uma vez que potencializa o debate sobre a construção de políticas públicas que possibilitem o manejo sustentável dos recursos pesqueiros, além de se constituir como mecanismo que permite ao pescador a sua permanência na atividade, pois se torna um meio para a melhoria da sua qualidade de vida, através da ampliação do potencial lucrativo no comércio de pescados.

Ante os argumentos apresentados, reafirmamos a tese que motivou a presente investigação: a História Oral se constitui como campo de possibilidades para a compreensão das imagens do processo de trabalho dos pescadores artesanais, sendo entendida como premissa fundamental para a reflexão sobre os princípios da Educação Ambiental relacionados ao âmbito de estudos da pesca artesanal. Nesta perspectiva, concebemos a História Oral como sendo um processo de aprendizagem em Educação Ambiental.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. (org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARRUDA, José. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Ática, 1991.

BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins fontes, 1997.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARCELLOS, João Renato Moura. **Uma contribuição ao estudo da indústria pesqueira do Rio Grande (1958-1961)**. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). **Ensaio de História do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1996. P. 142-46.

BENEDET, Ramon Augusto; DOLCI, Denis; D'INCAO, Fernando. **Descrição técnica e modo de operação das artes de pesca artesanais do camarão-rosa no estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil.** Revista Atlântica, Rio Grande, v. 32, n. 1, p. 5 – 24, 2010.

BENJAMIN, Walter. **O narrador:** considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. IN: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança.** Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005. 1 v.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança.** Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006. 2 v.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança.** Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006. 3 v.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.358, de 17 de novembro de 2010.** Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências.

BRUNI, José Carlos. **A água e a vida.** Revista de Sociologia. USP, S. Paulo, 1993, p. 53-65.

CARNOY, Martin. **Mundialização e reforma da educação:** o que os planejadores devem saber. Brasília: UNESCO Brasil, IPE, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na Educação de Jovens e Adultos integrada à formação profissional. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 111, p. 461 – 480, abr. – jun. 2010.

CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. **Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal.** In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). A imagem das águas. São Paulo: Hucitec, USP, 2000. P. 101-110.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ecologia humana e planejamento costeiro**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em áreas úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Os ex-votos marítimos da sala de milagres da Basílica do Senhor Bom Jesus de Iguape São Paulo**. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, USP, 2000. P. 157-207.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. **A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Revista Etnográfica. V. 3, n. 2, 1999, p. 361-375.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras**. 2. Ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002.

ENGELS. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. IN: ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. pgs. 11- 28.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Inédito viável**. IN: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'água, 1995.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. **Pedagogia da conscientização**: um legado de Paulo Freire à formação de professores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GADOTTI, Moacir. Educação comunitária e economia popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco (orgs.). **Educação Comunitária e Economia Popular**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 11-22.

GARCÍA, Daniela Soledad; PRIOTTO, Guillermo. **Educación Ambiental**: aportes políticos y pedagógicos em la construcción del campo de la educación ambiental. 1ª ed. Buenos Aires: Jefatura de Gabinete de Ministros – Presidencia de la Nación – Desarrollo sustentable, 2009.

GENTILI, Pablo. **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo**: Os significados da privatização no campo educacional. In: OLIVEIRA, Maria Neuza (org.). **As políticas educacionais no contexto da globalização**. Ilhéus: Editus, 1999. p. 105-30.

GERMER, Claus. A “**economia solidária**”: uma crítica marxista. Revista Outubro. n. 14, 2006.

GHIGGI, Gomercindo. **A autoridade a serviço da liberdade**: diálogos com Paulo Freire e professores em formação. Perspectiva, Florianópolis, v. 19, n. 2, jul./dez. de 2001, p. 469-492.

GROSSI, Y. S.; FERREIRA, A. C. **Razão narrativa**: significado e memória. IN: Revista de História Oral, 2001. p. 25 – 38.

GUIMARÃES, Mauro. **Sustentabilidade e Educação Ambiental**. IN: CUNHA, Sandra; GUERRA, Antônio (orgs.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. P. 81-105.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HARRITS, K. F.; SHARNBERG, D. **Encontro com o contador de histórias**: um processo de aprendizado mútuo. *Revista de História Oral*, 2000. p. 25-34.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HEMINGWAY, Ernest. **O velho e o mar**. 24. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos Impérios: 1875 – 1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLOYAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale**. Porto Alegre: WS Editor, 2000.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

IANNI, Octavio. **O mundo do trabalho**. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 1, p. 2 – 12, janeiro/março 1994.

JORNAL AGORA. **Edição Comemorativa: A Indústria**, 1987. P. 13.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LABERGE, Jacques. **As naturezas do pescador**. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, USP, 2000. P. 39-57.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEWONTIN, R. C. **Biologia como ideologia**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1998.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajatória e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **O que significa transformar em Educação Ambiental?**. IN: ZAKRZEWSKI, Sônia Balvedi; BARCELOS, Valdo (orgs.). Educação Ambiental e compromisso social: Pensamentos e ações. Erechim, RS: EdIFAPES, 2004. P. 265-81.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. P. 15-25.

MALDONADO, Simone. **No mar: conhecimento e produção**. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). A imagem das águas. São Paulo: Hucitec, USP, 2000. P. 95-100.

MARQUES, Mário Osório. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

MATOS, Olgária. **Filosofia e polifonia da razão**: filosofia e educação. São Paulo: Scipione, 1997.

MARX, Karl. **O capital**. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2008.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. IN: ANTUNES, Ricardo (org.). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. pgs. 57 – 99.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico - Filosóficos**. São Paulo: M. Claret, 2002.

- MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MEIHY, José Carlos. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MENEZES, Maria Thereza C. G. **Economia solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MESQUISTA, Raúl; DUARTE, Fernanda. **Dicionário de Psicologia**. Plátano Editora, 1996.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. IN: Revista Ciência e Educação. V.12, n.1, p. 117-128, 2006.
- MORAES, Roque. **Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos**. IN: GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente (orgs.). Metodologias emergentes de pesquisa em Educação Ambiental. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005. p. 85-114.
- MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. IN: Revista Ciência e Educação, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NOVAES, Henrique. **O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- OLIVEIRA, Caroline Terra. **Um estudo sobre a indústria pesqueira da cidade do Rio Grande no período 1965/73, enfocando a política governamental de incentivos fiscais ao**

**setor.** Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande (Monografia de Especialização em Sociedade, Política e Cultura do Rio Grande do Sul), 2004.

OLIVEIRA, Caroline Terra. **Pescadores de sonhos e esperanças:** experiências em Educação Ambiental com trabalhadores da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel, Rio Grande/RS. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande, 2008.

OLIVEIRA, Caroline T.; RODRIGUES, Victor H. **Gaston Bachelard e Edgar Morin:** diálogos sobre a complexidade. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. ISSN 1517-1256, V.20, janeiro a junho de 2008. P. 195 – 201.

PEREIRA, Vilmar Alves. **Infância e subjetividade:** como os filósofos concebem a infância. 1.ed. Curitiba: Appris, 2012.

PNUMA, **Rumo a uma Economia Verde:** Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Educação, meio ambiente e globalização.** IN: Perspectivas da educação ambiental na região Ibero-americana: conferências do Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental. Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva, 2007. P. 15-27.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A natureza da globalização e a globalização da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Desafio Ambiental.** São Paulo: Record, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Relatos orais:** do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes (org.). Enciclopédia aberta de Ciências Sociais: experimentos com histórias de vida. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 14- 43.

RICHARDSON, Roberto. **A escola do século XXI.** In: OLIVEIRA, Maria Neuza (org.). As políticas educacionais no contexto da globalização. Ilhéus: Editus, 1999. p. 147-61.

RODRIGUES, Victor Hugo. **Por uma filosofia do espanto imaginário:** uma tentativa de reconstrução - através das imagens poéticas - da formação do filósofo-sonhador numa perspectiva bachelardiana. São Paulo: USP, 1999. (Tese de Doutorado).



ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861–1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RUMMERT, Sonia Maria; ALVES, Natália. **Jovens e Adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal**: alvos da mesma lógica de conformidade. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

RUMMERT, Sonia Maria. **Educação de Jovens e Adultos trabalhadores no Brasil**: do simulacro à emancipação. Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 175 – 208, jan./jun. 2008.

RUSCHEINSKY, Aloísio, **A pesquisa em história oral e a produção de conhecimento em educação ambiental**. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel (orgs.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. P. 135-148.

SILVA, Gláucia Oliveira. **Tudo que tem na terra tem no mar. A classificação dos seres vivos entre os trabalhadores da pesca em Piratininga – RJ**. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). A imagem das águas. São Paulo: Hucitec, USP, 2000. P. 85-93.

SILVA, Gláucia Oliveira. **Água, vida e pensamento: Um estudo de cosmovisão entre trabalhadores da pesca**. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). A imagem das águas. São Paulo: Hucitec, USP, 2000. P. 27-37.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Governo Federal**. In: BENINI, Édi [et al] (orgs.). Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 407-412.

SINGER, Paul. **Incubadoras universitárias de cooperativas**: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 123-133.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. RJ: Vozes, 1998.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência. Lisboa: Horizonte, 1907.

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção**: questões de pesquisa. Revista Perspectiva: Florianópolis. v. 26, n. 2, jan./jun. 2008, p. 69-94.

TIRIBA, Lia. **Educação Popular e pedagogia (s) da produção associada**. Cad. Cedes, Campinas, v. 27, n. 71, jan./abr. 2007, p. 85-98.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Eduard. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 2.v.

THOMPSON, Eduard. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3.v.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TROMBETTA, Sérgio; TROMBETTA, Luis Carlos. **Inacabamento**. IN: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (orgs.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VILANOVA, Mercedes. **Pensar a subjetividade**: estatísticas e fontes orais. IN: MORAES, Marieta (org.). História Oral. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda, 1994. P. 45 – 73.

ZAKRZEVSKI, Sonia Balvedi; BARCELOS, Valdo. **Educação Ambiental e compromisso social**: pensamentos e ações. Erechim, RS: EDIFAPES, 2004.

#### INTERNET:

<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/scjs.asp>